

Fabiano Teixeira dos Santos

# A Casa do Planalto Catarinense:

Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX

2ª edição revista e ampliada



*Aos alunos dos cursos de  
Arquitetura e Urbanismo em que  
lecionei, como estímulo para suas  
pesquisas.*

*À minha família, que, em to-  
dos os momentos esteve ao meu  
lado, sempre me apoiando. Ao  
Pedro Antônio, filho que amo.*



Casario na Rua Direita (atual Rua Nereu Ramos), Lages/SC,  
c. 1900 (Parte A). *Desenho: Autor.*

## Ficha Catalográfica

---

S237c

Santos, Fabiano Teixeira dos.

A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX / Fabiano Teixeira dos Santos. – 2. ed. rev. e ampl. – Lages (SC): Fazer Gestão Cultural, 2020.

280 p.: il. color.

ISBN 978-65-992669-0-4

1. Arquitetura – história. 2. Construções rurais – Santa Catarina. 3. Arquitetura – Santa Catarina – História.

CDD 720.9

---

(Ficha catalográfica elaborada por Ana Claudia Philippi CRB 14/525)

Ministério do Turismo e CTG Brasil apresentam

# A Casa do Planalto Catarinense:

Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX

2ª edição revista e ampliada

Fabiano Teixeira dos Santos

Lages – SC  
2020



# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

- Agradecimentos 11
- Apresentação 1ª Edição 13
- Apresentação 2ª Edição 19
- Prefácio 23
- Notas do Autor 1ª Edição 25
- Notas do Autor 2ª Edição 37

## 01 CAMINHOS E TROPEIROS NO PLANALTO MERIDIONAL DO BRASIL 52

- Caracterização do território: o planalto das araucárias 53
- A abertura do caminho Viamão-Sorocaba e o Ciclo das Tropas 57
- Novos caminhos: a ligação com o Litoral e a Vereda das Missões 61
- Abertos os caminhos, sesmarias dão origem às fazendas 64
- Fundação da vila pioneira: Nossa Senhora dos Prazeres das Lages 68
- Surgem outros povoados 74

## 02 ARQUITETURA NOS CAMPOS DE LAGES, SÉCULOS XVIII E XIX 78

- Tradição portuguesa e formação da identidade arquitetônica luso-brasileira 81
- A casa numa sociedade pastoril e escravista – a pecuária e a sociedade que nela se estruturou 93
- Coronéis Liberais *versus* Coronéis Conservadores 102
- Trabalhadores escravizados 108
- Materiais, técnicas e sistemas construtivos: adaptando a tradição 122
- Casas de araucária, “completa expressão do planalto de Santa Catarina” 123
- Pedra, barro e cal: o emprego da alvenaria 130
- Ausência do pau a pique e da taipa de pilão 137
- Fachadas, telhados e ornamentação 141

PRODUÇÃO EXECUTIVA  
Fazer Gestão Cultural  
Públio Sartori  
Sérgio Gregório Sartori

TEXTO  
Fabiano Teixeira dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Fazer Gestão Cultural  
Públio Sartori

REVISÃO  
Teresa Setti de Liz

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO  
Fazer Gestão Cultural  
Franciele Schneider

IMPRESSÃO  
Impressora Mayer Ltda.  
Pomerode, SC.

### 03 A CASA DE FAZENDA 154

- Implantação do conjunto edificado 155
- Configuração da casa de fazenda: dois tipos 161
- Algumas variantes 173
- Cozinhas 181
- Construções utilitárias e de apoio à produção: galpões 188
- Corredores, muros e mangueiras de “taipa de pedra” 192

### 04 CASAS URBANAS 200

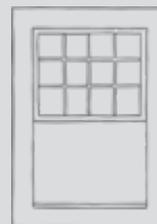
- Origem e evolução do traçado urbano de Lages 204
- As Posturas e a regulamentação do modo de construir no meio urbano 218
- Casas térreas, de porão alto, e sobrados 231
- Morádias e armazéns: a atividade comercial associada à residência 247
- Novos tempos no raiar do século XX 250

### 05 PALAVRAS FINAIS DO AUTOR 256

- Glossário 266
- Referências 272

EDIÇÃO DE FOTOS  
Franciele Schneider  
Ruy Luiz Machado

CAPA  
Casarão Juca Antunes, Lages/SC.  
Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.  
Arte: Franciele Schneider



Janela do Casarão Juca  
Antunes, Lages.  
Desenho: Autor, 2020.



*“Aqui encontrei a completa expressão do planalto de Santa Catarina.*

*A construção interior da casa era genuinamente nacional, de madeira de araucária. Soalho, portas, paredes, tecto, mesas, bancos, tudo, aseado e variadamente ornado, feito de tábuas e traves de pinho. (...) me pareceu a casa ideal numa serra de araucária, sólida, simples e limpa, com a expressão de uma certa abastança”.*

(Robert Avé-Lallemant, 1858)



Casarão Juca Antunes, Lages/SC.  
Foto: Autor, 2020.

**R**econhecendo a singularidade e a importância do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da região de Lages (SC), a China Three Gorges Corporation – CTG Brasil vem investindo em ações que preservem, registrem e disseminem a história da região. Como parte dessas ações, investimos na restauração do Casarão Juca Antunes, recuperando as suas características arquitetônicas originais, e na publicação deste livro, com o objetivo de colaborar para manter viva parte significativa da memória do município.

Somos a segunda maior geradora privada de energia, no país, e estamos comprometidos em contribuir com matriz energética brasileira, pautados pela responsabilidade social e respeito ao meio ambiente. Apoiar projetos culturais como estes é uma maneira de reforçarmos o

nosso compromisso de longo prazo com o Brasil, e de colaborarmos para o desenvolvimento do País e das diversas regiões em que atuamos.

Mais que contar sobre a história da arquitetura, esta segunda edição do livro *A Casa do Planalto Catarinense* nos traz novas perspectivas sobre as casas rurais e urbanas erguidas nos Campos de Lages, nos séculos XVIII e XIX, e, por meio da recuperação do Casarão Juca Antunes, estampado em sua capa, chama atenção para a importância do restauro e da preservação das edificações históricas, patrimônio de todos.

Boa leitura!





Fazenda Cajuru, Lages/SC.  
Foto: Autor, 2011.

## Agradecimentos

A todos os amigos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta segunda edição, especialmente àqueles diretamente envolvidos, de modo particular aos produtores da *Fazer Gestão Cultural*, Sérgio Gregório Sartori e Públio Sartori, companheiros de longa data nas jornadas patrimoniais.

À empresa *China Three Gorges Corporation* – CTG Brasil, apoiadora financeira do projeto, de modo especial a Ronan Max Prochnow, que, desde o início, acreditou na proposta e não poupou esforços para a sua realização.

Aos proprietários que, mais uma vez abriram suas portas, para a realização de levantamentos e fotografias das edificações.

Às pessoas e instituições que, igualmente, de forma gentil, cederam fotografias de sua autoria ou pertencentes aos seus acervos para comporem a presente edição.

À arquiteta e professora Eliane Veras da Veiga, que nos honra com a apresentação desta segunda edição.

Ao fotógrafo Ruy Luiz Machado, autor de registros preciosos que enriquecem esta obra.

À Teresa Setti de Liz e à Franciele Schneider, responsáveis, respectivamente, pela revisão ortográfica e montagem do projeto gráfico, pela dedicação e paciência renovadas.

Aos queridos Sergio Sartori (*in memoriam*) e Nacir Colombo Sartori, pelo apoio e amizade de longos anos – minha casa em Lages.



Fazenda Cajuru, Lages/SC.  
Foto: Charles Steuck, 2014.

# Apresentação

## 1ª edição

### Traços quase perdidos de nosso passado

**N**o passado distante e quase recente do Brasil a cidade foi dominada pelo campo, desempenhando sobretudo funções subordinadas. Não raro, os grandes proprietários moravam em meio rural e possuíam residências secundárias nos centros urbanos médios, pequenos e grandes. Salvo engano, não foram ainda estudados, em casos particulares, os nexos singulares das duas formas concomitantes de morar e viver – na cidade e no campo.

As práticas administrativas, comerciais, políticas e sociais fortaleceram, consolidaram e enriqueceram em forma relativa as aglomerações, dando origem ao fenômeno do absenteísmo. Os solares, os casarões, os sobrados, os logradouros públicos, os mercados urbanos materializaram formas de viver, relações sociais, padrões culturais próprios de um passado sobre o qual se assenta nossa civilização, ainda que em forma crescentemente imperceptível.

No Nordeste e no Centro Sul, a produção açucareira, mineradora e cafeeira escravista deixou em seu rastro magníficas moradias rurais senhoriais e, mais raro, as instalações produtivas e os alojamentos dos trabalhadores a elas anexos. Na sua imponência



Fazenda Limoeiro, c. 1850. Lages/SC. Foto: Charles Steuck, 2014.

e rusticidade construtiva, na permanência e na ausência dos seus apêndices, elas falam-nos de ciclos econômicos revolutos, sustentados pelo sofrido trabalhador cativo.

Desde os primeiros momentos essa produção soberbamente dominante ensejou atividades dependentes e subordinadas, com destaque para a produção e movimentação de animais

para o transporte, para a tração e para o consumo. Bovinos, equinos, muares alimentaram as nutridas escravarias, movimentaram as moendas, carregaram canas, levaram sacas de café no lombo, forneceram o couro, imprescindível matéria-prima. A subordinação a essa produção refletiu-se na dimensão, programa de necessidades e riqueza construtiva mais pobres das sedes das estâncias de criação e dos pousos que apoiaram a movimentação dos animais através de caminhos que traçaram muitas das mais movimentadas rodovias atuais.

Através de nossas cidades, grandes, médias e pequenas, e diante de nossos olhos, o acervo arquitetônico-histórico desaparece no moedor

inexorável do domínio implacável da especulação imobiliária e da leniência, inocente ou não, de autoridades irresponsáveis. A legislação sobre a proteção do patrimônio arquitetônico nacional segue sendo risível. Os vetustos solares, casarões e sobrados caem e são derrubados e esventrados com velocidade inebriante. Um ou outro prédio é conservado, quando foi, no pas-

sado, local público ou moradia, tido como referencial. Essas exceções acusam a violência que sofre a regra.

Alguns casarões permanecem, isolados, esmagados e humilhados por edifícios que se impõem pela brutalidade e prepotência da altura e do volume. Inexiste a própria ideia da conservação permanente de conjuntos arquitetônicos como registros do passado e enriquecimento do presente. Com o passar dos anos, esgotando-se as velhas gerações, desaparecem também aqueles que ainda podem dizer, sobre os centros históricos e bairros residenciais tradicionais, como o velho Timbira, cansado e derrotado: “Meninos, eu vi!”

Se isso é verdade para o mundo urbano, o que dizer do rural, onde a propriedade da terra e a função produtiva dos campos conheceram voraz metamorfose nas últimas décadas, com acelerado parcelamento dos campos e transferência de titularidade. Um e outra aceleram os já tênues laços afetivos e a capacidade de compreensão entre proprietários e as moradias e instalações rurais do passado, já maltratadas por modernizações, reformas e ampliações erráticas. Se nas cidades reina a lei da selva, no mundo



Fazenda Branca, Vacaria/RS, construída na segunda metade do século XIX e demolida no início dos anos 2000. Acervo: Adhemar Pinotti.

rural domina a vontade soberana do proprietário. Senhores de barão e cutelo sobre o construído repetem, simbolicamente, a autoridade dos escravistas no passado sobre os produtores escravizados e livres que frutificaram os campos.

Nesse arrasamento histórico geral do acervo arquitetônico do Brasil, os analistas destacam, tradicionalmente, com razão, o domínio do capital e a subserviência, não raro interessada, dos responsáveis públicos. Não se registra

em forma suficiente a determinação desse processo pela rusticidade e brutalidade estética e cultural da população brasileira, com destaque para os segmentos dominantes, tradicionais e emergentes, segmentos com acesso à formação cultural e capacidade de decisão sobre seus atos particulares e públicos, em geral pouco ou não disponíveis às chamadas classes médias e subalternizadas. Não é aqui o local para discutirmos, mesmo sumariamente, as ligações tênues e diretas entre as duas realidades destacadas. Ou seja, a ligação dialética entre o domínio do capital e a ignorância-insensibilidade estética. O certo é que sem empatia não há simpatia. No frígir dos ovos, só valorizamos e amamos o que podemos ver, sentir, conhecer, reconhecer e, sobretudo, compreender.

Nas últimas décadas, no Brasil, por múltiplas razões, arquitetos frequentam Programas de Pós-Graduação em História, em um percurso que creio, no geral, imprescindível para a formação plena do historiador da Arquitetura. Ou seja, o domínio das artes de projetar-construir e a de transformar em historiografia o vivido no passado. Essa confluência epistemológica tem ensejado contribuições magníficas à urgente e dramática necessidade de conhecer, explicar,

conservar e fazer amar nosso patrimônio arquitetônico. E tem facilitado aos historiadores uma maior sensibilidade para com o patrimônio histórico material.

Fabiano Teixeira dos Santos defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada “*A casa do Planalto: Arquitetura rural e urbana na região dos Campos de Lages: séculos XVIII e XIX*”, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo/UPF, em 09/12/2011. Participaram da banca avaliadora a arquiteta Rosa Maria Locatelli Kalil (UPF); a arquiteta e historiadora Ester Judite Bendjouya Gutierrez, da Universidade Federal de Pelotas/UFPel, e o historiador Mário Maestri, orientador. O trabalho em questão, agora apresentado em forma magnífica como livro, sem modificações e acréscimos, cumpriu com singular galhardia aquelas múltiplas exigências.

Para estudar o acervo arquitetônico urbano e rural, nascido, literalmente, nos séculos XVIII e XIX, como decorrência da ocupação da região dos Campos de Lages, em Santa Catarina, pela atividade pastoril voltada ao abastecimento, sobretudo do litoral catarinense e do sudeste brasileiro, Fabiano Teixeira dos Santos perscrutou cuidadosamente a região, identificando e

fazendo o levantamento das construções mais representativas, documentando-se, sobretudo por meio de fotos e imagens, sobre as unidades já desaparecidas. Fixou, resgatou e explicou um modo singular de morar, de viver, de trabalhar e de sentir.

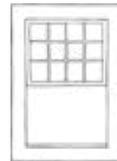
Fabiano Teixeira dos Santos confirmou processos construtivos e materiais comuns a outras regiões criatórias do Brasil, como o Planalto Médio e o Meridião Rio-Grandense. Enfatizou singularidades como o uso da madeira de araucária em sedes pastoris e a ausência da taipa de pilão e pau a pique, em forma dominante, na arquitetura erudita. Procurou definir, sem extremar, as eventuais influências culturais na arte de construir, de morar e de viver. Enfatizou as modificações de forma, de processo e de hábitos com o decorrer dos tempos, com a obsolescência sempre relativa dos padrões passa-

dos. Identificou, na região, reformas decorativas que registram importantes modismos culturais e ideológicos e o momento de inflexão de tradição construtiva já parte da história.

Fabiano registrou a necessidade de abordagens, que, algumas vezes, apenas tocou, devido aos marcos e aos tempos da investigação: Quem projetava? Quem construía? Como se morava? Quais as relações entre o exterior e o interior dessas moradias? Apontou a urgência de um melhor e mais perfeito conhecimento do entorno construtivo e social das moradias estudadas, ao qual a arqueologia certamente fornecerá dados muito ricos. Lembrou a necessidade de acessar múltiplas outras fontes para um conhecimento mais dinâmico de um universo que registrou magnificamente, em um verdadeiro e meritório processo de identificação, explicação e salvação.

### **Mário Maestri**

PPGH/UPF, Passo Fundo/RS



Casarão Juca Antunes, Lages/SC.

Foto: Autor, 2020.



**RUA**  
**BENJAMIN CONSTANT**  
ANTIGA RUA DA IGREJA OU DA MATRIZ

# Apresentação

## 2ª edição

**A**presentar essa obra, que vem revista e ampliada nesta segunda edição, é, além de imenso privilégio, um mote inspirador, que me leva a parafrasear Balzac: “Os acontecimentos da vida humana, quer pública, quer privada, estão intimamente ligados à arquitetura. Os observadores podem reconstruir as nações ou os indivíduos em toda a verdade de seus hábitos, segundo os remanescentes de seus monumentos públicos ou pelo exame de suas relíquias domésticas”.

Essa afirmação traduz minhas primeiras impressões quando, em 1998, eu conheci Fabiano Teixeira dos Santos, observador singular, dotado de competências intelectuais precoces para um acadêmico. Aquele jovem foi um dos mais destacados alunos para quem lecionei nos meus trinta anos de docência em Arquitetura e Urbanismo. Monitor das disciplinas que já amava, nas áreas da Arquitetura Histórica e da Arte, foi colaborador indispensável na criação do Centro de Documentação daquele curso na Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL, reunindo material de pesquisa para consolidar aquele nú-

cleo. Foi estagiário abnegado e meu orientando de trabalho final de curso, no qual desenvolveu pesquisa e proposta de restauro para o casarão oitocentista do Coronel Juca Antunes, referência para a cidade de Lages e para a história e cultura de Santa Catarina. Desde então, só cresceram as suas contribuições, descortinando com maestria o panorama sobre a arquitetura rural e urbana do Planalto Catarinense, abordagem agora ampliada neste livro, no qual ele valoriza o conhecimento desta herança cultural que é única.

Como arquiteto e urbanista, Fabiano vem, há décadas, se dedicando à defesa do Patrimônio Cultural, enfrentando, com muita segurança e embasamento sólido, diversos embates e posições, por vezes contrárias ao tema fundamental que é a preservação da identidade e qualidade de vida de um povo. Seguiu carreira trabalhando em escritório de Arquitetura, no serviço público, e atuou na Fundação Catarinense de Cultura/FCC e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN-SC. Como exemplar professor em cursos de graduação em Arquitetura e Urba-

nismo, de Santa Catarina, semeia terreno fértil entre os acadêmicos e prossegue pesquisando e publicando.

Fabiano nunca se intimidou com o exercício do desenho de observação, habilidade que já veio pronta e que, neste livro, se revela no traço característico, elegante e firme, exibindo mapa, numerosas plantas e desenhos de casas e fazendas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, tudo isto somado a textos bem fundamentados e a fotografias eloquentes. Sua entrega às pesquisas e interpretações em campo e em arquivos, seu interesse pela leitura das fontes primárias e dos melhores autores sobre Arquitetura Histórica e a evidente capacidade de comunicação foram preponderantes para o sucesso desta obra.

Temos aqui um autor apaixonado, obstinado e devotado ao tema: *A Casa do Planalto Catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX*. Ele é capaz de, através do discurso claro e objetivo e de precisas descrições, encadeadas a primorosas fotografias de campo e a iconografias históricas, transportar o leitor para um mergulho na ambiência singular das paisagens: planaltos, campos, caminhos, povoados, fazendas e moradas cidadinas, que testemunham as rotas dos tropeiros atravessando

os territórios catarinense e gaúcho. O livro expõe as vivências e inquietudes de Fabiano sobre o futuro dessas paisagens e o seu engajamento absoluto a um *modus operandi* que é motor das suas persistentes análises de campo e pesquisas documentais, impulsionadas pelo seu orientador de Mestrado, o professor doutor Mário Maestri. O resultado, além de ser a concretização autêntica dessa trajetória, ultrapassa a dimensão acadêmica e demonstra a militância constante e coerente do autor na divulgação da identidade cultural do Planalto de Santa Catarina. Essa iniciativa veio preencher uma lacuna sobre o tema, favorecendo o seu entendimento técnico e ao mesmo tempo didático, sobretudo para identificar, conhecer, compreender e proteger esses testemunhos nesta paisagem tão particular ao Brasil Meridional.

A obra, em seu conjunto, faz um recorte no tempo. Empregando rico vocabulário, apresenta as soluções arquitetônicas e concepções estéticas vigentes no universo edilício do sul do Brasil, ao longo de dois séculos fundamentais para a consolidação da ocupação do Planalto Serrano, território caracterizado pela próspera fase socioeconômica da pecuária, que encampa o modelo pastoril e o Ciclo Tropeiro, período histórico

bem exposto no **primeiro capítulo** desta obra. A linguagem culta e elegante, ao mesmo tempo simples e clara, nos permite a apreensão desse ambiente específico, abordando as relações de produção e as dimensões sociais dos atores neste processo. Destaco, no **segundo capítulo**, o olhar atento do autor para o papel do escravizado e o seu contributo na construção e manutenção do edifício da fazenda e no da cidade. Para além do panorama histórico, Fabiano enfatiza, num comparativo fotográfico e descritivo, as casas luso-brasileiras e a tradição ibérica. Destaca também materiais, técnicas e sistemas construtivos empregados para edificar: a utilização predominante da pedra e da cal, a especificidade e adaptação regional no uso da madeira de araucária, e a raridade no emprego do pau a pique, além da cuidadosa descrição de fachadas, telhados e ornamentações internas e externas.

A originalidade deste livro e a importante contribuição que ele traz para a história da arquitetura catarinense e brasileira está calcada na verificação *in loco*, identificando modelos arquitetônicos urbanos e rurais derivados da tradição portuguesa que forjou a identidade luso-brasileira. A casa de fazenda, suas implantação e configurações, cozinhas, galpões e os singulares

muros de pedra – as taipas – são os destaques do **terceiro capítulo**, que alia às fotografias, uma coleção de plantas baixas e implantações levantadas e desenhadas por Fabiano, registros contemporâneos que, por si sós, representam documentação pioneira e valiosa.

No **quarto capítulo** Fabiano apresenta as casas urbanas, enfatizando as posturas e regulamentações que definiam padrões construtivos da época, exemplificando com o caso de Lages, localidade implantada estrategicamente junto ao caminho de tropas entre Viamão e Sorocaba. O texto coteja iconografias antigas e atuais com o recurso do desenho de plantas baixas, característica particular do autor, que também neste capítulo nos brinda com esse levantamento único, até então inédito.

Fabiano compara e classifica cada solução arquitetônica, casas térreas, de porão alto, sobrados vetustos ou decorados ao gosto eclético, relacionando-as a todo um espectro de condicionantes econômicos e socioculturais, levantados numa bibliografia extensa e em fontes primárias. Tudo isto materializado numa elegante publicação torna a leitura convincente, estimulante e prazerosa, como o leitor verá.

Com desmedido e permanente cuidado na

pesquisa e na transmissão de saberes, Fabiano abre canais de pensamento e reafirma o interesse coletivo sobre o patrimônio cultural, aquele sentimento que torna possível a realização de ações de salvaguarda que, a princípio, poderiam ser consideradas improváveis. Seu trabalho contínuo e sistemático, aliado a um conhecimento inspirador, transformaram Fabiano num legionário da preservação, influenciando e motivando em plenitude os seus alunos e os seus pares arquitetos e urbanistas, e também os profissionais de áreas afins e todos aqueles que se interessam pela arquitetura de valor histórico, a encararem o presente e o futuro desse fenômeno cultural, ensejando novos olhares, certezas e também inquietações.

Sem dúvida, essa publicação materializa o anseio do autor em transmitir, para além da sala de aula, a sua larga experiência sobre um tema carregado de sentidos, significados e afetos. Ele nos brinda com os registros das suas análises, exercício há tanto tempo presente em sua vida e, por isso mesmo, dotado de um modo característico de tratar essa matéria-prima singular – fazendas e moradas urbanas, costumes, valores e tradições. Esse é o campo de interesse de Fabiano, onde ele reafirma grande conhecimento e vivência sobre o tema amadurecido durante o Mestrado,

e que resultou nesse primoroso livro em que ele se debruça sobre o território ocupado durante um dos mais significativos ciclos econômicos da história na América Meridional.

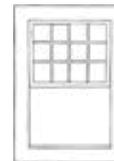
Esta obra, que eu tenho a honra e o prazer de apresentar, é, sem dúvida, o coroamento de uma etapa importante da carreira promissora deste doutorando, atuante pesquisador, analista e defensor da arquitetura de referência cultural e da história de Santa Catarina. Ele segue ancorado nos suportes ético e intelectual, contribuindo para a preservação de um panorama único na cultura catarinense e brasileira. É motivo de orgulho para mim essa relação da mais concreta amizade, admiração e respeito pelo autor dessa obra. Gratidão! Posso dizer o que eu sempre soube: sou aprendiz de Fabiano.

Tenho certeza de que esta obra vitalizante e reativa irá superar a expectativa dos seus leitores.

Bem haja!

**Eliane Veras da Veiga**

Arquiteta e Urbanista, Florianópolis/SC



## Prefácio

Este livro é resultado da Dissertação de Mestrado em História, defendida na Universidade de Passo Fundo/UPF, no ano de 2011, sob a orientação do Professor Doutor Mário Maestri.

A partir da revisão e adaptação do texto original da Dissertação, apresentamos uma abordagem sobre as habitações rurais e urbanas erguidas durante o período histórico de ocupação inicial da região dos Campos de Lages, no Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e XIX.

Com base no levantamento e análise das edificações remanescentes, e daquelas já desaparecidas, e identificadas por meio de documentos, sobretudo iconográficos, buscamos compreender como se construía e habitava no Planalto Catarinense nesses dois primeiros séculos. Historicamente, esse período foi caracterizado pela expansão e definição das fronteiras territoriais luso-brasileiras na região platina, e assistiu ao surgimento de uma sociedade governada pela aristocracia rural, apoiada no latifúndio e no escravismo.

A economia dessa região baseava-se quase única e exclusivamente na atividade pastoril, destacando-se as tropeadas de muares, para o abastecimento dos mercados consumidores localizados no sudeste brasileiro, e a criação extensiva de gado vacum destinado ao



Fazenda Cajuru, Lages/SC.  
Foto: Charles Steuck, 2014.

fornecimento de carne para o litoral catarinense. Dentro de uma paisagem regionalmente muito bem caracterizada, marcada pela predominância de campos de altitude pontuados por florestas de araucária, as construções antes mencionadas evidenciam como o colonizador pioneiro, branco ou mestiço, português ou paulista, valendo-se quase sempre da mão de obra escravizada, soube introduzir e adaptar seus conhecimentos tecnológicos (materiais e técnicas construtivas) e suas referências culturais (usos e costumes definidores da organização dos espaços de habitação e do agenciamento de plantas e tipos de casa) para a edificação de sua moradia.

Isso não só resultou na permanência de soluções construtivas e tipos arquitetônicos encontrados em outras regiões do Brasil e de Portugal, como também possibilitou o surgimento de exemplares originais, a partir da adaptação ao clima e do aproveitamento dos materiais que o novo meio oferecia ao povoador, a exemplo das residências edificadas inteiramente em madeira de araucária.

No campo, destacando-se no conjunto edificado das sedes de fazenda, ou nas vilas, surgidas de pousos de tropeiros junto aos antigos caminhos, essas edificações, então singelas e mesmo precárias, levantadas em pau a pique, ma-

terializaram a necessidade de fixação no território recém-desbravado da segunda metade do século XVIII, e, quando já eram mais imponentes e solidamente construídas em alvenaria de pedra, barro e cal, evidenciaram o franco desenvolvimento da pecuária, na segunda metade do século XIX.

A permanência das moradias tradicionais baseadas na tradição arquitetônica luso-brasileira ocorreu, na região de Lages, pelo menos até as primeiras décadas do século XX. A partir daí, seguiram-se mudanças de ordem social, política e econômica profundas, em que há de se destacar o fim da escravidão (1888), o golpe republicano (1889) e a decadência do ciclo tropeiro. Esses fatos, seguidos da ascensão da estética do Eclétismo, da renovação promovida pelo *Art Déco* e do advento de novos materiais e técnicas construtivas entre as décadas de 1930 e 1950, fizeram surgir uma nova arquitetura que, gradualmente, substituiu os tipos antigos, marcando, enfim, a chegada da modernidade.

### Fabiano Teixeira dos Santos



Fazenda São João, Lages/SC.  
Foto: Charles Steuck, 2014.

## Notas do Autor

### 1ª Edição

Por volta de 1730, em meio às disputas territoriais que traziam a guerra entre portugueses e espanhóis, a região hoje definida como Planalto Serrano, no Estado de Santa Catarina, conhecida, à época, como “Campos das Lagens”, foi atravessada pelo Caminho Viamão-Sorocaba, a Estrada Geral das Tropas. A inauguração do extenso percurso desta via de circulação – desde os Campos de Viamão, na atual região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, até à cidade paulista de Sorocaba – foi estratégica para assegurar os interesses coloniais da Coroa Portuguesa. De fato, resultou na principal rota de um complexo sistema viário que assegurou o desenvolvimento da economia pastoril e do Ciclo Tropeiro, garantindo a integração definitiva do Sul ao Centro do Brasil e consolidando os domínios luso-brasileiros na região platina.

Às margens do caminho pioneiro, o predomínio de extensas pastagens naturais, já ocupadas desde meados do século XVII por rebanhos, principalmente de gado vacum – que, em sua maioria, seria proveniente das *baquérias* (concentração de gado bovino em determinado local) das Missões jesuíticas espanholas estabelecidas, em parte, no atual estado do Rio Grande do Sul (Costa, 1982, p. 1.447) – levou, naturalmente, a uma exploração da terra por meio da pecuária extensiva e do latifúndio, apoiados na mão de obra do negro escravizado.

As primeiras propriedades rurais, somando milhares de hectares – ou, na forma usual da Serra Catarinense para expressar unidade de medida de área de terra, muitos “milhões de campo” sendo “um milhão de campo” equivalente a um milhão de metros quadrados – estabeleceram-se às margens do caminho pioneiro Viamão-Sorocaba, o que se deu pela concessão de sesmarias ou pela apropriação informal. Houve, para isso, é claro, a gradual expulsão e extermínio das populações indígenas, *Xoklengs* e *Kaingangs*, que descendiam dos primeiros habitantes do Planalto, os Proto-Jê, notáveis construtores das “casas subterrâneas”, cujos vestígios são largamente encontrados em toda a região (PERIN, 2019).



Fazenda Morrinhos, Lages/SC (foto de 1985).  
Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.

Multiplicaram-se as fazendas à medida que passaram a ocorrer desmembramentos dos latifúndios pioneiros e em que outras áreas foram ocupadas, simultaneamente à abertura de novos caminhos e à fundação de povoações em apoio ao processo de expansão territorial empreendido pela Coroa Portuguesa. Dentre essas povoações podemos citar Lages, principal núcleo urbano do Planalto Catarinense ainda nos dias

de hoje e que, até meados do século XX, exerceu forte influência socioeconômica, política e cultural mesmo na vizinha região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul.

Ainda hoje a pecuária é uma das principais atividades econômicas, embora venha perdendo espaço diante da introdução da lavoura mecanizada de soja, milho e trigo, especialmente nos municípios de Campos Novos e Curitibanos, além da fruticultura, atividade mais presente em São Joaquim.

No entanto, o plantio de pinheiro americano, para a indústria da madeira e da celulose, é a atividade responsável pela radical mudança do ambiente local, em razão da introdução de florestas exóticas, sendo Lages e municípios circunvizinhos os que mais têm sido alvo dessa transformação.

Apesar das mudanças pelas quais vêm passando, podem ser encontradas, na região serrana, antigas sedes de propriedades rurais oriundas da fase áurea pastoril, apresentando complexos construtivos que abrangem, de uma maneira geral, a casa-grande, moradia do fazendeiro, bem como galpões e conjuntos de mangueiras (currais), sendo que estas apresentam a particularidade de serem totalmente construídas

em alvenaria de pedra de junta seca, as denominadas “taipas de pedra”, que aproveitam os afloramentos basálticos abundantes.

Se no meio rural tais construções foram preservadas, nos espaços urbanos a maioria das residências erguidas neste período histórico inicial – séculos XVIII e XIX – não resistiu às transformações introduzidas, sobretudo, ao longo do século XX, quando se deram profundas mudanças de ordem social e econômica.

Há de se destacar entre os agentes responsáveis por essas transformações a expansão e adensamento das áreas urbanas a partir do Ciclo da Madeira (décadas de 1940, 1950 e 1960), o surgimento e profusão de novas tecnologias construtivas, como o concreto armado, e a verticalização das construções, com os edifícios atendendo às novas demandas decorrentes da modernidade.

Contudo, ainda que em número reduzido, em Lages alguns exemplares urbanos foram mantidos graças, principalmente, à atuação ainda recente de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural edificado, por meio da aplicação de legislação específica, o que tem impedido o desaparecimento completo destas construções diante da voraz especulação imobiliária.

A proteção do patrimônio arquitetônico lageano se dá por meio da Lei Municipal Complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995, e da Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, tendo já preservado, por meio do tombamento, mais de trinta imóveis de interesse histórico-cultural.

Esta arquitetura, tanto rural quanto urbana, apresenta um aspecto fundamental e comum às construções mais e menos abastadas: a simplicidade de feições vernaculares luso-brasileiras, a qual denuncia a origem e o modo de vida das populações pioneiras. Por outro lado, e aí considerando especificamente as casas de fazenda, de certa forma como contraponto à característica anterior, a implantação destacada e organizadora do conjunto edificado – e da própria fazenda, enquanto unidade produtiva – atesta a condição econômica privilegiada de seus proprietários, senhores de terra, gado e cativos.

No contexto urbano, sendo o espaço limitado, para diferenciar a casa nobre da singela moradinha usou-se de outros artifícios que não apenas a área construída e a possibilidade de se ter uma fachada simétrica. Essa diferenciação não ocorreu na feição das portas e janelas e no tipo de acabamento dos beirais dos telhados, iguais na casa rica e na casa pobre, mas

elevando-se a residência rica sobre um porão, as chamadas casas de porão alto, ou mesmo construindo um segundo pavimento, nem que apenas uma camarinha, para se poder ostentar o fato de ser dono de um sobrado.



Casarão Juca Antunes, Lages/SC. Foto: Autor, 2009.

Por outro lado, não somente a tradição foi fator determinante na configuração da antiga casa de Lages. A disponibilidade e dependência do trabalhador escravizado no cotidiano da sociedade brasileira até à Abolição (1888),

certamente também foi elemento estruturador e indissociável no campo da arquitetura, especialmente da residencial.

Nos sobrados urbanos ou nas casas-grandes de fazenda, de sua construção ao funcionamento diário, a presença do cativo desempenhando praticamente todas as tarefas é algo da maior importância para a compreensão da habitação brasileira nos períodos colonial e imperial. A realidade que existiu nos Campos de Lages, com a associação do regime escravista ao latifúndio pastoril, não foge à regra do que foi descrito por Gilberto Freyre em suas obras *“Casa Grande & Senzala”* e *“Sobrados e mucambos”*.

O estudo destas construções, particularmente das residências, foi objeto de nosso interesse desde que cursamos a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no início dos anos 2000. Concluída a graduação, em 2006 tivemos a oportunidade de participar da obra de restauro do casarão do Coronel Juca Antunes, que se tornou possível após a elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso, no qual propusemos justamente a recuperação deste que é um dos últimos exemplares da arquitetura luso-brasileira urbana em Lages.



Fazenda Cajuru, Lages/SC. Foto: Charles Steuck, 2014.

Entre 2007 e 2011, durante o período em que estivemos à frente da Divisão Técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina/IPHAN-SC, o tema continuou presente. Nessa época, por meio do projeto *“Caminhos das Tropas”*, buscamos identificar e mapear, com vistas à preservação, os remanescentes físicos que compõem o Patrimônio Cultural do ciclo tropeiro em Santa Catarina, notadamente na Coxilha Rica, no muni-

cípio de Lages, região que concentra a maior parte das fazendas históricas aqui abordadas.

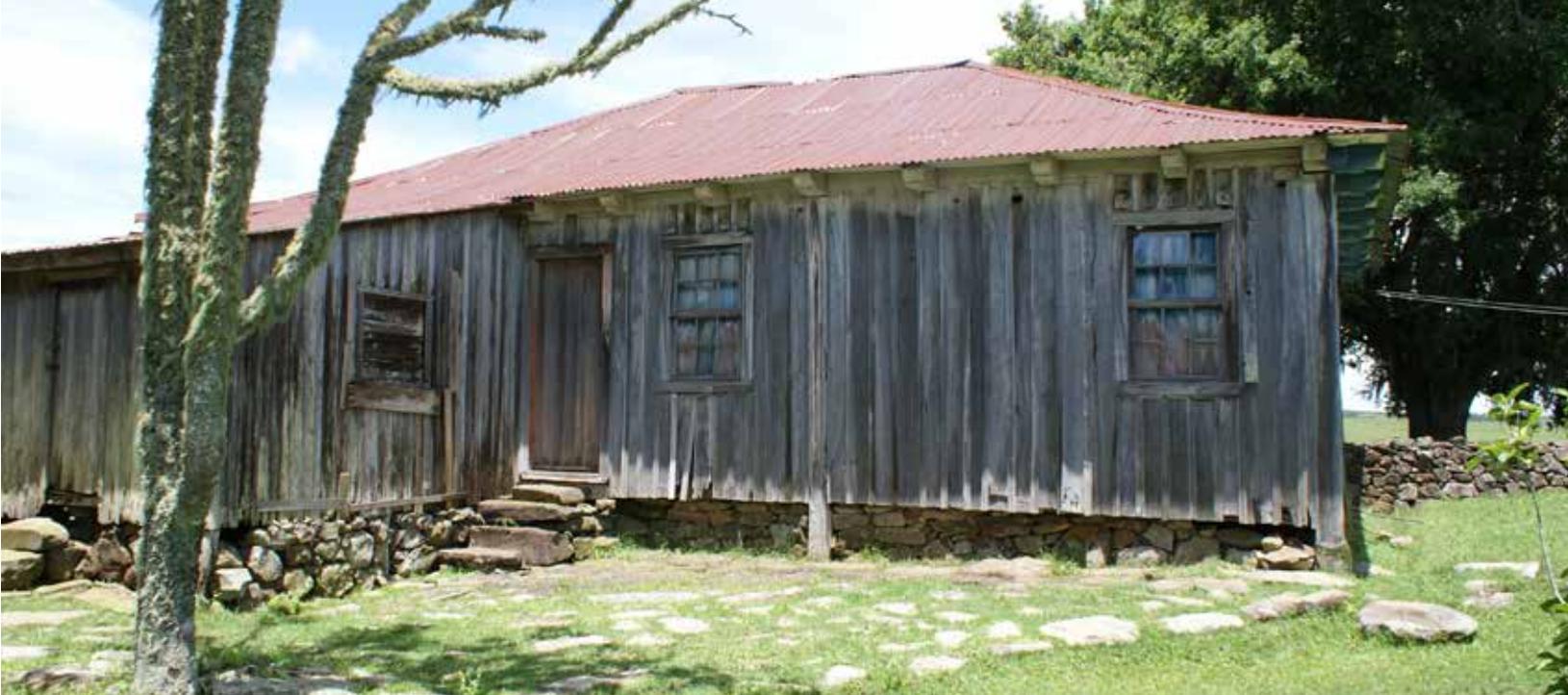
A experiência acumulada resultou em comunicações, palestras e artigos apresentados e publicados em diversos eventos, tendo como principal desdobramento o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em História que, sob o mesmo título da presente publicação, foi orientada pelo Professor Doutor Mário Maestri, e defendida, em 2011, na Universidade de Passo Fundo/UPF, Rio Grande do Sul.

Resultando da Dissertação de Mestrado, esta obra foi elaborada com a intenção de provocar uma reflexão sobre o processo histórico no Planalto Serrano Catarinense, com enfoque no município de Lages – o mais antigo da região, fundado em 1766 –, e a partir da produção arquitetônica nos meios rural e urbano, em seu período inicial, ou seja, entre a abertura do caminho Viamão-Sorocaba (aproximadamente 1730), fato ao qual se seguiu o estabelecimento das primeiras fazendas, e o fim do século XIX, marcado pela abolição da escravatura e pela transição para o regime republicano.

Partindo-se de contextualização histórica e com embasamento em revisão bibliográfica e pesquisa documental foram identificadas, na

região pesquisada, as edificações remanescentes, bem como algumas já desaparecidas, das quais foram encontradas algumas informações, sobretudo de caráter iconográfico. As referidas edificações foram analisadas quanto aos aspectos arquitetônicos – materiais, técnicas e sistemas construtivos, definição do programa de necessidades e configuração das plantas, e elementos estéticos, entre outros –, relacionando-as com construções similares existentes em outras regiões, apontando para possíveis origens, tentando identificar generalidades e originalidades, buscando definir tipologias.

Com relação à pesquisa bibliográfica, autores como Walter Piazza, Oswaldo Cabral, Licurgo Costa e Victor Peluso Júnior foram fontes indispensáveis para o entendimento da evolução histórica no contexto enfocado. Os dois primeiros são nomes consagrados da historiografia catarinense, e os dois últimos são profundos conhecedores da história e da geografia da região de Lages. Licurgo Costa é autor da monumental obra *“O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme”*, publicada em quatro volumes, totalizando mais de 1.700 páginas, no ensejo da edição de obras de referência para o estado de Santa Catarina, pela



Fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC. Foto: Autor, 2009.

editora da Fundação Catarinense de Cultura, em 1982. Já Victor Peluso Júnior, o grande geógrafo catarinense, é autor do formidável artigo “Lages, a Rainha da Serra” – no qual aborda, de maneira impecável, a evolução urbana e a arquitetura da cidade serrana – publicado originalmente no ano de 1952, nos Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, e reeditado em 1991, pela *Universidade Federal de Santa Catarina*, no livro “Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina”, reunindo diversos trabalhos de Peluso Júnior.

Na contextualização histórica são também importantes os autores Pedro Ari Veríssimo da

Fonseca (2004), Vera Lucia Maciel Barroso (*In: BOEIRA, 2006*) e Ana Lúcia Herberts (2009), que tratam do Ciclo das Tropas e dos antigos caminhos de tropeiros no Planalto, bem como Sebastião Fonseca de Oliveira (1996), que, na obra “*Aurorescer das Sesmarias Serranas: História e Genealogia*”, fornece, com a transcrição de inventários e outros documentos de fazendeiros dos Campos de Lages nos séculos XVIII e XIX, subsídios de grande relevância para a pesquisa realizada.

Necessário mencionar o minucioso relato de Robert Avé-Lallemant (1980) sobre as “*Viagens*

pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo”. Em 1858, Lallemand empreendeu uma viagem que consistiu em verdadeira aventura, entre a cidade do Desterro, atual Florianópolis, e a então vila de Lages. A riqueza de detalhes sobre a paisagem, natureza, tipos humanos, costumes e arquitetura tornam a narrativa cativante, lançando luz para que se pudesse obter, se não a compreensão real, uma visão mais próxima da realidade a respeito da habitação nos Campos de Lages na segunda metade do século XIX.



Fazenda dos Palmas, São Joaquim/SC. Foto: Autor, 2014.

Sobre a arquitetura portuguesa, matriz principal das construções estudadas, inúmeras obras foram consultadas na busca por dados úteis à pesquisa, com destaque para as mais recentes “*Cidades e Casas da Macaronésia*”, de José Manuel Fernandes (1996), e “*A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*”, de João Vieira Caldas (1999), bem como para os estudos essenciais, produzidos por Mário Moutinho (1979), *A arquitectura popular portuguesa*; por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (2003) *Arquitectura Tradicional Portuguesa*; e, ainda, a obra monumental “*Arquitectura Popular em Portugal*”, edição da *Ordem dos Arquitectos* (2004).

Fazemos ainda referência a “*Modelos Portugueses e Arquitectura Brasileira*”, de Roberto Pastana Teixeira Lima (2001), estudo comparativo que versa sobre a arquitetura produzida no Brasil sob influência portuguesa, destacando o papel da legislação, notadamente das Posturas Municipais, na consolidação de uma identidade arquitetônica luso-brasileira.

Também “*O sobrado e o cativo*”, obra do historiador Mário Maestri (2001) com enfoque nas habitações urbanas do Rio Grande do Sul durante o século XIX, permitiu não só a necessária



Fazenda São Domingos, Lages/SC. Foto: Autor, 2019.

reflexão sobre o fazer arquitetônico pela sociedade brasileira no contexto escravista mas também a comparação com o caso de Lages. Apoiando-se nas Posturas Municipais, Maestri nos revela não a contribuição do colonizador português, mas o papel estrutural do trabalhador escravizado no modo de construir e no funcionamento das antigas residências das cidades gaúchas.

Especificamente sobre arquitetura brasileira foram de fundamental importância os trabalhos de Carlos Lemos (1979), Nestor Goulart Reis Filho (1973), e Günter Weimer (1992).

Estes arquitetos-historiadores há décadas

vêm se dedicando ao estudo das origens e da formação da arquitetura no país, fazendo, inclusive, referências ao francês Vautier, arquiteto que na primeira metade do século XIX inaugurou a abordagem do tema, tendo se ocupado em compreender a construção e o funcionamento das casas de residência no Brasil. A obra de Vautier foi publicada em português, em 1975, pela Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Há de se referir também as Dissertações de Mestrado dos arquitetos Luís Henrique Haas Luccas (*Estâncias e Fazendas: Arquitetura da*

*Pecuária no Rio Grande do Sul*, UFRGS, 1997) e Nery Auler da Silva (*Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio – século XIX*, UPF, 2003), em que seus autores abordam as construções rurais do vizinho estado do Rio Grande do Sul dentro do mesmo recorte temporal aqui considerado.

Com relação à produção arquitetônica em Santa Catarina, embora ainda em número reduzido, merecem menção os estudos da historiadora Sara Regina Silveira de Souza e dos arquitetos Hans Broos e Eliane Veras da Veiga. O enfoque se dá na região litorânea, sobretudo para as possíveis contribuições dos colonizadores açorianos e seus descendentes às construções aí erguidas entre o período colonial e o final do século XIX.

A pesquisa documental, ainda que consideradas para as sedes de fazenda as informações descritivas contidas em antigos inventários, ficou concentrada em dois pontos. Em primeiro lugar, na compilação das Posturas do Município de Lages, entre 1836 e 1895, uma vez que este tipo de legislação foi determinante para a consolidação das feições arquitetônicas urbanas em todo o país até os últimos anos do século XIX, e para a afirmação do que hoje se entende como identidade arquitetônica luso-brasileira. Em se-

gundo lugar, teve como seu foco o levantamento de iconografia, tendo sido encontrado farto material, principalmente fotográfico, do final do século XIX e início do século XX, tais como fotos de sedes de fazenda, residências urbanas, ruas, praças e vistas panorâmicas de cidades, reproduzidas de publicações da época e de coleções de imagens, em sua maioria pertencentes ao acervo do Museu Thiago de Castro, em Lages, e ao da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, da Fundação Catarinense de Cultura/FCC, em Florianópolis, Santa Catarina.

A tarefa de identificação das casas remanescentes apoiou-se primeiramente nos processos estaduais de tombamento, sob a responsabilidade da FCC. Os tombamentos de imóveis na área central da cidade de Lages deram-se nas décadas de 1980 e 1990, seguindo-se a estes o tombamento da Sede da fazenda Cajuru, em 2005.

Em seguida, ao passo que avançava o inventário de conhecimento da arquitetura tropeira, pela Divisão Técnica do IPHAN, ocorreram diversas saídas a campo para a realização dos levantamentos arquitetônicos (registros fotográficos e elaboração de desenhos de fachadas e plantas baixas, incluindo, no caso das sedes de

fazenda, os conjuntos formados pelos galpões e mangueiras) e anotação dos materiais e técnicas construtivas observadas, ora desbravando estradas precárias de localidades isoladas, ora buscando, de rua em rua, por detrás de fachadas, em sua maioria descaracterizadas, elementos construtivos que permitissem a leitura do que teria sido uma habitação do século XIX.

Reunidas as informações, partiu-se para a confrontação e análise dos dados, considerando os dois grupos de construções estudadas, um composto pelas casas de fazenda, e o outro pelas casas urbanas.

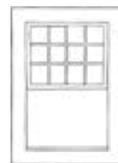
Procedeu-se também à necessária comparação com exemplares arquitetônicos de características similares datados do mesmo período estudado, encontrados em outras regiões – litoral catarinense, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Portugal Continental e arquipélagos dos Açores e da Madeira –, o que permitiu a subdivisão dos dois grupos principais

em outros grupos, com relação a aspectos diversos, tais como tipos de materiais e técnicas empregadas, configuração dos espaços internos/tipologia de plantas baixas, tratamento de fachadas, entre outros aspectos.

Isso possibilitou a verificação de elementos comuns à arquitetura luso-brasileira, como os telhados de quatro águas com galbo de contrafeito e beira-seveira, e elementos originais, resultantes da introdução desta arquitetura num contexto próprio, do que são prova as casas de residência construídas inteiramente com madeira de araucária.

Por fim, considerando a carência de pesquisas que tratem da historiografia da arquitetura brasileira, principalmente na região Sul, almeja-se, com esta obra, contribuir com novos subsídios para um aprofundamento do conhecimento referente à arquitetura catarinense, em particular à da casa rural e urbana dos Campos de Lages nos séculos XVIII e XIX.

**Fabiano Teixeira dos Santos**



Fazenda Lava Tudo, São Joaquim/SC.  
Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.



## Notas do Autor

### 2ª Edição

**É** com imensa satisfação que apresentamos esta segunda edição de “*A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX*”. Considerando que, em nosso país, as dificuldades recorrentes no setor editorial muitas vezes inviabilizam a publicação de trabalhos, sobretudo acadêmicos, é um privilégio poder trazer ao público esta nova edição, revista e ampliada.

É uma edição revista pois, por mais que nos debruçemos sobre um texto, buscando identificar e corrigir problemas, melhorando principalmente a estética de sua redação, sempre é possível conferir-lhe nova lapidação, que o tornará ainda mais compreensível e atrativo aos leitores.

É uma edição ampliada, porque, no decorrer desses cinco anos desde a primeira edição, em 2015, foi possível descobrir novos fatos, informações, imagens

(fotografias antigas) e mesmo edificações, como a Sede da fazenda Lava Tudo, notável exemplar de arquitetura luso-brasileira, construída em madeira de araucária, no século XIX, no município de São Joaquim. Todas essas descobertas, cuidadosamente guardadas, foram agora anexadas ao conteúdo original, ampliando e enriquecendo esta reedição.

Nesta edição ampliada alguns aspectos merecem ser destacados. Um deles é a possibilidade de apresentar mais dados a respeito das cidades de São Joaquim, Curitiba e Campos Novos, antigas sedes das freguesias (distritos) do município de Lages. Esses dados estão relacionados tanto à origem e ao desenvolvimento da morfologia urbana de seus núcleos fundacionais, no século XIX, quanto à estreita ligação dessas antigas vilas com a passagem dos caminhos de tropas, naquele período.

Outra preocupação foi a de inserir

novas informações relacionadas à contextualização histórica da arquitetura na região, notadamente referentes à constituição da sociedade local no século XIX (Capítulo 2). Além de haverem sido incluídos fatos que ajudam a contar a triste narrativa da escravidão africana nos Campos de Lages, um novo subcapítulo aborda a organização política da elite coronelista lageana, dividida entre liberais e conservadores, proprietários da maior parte das residências estudadas.

Também nos foi possível, nesta segunda Edição, contar com duas novas fontes. Uma delas foi um novo trabalho do genealogista Sebastião Fonseca de Oliveira, intitulado *Memórias das fazendas serranas: história e genealogia*, lançado em 2018. A outra foi a obra *O voo das Curucacas: Estudo Genealógico de Famílias Serranas de Santa Catarina*, de autoria da também genealogista Ismênia Ribeiro Schneider, obra essa à qual, embora editada em 2013, só tivemos acesso recentemente, após publicada a primeira edição.

A relevância desses dois livros para esta nova edição é que em ambos foram disponibilizadas as transcrições de inúmeros inventários do século XIX, os quais trouxeram importantes contribuições à pesquisa, especialmente no que

se refere à descrição de moradias (citando materiais construtivos) e listagens de mobiliários e utensílios domésticos, constantes nos mesmos. Além disso, no livro de Ismênia Ribeiro Schneider há informações inéditas acerca da fundação da cidade de São Joaquim, terra natal da autora.

No contexto desta segunda edição há um aspecto interessante e que consideramos importante aqui relatar. Trata-se de uma espécie de elo que nos conecta diretamente à história de Lages e da serra catarinense, um elemento da arquitetura local com o qual nos deparamos ainda no período final do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL, em 2005. Esse elemento motivou e propiciou o nosso envolvimento com a região, e todo o interesse de pesquisa, nos anos seguintes, pela temática da arquitetura luso-brasileira e sua relação com o tropeirismo no planalto de Santa Catarina.

Estamos nos referindo ao “Casarão Juca Antunes”, antiga residência urbana construída no século XIX, objeto de nosso Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da professora Eliane Veras da Veiga. Esta é a última edificação que ainda preserva a maior parte das características originais desse período. Situada na área central

de Lages, encontra-se, agora, devidamente restaurada e entregue à comunidade como um bem cultural e público.

O lançamento desta segunda edição de “*A Casa do Planalto Catarinense*” se dá justamente no ensejo da conclusão das obras de restauro e reabertura do Casarão Juca Antunes, o qual, propositalmente, ilustra a capa deste livro, mediante belo registro do fotógrafo Ruy Luiz Machado, dando-se, assim, a devida visibilidade a esse singular bem cultural edificado, que, nas suas grossas paredes de pedra, barro e cal, materializa a própria história da cidade de Lages e região.

Foi o interesse em pesquisar as características arquitetônicas e a história do Casarão, quando estudante e estagiário da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura/FCC, em 2004, que levou a toda uma trajetória profissional focada na arquitetura tropeira. Incluem-se aí as ações realizadas quando de nossa passagem pela Divisão Técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, em Santa Catarina, entre 2007 e 2011, visando identificar e proteger o patrimônio cultural relacionado ao ciclo tropeiro no estado. Esse mesmo interesse

influiu na escolha do tema e no desenvolvimento da Dissertação de Mestrado em História, sob a orientação do professor Dr. Mário Maestri, na Universidade de Passo Fundo/UPF, e que resultou na primeira edição deste livro.

Tanto para a viabilização da obra de recuperação do Casarão Juca Antunes, como para esta segunda edição do livro, houve o total apoio da empresa *China Three Gorges Corporation – CTG Brasil*, que, por intermédio de Ronan Max Prochnow, sensível ao nosso apelo pela importância da preservação do patrimônio lageano e da sua divulgação, tornou possível a concretização de ambos os projetos.

O primeiro Projeto resultou de ação intermediada pelo Ministério Público Estadual, em 2011, a partir de denúncia nossa, diante da constatação de danos causados ao Casarão pelos seus antigos proprietários. O segundo, foi viabilizado com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura. As tratativas referentes a estas ações foram iniciadas justamente quando nos encontrávamos em Lages, lecionando no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto Catarinense/UNIPLAC, entre 2018 e 2019. Cabe registrar também a importância da parceria de longa data com os irmãos

Públio Sartori e Sérgio Gregório Sartori, proprietários da produtora *Fazer Cultural*. Desde a realização da obra emergencial de recuperação do Casarão Juca Antunes, em 2006, a partir de projeto desenvolvido pelo escritório *Orna-*

*to Arquitetura*, com base em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, até à primeira edição do livro, em 2015, o envolvimento desses dois grandes parceiros foi fundamental para o sucesso de nosso trabalho.

## Casarão Juca Antunes: testemunha da formação da cidade de Lages



O Casarão, visto da Catedral de Lages, c. 1930. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Como o Casarão foi o ponto de partida que possibilitou essa ligação profissional e afetiva com Lages e o patrimônio edificado local, e que, por fim, tornou também possível esta segunda edição de “*A Casa do Planalto Catarinense*”, faz-se necessário tecer algumas linhas sobre sua importância histórica e arquitetônica, seus personagens, o processo de decadência e reconhecimento enquanto bem cultural, e sua restauração.

O Casarão Juca Antunes foi construído por volta de 1850, época em que Lages não passava de uma pequena vila com ruas de terra e modestas moradias geminadas, endereço de fazendeiros senhores de cativos e ponto de apoio aos tropeiros de mulas, os quais deixavam o Rio Grande do Sul para comercializar seus animais nas feiras de São Paulo.

Para se ter uma ideia melhor desse qua-

dro, reportamo-nos às estatísticas do período. Em 1851 houve um recenseamento, revelando que em todo o município de Lages havia uma população de 5.040 habitantes, dos quais 603 eram escravizados (Costa, 1982, p. 741). Isso já representava relativo progresso, uma vez que, em 1794, quase trinta anos após ter sido fundado, haviam sido registrados 829 habitantes, ao passo que em 1810 o povoado contava com apenas 30 casas, sendo 17 na “*Rua de Baxo*” (Rua de Baixo), atual Correia Pinto, e 13 na “*Rua de Cima da Palha*”, atual Nereu Ramos (COSTA, 1982, p. 740 e 94).

Alguns anos depois, em 1877, quando a vila já havia sido elevada à condição de cidade (1860) e novas Ruas haviam sido abertas, dentre as quais a “*Rua Nova do Lajeado*”, atual Coronel Córdova, em cuja esquina com a “*Rua da Igreja*”, atual Benjamin Constant, havia sido erguido o Casarão Juca Antunes, o número total de edificações na área urbana era de 122, abrigando 784 moradores, entre libertos e cativos (COSTA, 1982, p. 742).

A implantação privilegiada do Casarão num terreno alto, justamente na esquina da Rua da Igreja com a Rua do Lajeado – por onde escoavam as águas de um pequeno córrego, por isso o nome curioso –, assegurou o seu registro

na maioria dos panoramas da cidade desde o século XIX, já aparecendo numa gravura datada de 1866, a mais antiga vista conhecida de Lages.

Fotografias do início do século XX também o mostram em evidência na paisagem urbana, com seu imponente telhado em meio às moradias mais baixas, e o extenso quintal que se estendia até quase à esquina com a Rua da Boa Vista, atual Hercílio Luz. Nesse quintal havia um galpão que servia como estábulo, destinado, pelos proprietários, para a guarda dos seus animais de montaria.

Na década de 1950, a construção do moderno edifício do Grande Hotel Lages, na esquina da Rua Coronel Córdova com a Rua João de Cas-



O Casarão na década de 1990, quando se iniciou o processo de tombamento estadual. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Vista aérea do Casarão, em julho de 2020, na fase final dos trabalhos de restauração. Foto: Renyer Müller.

tro, lançou uma sombra sobre a antiga residência da família Antunes. Nesse período, o ciclo da indústria da madeira reduzia a importância econômica da pecuária, mudança que se refletiu numa acelerada transformação da cidade: as Ruas foram calçadas e iluminadas, as mulas substituídas por automóveis e as antigas casas rapidamente deram lugar a prédios de apartamentos, cinemas e galerias comerciais. Esse processo atingiu o apogeu na década de 1970, transformando Lages em polo da região serrana e uma das mais populosas cidades de Santa Catarina.

Na esquina central, o Casarão Juca Antunes, embora mostrando as marcas da passagem

do tempo, resistiu, com suas feições de origem portuguesa, como que a lembrar os lageanos de suas origens. Indiferente e altivo, materializou não apenas a memória dos moradores ilustres e das famílias de sobrenomes aristocráticos que passaram por suas salas e alcovas, mas também a dos humildes anônimos, mucamas negras e peões mestiços, empregados e trabalhadores escravizados

Até hoje a visão do casarão traz à memória não apenas aquele cujas posses tornou possível a edificação desta imponente residência mas todos aqueles que também lhe deram vida e significado, desde o momento em que ergueram as pesadas pedras para dar forma às paredes, até o dia a dia da casa, cozinhando, costurando, cuidando da horta e das galinhas no quintal, lavando roupa no Tanque e buscando água na cacimba da Santa Cruz.

No final da década de 1990, embora já bastante descaracterizado e em estado precário de conservação, diante do risco de ser demolido como outras construções históricas da cidade haviam sido, foi considerado bem cultural a ser preservado, sendo tombado como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Catarina por meio do Decreto nº 3.462, de 23 de novembro de 2001.

## Ilustres personagens: arquitetura, história e genealogia

O primeiro proprietário do Casarão foi o fazendeiro Henrique Ribeiro de Córdova (1809/1883). Tenente Coronel da Guarda Nacional e Deputado Provincial pelo Partido Liberal, e lageano de grande projeção política na época do Império, recebeu a distinta homenagem de, após sua morte, emprestar o nome justamente à Rua onde teve sua residência – Rua Coronel Córdova –, nome esse que permanece até hoje. (CARVALHO, 1990, p. 255; COSTA, 1982, p. 1624).

Após a morte de Córdova, a edificação foi adquirida de seus herdeiros pelo também Tenente Coronel, Vereador e líder do Partido Conservador em Lages, José Antunes de Lima, o “Juca Antunes” (1817-1905). Ele era filho de tradicional família com origens em Minas Gerais e São Paulo, radicada em Lages no século XVIII, e foi dono, dentre outras, da histórica fazenda São José, na região da Coxilha Rica, em área atualmente pertencente ao município de Capão Alto (Oliveira, S. 1996, p. 65). Juca Antunes foi casado com Maria Gertrudes de Moura Ramos (1824-1886), irmã do Coronel Vidal Ramos Sênior, e tia do Governador Vidal Ramos Júnior e do Intendente Municipal (Prefeito) de Lages, Coronel Belisário Ramos.



Coronel Henrique Ribeiro de Córdova (1809-1883), primeiro proprietário do Casarão.

*Acervo: Museu Thiago de Castro.*



Coronel José Antunes de Lima, o "Juca Antunes" (1817-1905). Acervo: Museu Thiago de Castro.

Juca e Maria Gertrudes foram pais de José Maria Antunes Ramos (1863-1927) e de Maria José Antunes Ramos (1865-1928), conforme Oliveira, S (1996, p. 65), os quais, após a morte do pai, em 1905, receberam o Casarão por herança. Enquanto José Maria tornou-se

fazendeiro e também político de destaque, sendo eleito Deputado Provincial, em 1885, pelo Partido Conservador, Maria José, a "Dona Zezé", envolveu-se ativamente em obras de caridade, na Paróquia de Lages, o que a tornou uma mulher muito popular e querida pela população local, no início do século XX (COSTA, 1982, p. 380).

Dona Zezé foi casada com o carioca Victor Alves de Brito (1859-1914), filho de ilustre família da capital Deserto (Florianópolis), o qual se tornou fazendeiro e político de projeção estadual, exercendo os cargos de Vereador e Intendente Municipal em Lages, e Deputado Estadual, em 1902, pelo Partido Republicano (OLIVEIRA, S. 1996, p. 65).

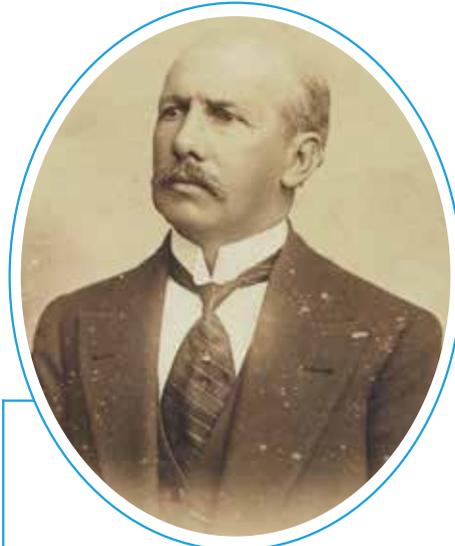


Família Antunes Alves de Brito, em 1924.

Acervo: Victor Alves de Brito Filho.



Dona Zezé, filha do Coronel Juca Antunes.  
Acervo: Museu Thiago de Castro.



Victor Alves de Brito, marido de dona Zezé.  
Acervo: Museu Thiago de Castro.



Basilissa Alves de Brito, neta do Coronel Juca Antunes. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Do matrimônio de Dona Zezé e Victor Alves de Brito nasceram os filhos Auta, Basilissa, José Feliciano e Oscar Victor. A documentação cartorial informa que a residência foi transmitida a José Feliciano, embora sua irmã Basilissa, ao nascer (1883), tivesse recebido o Casarão de presente do avô Juca Antunes, segundo informa Carvalho (1990, p. 255). O fato é que em 1944 o “Casarão” foi vendido ao Tenente Firmino Machado, tendo, a partir de então, definitivamente deixado de ser posse da família Antunes.

Outro personagem que se liga à história das famílias Antunes e Alves de Brito, e consequentemente, ao Casarão, é o negro “Pai João”, também conhecido como “Tio Banga”. Mestre pedreiro, e cativo originário de Angola, tem sua memória preservada no nome da fazenda Pai João, em Capão Alto, assim rebatizada, segundo a oralidade, depois que o cativo, conhecedor das propriedades medicinais da flora local, curou de grave doença o proprietário da fazenda (COSTA, 1982, p. 190).

Atribui-se a Pai João não apenas a construção das casas de fazenda em alvenaria, da Coxilha Rica, mas também a da antiga capela de Nossa Senhora do Rosário, que se localizava na atual Rua Correia Pinto e pertencia à Irmandade dos Negros, tendo sido demolida no início do século XX.

Boa parte das casas erguidas na cidade de Lages, na segunda metade do século XIX, também foram obra de Pai João, não se podendo duvidar que o próprio Casarão Juca Antunes seja um de seus trabalhos como mestre pedreiro e construtor. Já em avançada idade, pertenceu a Dona Zezé e ao marido, Victor Alves de Brito, que enfim o alforriaram, podendo ao menos terminar seus dias como um homem livre.



Pai João, construtor. Era cativo da família Antunes Alves de Brito, na fazenda Cruz de Malta. Acervo: Museu Thiago de Castro.

## Arquitetura luso-brasileira do século XIX

Na década de 1940, quando foi vendido, o Casarão Juca Antunes contava com, aproximadamente, um século de existência, e ainda preservava a maior parte dos elementos construtivos originais de uma típica residência de arquitetura luso-brasileira. Além das características externas, como as paredes em alvenaria autoportante de

pedra e tijolos, as janelas com guilhotinas e postigos, as fachadas enquadradas por cunhais e os beirais das coberturas feitos com telhas (beira-seveira), esta edificação apresentava o padrão “morada-inteira”, ou seja, uma fachada principal, composta por uma porta central e duas janelas de cada lado, fachada esta voltada para a

já mencionada Rua Coronel Córdova. Apesar das sucessivas reformas sofridas posteriormente restaram vestígios que possibilitaram a reconstituição aproximada da planta baixa primitiva deste Casarão, já publicada na primeira edição de *“A Casa do Planalto Catarinense”*, à página 163: os cômodos de uso social, como as salas de visita, ficavam junto à Rua, reservando-se o meio e os fundos da habitação às funções de uso restrito aos moradores, como dormitórios e locais destinados aos trabalhos domésticos.

Essa setorização resultou numa planta e volume de formato retangular, o qual foi coberto por telhado de quatro águas. A esse volume principal foi acrescido um segundo volume, estreito e alongado, coberto por telhado de uma água, que abrigou a grande cozinha da moradia. A junção desses dois volumes originou uma planta em formato de “L”, que foi muito utilizada nas casas brasileiras nos séculos XVIII e XIX.

O Casarão Juca Antunes contou com a vantagem de haver sido erguido num terreno de esquina, o que possibilitou a abertura de muitas janelas na fachada secundária, voltada para a Rua Benjamin Constant, melhorando substancialmente a iluminação e ventilação de seus ambientes, o que era impossível nas casas

de meio de quadra, quase sempre geminadas. Já a fachada lateral direita – onde hoje se encontra a garagem do Grande Hotel Lages –, era desprovida de janelas, em razão de ser geminada com uma pequena casa térrea, construída na mesma época.

Três características são particularmente importantes para a arquitetura do Casarão. A primeira delas é a presença de um extenso corredor, já desaparecido, que iniciava na porta principal, na fachada da Rua Coronel Córdova, e se estendia até à parte posterior da moradia, junto ao quintal. Este corredor era parte importante no agenciamento da planta-baixa, pois, além de garantir maior privacidade, controlando os fluxos, em função de sua posição centralizada era em torno dele que se organizavam os demais espaços: na parte da frente, as salas; no meio, os quartos e alcovas – como eram chamados os dormitórios sem janelas –, ficando a sala de jantar, a cozinha e as dependências de serviço localizadas na parte dos fundos da residência, após o corredor.

Em segundo lugar, observa-se a existência de porão alto, importante inovação do século XIX, que consistia em subir o nível do piso sobre porões mais ou menos elevados (não habitáveis), sendo o desnível em relação à Rua vencido por



Fachadas lateral e posterior do Casarão. O poço de água foi descoberto, no quintal, durante as obras de restauro. Foto: Autor, 2020.

meio de uma pequena escada posicionada após a porta de entrada, conduzindo ao corredor central. Eram abertos óculos e gateiras (buracos) que permitiam a ventilação do porão e minimizavam a incidência de umidade proveniente do solo, a qual comprometia a conservação do madeiramento dos barrotes e assoalhos. Além disso, o aumento da altura da fachada resultava num aspecto de maior imponência apesar da simplicidade da fachada, o que é claramente perceptível no Casarão Juca Antunes.

Por fim, percebe-se que a fachada posterior da antiga cozinha, feita em madeira, difere do restante da construção, em alvenaria. Isso chama a atenção porque, embora a madeira fosse, na época, um material bastante utilizado na região – principalmente a espécie araucária

(*Araucaria Augustifolia*), abundante e de fácil obtenção –, havia o fato de que a legislação, no século XIX, determinava que as fachadas, ao menos as voltadas para as Ruas, fossem construídas em alvenaria de pedra ou tijolo. Essa exigência deve-se ao fato de que, na tradição construtiva luso-brasileira, o uso da madeira esteve, em geral, restrito às estruturas das coberturas e das divisórias internas em pau a pique, às esquadrias, aos forros e aos assoalhos, não sendo comum o seu uso em paredes, em especial se fossem externas. A moradia ideal, sólida, simbolizando a condição econômica abastada dos proprietários, deveria ter as paredes externas em alvenaria, o que, em parte, explica a determinação expressa nas Posturas Municipais de Lages, conforme se vê no casarão Juca Antunes.

## Decadência, reconhecimento e resgate patrimonial

Ao adquirir o Casarão, em 1944, Firmino Machado promoveu uma reforma para instalar um hotel, que funcionou por muitos anos no local (Carvalho, 1990, p. 255). Foi nessa época que as antigas fundações em pedra foram reforçadas por arcos feitos com tijolos, e as tramas de barro e madeira das divisórias internas, em pau a pique, substituídas por tijolos maciços apoiados por esteios, ou seja, por pilares de madeira.

Para melhor atender os hóspedes, uma das janelas da sala de jantar deu lugar a uma nova porta, voltada para a Rua Benjamin Constant, sendo a soleira revestida com ladrilho hidráulico. Ocupando parte do quintal, foi construído um anexo, para abrigar uma nova cozinha e um banheiro, o qual, provavelmente, nunca havia existido, pois, antes do início do século XX, mesmo nas casas abastadas eram raras as instalações sanitárias.

Nas décadas seguintes, o Casarão Juca Antunes passou a abrigar outros usos, dentre os quais um ateliê de costura, que ocupou parte da antiga cozinha, e um consultório dentário. Por volta de 1980 foi novamente vendido,

passando a conciliar as funções de moradia e mercearia, além de abrigar pequenas lojas junto à Rua Benjamin Constant. Datam dessa última fase uma série de intervenções que, iniciando pela abertura de uma segunda porta na fachada da Rua Coronel Córdova, junto à esquina, foram, gradualmente, promovendo a descaracterização do edifício, desconsiderando completamente sua historicidade. Restaram apenas partes da cobertura com as telhas capa-e-canal, os beirais em beira-seveira, algumas poucas aberturas e trechos remanescentes das divisórias internas. Forros e assoalhos originais haviam sido perdidos e o antigo quintal se encontrava quase todo ocupado por pequenos anexos, construídos para aumentar a área da antiga cozinha, e em meio a uma grande quantidade de entulhos.

A perspectiva de realização de obras para evitar o desaparecimento dessa antiga residência surgiu em 2001, quando ocorreu o tombamento da mesma. Em 2005, com base em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, defendido na Universidade do Sul de Santa Catarina, nesse referido ano, o escritório *Ornato Arquitetura*



Parte interna do Casarão após o término das obras de restauro. Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.

desenvolveu uma proposta de intervenção emergencial, prevendo a consolidação estrutural e a recuperação das coberturas e fachadas do casarão, além de adequações que pudessem viabilizar um melhor uso do imóvel por parte dos moradores e comerciantes nele instalados.

Com a aprovação do projeto junto à Fundação Catarinense de Cultura/FCC e com a obtenção de recursos por meio de mecenato cultural, as obras foram iniciadas em setembro de 2006, tendo sido concluídas em março de 2007.

Porém, a descontinuidade desses trabalhos de recuperação e, contrariamente ao que se buscava, a realização de intervenções não autorizadas, gerando danos, colocaram novamente o casarão em situação de risco, levando o Ministério Público Estadual a mover, em 2009, uma ação civil pública contra os proprietários.

A falta de manutenção e o descaso dos donos do imóvel, que nunca concordaram com o tombamento, resultaram no rápido avanço do estado de deterioração, levando, em 2012, à interdição pela Defesa Civil, em função do risco iminente de colapso estrutural. A maior parte dos elementos que haviam sido recuperados em 2006 e 2007 foram perdidos, ocorrendo, inclusive, o desabamento de partes da cobertura principal, o

arruinamento de algumas paredes externas e o desmoronamento de todas as paredes internas remanescentes.

A situação começou a mudar em 2016, com a chegada de recursos obtidos junto à empresa *China Three Gorges Corporation* – CTG Brasil, por intermédio do Ministério Público Estadual. Foi então possível a aquisição do Casarão, doado à Prefeitura Municipal de Lages, e o desenvolvimento de um projeto completo de restauração, a cargo do arquiteto Lurian Furtado.

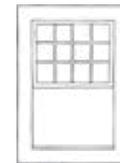
Os trabalhos de recuperação iniciaram-se no final de 2018, com a remoção do grande volume de entulho que tomava conta do interior da edificação, e, ao mesmo tempo, com a instalação de uma cobertura provisória, para facilitar a execução dos serviços. A obra se estendeu por todo o ano de 2019, sendo terminada em julho de 2020, e buscou compatibilizar a necessidade de recuperação e preservação das características construtivas do edifício, enquanto bem tombado, e o bom uso de seus espaços, estando apto a abrigar diversas atividades, especialmente de natureza cultural e institucional.

Devidamente recuperado em seus principais elementos arquitetônicos, o Casarão Juca Antunes finalmente reabre as portas, sendo en-

tregue à comunidade, agora como um bem público. Inicia-se uma nova fase de valorização e apropriação deste singular edifício, que é um dos mais importantes monumentos arquitetônicos da cidade de Lages e da região do Planalto Catarinense, enquanto testemunha de sua origem e formação social.

Concomitantemente à restauração e reabertura do “Casarão”, o lançamento desta segunda edição de “*A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX*”, que o traz estampado na capa, é um feliz desfecho e coroamento deste ciclo de investigação científica, pesquisa histórica, documentação e promoção de parcela significativa do patrimônio cultural arquitetônico de Santa Catarina, presente nas páginas que seguem. Boa leitura!

*Fabiano Teixeira dos Santos*



# 01

## CAMINHOS E TROPEIROS NO PLANALTO MERIDIONAL DO BRASIL



Corredor de tropas, Coxilha Rica, Lages/SC.  
Foto: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.



## Caracterização do território: o planalto das araucárias

Entende-se por Planalto Serrano Catarinense o vasto território de campos e bosques de *Araucaria angustifolia*, popularmente denominada de “pinheiro brasileiro”, árvore predominante nas regiões do Planalto Sul brasileiro.

Esse Planalto está situado no estado de Santa Catarina, acima das encostas da Serra Geral, junto à divisa com o estado do Rio Grande do Sul, ao norte dos rios Pelotas e das Contas. Aí lhe são contíguos os Campos de Cima da Serra, de características similares aos do Planalto Serrano Catarinense, e com os quais fazem divisa, de leste para oeste, os municípios catarinenses de Bom Jardim da Serra, São Joaquim, Lages, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Anita Garibaldi.

Em sua fase de ocupação inicial, por conta do processo de expansão dos domínios coloniais portugueses, a região denominou-se, primitivamente, Sertão de Curitiba, por ter sido vinculada administrativamente a essa cidade paranaense. Cabe aqui lembrar que a margem norte do rio Pelotas, hoje catarinense, pertenceu, até 1820, à então capitania de São Paulo, cujo território incluía o estado do Paraná e todo o Planalto, Meio Oeste e Oeste de Santa Catarina, estado ao qual cabia apenas a faixa litorânea, entre Guaratuba (PR) e Torres (RS). Posteriormente, o Sertão de Curitiba foi definido como Campos de Lages, em referência aos abundantes afloramentos de rocha eruptiva (basalto) e sedimentar (arenito) que constituem a natureza geológica local. Peluso Júnior, ao descrever essa região, define, com clareza, seus limites:



*Florestas e campos que se sucedem através de montanhas médias e pequenas colinas assentadas sobre um altiplano eis a feição característica do planalto de Lajes (...). Seus limites destacam-se afoitamente no relevo que, ao encontrar-se com a serra do Mirador, apresenta os vertiginosos taludes da serra Geral, seu limite oriental. Ao sul e ao oeste, são as linhas que no planalto deixa a erosão das águas dos rios Pelotas e Peixe que o delimitam. Dominam aí grandes florestas, formadoras de barreiras que detiveram as correntes de povoamento (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 30).*

Ao norte, essa região é delimitada pela Serra do Espigão, acidente geológico importante, que, ainda em território catarinense, faz a transição dos Campos de Lages, na altura do município de Curitiba, para o Planalto Norte Catarinense (ou Planalto de Canoinhas), já sob influência dos Campos Gerais do Paraná.

Para oeste, avança até o Vale do Rio do Peixe, numa paisagem que originalmente alternava trechos de florestas subtropicais e campos nativos, os Campos Novos, em sua maioria hoje

transformados radicalmente pela lavoura mecanizada e pela silvicultura. A denominação “Campos Novos” se deu em função de haverem sido ocupados mais tardiamente em relação aos Campos de Lages, tendo a referida expressão passado a denominar o município aí situado.

Apresentando uma variação de altitude entre 900 e 1.600 metros acima do nível do mar, com verões amenos e invernos bastante rigorosos – o que resulta numa temperatura média anual de 15°C –, aí se registra, com frequência, a formação de geada e neve durante o inverno, e é nessa região que ocorre o contato das matas costeiras com os pinhais, em associações mistas, denominadas matas sub-xerófilas, ou faxinais.

Os campos desprovidos de árvores, conhecidos como campinas, são raros, e, em geral, apresentam-se na forma de savanas com araucárias ou vassourais esparsos. Já as florestas, em que surge principalmente o pinheiro, associado à imbuia e à erva-mate, ocorrem, em sua maioria, nos vales dos rios e em pontos mais úmidos – sinal da presença de nascentes – nas coxilhas, de onde partem acompanhando os cursos d’água em matas de galeria, indo ao encontro das massas florestais dos vales de rios de maior porte (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 33-34).



Campo nativo com bosques de araucária, entre as fazendas São João e Santa Teresa, Lages/SC. Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.

Nas áreas de ocorrência dos campos, a predominância de gramíneas e espécies arbustivas foi determinante para o desenvolvimento da pecuária extensiva como vocação econômica, já nos primeiros anos de ocupação do território, e, embora originalmente constituíssem a maior parte do revestimento vegetal dos Campos de Lages, essas áreas acabaram sendo convertidas em “campo limpo”, assumindo muito mais a característica de campina.

A atividade pastoril é de fato a grande responsável pelo disciplinamento da paisagem do Planalto, o que se deve, em muito, à queima anual

do campo ao final do inverno (durante o mês de agosto), prática secular para a renovação das pastagens e obtenção do “campo limpo”. Áreas menos utilizadas pelo rebanho ou abandonadas, onde, portanto, não ocorrem queimadas, assumem, dentro de poucos anos, o aspecto de vassourais, ou, no dizer popular do homem serano, “campos sujos”, que, além de dificultarem o manejo do gado, passam a concentrar insetos (principalmente moscas, mutucas, carrapatos...) e também serpentes peçonhentas, que geram grande incômodo e representam riscos à saúde dos animais.



Área de campos nativos, utilizados para pecuária extensiva, na localidade de São Jorge, Lages/SC. Pela excelente qualidade de suas pastagens e pelo relevo suavemente ondulado, os colonizadores batizaram-na como Coxilha Rica, denominação, que, ainda hoje, designa uma extensa área nos municípios de Lages e Capão Alto/SC. Na imagem, um trecho do antigo caminho Viamão-Sorocaba, a “Estrada Geral das Tropas”, aberta na primeira metade do século XVIII. Foto: Autor, 2009.

No contexto do Planalto Serrano Catarinense interessa-nos, nesta obra, particularmente a área situada entre os rios Pelotas – junto à divisa com o Estado do Rio Grande do Sul – e Canoas, ao norte da cidade de Lages. Tal escolha se dá pelo fato de ter sido esta área palco da ocupação pioneira do interior catarinense, no período colonial, o que se deu logo após a abertura do Caminho Viamão-Sorocaba, na primeira metade do século XVIII. Esse Caminho atravessava a referida região no sentido sul-norte, e suas conexões, a partir de Lages, ligavam-na com as cidades de Laguna e Desterro, atual Florianópolis, na costa. Aí ocorre um maior número de antigas edificações rurais e urbanas remanescentes

e mais bem caracterizadas para a realização desta pesquisa, que, portanto, aí se concentrou:



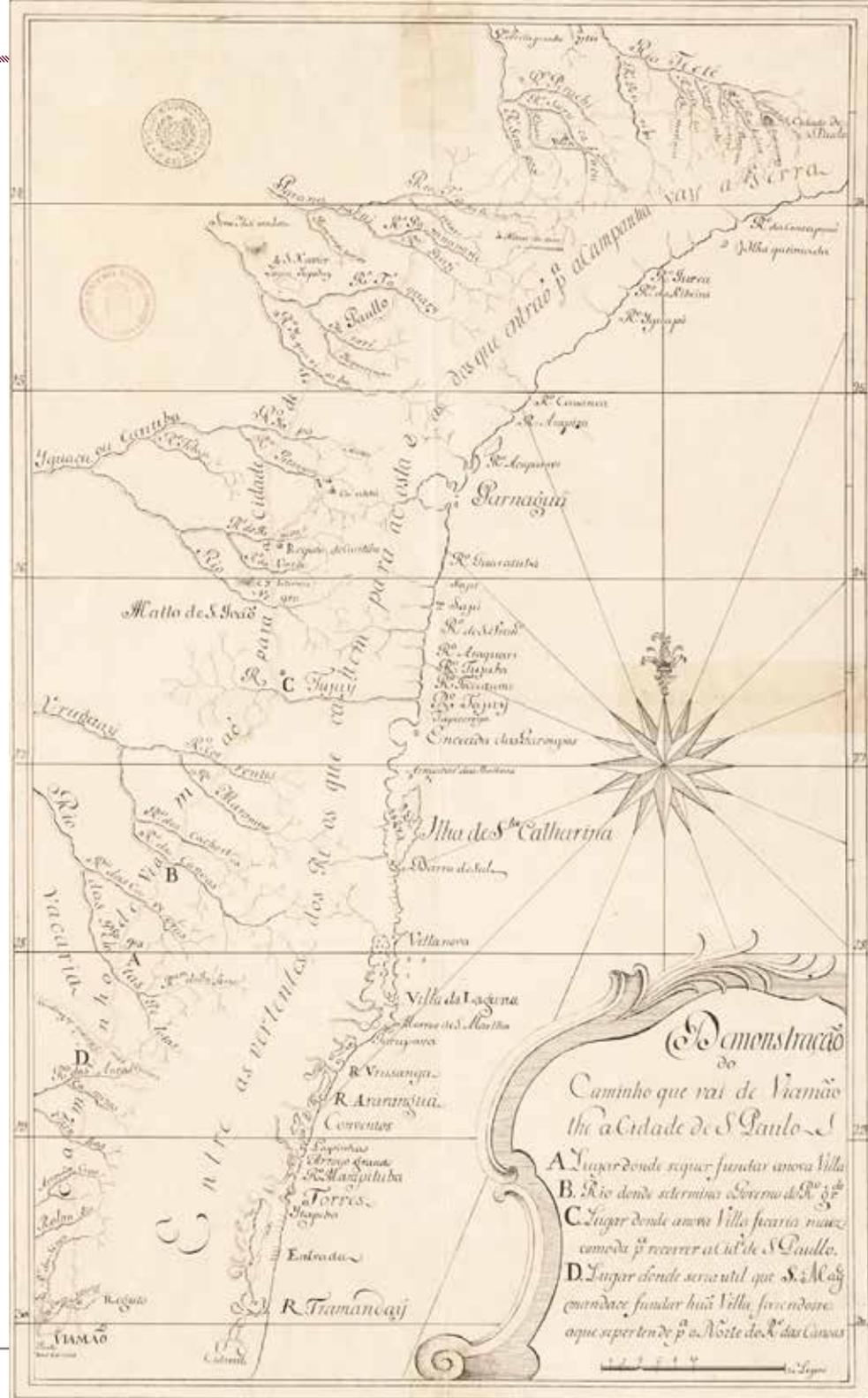
*A situação elevada do Planalto, sua caracterização de pequenas montanhas e colinas, aliadas ao clima temperado e aos campos e florestas compostos de associações mistas em que domina a araucária, conferem ao planalto de Lajes a individualidade de região natural, que coincide com a região histórica onde se processou o aproveitamento econômico do vasto quadro em que nasceu a cidade de Lajes (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 30.)*

## A abertura do Caminho Viamão-Sorocaba e o Ciclo das Tropas

No início do século XVIII, em meio à delimitação das fronteiras meridionais do Brasil, diante da necessidade de avançar sobre as Missões Jesuíticas e consolidar os domínios territoriais já conquistados aos espanhóis – Colônia do Sacramento, São Pedro do Rio Grande e o litoral de Santa Catarina – Portugal percebeu que, para levar a bom termo seu projeto expansionista, seria preciso efetivar a ligação por terra entre essas regiões e povoá-las.

Paralelamente a isso, a descoberta do ouro em Minas Gerais esgotava todos os meios de produção e abastecimento de alimentos então disponíveis na Colônia, além de demandar praticamente todo o

"Demonstração do Caminho que vai de Viamão the a Cidade de S. Paulo". Mapa de autoria do Sargento João Batista, anterior à fundação da Vila de Lages (1766), a qual, indicada pela letra "A", já aparece como ação a ser realizada. Acervo: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



rebanho de animais destinados ao transporte. Em contrapartida, nos campos a ocupar no Sul, desde o Planalto Serrano Catarinense e ultrapassando os atuais limites com o Uruguai e a Argentina, abundava gado vacum, cavalari e muar, que, se devidamente arrebanhado e conduzido para os domínios portugueses, seria a solução para a crise iminente. Até porque, principalmente o comércio das mulas – criadas aos milhares em estâncias das regiões de Tucumán, Córdoba, Santa Fé e Entre Rios para serem vendidas na feira da cidade de Salta – carecia de novos mercados, desde que a decadência das minas de ouro e prata de Potosi, no vice-reinado do Peru, havia decretado o fim do rentável negócio das tropas de muares da América Espanhola (FONSECA, 2004, p. 55).

Tanto a procedência quanto as raças do gado que habitava os campos sulinos, inclusive na região de Lages, são motivo de divergência entre alguns autores, embora o mais provável seja que o gado, conforme Oliveira, S. (1996, p. 16), proviesse, por um lado, dos rebanhos introduzidos pelos jesuítas espanhóis na região platina, e, por outro, de acordo com Costa (1982, p. 1.449 a 1.454), de matrizes portuguesas trazidas para o território brasileiro nos primeiros anos da

colonização, descendendo, portanto, em ambas as hipóteses, de animais ibéricos.

Para levar a cabo tamanha empreitada, tornou-se imprescindível incorporar aos domínios da Coroa Portuguesa os Campos de Lages e de Cima da Serra, incluindo a área conhecida como *Baqueria de los Piñares* – denominação primitiva do atual município gaúcho de Vacaria, que, traduzida do espanhol, significa “Vacaria dos Pinhais”, referência às matas de araucária da região onde abundavam rebanhos de gado vacum em estado selvagem. Esses campos encontravam-se até então despovoados pelos portugueses e eram visitados esporadicamente pelos guaranis missionários, que vinham em busca do gado aí existente, destinado ao abastecimento das estâncias das reduções jesuíticas do rio Uruguai.

Assim, era fundamental a posse desses campos, já que eles estavam estrategicamente situados entre os Campos de Tramandaí e de Viamão (litoral norte do Rio Grande do Sul e região metropolitana de Porto Alegre), os Campos Gerais de Curitiba, e, ainda o litoral catarinense, no qual se encontravam dois importantes baluartes lusitanos: a ilha de Santa Catarina e a vila de Laguna.

Assim, o antigo Caminho que existia desde o final do século XVII ao longo da costa, entre

a Colônia do Sacramento e Laguna, o Caminho da Praia, foi, em 1728, desviado para Oeste, na altura da atual cidade catarinense de Araranguá, alcançando os Campos de Cima da Serra e rumando daí para a vila de Curitiba.

Empreendido por Francisco de Sousa Faria, tornou-se conhecido como “Caminho do Sousa Faria” ou “dos Conventos”, porém logo se mostrou de difícil manutenção, devido ao relevo íngreme. Além do mais, o trajeto realizado pela faixa litorânea praticamente inviabilizava o transporte regular de cargas e tropas de animais, em função da presença de alagadiços, rios e dunas, por vezes intransponíveis. Buscou-se como alternativa avançar para o interior, ainda em território sul-rio-grandense, onde os terrenos mais secos e a maior regularidade do relevo, facilitando a subida da Serra, foram decisivos para a abertura do Caminho de Viamão, do Sertão, ou simplesmente Estrada Geral das Tropas:

“

*Fugindo do Litoral inóspito, com muitas barreiras que interceptavam o caminho da praia (rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá), foi aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, por volta de 1734, um caminho que, vindo do sul, saía na altura do atual município de Palmares em direção ao interior. Atravessando os Campos de Viamão, enveredava rumo ao rio Rolante, afluente do Sinos (área de Santo Antônio da Patrulha), e seguia de pois perseguindo a serra (São Francisco de Paula e Bom Jesus).*

*Após atravessarem o rio Pelotas e ali pagarem os direitos no Registro de Santa Vitória (RS), os tropeiros alcançavam os Campos de Lages e os de Curitiba, no Planalto catarinense, ingressando depois no território paranaense ao transporem o rio Negro. Pelos Campos da Lapa seguiam para os Campos Gerais de Curitiba, no segundo Planalto paranaense, após atravessarem o rio Iguaçu, onde se localizava o registro de Curitiba. Dali seguiam até chegar, em São Paulo, à Feira de Sorocaba (BARROSO et al., 2006. p. 181).*



A atividade tropeira no Sul do Brasil, no início do século XIX, presente nas aquarelas de Jean Baptist Debret. Acervo: Autor.

Como a ligação entre o Planalto paraense e São Paulo já existia, o Caminho de Viamão acabou por consolidar a ligação entre o Sul e o Centro da Colônia.

Com a intenção de – mediante a cobrança de impostos –, garantir o controle do comércio de animais destinados a São Paulo, foi instalado, por volta de 1754, um Registro, espécie de praça de cobrança de pedágio, na margem sul do rio Pelotas, junto ao Passo de Santa Vitória, entre os atuais municípios de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, e Lages, em Santa Catarina. Esse ponto era uma das poucas passagens possíveis, o que facilitava o controle, sendo, por isso, guarnecido por um destacamento do exército português.

O ponto final da jornada era a vila de Sorocaba, cuja feira de muares, realizada desde as primeiras décadas do século XVIII, acabou se tornando a mais importante em número de animais comercializados.

Sorocaba, segundo Prestes (1999, p. 65), concentrou a atividade tropeira por aproximadamente 150 anos, gerando, para a Coroa, lucros vultosos, oriundos dos impostos, e garantindo o fornecimento de animais de transporte a todo o restante do território brasileiro, incluindo o Rio



“Tropperros” (Tropeiros). Desenho de Thomas Ender, 1817.  
Acervo: Autor.

de Janeiro, as regiões Norte e Nordeste, Goiás, Mato Grosso e, sobretudo, Minas Gerais, durante o ciclo do Ouro.

Estima-se que no período compreendido entre 1724 e 1890 – do qual existem dados estatísticos referentes às tropeadas de mulas e cavalos provenientes do Sul e destinadas às feiras

paulistas –, foram comercializadas mais de trezentas mil cavalgadas, além do fornecimento de charque e de gado bovino vivo que abastecia as fazendas de criação ao longo do caminho até São Paulo (COSTA, 1982, p. 157).

No início do século XIX, com a decadência da mineração e a ascensão da economia do café, a feira de Sorocaba passou a abastecer

o mercado de animais de carga e de montaria destinados às fazendas cafeeiras paulistas e fluminenses, o que se estendeu até o principiar do século XX, quando enfim, de acordo com o que informam Costa (1982, p. 157-158), e Prestes (1999, p. 01), diante do desenvolvimento das ferrovias e da chegada do automóvel, deu-se o fim do ciclo das tropas.

## Novos caminhos: a ligação com o Litoral e a Vereda das Missões

O sistema viário da região de Lages não se resumiu à estrada Viamão-Sorocaba (Costa, 1982, p. 92). Outras estradas foram sendo abertas a partir de solicitações tanto de tropeiros, interessados em ampliar seus negócios, quanto das autoridades oficiais, preocupadas com o isolamento da região serrana, com a necessidade de novas frentes de expansão da ocupação do território, ou mesmo para assegurar a defesa da faixa litorânea diante das constantes ameaças de investidas castelhanas. Assim, conforme informam Oliveira, S. (1996) e Alves (2002), criou-se, apesar da distância e precariedade, uma rede de caminhos

que levou a significativo incremento comercial e populacional.

Destacam-se aí não apenas a estrada entre Lages e Laguna, na verdade o antigo Caminho dos Conventos, que, após ter sido abandonado, foi retificado, entre 1771 e 1772, pelo fundador e capitão-mor da vila de Lages, Antônio Correia Pinto de Macedo, mas também o estratégico caminho desbravado em 1787 para conectar Lages à vila-capital da ilha de Santa Catarina, Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), feito do alferes Antônio José da Costa (COSTA, 1982, p. 91 e p. 198).

A existência desse segundo caminho, embora posterior à invasão espanhola de 1777, foi decisiva para a efetivação do apoio e comunicação regular com a ilha de Santa Catarina, cujo governo recebeu, em 1820, a posse da vila de Lages, que, desde sua fundação, em 1766, estava sob responsabilidade da Capitania de São Paulo (COSTA, 1982, p. 199).

Outra estrada tão importante quanto a de Viamão foi o Caminho Novo da Vacaria, ou vereda das Missões, cuja abertura, em 1816, sob o comando do alferes da Cavalaria de Curitiba, Atanagildo Pinto Martins, pode ser considerada o início de uma segunda frente do Ciclo das Tropas (BARROSO, 2006, p. 183).

A partir da ocupação definitiva das Missões pelas forças portuguesas, ocorrida em 1801, e, segundo Reichel (2006, p. 57), com o importante incremento da pecuária nos campos da fronteira oeste gaúcha, principalmente como criatório de mulas, tornou-se necessário facilitar a ligação entre esta região, a qual se tornara líder na produção desses animais, e o mercado consumidor da região central do Brasil. Isso se resolveu com o Caminho da



Trapeiros, segundo Jean Baptist Debret. Acervo: Autor.

Vacaria. O traçado dessa estrada aproximava-se do traçado da atual rodovia BR-285, partindo de São Borja e passando por Cruz Alta, Passo Fundo e Lagoa Vermelha – cidades para cuja origem e desenvolvimento foi de fundamental importância – até atingir Vacaria, ainda no Rio Grande do Sul, onde se conectava ao antigo ca-





“Rico habitante de São Paulo que conduz suas mulas carregadas de açúcar”. Aquarela de Aimé-Adrien Taunay, 1825. Acervo: Autor.

## Abertos os caminhos, sesmarias dão origem às fazendas

Diferindo de grande parte dos estabelecimentos pastoris sul-rio-grandenses, que usualmente denominaram-se “estâncias” talvez por influência platina, as propriedades rurais nos Campos de Lages, mais próximas da concepção paulista, denominaram-se “fazendas”, à semelhança da forma utilizada nos vizinhos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul:



*(...) na serra, por influência dos povoadores paulistas, as propriedades recebem a designação de “fazenda”, enquanto o nome “estância”, vigente nas zonas de fronteira, resulta do influxo de língua espanhola, que recebemos do Uruguai e da Argentina (PINTO, 1989, p. 13).*



“Viajante paulista de poncho”. Aquarela de Thomas Ender, 1817. Acervo: Autor.

As fazendas, somando milhares de hectares, ou, na forma usual da região serrana para expressar unidade de medida de área de terra, somando muitos “milhões de campo” – sendo “um milhão de campo” equivalente a um milhão de metros quadrados –, surgiram na sequência da abertura do Caminho Viamão-Sorocaba,

concomitantemente à concessão de sesmarias, para legitimação da posse sobre o território. Enquanto Oliveira, S. (1996, p.27) e Piazza (1983, p. 173) apresentam listagens com os primeiros sesmeiros, respectivamente, nas regiões serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Costa (1982, p. 1565) identifica entre os pioneiros, Bento Soares da Motta, Francisco Carvalho e Bento Pereira, chegados após 1730.

Multiplicaram-se as fazendas à medida que novas áreas iam sendo desbravadas, a partir da abertura de outras estradas e da fundação dos primeiros povoados. Isso explica o fato de as sedes das propriedades rurais localizarem-se sempre ao longo dos antigos caminhos ou nas proximidades das cidades, servindo de apoio uns aos outros na ocupação e estruturação territorial.

Acorreram ao planalto, com suas famílias, agregados e cativos, muitos lagunenses, portugueses do reino e, sobretudo, paulistas, certamente pela proximidade geográfica e pelo habitual envolvimento nos negócios de tropas e de gado (OLIVEIRA, J., 1959, p. 21-24).

Também figuram entre os primeiros latifundiários, conforme Duarte (1930, p. 17), indivíduos originários do arquipélago dos Açores, que, em sua maioria, haviam se estabelecido inicialmente

no litoral de Santa Catarina e em outras partes do Rio Grande do Sul, a partir da colonização sistemática empreendida pela Coroa nessas regiões, entre 1747 e 1756 (FORTES, 1978, e PIAZZA, 1992).

Particularmente no caso dos açorianos e seus descendentes, à medida que enfrentavam os reveses das guerras de fronteira, muitos optaram em rumar Serra acima, onde a abundância de pastagens e rebanhos acenava-lhes com perspectivas de uma vida mais estável e promissora.

Sobretudo para os colonos fixados no litoral catarinense, onde a ausência de capitais havia determinado a decadência do regime sesmeiro e favorecido a instalação de minifúndios voltados à agricultura familiar, a perspectiva de se tornarem prósperos fazendeiros foi decisiva para abandonarem a costa e se radicarem nos campos do Planalto (CABRAL, 1994, p. 211).

Ainda hoje, passados mais de dois séculos de partilhas e desmembramentos, muitas fazendas lageanas ultrapassam os dois mil hectares de extensão, ou vinte milhões de campo, na unidade de medida local, concentrando grande número de gado, especialmente vacum de corte.

Em 1858 Avé-Lallemant ficou impressionado com o tamanho da propriedade e com a



A pecuária nos Campos de Lages: gado bovino da raça crioulo-lageana, ou franqueira. Descendentes dos primeiros rebanhos ibéricos introduzidos na Serra Catarinense. Na região é produzido o Queijo Artesanal Serrano, do qual a receita veio com os povoadores. Fotos: Autor, 2010 / Ruy Luiz Machado, 2020.

quantidade do rebanho pertencente ao fazendeiro Juca Velho. Referindo-se ao capataz da fazenda, escreveu:

“““

*(...) disse-me ele, rindo, que, se quisesse ir até ao extremo da propriedade, teria de viajar três dias inteiros. Pensava ele que nas vinte milhas quadradas da família Velho pastavam umas 30.000 reses. Anualmente são marcados 1.500 a 2.000 bezerras e outras tantas peças poderiam ser abatidas, se se*

*pudesse tratar de tudo. (...) Um ramo especial na fazenda é a criação de muares. Mas isso se faz numa estância especial; é a mais lucrativa de todas (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 57-58).*

De fato, números apresentados por Costa (1982, p. 1565-1575), além dos que se encontram nos testamentos e inventários tanto da família Velho, quanto nos de outros fazendeiros de Lages, apresentados pelo genealogista Sebastião Fonseca de Oliveira (1996, p. 148), comprovam o relato de Avé-Lallemant.

Os Campos de Lages e a tradição pastoril: mangueirão de taipas, com gado, na fazenda Limoeiro, Lages/SC. *Fotos: Autor, 2009.*





A cidade de Lages, vista do Morro do Posto, em 1866. Desenho de autoria de Thiago Pessanha, elaborado em 1903, a partir do original de E. N. Pires. Acervo: Museu Thiago de Castro.

## Fundação da vila pioneira: Nossa Senhora dos Prazeres das Lages

Foi o governador da capitania de São Paulo quem determinou, em 1766, a fundação da vila pioneira da região serrana catarinense, vila que foi denominada Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, hoje cidade. Após outras duas tentativas malogradas, essa vila foi implantada, definitivamente, no alto de uma colina ao sul do rio Carahá (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 38).

Coube a fundação de Lages ao português Antônio Correia Pinto de Macedo, proveniente de Ponte de Lima, no Minho, e que, já há alguns anos vivendo em São Paulo, havia estabelecido

relações com o governador Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, tendo sido por este nomeado Capitão-Mor e Regente do “Sertão de Curitiba”, ou seja, da extensa área abaixo dos Campos Gerais, entre o rio Negro (atual divisa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina) e a confrontação com a capitania de São Pedro do Rio Grande (atual estado do Rio Grande do Sul), de limites então incertos.

Em 07 de agosto de 1766 Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão assinou a Ordem para a fundação da vila de Lages:



*Porquanto tenho determinado em virtude das ordens de S. Magestade aufferlar as povoações desta Capitania, e tenho notícia que na paragem chamada as Lages, sita no sertão de Curitiba, há terras sufficientes para estabelecer uma boa povoação, ordeno ao Capitão-mór Regente do dito sertão Antonio Corrêa Pinto – sirva de Director, fundador e administrador da dita povoação; pois me consta concorrerem na sua pessoa circunstancias de christandade, capacidade e rectidão para dirigir os povos della, conforme as ordens, que incumbirem (...) (COSTA, 1982, p. 45).*

Outro provável fato que pesou a favor da escolha de Correia Pinto para a missão de fundar Lages foi o de este, além de já conhecer a região, ser aí possuidor de terras. Correia Pinto fora proprietário “de uns campos em cima da Serra de Viamão”, em área do atual município de São Francisco de Paula (RS), os quais adquiriu de José Antônio Cardoso (Oliveira, S. 1996, p. 28), tendo recebido a confirmação da propriedade por Carta

de Sesmaria, repassada pelo governador Gomes Freire de Andrada, em 1754 (COSTA, 1982, p. 149).

Conforme o testamento que deixou, datado de 1783, Correia Pinto possuía “duas fazendas de criar animais vacuns e cavalares”, e embora não constem no citado documento maiores detalhes sobre sua localização, é certo que uma delas tenha sido a fazenda da Costa do Caveiras, depois chamada Cruz de Malta, cuja sede situa-se a cerca de seis quilômetros da cidade de Lages (Costa, 1982, p. 149). Ou seja, para o capitão-mor, nada mais conveniente do que atender à incumbência do governo de São Paulo implantando a estratégica povoação junto à sua propriedade.

Foi na sequência do Tratado de Madrid (1750), seguindo o princípio do *uti possidetis* e em meio a dúvidas sobre a delimitação dos territórios das capitanias de São Paulo e de São Pedro do Rio Grande, que se deu a fundação da povoação de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages. Isso porque o governador do Rio Grande, José Custódio de Sá e Faria, alegava que suas extensões territoriais rio-grandenses avançavam Serra Geral acima até ao rio Canoas. Ao mesmo tempo Dom Botelho Mourão reivindicava as terras ao sul, até ao rio Pelotas, certamente por perceber que estando a capitania do Rio Grande



em litígio e confronto direto com os espanhóis, conseqüentemente muito mais ameaçada por invasões e pretensões de reconquista, seria prudente estender os limites de São Paulo o máximo possível para o sul, reforçando-os com a implantação de povoações, com a finalidade de assegurar as possessões portuguesas na região.

Importava, igualmente, criar núcleos de apoio à estrada das Tropas, que, afinal, encontrava-se, em sua maior extensão, completamente desprotegida diante da inexistência de vilas entre Curitiba e os campos de Viamão (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 40).

O fato é que Correia Pinto, por certo muito bem orientado pelo Morgado de Mateus, instalou-se inicialmente ao sul do rio Canoas, em sítio denominado “das Taipas”, localizado no Chapadão do Cajuru, distante cerca de vinte quilômetros ao sul da atual cidade de Lages.

O governador do Rio Grande, sabendo disso, tomou imediatamente providências no sentido de que suas alegações fossem respeitadas, solicitando à administração da Colônia que o núcleo recém-criado fosse transferido para o norte, além do rio Canoas.

Costuma-se atribuir o insucesso da primeira tentativa de fundação da vila à escassez

de água e materiais de construção no Chapadão do Cajuru, o que obviamente dificultaria o seu progresso. Porém, é mais certo que a mudança para o segundo sítio, localizado às margens do Canoas, tenha ocorrido como um recuo estratégico da parte de Correia Pinto ante as pressões superiores. Até porque este segundo local era tão ou mais impróprio que o primeiro, estando sujeito às enchentes do caudaloso rio Canoas, o que sucedeu em 1767, arrasando o incipiente povoado.

Por fim, voltou-se o fundador novamente ao sul, desta vez em sítio bastante aprazível, de terrenos regulares e com água em abundância, sobre o alto de uma colina ao sul do rio Carahá, afluente do rio Caveiras, o qual é um dos principais afluentes do rio Pelotas. Aí, junto ao Caminho Viamão-Sorocaba, de onde se descortina amplo visual para o sul, instalou definitivamente a vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão das Lages, abrindo-se as ruas segundo uma malha ortogonal, levantando-se a igreja Matriz e sendo construídas as primeiras casas.

Há, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, um mapa datado de 1766 – portanto, do mesmo ano da ordem expedida pela capitania de São Paulo –, intitulado “*Demonstração*

do Caminho que vai de Viamão the (sic) a Cidade de S. Paulo”. Esse mapa comprova que a fundação de Lages no local em que se deu foi uma iniciativa planejada pelas autoridades, visando justamente o apoio ao Caminho e à ocupação da região.

Conforme as indicações constantes no mapa de autoria do sargento João Baptista, o local assinalado com a letra “A”, situado um pouco acima do rio Pelotas, refere-se ao “*Lugar donde se quer fundar a nova Villa*”, enquanto o local assinalado com a letra “B”, junto à margem sul do rio Canoas (onde hoje se encontra a cidade de Correia Pinto), indica o “*Rio donde se termina o Governo do Rio Grande*”. Lages foi implantada justamente entre esses dois pontos.

Essa localização estratégica e o caráter oficial da fundação renderam a Lages a denominação inicial de “fortaleza”, afinal, consistia em verdadeiro posto avançado na defesa dos interesses da Coroa. A santa de devoção do Morgado de Mateus era “Nossa Senhora dos Prazeres”, a qual passou a ser o orago da recém-fundada vila, em cuja denominação a palavra “Lages” fazia alusão à concentração de afloramentos de arenito botucatu, rocha ainda marcante na paisagem dos arredores da cidade. Interessante o fato de que a



Tipos humanos que estiveram presentes na colonização do Planalto Catarinense e na fundação da Vila de Lages: **A)** “Homem de Sta. Catarina e paulista”, e **B)** “Fazendeiro e Tropeiro”. Desenhos de Debret.. Acervo: Autor.



Tropa de mulas cargueiras chegando a Lages pela Rua das Parelhas (atual Rua Lauro Müller), c. 1890. Fonte: Museu Thiago de Castro.

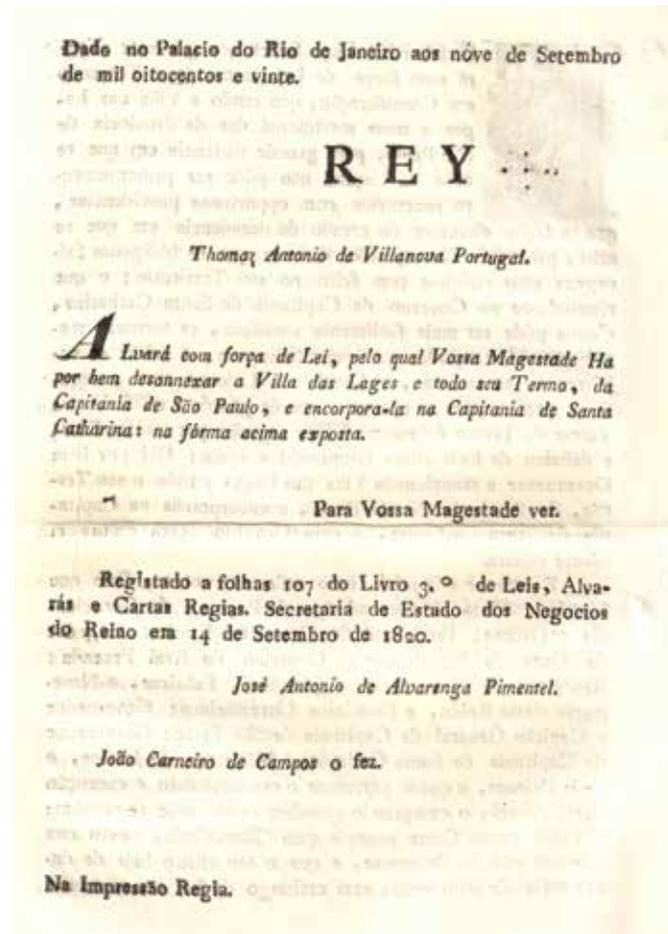


Casa de Câmara e Cadeia de Lages. Demolida em 1904, situava-se na atual Praça João Costa. Fonte: Museu Thiago de Castro.

mais antiga planta, que se conhece, de Lages, data de 15 de dezembro de 1769 e intitula-se “*Planta da Villa de N. Sa. dos Prazeres na paragem da Fortaleza dos Campos das Lages sobre o Rio das Caveiras*”, pertencendo ao arquivo histórico do Exército Brasileiro. É provável que tenha sido elaborada pouco tempo após a implantação definitiva do povoado sobre a colina junto ao rio Carahá, uma vez que a destruição da segunda tentativa de fundação, às margens do Canoas, teria ocorrido em 1767.

Apoiado pelo governo de São Paulo e com o consentimento do rei Dom José I, o povoado consolidou-se, apesar do isolamento, da hostilidade dos indígenas e das contrariedades advindas da capitania do Rio Grande.

Diante do constante movimento de tropas em trânsito para Sorocaba – as quais tinham em Lages importante ponto de apoio para descanso e negócios – além da vinda de novos moradores e do surgimento de inúmeras fazendas de criação de gado nos campos vizinhos, em 22 de maio de 1771 Lages foi, enfim, formalmente elevada à Vila. Neste mesmo ano foram instalados o Pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia e eleitos os vereadores e demais cargos administrativos, mantendo-se como capitão-mor Antônio Correia Pinto de Macedo.



Alvará Régio datado de 09 de setembro de 1820, pelo qual o município de Lages é desanexado da Província de São Paulo e incorporado à Capitania de Santa Catarina. Acervo: Autor.

Até meados do século XIX Lages não apresentou, praticamente, qualquer tipo de desenvolvimento urbano, mesmo após ter seu território e jurisdição transferidos para a Capitania de Santa Catarina (1820), continuando a servir apenas como núcleo de apoio à atividade pas-

toril das fazendas situadas na região.

Somente após a Revolução Farroupilha é que passou a esboçar uma tímida expansão de sua malha viária, com a abertura de mais umas poucas ruas, sendo elevada à categoria de cidade em 1860.

## Surgem outros povoados

Na vizinha capitania de São Pedro do Rio Grande também haviam sido tomadas providências no sentido de assegurar a ocupação e posse do território, fundando-se, na década de 1760, as freguesias de São Francisco de Paula de Cima da Serra, e de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria. A sede da primeira situou-se junto à estrada Viamão-Sorocaba, logo após a subida da “Serra do Viamão”, em terrenos que, conforme Alves (2007, p. 10), pertenciam à sesmaria do lisboeta Pedro da Silva Chaves. A segunda freguesia teve sua sede fundada nas proximidades do rio Pelotas, para apoio ao Registro do Passo de Santa Vitória, em área doada por outro sesmeiro, Antônio Borges Vieira, também proveniente de Lisboa (OLIVEIRA, J., 1959, p. 25).

No mapa de 1766, já referido, é indicado pela letra “D” o “*Lugar donde seria útil que Sua Magestade mandasse fundar hua Villa...*”, lugar esse que corresponde à localização da cidade de Vacaria. A forma de sua implantação, obedecendo traçado ortogonal, disposto no entorno de uma Praça central, atualmente denominada Praça General Daltro Filho, em que



A

São Francisco de Paula (de Cima da Serra), RS: **A)** A então modesta vila, fundada junto à estrada Viamão-Sorocaba, em registro do final do século XIX. **B)** A avenida Júlio de Castilhos, por volta de 1920, bastante larga e que atravessa o núcleo urbano em toda a sua extensão original, possivelmente corresponde ao traçado do caminho tropeiro. *Acervo: Autor.*



B

se ergueu a igreja Matriz, demonstra que, assim como Lages, Vacaria também foi planejada.

São Francisco de Paula e Vacaria ora concorreram ora se revezaram como sedes de unidades administrativas, o que se estendeu até ambas serem emancipadas da vila de Santo Antônio da Patrulha, na segunda metade do século XIX.



Cidade de Vacaria/RS: Praça central, atual General Daltro Filho, em 1916. Fotografia tirada da torre da igreja matriz de Nossa Senhora da Oliveira. Acervo: Museu Municipal de Vacaria.

Outra importante medida em apoio à fundação dos povoados foi a presença das Companhias de Cavalaria de Lages (Costa, 1982, p. 60) e de Vacaria (Oliveira, S., 1996, p. 30), criadas, respectivamente, em 1767 e 1778, passando a auxiliar na segurança dos moradores locais, ante os frequentes ataques indígenas e as ameaças de investidas espanholas.

Na primeira metade do século XIX, novos povoadores, vindos principalmente dos Campos

Gerais de Curitiba, promoveram um importante aumento populacional e a expansão da atividade pecuária na região, resultando daí os topônimos Curitibanos e Campos Novos.

Ao cabo de algumas décadas, o saldo desse incremento foi a criação das Freguesias de São João Batista dos Campos Novos (1854), Nossa Senhora da Conceição dos Curitibanos (1864) e São Joaquim da Costa da Serra (1871), as quais integravam o território do município



Campos Novos/SC, c. 1900: ao centro, a Praça Lauro Müller e, à direita, ao fundo, a torre da igreja matriz de São João Batista.  
 Acervo: Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, Campos Novos.

de Lages, em Santa Catarina, e da Freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha (1857) e capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim (1878), no Rio Grande do Sul. Com exceção de Bom Jesus, emancipada apenas em 1913, as demais localidades tornaram-se municípios antes de 1900.

Há de se destacar, em todas elas, a presença de uma rua larga, implantada de forma periférica ou central ao núcleo urbano, denominada “Rua das Tropas” ou “Rua dos Tropeiros”.

Hoje rebatizadas, algumas transformadas em movimentadas avenidas, essas vias foram tão relevantes no contexto original dessas cidades quanto as igrejas paroquiais com suas praças fronteiras. Aliás, as praças que constituíam os núcleos dessas povoações foram implantadas às margens dos caminhos de tropas.

Em Campos Novos, a estrada da Mata, após atravessar o rio Uruguai pelo passo do Pontão, seguia o percurso que hoje corresponde

à rodovia BR-470. Analisando-se o traçado urbano, é possível que continuasse pelo que atualmente são partes das Ruas Genoval Alves Sampaio, São João Batista e Coronel Farrapo – que configuraram, na segunda metade do século XIX, a Praça Lauro Müller, local em que o povoado foi definitivamente assentado –, e a avenida Juscelino Kubitschek, seguindo em direção a Curitibanos.

Aí, onde deu origem a um “pouso”, transformado, em 1864, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a estrada da Mata percorria parte da atual Rua Lages, que, por compreender o segmento na área urbana, era denominada “Rua dos Tropeiros” (Moreira, 2006, p. 66). Após atingir o passo do rio Pessegueirinho rumava para Ponte Alta do Norte, indo ao encontro do Caminho Viamão-Sorocaba.

A Freguesia de São Joaquim nasceu sob a poeira das tropas que subiam e desciam a serra entre Laguna e Lages. Criada em 1871, a Sede desta Freguesia foi implantada, segundo Ribeiro (1941, p. 20 e 24), na localidade denominada Chapada do Cruzeiro, onde hoje se encontra a área



Vista geral da cidade de São Joaquim (da Costa da Serra), SC, em 1910. *Acervo: Autor.*

central da cidade. Resultando de uma ação oficial, a exemplo de Lages, que teve traçado urbano planejado, ou decorrentes da evolução de “pousos” de tropeiros, mesmo caso de Campos Novos e de Curitibanos, esses núcleos surgiram e se desenvolveram às margens dos caminhos, cercados por fazendas de criação de gado, estando, portanto, diretamente relacionados ao ciclo da pecuária, à atividade tropeira e ao tipo de sociedade que produziram.

# 02

## ARQUITETURA NOS CAMPOS DE LAGES – SÉCULOS XVIII e XIX



Fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC.

*Foto: Autor, 2009.*



A arquitetura pode ser entendida, conforme propõe Carlos Lemos (1979, p. 09), como toda intervenção realizada no meio ambiente com o propósito de criação de um novo espaço, com uma intenção plástica e destinado ao atendimento de necessidades imediatas ou a expectativas programadas, conforme o que se entende como “partido arquitetônico”. Este, por sua vez, consistiria numa consequência formal originada de diversos elementos condicionantes ou mesmo determinantes, como um resultado físico da intervenção proposta. A partir dessa definição, o arquiteto-historiador apresenta quais seriam os principais elementos condicionadores do partido arquitetônico, a saber:

- a) Técnica construtiva, conforme a disponibilidade de recursos locais, humanos e materiais, e que incluiria a dita intenção plástica, por vezes subordinada à estética dos estilos arquitetônicos.
- b) Clima.
- c) Condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém.
- d) Programa de necessidades conforme usos, aspectos culturais, costumes e/ou conveniências diversas do empreendedor.
- e) Condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade.
- f) Legislação regulamentadora, normas sociais e regras de funcionalidade.

Partindo dessa conceituação, e inserindo-a no contexto de uma sociedade de raízes predominantemente portuguesas, cuja economia se baseava na atividade pastoril e no latifúndio apoiados na mão de obra escravizada, surgiu, na região dos Campos de Lages, uma arquitetura de soluções simples, em que os elementos

ostensivos cederam lugar, quase que por completo, à necessidade de se adaptarem e serem funcionais, tanto nos meios urbano quanto rural.

De acordo com as informações levantadas, e comparando-se as residências lageanas com as edificadas em outras áreas, no mesmo período abordado, alguns aspectos mostram-se preponderantes para a definição da produção arquitetônica local até o final do século XIX.

O primeiro desses aspectos é o peso da tradição construtiva herdada de Portugal, introduzida e adaptada no território brasileiro, e que, mesmo após a Independência (1822), influenciou profundamente o modo de construir em todas as regiões do país. Em segundo lugar há que considerar-se a existência, durante todo esse período, de uma sociedade moldada pela pecuária extensiva e dominada pela aristocracia rural, produto deste meio específico. E, em terceiro, a disponibilidade e dependência de trabalhadores escravizados, indispensáveis à execução de toda e qualquer tarefa do cotidiano.

Por fim, observa-se o emprego de materiais, tecnologias e soluções construtivas em geral, valendo-se tanto do conhecimento tradicional quanto partindo para a inovação, mediante a adaptação ao contexto local.



No litoral e no planalto de Santa Catarina, a exemplo do que se pode constatar em todos os estados brasileiros, a arquitetura produzida até o século XIX é um dos aspectos que melhor representa a contribuição dos colonizadores portugueses: notar a forte semelhança entre uma casa rural abastada, localizada junto ao mar, de frente para a praia do Siriú, em Garopaba, e a Sede da fazenda Santa Teresa, situada em meio à vastidão dos campos da Coxilha Rica, em Lages. *Fotos: Autor, 2014 e 2009.*



---

## Tradição portuguesa e formação da identidade arquitetônica luso-brasileira

Diferentemente da arquitetura de centros maiores, nos quais a presença intensa de trabalhadores escravizados, sobretudo nas entressafras da atividade produtiva, e a maior disponibilidade de recursos financeiros permitiram a construção de residências amplas e sofisticadas – caso das fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como das charqueadas da região de Pelotas e Bagé, no Rio Grande do Sul –, a simplicidade acabou por prevalecer nos campos serranos. Esse aspecto não passou despercebido ao europeu Robert Avé-Lallemant, que, durante sua estada numa fazenda, a caminho de Lages, no inverno de 1858, relatou:

“““

*(...) examinando-se a casa do milionário Juca Velho, não se compreende que nela possa reinar tanta simplicidade, tanta sobriedade, um modo de vida tão perfeitamente espartano. Só a convicção de que até às últimas fontes do Uruguai o modo de vida europeu ainda não pôde penetrar deita alguma luz sobre aquela condição (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 58).*



Cunhal, fazenda São João, Lages/SC.

Foto: Autor, 2009.

Todo esse despojamento e simplicidade são devidos, à existência de uma forte tradição construtiva, que tornava a arquitetura encontrada no Planalto Serrano similar à de edificações erguidas, à época, por exemplo, conforme Lemos (1999), em São Paulo; segundo Cardoso (1975), no Rio de Janeiro; e, de acordo com Souza (1981), no litoral catarinense. Em seu estudo sobre a arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul, Luís Henrique Haas Luccas, escreve, como a seguir transcrito:



*A ocupação riograndense dos primeiros tempos vincula-se a Laguna e a São Paulo, mais precisamente com Sorocaba, centro da atividade tropeira. As procedências restantes (...) foram de outras regiões brasileiras, de Portugal, Açores e Madeira, basicamente. Há uma unidade destes diferentes grupos em torno do que denominou-se cultura luso-brasileira, com uma arquitetura comum correspondente, ressalvadas suas variações regionais (LUCCAS, 1997, p. 78).*

Em “Arquitetura Popular Brasileira” Weimer (2005, p. 73) desenvolve ampla e detalhada abordagem sobre as produções arquitetônicas

brasileiras de expressão vernacular, presentes nas mais variadas regiões, considerando contribuições culturais diversas aí introduzidas, adaptadas e assimiladas. Em relação às contribuições arquitetônicas ibéricas, resultantes da dominação empreendida pelo colonizador português, entre os séculos XVI e XIX, Weimer as identifica como de origem ibero-romana, luso-germânica, luso-islâmica e luso-açoriana.

Tratando das casas de residência, no Brasil, no século XIX, o engenheiro e arquiteto francês Vautier, (1975, p. 62), após identificar a herança dos costumes portugueses, referiu-se às fachadas das moradias da cidade de Recife como de uma “monotonia desesperadora”, concluindo que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (VAUTIER, 1975, p. 37). Particularmente em relação à construção colonial do Sul do Brasil, Carlos Lemos afirma:



*(...) sempre foi muito simples, de pedra e cal, sem mostrar absolutamente nada de especial a não ser uma clara e nítida influência portuguesa, talvez algarvia nas obras populares (LEMOS, 1978, p. 56).*



Casa térrea do século XVIII, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Arquipélago dos Açores, Portugal. Foto: Autor, 2008.



Casa térrea do século XVIII, em Tiradentes/MG. Foto: Autor, 2010.



Casa térrea do século XVIII, em Laguna/SC. Foto: Autor, 2010.



Casas térreas do século XVIII, em São Francisco do Sul/SC. Foto: Autor, 2007.

De fato, esta arquitetura simples, aparentemente sem “nada de especial”, tem suas raízes na arquitetura tradicional portuguesa, que, embora seja rica em regionalismos, em função de diferentes condicionantes – geográficos, culturais, econômicos, dentre outros – apresenta algo como uma unidade ou homogeneidade plástica que lhe confere identidade comum.

É uma característica definida, sobretudo, em função de uma forte expressão vernacular, transmitida, ao longo do tempo, tanto pelo conhecimento popular quanto pelo trabalho habilidoso dos mestres construtores. Até meados do século XIX, essa característica foi absorvida ou, de certa forma, aperfeiçoada pelo academicismo decorrente da larga atuação, em Portugal e nas Colônias, dos engenheiros militares e arquitetos portugueses e de outras nacionalidades, em especial italianos, formados dentro das concepções arquitetônicas renascentistas e barrocas (CALDAS, 1999, p. 51).

Particularmente no Brasil, o Neoclassicismo, inaugurado pela Missão Artística Francesa no início do século XIX, também encontrou ressonâncias na arquitetura tradicional, que incorporou elementos decorativos procedentes desta estética – com destaque para a introdução dos

vãos em arco pleno, pilastras e platibandas –, e, em parte, tratou de resgatar os princípios da Arte Clássica antiga e renascentista, identificados principalmente na ornamentação das fachadas dos edifícios públicos e de algumas residências mais abastadas, de regiões economicamente mais desenvolvidas (TELLES, 1975, p. 115)

Pesquisadores como Moutinho (1979) enquadram a arquitetura tradicional portuguesa em pelo menos dez tipos, entre eles, a casas minhota e serrana, no Norte; as casas de madeira, alpendrada, salaio e ribatejana, no Centro-Litoral; as casas de monte e de povoado, no Alentejo; e, no Algarve, as casas do tipo rural e de pescadores.

Estes tipos são mais ou menos definidos por sua ocorrência regional (zonas) dentro do território de Portugal Continental, aí relacionando-se a tipos de clima e atividade agrícola, dentre outros aspectos, o que resulta em construções com uma grande diversidade de materiais, técnicas e soluções adotadas para os espaços de habitação.

João Vieira Caldas, em sua obra *“A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII”* ao tratar das moradias rurais da região de Lisboa no século XVIII, tece o seguinte comentário:



(...) *essa arquitetura foi quase sempre simples na concepção e prática na construção, acadêmica e barata.*

(...) *Da acção conjunta ou individual de portugueses e estrangeiros, grandes e pequenos construtores, pedreiros e carpinteiros, curiosos e particulares, resultou toda uma variedade de habitações rurais. Das de maiores dimensões e mais erudito desenho às mais pequenas casas de autoconstrução popular, num sem número de exemplares que de um extremo ao outro nos chegaram quase de autoria anônima, é possível detectar cruzamentos, influências mútuas, características comuns. (...) as fronteiras diluem-se entre os dois extremos popular/erudito e tanto proporcionam que a mais humilde casa popular copie uma janela de desenho pombalino como uma casa senhorial sugira popularmente os cunhais inexistentes por meio da pintura.*

(...) *Na verdade, até na permanência e simplicidade de desenhos e modos de construir, os esforços parecem antes conjugar-se pois à constante passagem de testemunho de arquitectos e construtores vem juntar-se a tradicional ‘imutabilidade’ das formas populares (CALDAS, 1999, p. 52 a 55).*



Residência urbana construída na segunda metade do século XVIII, Triunfo/RS. Foto: Autor, 2013.



Casa da fazenda dos Novilhos, datada de 1889, São Francisco de Paula/RS. Foto: Autor, 2008.



Casinhas de porta e janela, do século XVIII, em Laguna/SC. Foto: Autor, 2007.

Nas vilas e cidades, a normatização imposta pelos antigos Códigos de Posturas municipais contribuiu para conferir um caráter mais formal a essa arquitetura, especialmente em relação às fachadas, demonstrando o esforço das autoridades locais para padronizar as construções urbanas, além de promover o asseio e o melhoramento geral dos edifícios e dos espaços públicos.

Por meio da Lei nº 51, de 17 de junho de 1836, Lages teve o primeiro de uma série de Códigos de Posturas, instituídos, ao longo do século XIX, pela Câmara Municipal. Esses Códigos que, dispondendo sobre os mais variados aspectos da vida comunitária, regularizavam também o



Casa no padrão meia morada, c. 1800, Florianópolis/SC. Foto: Autor, 2007.

construir nos espaços urbanos, tiveram importante papel na afirmação destas características, consolidando aquilo que há gerações já havia sido assimilado e desenvolvido como arquitetura. Como exemplo, as casas de fazenda, que embora não seguissem nenhuma legislação para sua feitura, apresentavam praticamente as mesmas características presentes nas casas urbanas.

Além disso, essa legislação municipal, inspirada nas Ordenações Régias, servia como instrumento para impor uma expressão comum aos núcleos urbanos, aos moldes da Metrópole, o que permaneceu após a Independência e deu origem a uma identidade arquitetônica luso-



Residência no padrão meia morada, construída por volta de 1850, Laguna/SC. Foto: Autor, 2007.



Casa no padrão morada inteira, c. 1850, Laguna/SC. Foto: Autor, 2007.

-brasileira, urbana e rural. Reis Filho, ao analisar as cidades coloniais brasileiras e a homogeneidade de suas edificações, percebeu-as como uma necessidade formal da época:

“““

*(...) as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em Posturas Municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de*

*caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições não ficavam, porém, somente nas fachadas. Pelo contrário, mostrando que os padrões oficiais apenas vinham completar uma tendência espontânea, as plantas, deixadas ao gosto dos proprietários, apresentavam sempre uma surpreendente monotonia (REIS FILHO, 1973, p. 24).*

De fato, percorrendo as casas de fazenda da região da Coxilha Rica, no interior do município de Lages, ou se atendo a antigas fotografias da cidade nas quais se observam as moradias urba-



Sobrado de três pavimentos em Salvador/BA, final do século XVIII. Foto: Autor, 2019.

nas, constata-se, repetitivamente, as fachadas austeras, emolduradas por cunhais e cimbras de pretensões classicizantes, ou simplesmente

arrematadas pelo rendilhado dos beirais de telha (beira-seveira), solução vernacular. Destacam-se igualmente os volumes dos telhados de duas ou quatro águas – nos quais podem aparecer camarinhãs e trapeiras – em que a curvatura elegante, proporcionada pela presença de galbos de contrafeito, evidencia a ancestralidade lusitana. Nos sobrados a solução de destinar o andar térreo para comércio e o superior para residência foi recorrente, como também foi recorrente nas moradias implantadas em terrenos maiores, privilegiadas por afastamentos das casas vizinhas, o posicionamento lateral da porta de entrada, ao modo das casas de chácara.

Transpondo-se o estudo dessa área para antigas cidades, deste e de outros estados, como Laguna, São José e São Francisco do Sul (SC), Rio Pardo e Piratini (RS), Lapa e Paranaguá (PR), ou até mesmo para Salvador, na Bahia, novamente encontramos as mesmas soluções formais e tecnológicas que remetem à arquitetura tradicional portuguesa.

Na “casa do Planalto” não devem ser desconsideradas outras possíveis influências, principalmente paulistas, com origem na casa bandeirista dos séculos XVI e XVII, da qual, por sua vez, derivam as construções de características

roceira e tropeira do século XVIII, todas, claro, derivadas de tipologias arquitetônicas ibéricas, sobretudo portuguesas (LUCCAS, 1997, p. 9).

Há de se mencionar, igualmente, as prováveis contribuições de origem açoriana na arquitetura carolinense erguida até o século XIX, notadamente no litoral, embora trabalhos recentes tenham mostrado que, nessa região, o que se produziu, tanto em termos de arquitetura civil quanto religiosa, está muito mais vinculado à arquitetura tradicional portuguesa, aí adaptada, como, aliás, ocorreu no arquipélago dos Açores (VEIGA, 2001).

De qualquer forma, em decorrência do regime de chuvas diferenciado, da incidência de ventos mais frios e de temperaturas baixas, tornando os invernos serranos mais longos e rigorosos, essa arquitetura adaptou-se, com maior ou menor desenvoltura, a essas condições. Prova disso é a ausência das varandas e alpendres, elementos característicos das residências coloniais da maior parte das regiões brasileiras e mesmo presentes em Portugal, e o fato de que, embora algumas cozinhas continuassem a ser construídas em separado do corpo principal da moradia, prática comum na arquitetura de outros locais, houve a preocupação de ao menos se cobrir com um telhado a ligação entre ambas, além de construir paredes laterais, garantindo, desse modo, proteção contra as



Sobrado do início do século XIX, em Laguna/SC. Foto: Autor, 2015.



Sobrado do início do séc. XIX, São Fco. do Sul/SC. Foto: Autor, 2007.



A



B



C

Construções luso-brasileiras do século XIX: **A)** Casa de porão alto com camarinha, Jaguarão/RS. **B)** Casa de chácara, Laguna/SC. **C)** Casa rural, Jaguaruna/SC. Foto: Autor, 2011.

intempéries, como nas fazendas São José da Boa Vista e Cajuru, em Lages.

Por outro lado, a já mencionada ancestralidade lusitana possivelmente implicou na inexistência de lareiras nas casas, apesar dos invernos rigorosos. A ausência de equipamentos de aquecimento nos ambientes foi uma constante na arquitetura tradicional portuguesa, em

razão do clima mais ameno, se comparado com o centro e o norte da Europa, de onde tais equipamentos são originários. A ocorrência de lareiras na Península Ibérica, de uma forma geral, é verificada apenas, e como certo modismo, em edificações palacianas posteriores ao Renascimento, mais suscetíveis a influências arquitetônicas estrangeiras (LEMOS, 1978, p. 29).



Casa Lacerda, Lapa/PR, c. 1840. Foto: Márcio José Rodrigues Filho, 2020.



Armazém e residência em Gravatal/SC, c. 1850. Foto: Autor, 2014.

Assim, não havendo maiores cuidados com o conforto térmico nas casas, especialmente durante os invernos, chama atenção a solução encontrada na Sede da fazenda Santa Bárbara dos Alhos, construída no século XIX, em Bom Jardim da Serra. Exatamente no centro do assoalho da antiga sala de jantar constatou-se a ocorrência de um recorte, de formato quadrado e com aproximadamente 1m x 1m. Conforme relato dos atuais proprietários, esse recorte, pavimentado em pedra e hoje cimentado, destinava-se a receber carvões em brasa. A mesa de jantar ficava posicionada sobre o braseiro, o qual servia para aquecer as pessoas em dias rigorosos do inverno, durante as refeições. Curiosamente, em viagem pelos Campos de Lages no inverno de 1858, Robert Avé-Lallemant hospedou-se justamente em uma fazenda onde encontrou tal solução:



*Num quarto traseiro, igualmente um original aposento feito de araucária, havia um pequeno lugar quadrado, guarnecido de pedras, em lugar de madeira de pinho. Uma negra trouxe da cozinha carvões ardentes, que foram colocados sobre as pedras. Sobre esta*

*singular lareira foi posta a mesa com excelente almoço e pouco depois estávamos todos sentados (...). O calor debaixo da mesa foi para mim mais agradável do que o da mais elegante lareira parisiense. A manhã estava muito fresca e o calor das brasas bastante forte para aquecer, por algumas horas, as minhas botas de montar (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 64).*

Dentre os fatos pitorescos acerca da história de Lages relatados por Licurgo Costa, consta um em particular que ilustra essa postura descuidada da população em relação ao frio, e a consequente precariedade das residências para o seu enfrentamento. Tendo se estabelecido na cidade em 1869, o médico e engenheiro norte-americano Ruben Cleary, buscando mais conforto para a moradia na qual passou a residir, situada na atual Rua Benjamin Constant (Carvalho, 1990, p. 257), tratou ele próprio de construir uma lareira em seu escritório, pois os pedreiros lageanos desconheciam por completo o equipamento. A lareira parece ter sido bastante utilizada por Cleary nos cerca de vinte anos em que viveu em Lages, conforme ele próprio relata em suas memórias, até que, decidindo regressar aos Estados Unidos, vendeu a residência ao juiz da comarca local:



Casa de Ruben Cleary, na esquina das Ruas Benjamin Constant e Cel. Córdova, Lages/SC, que posteriormente abrigou o 2º Batalhão de Sapadores do Exército (atual 1º Batalhão Ferroviário). Havia aí aquela que possivelmente foi a primeira lareira da serra catarinense. Acervo: Walter Hoeschl Neto.

## “ ”

*A lareira foi feita e me foi de imensa utilidade, mas quando abandonei a casa, meu sucessor nela, o juiz do distrito, botou-a abaixo porque era verão e ele não precisava dela... Então no cruel inverno que chegou ele foi obrigado a se esquentar da maneira tradicional às raças latinas, isto é, sentando-se perto de um recipiente com carvão de lenha ardendo, embrulhado no seu poncho e inalando ar com gás carbônico (Apud COSTA, 1982, p. 449).*

Demoliu-se assim aquela que possivelmente foi a primeira e, durante muito tempo, única lareira dos Campos de Lages.

Essa interação entre costumes e aspectos culturais, condicionantes geográficos, socioeconômicos e tecnológicos na arquitetura é determinante para o desuso ou permanência de soluções construtivas. Acrescenta-se também a capacidade da população em apropriar-se dos recursos naturais disponíveis para adaptar e/ou reproduzir, a tradição construtiva, com novos materiais, a exemplo das casas luso-brasileiras de araucária do planalto catarinense, como será visto a seguir.

## A casa numa sociedade pastoril e escravista – a pecuária e a sociedade que nela se estruturou

O forte apelo exercido pela pecuária extensiva, atividade econômica dominante na região serrana de Santa Catarina até as primeiras décadas do século XX, levou a um processo de estruturação social marcado pela ruralidade, evidente quando se considera o papel dominante que as grandes extensões territoriais da fazenda pastoril desempenharam:



*Formada de extensos campos propícios à criação, foi este tipo de atividade que caracterizou a região, absorvendo quase toda a atividade do homem do planalto (CABRAL, 1994, p. 211).*

Essa condição acabou por moldar não apenas o perfil do homem serrano, caracterizando-o predominantemente como um seminômade ligado ao meio rural e à atividade pastoril, mas caracterizando também a sociedade local e sua arquitetura (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 72).

A estreita relação com o ambiente rural foi recorrente em praticamente todo o território brasileiro antes do fim do período imperial, sendo boa parte do poder econômico e político exercido por uma elite patriarcal, originada e mantida pela hegemonia do campo.



Casas urbanas do século XIX observadas por Peluso Júnior em Lages/SC: no alto, a casa térrea simples; no centro, residência térrea, abastada; em baixo, sobrado de uso exclusivamente residencial. Fonte: *Lages, a Rainha da Serra, IBGE, 1952.*

Carlos Lemos (1999, p. 24), ao escrever sobre a arquitetura produzida no estado de São Paulo até o apogeu do “ciclo do café”, demonstra como as elites agrárias dominaram aquela sociedade nesse período, tornando as cidades, mesmo as mais importantes, em panos de fundo de um modo de vida cujo palco principal era, de fato, a fazenda cafeeira.

Em Lages, o esvaziamento urbano, resultante de estarem os interesses concentrados no campo, chegou a preocupar as autoridades ainda no final do século XVIII, poucos anos depois de sua fundação. Para tentar assegurar o progresso da incipiente povoação, o governador de São Paulo, Dom Martim Lopes Lobo de Saldanha, instituiu, em 20 de julho de 1776, a obrigação de que todos os residentes no município construíssem casas na vila, devendo habitá-las permanentemente:



*Portanto, V. mce. participe, de minha parte, aos juízes e oficiais da Câmara desta vila, aos quais mostrará o presente capítulo, que sem perda de tempo, por edital público e por notificações particulares aos moradores deste continente, que dentro dos meses*

*que a cada um arbitrarem, conforme as suas forças e possibilidades façam casas arruadas na vila, com as comunicações que lhes parecerem justas, sendo infalivelmente uma delas remeter-nos V. mce. presos em ferros com escolta competente, paga as custas dos mesmos presos, donde não os mandarei soltar nem deixar voltar para esse continente, enquanto legitimamente me não mostrarem terem mandado fazer as ditas casas e estarem com efeito feitas (Apud COSTA, 1982, p. 92-94).*

Não foram encontradas maiores informações a respeito de esta determinação haver sido ou não cumprida. Certo é que, em 1771, quando da instalação da vila, o Livro de Atas da Câmara local dava conta de “trinta e poucos riscos”, ou casas, ao passo que, em 1810, uma nova estatística apontou a existência de apenas 30 moradias (COSTA, 1982, p. 94).

Em 1877, mais de um século depois da obrigatoriedade imposta pelo governador paulista, é que foi verificado um tímido progresso, registrando-se 122 prédios, para uma população de 784 habitantes (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 89).

Quanto à questão do seminomadismo, mencionado por Peluso Júnior (1952), sua ocorrência

se dava em virtude da sazonalidade da pecuária, resultado da imposição das características climáticas locais, marcadas, sobretudo, pelos invernos rigorosos que forçavam a paralisação temporária da produção.

Em agosto realizava-se a usual queima dos campos, castigados pelo frio e pela geada do inverno que findava, de forma a acelerar a renovação das pastagens para o engorde do gado.

Entre a primavera e o outono, ou seja, na maior parte do ano, a fazenda era movimentada pelas lidas de campo, tendo lugar os rodeios para marcação, castração e aparte dos animais, sendo a época com maior quantidade de nascimentos, sobretudo de bezerros.

Em maio ocorriam as tropeadas, principalmente de muares, destinadas aos mercados consumidores do centro do país, decorrendo daí uma série de transações comerciais, como a compra e venda de bois, mulas, cavalos, porcos, couro, gêneros alimentícios (charque, queijo, feijão, milho, erva-mate e outros itens.) e o aluguel de áreas de campo da fazenda a tropeiros, para a recomposição de animais em marcha.

Esse também era o momento em que tropas de burros e mulas cargueiras proviam as propriedades rurais, trazendo toda a sorte de



Peões tropeando gado em estrada na Coxilha Rica, Lages/SC.  
Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008.

mercadorias originárias de outras regiões, como farinha de mandioca, açúcar, arroz, café e cachaça (produzidas no litoral), manufaturados (tecidos, louças, ferragens), sal e até mesmo cal para construção. Exigia-se assim, naturalmente, a presença do fazendeiro, que, juntando-se a peões e cativos, habitava, então, a fazenda, com sua família, e administrava os negócios. Com a chegada do inverno e a paralisação da

atividade produtiva, o fazendeiro entregava a fazenda aos cuidados dos empregados, partindo para sua casa na cidade. Ali, batizava e casava os filhos, participava das festas religiosas e se envolvia com os acontecimentos sociais e políticos, aguardando o fim do rigor invernal para regressar ao interior:



*A este gênero de vida agrícola pastoril, unia-se o que lhe forçava o inverno rigoroso: procurava a povoação onde mantinha casa, para passar os longos meses em que a fazenda paralisava as atividades. Participava, então, da vida urbana que se formava (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 72).*

Tradicionalmente em Lages, como em praticamente todas as vilas e cidades brasileiras até o início do século XX, as festas em honra ao Divino Espírito Santo e a São João Batista estavam entre as mais concorridas, pois, além do grande apelo popular, coincidiam com a época de maior movimentação urbana – de maio a julho – por conta da redução significativa da atividade produtiva no campo, nos meses de frio.

Mais do que festas religiosas, eram verdadeiros eventos comunitários: ocasião ideal para a ostentação das classes dominantes, o uso dos trajes domingueiros – que incluíam vestidos e sapatos parisienses para as mulheres mais vaidosas –, o namorico das moças e rapazes, em alvoroço pela chance de encontrarem um bom partido para o casamento, a discussão sobre negócios e política entre os mais velhos.

Licurgo Costa (1982, p. 351-356) coletou diversos relatos acerca da importância, para os lageanos, destas festividades de origem portu-



Flagrante da Festa do Divino Espírito Santo, em Lages/SC, 1890, vendo-se os fiéis em frente à casa do festeiro, na esquina das Ruas da Matriz (atual Benjamin Constant) e da Boa Vista (atual Hercílio Luz).

Acervo: Museu Thiago de Castro.

guesa, no século XIX, sobretudo a respeito da Festa do Divino. Já o viajante Robert Avé-Lallemant, estando em Lages justamente no dia 24 de junho de 1858, deixou um pitoresco relato das comemorações em homenagem a São João Batista, tendo se impressionado com a elegância dos homens, muito bem trajados e montados em cavalos repletos de arreios em prata (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 85-86).

Enquanto os fazendeiros e suas famílias constituíam a minoria que ocupava o topo da pirâmide social da época, peões livres e cativos compunham a maioria desfavorecida economicamente, que servia de base a essa estrutura. Desempenhando papel intermediário, havia contingente igualmente não muito numeroso de artífices – ferreiros, seleiros, carpinteiros, ourives, dentre outros –, cujo trabalho basicamente atendia às demandas provenientes do movimento das tropas que se encontravam de passagem pela vila. Além destes, havia também comerciantes e funcionários da administração pública, os quais compunham a parcela menor de uma população majoritariamente rural.

Após 1845, terminada a Revolução Farroupilha (1835-1845), teve início uma nova e importante fase para a região serrana catarinense, marcada pelo desenvolvimento da criação de gado bovino de corte, voltada para o abastecimento da Província. Ou seja, de local de travessia de tropas e da condição de criatório



Casal imperial da Festa do Divino Espírito Santo, em Lages/SC, início do século XX. Acervo: Walter Hoeschl Neto.



Tropeiro serrano, início do século XX. O personagem na foto é João Porfírio, que, no lombo de sua mula, desempenhou também a função de estafeta dos Correios, entregando correspondências entre Lages e o antigo distrito de Painel, SC. Acervo: Museu Thiago de Castro.

de segunda importância – uma vez que o vizinho Rio Grande do Sul sempre se destacou em relação a Santa Catarina como centro produtor de gado vacum, muar e cavalar –, os Campos de Lages assistiram a um progresso substancial da economia pastoril, o que se refletiu diretamente na prosperidade material.

A arquitetura residencial, urbana e rural, materializou a prosperidade dos negócios no campo, possibilitando a ampliação e o refinamento das moradias, datando dessa época a maior parte das grandes casas de fazenda e das residências de porão alto e sobrados que se ergueram na cidade.

A partir de então ocorreu um aumento considerável de propriedades rurais, fato reforçado pelos sucessivos desmembramentos dos latifúndios pioneiros, originados ainda no período colonial, pelas melhorias nas estradas de ligação com o litoral – onde estavam as localidades mais importantes, principais centros consumidores –, e pela ocupação de áreas até então devolutas, principalmente nos distritos de Curitibanos e Campos Novos, que se transformaram em novas frentes para a expansão da pecuária.

A Lei de Terras (Lei nº 601, de 18/09/ BRASIL/1850), cujo texto *"Dispõe sobre as terras*

*devolutas do Império*”, também contribuiu nesse processo, conferindo maior formalidade e legitimando a propriedade privada nos campos serranos, que assistiram ao enriquecimento e à consolidação do papel social dominante exercido pelos fazendeiros criadores de gado. Supõe-se, de acordo com Costa (1982, p. 1.505), ter sido esse o período de instituição da marcação dos animais e, conforme Herberts (2009), o período da profusão dos muros de taipa de pedra como delimitadores dos corredores, caminhos e divisas entre invernadas e fazendas, visando à formalização da propriedade sobre a criação e as terras.

Marco simbólico dessa fase foi a elevação da vila de Lages a cidade, em 1860 (Lei nº 500, 1860, Coleção de Leis da Província de Santa Catarina), pois até então só quatro povoações ostentavam este título em Santa Catarina: além da capital Desterro (atual Florianópolis), São José, junto à capital, Laguna, no litoral sul, e São Francisco do Sul, no litoral norte.

A aristocracia pastoril dos Campos de Lages, que era muito semelhante às elites rurais sul-rio-grandenses, passou não apenas a exercer, de forma absoluta, o poder político e econômico na sociedade local, mas também a ser reconhecida no cenário provincial, com os pri-



Na foto do início do século XX, o fazendeiro Rômulo João Madruga de Córdova, com a família e empregados, em frente à sede de sua fazenda, na localidade de Morrinhos, município de Lages/SC. Acervo: Autor.



Proprietários e empregados em frente à sede primitiva da fazenda Nossa Senhora do Socorro, Vacaria/RS, c. 1900. Notar a presença de crianças negras, possivelmente filhos de ex-cativos. Acervo: Adhemar Pinotti.



Representantes da aristocracia pastoril lageana: da esquerda para a direita, Coronel João Ribeiro, Coronel Emiliano Ramos e Coronel João de Castro Nunes.

Acervo: Museu Thiago de Castro.



Fotografias *carte de visite*, do final do século XIX, retratando, da esquerda para a direita, as lageanas Celeste Vieira da Costa, Ernestina de Castro e Guilhermina Schmidt. Dentro do que lhes cabia numa sociedade patriarcal e aristocrática, restava às mulheres de Lages, nesse período, desempenhar as funções de esposas e mães, ainda que pudessem usufruir de algum luxo proveniente da condição abastada dos pais e maridos fazendeiros.

Acervo: Museu Thiago de Castro.

meiros lageanos assumindo projeção como deputados e homens de influência na capital, então ainda Desterro. Lages já não era mais território de passagem de tropas, perdido nos sertões da Província, serra acima, mas um lugar de economia próspera e riqueza, assumindo definitivamente lugar de destaque no contexto catarinense.

No cenário político, liberais e conservadores alternavam-se no poder, reproduzindo na Câmara Municipal as disputas travadas nos cenários provincial e nacional (Costa, 1982, p. 1.225) e tendo também aí a imprensa papel de grande relevância para os confrontos e debates de ideias (Costa, 1982, p. 1.233). Contudo, o modelo de

sociedade existente se mantinha, independentemente do partido que governava ou detinha a maior representatividade. Isso porque ambos os lados eram compostos por senhores que tinham grandes extensões de terra, numerosos bois e suficiente número de escravos, além de serem, em sua maioria, integrantes da Guarda Nacional.

Criada oficialmente pelo Decreto Imperial de 18 de agosto de 1831 (Costa, 1982, p. 276), a Guarda Nacional foi uma continuidade das Companhias de Cavalaria do período colonial, que, formada por civis de representatividade social e política, auxiliava as autoridades na manutenção da ordem pública e na proteção do território, principalmente em regiões onde a presença formal das instituições governamentais era deficiente (COSTA, 1982, p. 60).

A Guarda Nacional desempenhou papel relevante no auxílio às forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870) e deixou como legado, em praticamente todo o país, até ao final da República Velha, a presença dos “coronéis” como símbolos de poder local e regional – o coronelismo. Sendo as patentes de coronel e tenente-coronel as de maior prestígio, acabavam, muitas vezes, tornando-se títulos de ostentação e instrumentos de exercício de um

poder autoritário e abusivo sobre a sociedade por parte da elite pastoril.

Abordando o processo de constituição do espaço urbano de Lages, Peixer (2002, p. 52) afirma ter sido a figura do “coronel” – que tinha por base a concentração de terras pela formação do latifúndio – uma figura de importância central para o contexto social e político da serra catarinense. Ainda hoje os nomes de algumas das principais ruas e praças da região homenageiam esses personagens que povoam o imaginário serrano.



Júlio de Oliveira Ramos, com a farda da Guarda Nacional, e sua esposa, Josefina Ribeiro da Silva Ramos. Acervo: Museu Thiago de Castro.

## Coronéis Liberais *versus* Coronéis Conservadores



Da esquerda para a direita: Cel. José Joaquim de Córdova Passos, deputado provincial pelo Partido Liberal; Cel. João Costa, secretário geral do Partido Conservador em Lages; Cel. Juca Antunes, vereador e líder do Partido Conservador em Lages. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Até 1828, vigorou em Lages o antigo sistema político colonial português, que no âmbito municipal, compreendia basicamente a eleição, dentre os membros das elites locais, dos vereadores e do capitão-mor que compunham o “Conselho da Câmara” das vilas e cidades. Isso porque mesmo após a Independência (1822), preferiu o novo regime manter essa organização, até que, ocorrendo na sequência as reformas promovidas pela Constituição Imperial de 1824, a Lei de 1º de Outubro de 1828 reestruturou as

administrações municipais (FROTA, 2000, p. 271). Porém, não chegaram a ser formados partidos políticos, o que ocorreu posteriormente, na medida em que a vida política nacional se estruturava e se apaziguavam os conflitos que marcaram o Primeiro Reinado e também, de 1831 a 1840, o período Regencial

Os partidos acabaram se consolidando em torno de duas siglas, a dos Liberais e a dos Conservadores, o que se deu a partir do Ato Adicional da Constituição, que, assinado em 12 de agosto

de 1834, criou as Assembleias Provinciais e, em Santa Catarina, resultou na eleição de vinte deputados (CABRAL, 1994, p. 120).

Em Lages, a organização político-partidária se deu de fato na fase seguinte à Revolução Farroupilha, uma vez que o próprio movimento rebelde sul-rio-grandense encontrou forte ressonância nos Campos de Lages, ganhando o entusiasmo de muitas lideranças políticas locais, identificadas com a causa republicana dos Farrapos (CABRAL, 1994, p. 123-124). Do outro lado, em oposição ao ideário liberal, aglutinaram-se os que defendiam a manutenção da monarquia e a fidelidade ao imperador.

Surgiu assim o bipartidarismo que caracterizou a política brasileira até à proclamação da República, em 1889, por vezes separando em disputas ferrenhas Liberais e Conservadores, os dois grandes grupos elitistas cujos integrantes, na região dos Campos de Lages, foram proprietários da maior parte das antigas residências estudadas neste trabalho.

Licurgo Costa aponta 1847 como o ano da criação oficial, em Lages, das representações dos partidos Liberal e Conservador, sendo seus fundadores, respectivamente, o coronel José Joaquim da Cunha Passos e o tenente-coronel



Cel. Antônio Ribeiro dos Santos, com a farda da Guarda Nacional. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Manoel Rodrigues de Souza (COSTA, 1982, p. 1225). Nesse mesmo ano, Antônio Saturnino de Souza e Oliveira foi eleito, pelo partido Conservador, como Presidente da Câmara de Vereadores, em lugar do vigário João Vicente Ferreira, repetindo o feito sucessivamente até 1853, quando foi substituído por Manoel Rodrigues de Souza, que presidiu o legislativo local também em 1855, 1856 e 1857 (COSTA, 1982, p. 1220).

Tal fato indica uma tendência de favoritismo dos candidatos do partido Conservador entre os eleitores residentes na Vila –, ou seja, a maioria, o que também acontecia nos distritos de São Joaquim, Curitiba e Coxilha Rica. Nomes como os de João da Silva Ribeiro, Vidal José de Oliveira Ramos Sênior, José Souza, Estácio Mattos, José Maria Antunes de Lima, Moyses Furtado, João Costa e João de Castro aparecem entre os que contavam com maior vantagem na ala conservadora.

A preferência pelos Liberais se dava no distrito dos Baguais (atual município de Campo Belo), em Campos Novos e Cerrito (atual município de São José do Cerrito), com melhor desempenho de Henrique Ribeiro de Córdova, Manoel Ferreira da Silva Farrapo, José Luiz Pereira, Bernardino Antônio da Silva, Eliseu Amaral,

Joaquim Morato e José Joaquim de Córdova Passos (COSTA, 1982, p. 1233).

O coronel Henrique Ribeiro de Córdova foi o principal representante liberal lageano, posto que comandou a Câmara de Vereadores de forma sucessiva por quatro anos, entre 1857 e 1860, elegendo-se deputado à 15ª legislatura da Assembleia Provincial, no biênio 1864/1865.

Outros liberais eleitos deputados provinciais por Lages foram Manoel Ferreira da Silva Farrapo, que assumiu cadeira do legislativo catarinense na 25ª legislatura, no biênio 1884/1885, e José Joaquim de Córdova Passos, na 27ª legislatura (1888/1889), essa a última do Império (Costa, 1982, p. 1229). Ainda assim, os resultados gerais indicam para a política local um maior número de vitórias dos Conservadores, que também tiveram destacada atuação na Assembleia da Província, aliás, com mais nomes eleitos em relação aos adversários.

O conservador Antônio Saturnino de Souza e Oliveira foi o primeiro lageano a ocupar posto de representação provincial, na 8ª legislatura (1850/1851). Como nesse período já presidia a Câmara de Vereadores, para poder assumir o novo cargo Oliveira deixou como seu substituto Manoel Ribeiro da Silva, que lhe devolveu a presidência

em 1851, assim que se encerraram os trabalhos na capital. Voltou à Assembleia na 14ª legislatura, no biênio 1862/1863 (COSTA, 1982, p. 1227).

Também foram deputados provinciais pelo Partido Conservador de Lages, Manoel do Nascimento Fonseca Galvão (18ª legislatura, 1870/1871), Antônio Pereira da Silva e Oliveira (24ª legislatura, 1882/1883, 26ª legislatura, 1886/1887, e 27ª legislatura, 1888/1889), José Maria Antunes Ramos (26ª legislatura), Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (26ª legislatura), o qual veio a tornar-se um dos mais importantes governadores de Santa Catarina, e, Honorato de Oliveira Ramos (27ª legislatura) (COSTA, 1982, p. 1229).

Manoel do Nascimento Fonseca Galvão, além de deputado, era Juiz de Direito da Comarca de Lages, sendo, em 1869, eleito Deputado à Câmara do Império para as 14ª e 15ª legislaturas (1869 a 1875), cargo que compartilhava com Jesuíno Lamego da Costa, Barão de Laguna. Além disso, por gozar de grande prestígio entre as lideranças conservadoras, inclusive na Corte, ocupou, no biênio 1870-1871, a representação de Santa Catarina na Câmara Temporária do Império, e, entre 1869 e 1872, o cargo de 2º Vice-Presidente da Província, chegando a desempenhar a presidência por três vezes, num total de quatro

meses. Desta forma, acumulou nada mais, nada menos, que cinco cargos de grande relevância (COSTA, 1982, p. 1227).

Outra figura de destaque do Partido Conservador foi João da Silva Ribeiro, que embora não tenha sido eleito, foi o segundo nome mais votado para Senador do Império por Santa Catarina, na ocasião em que compôs lista tríplice com Alfredo DEscragnole Taunay e João Silveira de Souza (LIMA, 1994, p. 172).

A rivalidade entre os dois grupos na região serrana, seguindo a tendência do que já se verificava na capital, Desterro (atual Florianópolis), chegou ao ponto de os Conservadores se intitulem membros do “Partido Cristão”, ao passo que seus oponentes, os Liberais, eram pejorativamente identificados como integrantes do “Partido Judeu” (COSTA, 1982, p. 1225).

Curiosamente, no início da Campanha do Paraguai, em 1865, as divergências intensificaram-se quando o Conservador Manoel Rodrigues de Souza e o chefe Liberal, José Marcelino da Silva e Sá, entraram em disputa por conta de quem conseguiria alistar o maior número de voluntários para a guerra. Ainda que tais alistamentos ocorressem sob ameaças e retaliações, incluindo o envio de trabalhadores cativos em

lugar de seus donos, com a promessa de que regressariam da guerra libertos (ATAÍDE, 1988, p. 69).

Porém, era durante as eleições, quando muitos políticos deixavam suas fazendas e dirigiam-se à cidade, que a disputa se acirrava de fato, conforme descrição feita por Manoel Thiago de Castro:



*“Foi ali por 78 ou 79 que conheci uma eleição. A igreja já estava aberta e no centro estanciava uma pequena mesa sobre a qual uma caixa de madeira que chamavam de urna. A um lado e a outro lado, sobre ban-*



*cos, estavam sentados indivíduos de grande barba, pala ou ponche, provavelmente escondendo garruchas.*

*(...) Era uma eleição direta e universal. Cada partido mantinha ali seus homens de confiança, dia e noite, para garantir a urna, o que não impedia o Major José Luiz de tosquiar o seu rebanho, para um segundo voto, duplicando assim o seu eleitorado.*

*(...) Montados nos seus melhores pingos, de cola atada, chegavam em grandes grupos, por entre vivas aos chefes, em cujas casas se reuniam, para saírem juntos para as votações. ‘As canastras de sequilhos se esvaziavam rapidamente’ (...). ‘Não havia cerveja, mas o cognac nacional e o vinho de paú campeche corria à farta, entre os votantes.*

*Um pormenor interessante: antes de começar a votação era resada a “Missa do Espírito Santo” (Apud COSTA, 1982, p. 1231-1233).*

Os irmãos Vidal Ramos Júnior e Belisário José de Oliveira Ramos, expoentes da política lageana do final do século XIX e início do século XX. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Conta ainda o cronista que, durante a eleição, cada partido mantinha seus correligionários em separado, ou, no dizer da época, “encurrulados”, evitando misturas e trocas de cédulas. O fato de a votação ser realizada nas dependências da igreja se dava em razão de ser este o espaço mais amplo e apropriado da cidade para esse fim.

A imprensa também tinha papel fundamental nas lutas políticas, especialmente nos períodos eleitorais, quando provocava perduráveis reflexos na pequena sociedade local. Embora bastante modestos em feição gráfica, os jornais, diante dos confrontos entre os dois partidos, se tornavam entusiasmados, polêmicos e às vezes “desemperados”. Por volta de 1886, “*O Lageano*”, semanário de quatro páginas, fundado três anos antes, assumiu a defesa dos Conservadores, enquanto “*O Echo da Serra*”, depois transformado em “*O Escudo*”, tornou-se o órgão oficial dos Liberais (COSTA, 1982, p. 1233-1234).

Conforme é possível observar nas páginas desses veículos de comunicação impressa, as lutas começavam moderadamente nos períodos pré-eleitorais, e à medida que se aproximavam as eleições os ânimos se exaltavam, com a propaganda partidária entrando, francamente, no terreno das ofensas e retaliações pessoais.

Como exemplo, a edição de 17 de janeiro de 1886 de “*O Lageano*” traz um artigo publicado “*À Pedido*” (sic), assinado por Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, em que rebate violentamente críticas tecidas por seu opositor José Joaquim de Córdova Passos, na edição do jornal liberal de 02 de janeiro daquele ano. A crítica de Córdova Passos baseava-se no fato de Vidal Ramos Júnior haver feito seu alistamento eleitoral de forma irregular, aos 19 anos, e não com 21, conforme exigia a legislação (COSTA, 1982, p. 1234-1235).

No número seguinte de “*O Lageano*”, datado de 27 de janeiro, o Juiz de Lages, Joaquim Fiuza de Carvalho, defendia-se das acusações dos liberais por ter facilitado o alistamento de Vidal Ramos Júnior, que era nada mais nada menos que seu genro (COSTA, 1982, p. 1237).

O ano de 1886 foi de importante significado para a política em Lages, por ter marcado o início da vida pública de Vidal Ramos Júnior, já como Deputado Provincial, eleito em 1º de junho, sem sequer ter atingido a maioridade. Na mesma oportunidade, seu irmão, Belisário José de Oliveira Ramos, também Conservador, elegeu-se, pela primeira vez, vereador, tendo recebido 29 votos e assumido, em 07 de janeiro de 1887, a presidência da Câmara (COSTA, 1982, p. 1237-1238).

A relevância deste momento para a história catarinense deve-se ao fato de assinalar a entrada, na vida política, desses dois personagens, os quais, por mais de meio século, exerceram intensa atividade político-partidária em Santa Catarina. Essa vocação foi legada a muitos de seus descendentes, dentre eles seus respectivos filhos, Nereu Ramos e Aristiliano Ramos, dando origem à mais importante oligarquia política do Estado e influenciando fortemente não apenas a política estadual, mas a sociedade de uma

maneira geral, acentuando, nesta, a tendência ao conservadorismo que preserva até hoje.

Em 1889, a instauração da República encerrou a fase de bipartidarismo e conflitos entre Liberais e Conservadores, dando início a uma série de reformas e transformações que resultaram em profundos reflexos no quadro político catarinense, entre os quais, notadamente, a criação do Partido Republicano Catarinense, a Revolução Federalista (1893-1895) e o surgimento das elites políticas do Vale do Itajaí.

## Trabalhadores escravizados

A aristocracia rural lageana e suas casas abastadas, na fazenda ou na cidade, dependiam de um elemento fundamental: os trabalhadores escravizados. Na sua maioria negros, senão pardos ou mulatos, os escravos respondiam por praticamente tudo no cotidiano da sociedade brasileira até 1888, sendo indispensáveis tanto para a manutenção do modelo econômico vigente, quanto para o funcionamento das residências. Da lida dura com o rebanho ao mais corriqueiro serviço doméstico (Ataíde, 1988, p. 40), da construção habilidosa dos edifícios e taipas

de pedra ao cozinhar e buscar água nas cacimbas (Maestri, 1993, p. 38), lá estava o negro cativo, trabalhando sempre.

A propósito do emprego do negro na construção civil, há notícia sobre “Pai João”, mestre pedreiro originário de Angola, escravizado, que pertenceu ao fazendeiro Manoel Joaquim Pinto. Sua memória sobrevive (Costa, 1982, p. 190) no nome da fazenda Pai João, em Lages, rebatizada depois que o cativo, conhecedor das propriedades medicinais da flora local, teria, assim diziam, curado de grave doença o proprietário dessa fazenda. A

tradição oral atribuiu a Pai João a construção, na região da Coxilha Rica, de sedes de fazenda em alvenaria, dentre elas a da fazenda Limoeiro, bem como da antiga capela de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora do Bom Parto, pertencente à Irmandade dos “homens de cor”, edificada na cidade de Lages na segunda metade do século XIX (COSTA, 1982, p. 357).

A existência, desde tempos idos, dessa Irmandade que, de acordo com Costa (1982, p.

356-357), além de congregar a população negra, oferecia uma concorrida festa em honra de Nossa Senhora do Rosário (que, tradicionalmente, foi padroeira das populações afro-brasileiras nos períodos colonial e imperial), é indicativo da representatividade do contingente africano e sua descendência nos campos de Serra acima.

Os dados disponíveis revelam não se haver empregado, na região de Lages, quantidade de cativos semelhante à empregada em outros



Negros de nação (nascidos na África) e crioulos (nascidos no Brasil). Johann Moritz Rugendas, c. 1830. *Acervo: Autor.*

ciclos econômicos do Brasil, nos séculos XVIII e XIX, ou mesmo como no caso das charqueadas da metade sul do Rio Grande do Sul (Dal Bosco, 2008), até porque, nos campos serranos, poucos foram os senhores da economia do gado e das tropas que conseguiram acumular volume tal de riquezas com que se pudesse adquirir muitos desses trabalhadores.

No entanto, o quadro da evolução populacional de Lages entre 1777 e 1808 revela que a porcentagem de cativos em relação à população livre nestes primeiros anos após a fundação da

vila é considerável, chegando mesmo, em 1788, a ultrapassá-la (Piazza, 1999, p. 114). Esses números, embora possam não estar isentos de erros, no mínimo indicam que o número de negros não era desprezível, o que é reforçado por outras estatísticas realizadas ao longo do século XIX, as quais demonstram uma importante participação do elemento de origem africana na constituição da população lageana, tanto que alguns fazendeiros chegaram a ser donos de mais de 40 cativos (OLIVEIRA, S. 1996, p. 159; PIAZZA, 1999, p. 111).

O fato é que, independentemente de haver mais ou menos escravizados em Lages, sua realidade não foi diferente da de outras regiões e cidades brasileiras, até 1888. No dizer de Mário Maestri (2001, p. 27), também aqui o trabalhador escravizado consistiu em “equipamento”, porque era essa sua condição: a de papel essencial para o funcionamento do cotidiano. Naturalmente, também a forma de conceber as edificações, para além do empreender sua construção física, devia-se, em grande parte, a uma sociedade cuja existência estava alicerçada sobre a escravidão. A disponibilidade de trabalhadores cativos, por menor que fosse, foi com certeza determinante da vida e, conseqüentemente, das moradias, tanto urbanas quanto rurais:



“Trapeiros pobres de São Paulo”: obra de Jean Baptist Debret registra a participação efetiva do negro no cotidiano brasileiro do século XIX. *Acervo: Autor.*



*(...) as residências mais ricas possuíam dezenas de cativos domésticos – porteiros, cocheiros, cozinheiras, copeiros, lavadeiras, engomadores, pajens, mucamas etc. Nas moradias remediadas, era comum que alguns cativos desempenhassem, sucessivamente, esses papéis. As famílias pobres esforçavam-se para ter, no mínimo, um moleque ou uma velha escrava. Não possuir sequer um negro imprestável era sinal de pobreza e motivo de dificuldades (MAESTRI, 2001, p. 141).*

Os inventários dos séculos XVIII e XIX, contendo dados sobre as casas (dimensão e materiais com que eram construídas), quantidade e tipo de gado criado nas fazendas, extensão das propriedades rurais, entre outros aspectos, oferecem uma perspectiva a respeito da condição do trabalhador servil nos Campos de Lages. O fato de serem listados em meio aos bens de seus donos, entre móveis, animais, ferramentas e utensílios domésticos, comprova estarem os escravizados sujeitos à condição de “objetos” necessários tanto à atividade produtiva da fazenda, como ao funcionamento da casa, de uma

maneira geral. Objetos indispensáveis, portanto valiosos, conforme se deduz pela alta cotação que os cativos atingiam quando da realização dos inventários, em relação aos valores atribuídos a imóveis e cabeças de gado.

Pesquisas genealógicas de Sebastião Fonseca de Oliveira trouxeram à luz alguns desses documentos relacionados aos moradores de Lages e seus cativos. Um destes documentos refere-se ao fazendeiro Antônio Manoel Velho, o qual, muito provavelmente, foi um dos homens mais ricos do sul do Brasil, no século XIX, a julgar pelo tamanho de sua fortuna e área de terras entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul – cerca de dez sesmarias, ou 1.296.336.900 metros quadrados.

Quando da morte deste fazendeiro, em 1846, foram inventariadas: a fazenda das Tijucas e campos na fazenda São Bento (atualmente no município de Bom Jardim da Serra), avaliados em oito contos de réis; casas, mangueiras e poteiros das mesmas fazendas, avaliados em pouco mais de um conto de réis; cem braças de terra em Laguna, valendo 200 mil réis; 175 reses de criar, a um valor de 875 mil réis; 175 touros, a um conto e 225 mil réis; e seis escravos, somando quase três contos de réis. Somente a escrava



Na fotografia de 1876, o cel. Libório Rodrigues, à direita, de pé, junto com a família e cativos, em frente à Sede de sua fazenda do Quilombo, em Vacaria/RS. Nessa época o coronel adquiriu, também em Vacaria, a fazenda Estrela, mencionada neste livro. Acervo: Museu Municipal de Vacaria.

parda identificada como Teresa estava avaliada em 900 mil réis (OLIVEIRA, S. 1996, p. 150-152).

No inventário de Ignácio Antunes Lima, falecido em 1867, constam, entre outros itens: cem vacas solteiras avaliadas em 700 mil réis; quarenta mulas mansas valendo 480 mil réis; uma morada de casa coberta de telhas, com suas benfeitorias, no Rincão do Perigo, avaliada em um conto de réis; uma parte de campos

com benfeitorias na fazenda Limoeiro, avaliada em dois contos de réis; uma parte de campos na fazenda do Aleixo, valendo quatro contos de réis; e onze escravos cujo valor total atinge quase quatro contos de réis (Oliveira, S. 1996, p. 64). Dentre estes, os escravos Vicente, com 26 anos de idade, e Paulina, com 32 anos, avaliados, cada um, em 700 mil réis, valorização que levava em conta a juventude e o bom condicionamento físico para o trabalho, bem como sua capacidade de reprodução.

Outro inventário que demonstra o quão valiosos eram os trabalhadores escravizados é o de Ignácio Manoel Velho, filho de Antônio Manoel Velho. Até 1874, ano de seu falecimento, Ignácio conseguiu aumentar consideravelmente a fortuna do antecessor: enquanto metade de toda uma fazenda de sua propriedade, a Santa Bárbara, era avaliada em onze contos de réis, mil rezes, em dez contos de réis, 1.599 éguas, cavalos, potros, mulas e burros, pouco mais de doze contos de réis, e sua casa na cidade de Lages em um conto e cem mil réis, seus trinta escravos totalizavam a impressionante soma de nove contos e 660 mil réis (OLIVEIRA, S. 1996, p. 159).

Reportando-nos mais uma vez à viagem de Robert Avé-Lallemant a Lages, em 1858, há de se

referir trecho de sua narrativa, no qual ele conta que, estando de passagem por uma fazenda na localidade de Índios, já retornando para Desterro (Florianópolis), deparou-se com a cena de seu anfitrião, Juca Coelho, repreendendo seus cativos por não terem realizado corretamente o serviço do qual os incumbira:



*...porque na véspera tocaram guitarra e dançaram fandango até depois de meia-noite e por isso ficaram acordados até tarde (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 92).*

O europeu não testemunhou cenas de crueldade durante o episódio, e pelo contrário, afirmou perceber uma relação de respeito patriarcal dos negros com o seu dono. Ainda assim, fez importante reflexão sobre a escravidão no seio das casas brasileiras:



*(...) os seis filhos da única negra escrava que, embora só tenha trinta anos de idade, já deu oito filhos ou sejam oito escravos ao seu*

*senhor, os quais, ao considerável preço atual dos escravos, valem um tesouro. Eles crescem vendo o serviço e costumes da casa e conhecem todos os trabalhos antes de terem de executá-los. O único filho da casa, de vinte e dois anos de idade e já casado, executa com eles [escravos] os mesmos trabalhos e parece reinar uma espécie de igualdade entre eles [filho do senhor e escravos]. Todavia, nessas estâncias isoladas, sempre podem suceder cenas da ‘Cabana do Tio Tomás’ (sic), este singular repertório de exaltado sentimentalismo e de verdade cruel e amarga, mostrando que a escravidão é tanto mais horrorosa quanto mais a vida escrava penetra na vida da família e com ela se funde. A última é envenenada pela primeira e envenenada tanto que afirmo sem rodeios que uma vida de família, no sentido próprio da palavra, não é possível juntamente com uma vida de escravos e que o Brasil só respirará livremente quando tiver enterrado o seu último escravo (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 92-93).*

Sebastião Ataíde, neto de escravos e autor de “O negro no planalto lageano”, coletou inúmeros relatos que oferecem um panorama sobre

o cotidiano dos cativos, na cidade, nas casas e fazendas de Lages, no século XIX. Descrevendo os modos, a alimentação, acomodações, vestuário, as tarefas domésticas e o trabalho pesado a que estavam sujeitos nas estâncias, Ataíde relata a opressão e violência dos senhores, muitas vezes em circunstâncias banais.

Dentre esses episódios, consta o do escravizado Jacinto, pertencente ao fazendeiro João Ribeiro, que, lidando com o gado no campo, fez pausa para caçar um quati, integrante de um bando que avistara junto a um capão de mato, e que ele abateu com sucesso. Flagrando o cativo no momento em que este amarrava a caça nos arreios de seu cavalo para retomar o serviço, João Ribeiro ordenou que ali permanecesse o animal até o completo apodrecimento, a fim de que Jacinto aprendesse “*que não se abandona serviço para caçar*” (ATAÍDE, 1988, p. 45-46).

No entanto, apesar da subserviência desses trabalhadores, quase sempre alijados de qualquer sentimento de orgulho e dignidade pela condição servil, houve episódios em que as constantes agressões físicas e morais que sofriam despertaram sentimentos de revolta que não puderam ser totalmente reprimidos, explodindo em reações violentas contra seus senhores.

Um desses casos se tornou famoso em toda a Província de Santa Catarina: o assassinato de João Baptista de Souza, o Inholo, em 1850. Membro de tradicional família lageana, João era um dos mais ricos pecuaristas da região em seu tempo, além de político influente e senhor de muitos escravos (SOUZA, 2013, p. 101).

Segundo a oralidade, um de seus trabalhadores escravizados, de nome Ricardo, inconformado com os sucessivos abusos sofridos por sua companheira, também cativa de Inholo, teria tramado com outro cativo e amigo seu, Alexandre, a morte do seu senhor. A versão oficial da motivação do assassinato não é conhecida pelo fato de não se ter localizado o processo-crime, mas documentos avulsos levantados pela genealogista Ismênia Souza descrevem outros detalhes do crime (SOUZA, 2013, p. 70-76).

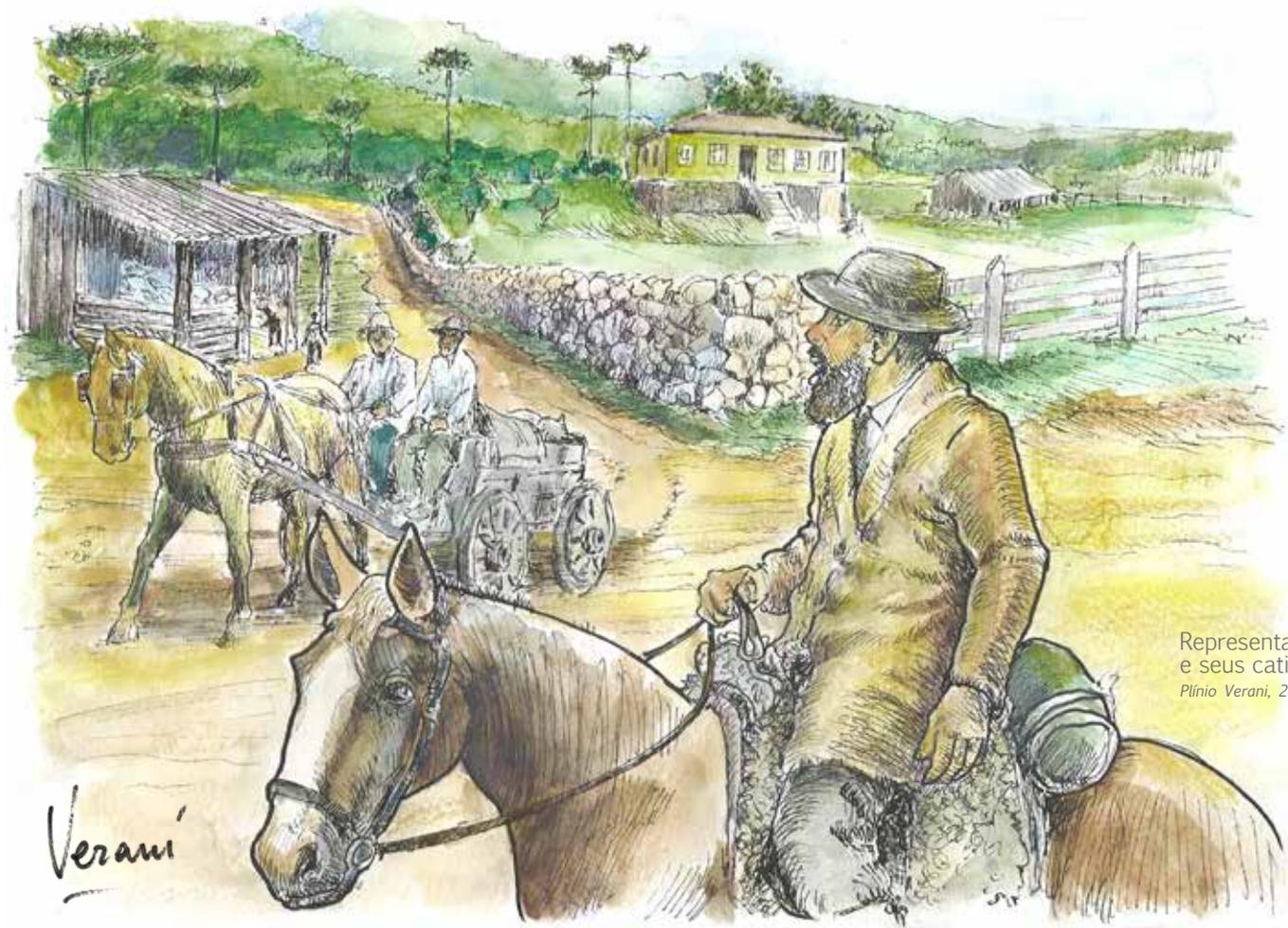
Ao fim do dia 13 de agosto de 1850, após realizar, com o auxílio de Ricardo e de Alexandre, o manejo do gado numa internada da sua fazenda São João do Pelotas – hoje fazenda Santa Cruz, no atual município de São Joaquim –, Inholo deitou-se sobre os arreios para descansar, num rancho de pau a pique que aí havia justamente para pernoite dos peões, por situar-se o local distante da Sede da fazenda. Foi neste instante

que Ricardo o teria golpeado na cabeça com um machado, o qual, em seguida, foi escondido numa mata próxima, por Alexandre.

Assassino e cúmplice foram interrogados e a princípio negaram o crime, mas as evidências não deixaram dúvidas ao juiz da comarca de Lages a respeito de sua culpabilidade: ambos foram condenados à morte, que era a pena aplicada durante o Império para os casos de homicídio,

com o agravante de se tratar de assassinato cometido por cativos contra seu senhor.

O magistrado Guilherme Ricken solicitou ao governador, João José Coutinho, que lhe enviasse, da Capital, um algoz para executar a pena (possivelmente a forca), já que não havia em Lages quem o fizesse. O governador, no entanto, decidiu informar o caso à Corte, no Rio de Janeiro, resultando em manifestação formal



Representação de Inholo e seus cativos. Aquarela de Plínio Verani, 2020.

do próprio imperador Dom Pedro II, que, em 03 de janeiro de 1851, remeteu ofício ao Palácio do Governo de Santa Catarina determinando que a pena de morte de Ricardo e Alexandre fosse convertida em “galés perpétuas”, ou seja, prisão perpétua. Ao informar a decisão do imperador ao juiz Guilherme Ricken, o governador ofereceu duas opções: que a prisão dos condenados fosse cumprida na cadeia de Lages, onde poderiam ficar à disposição da municipalidade como empregados públicos, ou que seguissem para a cadeia da Cidade do Desterro, o que aconteceu. Lá, Ricardo acabou falecendo pouco tempo depois, enquanto Alexandre cumpriu quase quarenta anos de pena, sendo solto em 1889, após a proclamação da República.

No local do assassinato de Inholo, seus familiares colocaram uma cruz que acabou designando a propriedade como “fazenda Santa Cruz”, nome que permanece até hoje.

Especificamente quanto ao meio urbano, é a legislação – com destaque para os Códigos de Posturas Municipais –, que fornece informações sobre o papel desempenhado por esses homens e mulheres que, subordinados desde o nascimento à condição servil, eram os grandes responsáveis pelo funcionamento das vilas e cidades.



Cativo infrator, sendo conduzido à casa de correção. Desenho de Daniel P. Kidder, primeira metade do século XIX.  
Acervo: Autor.

Se nas cozinhas e alcovas era o olhar, ou antes, os castigos da sinhá que controlavam o desempenhar das tarefas (Ataide, 1988, p. 47), no espaço externo às paredes e muros dos quintais das casas eram as Posturas que regravam o comportamento dos cativos (MAESTRI, 2001, p. 137).

De fato, o que se pretendia era restringir o dia a dia dos cativos única e exclusivamente ao cumprimento de suas obrigações, estivessem eles buscando água em alguma fonte, lavando roupa, despejando os dejetos domésticos em locais apropriados dos rios ou vendendo quitandas para a renda de seus senhores.

A intenção era fazer com que trabalhassem ininterruptamente, sem um minuto sequer para o descanso, muito menos para atividades de lazer, o que seria entendido como vagabundagem (Maestri, 2001, p. 166). Nestes casos, lhes estava assegurada a prisão, açoites e multas aos donos:



*Artigo 13º. He proibido a qualquer casa de negócio ter caixeiros escravos, sob pena de oito mil reis de multa.*

*(...) Artigo 16º. Os escravos que forem encontrados nas ruas e praças a jogar, ou que forem encontrados depois das horas de recolher, ou mesmo de dia, estando embriagados, serão presos, e entregues ao Juiz de Paz, para os punir policialmente com cinqüenta açoites.*

*(...) Artigo 19º. Os Senhores poderão comutar a pena de prisão dos escravos em pecuniária, na razão de quinhentos réis por dia (Lei nº 51 de 17 de Junho de 1836. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina no ano de 1836, p. 99 a 105. Estas mesmas Posturas se repetem na Lei nº 213 de 5 de Maio de 1845).*

Buscava-se assim, com a adoção de leis específicas com o mesmo peso das que, por exemplo, proibiam os cidadãos de andarem a cavalo em “Dias Santos”, ou que determinavam a época de colheita da erva-mate (Santa Catharina, Leis nº 386 e nº 388, de 1855, respectivamente). Também havia leis determinando que os afazeres que cabiam aos trabalhadores escravizados – ou seja, praticamente tudo –, fossem conciliados com a rigorosa manutenção da ordem pública, expressa nas Posturas.

E onde eram alojados os cativos? Havia senzalas para abrigar os negros que trabalhavam nas fazendas e nas moradias urbanas?

Nas propriedades rurais, a raridade em se encontrar vestígios de antigas senzalas, diferentemente de outras regiões em que ainda existem remanescentes dessas construções, não deve levar à conclusão precipitada de que a escravidão nos campos serranos tenha sido insignificante, ao ponto de não justificar a necessidade de locais específicos para abrigar esses trabalhadores. Ao contrário, existem evidências suficientes para se afirmar que sua participação foi sim relevante e fundamental para a manutenção da economia pastoril nos Campos de Lages. É bastante provável que, depois de 1888, ao ser



Anexo da antiga cozinha da fazenda Estrela, Vacaria/RS, o qual originalmente teria servido como moradia para os cativos domésticos. Foto: Autor, 2009.

abolida a escravidão, tenha havido a preocupação em se demolir as senzalas ou adaptá-las a novos usos, pois se tratavam de construções modestas, ranchos rústicos, de tábuas ou taipa, isso quando não passaram de simples palhoças (Macedo, 1987, p. 77, in Weimer, 1992). Conforme observado por Günter Weimer (1992, p. 36), os vestígios de senzalas que chegaram aos dias atuais não apenas comprovam a presença do negro nas fazendas pastoris do Sul, como evidenciam, na sua precariedade, a condição servil e os maus tratos a que estavam sujeitos.

Na fazenda Cajuru atribui-se a função original de senzala a um cômodo de dimensões muito pequenas, antes isolado do restante da habitação e com ligação direta ao galpão, em uma das laterais. Hoje adaptado para banheiro, há alguns anos, antes da abertura de uma porta, apresentava uma espécie de janela, bem pequena, à meia altura da parede que o divide com a cozinha, e que teria a função de “passa-pratos”, destinando-se a fornecer refeições aos escravizados e aos peões livres que acessavam esse espaço pelo galpão. O porão da casa, acessível por pequena porta nos fundos, junto à “cozinha suja”, também teria sido utilizado para acomodar cativos, segundo relatam antigos moradores.

A tradição oral aponta que, em Vacaria/RS, na fazenda Estrela, que pertenceu ao lageano Fidélis José de Ramos, a senzala teria ocupado uma pequena construção, já desaparecida, situada nos fundos da residência, junto aos galpões e mangueiras, e, muito possivelmente, destinada aos peões cativos utilizados nas lidas campeiras. Já um anexo contíguo à atual cozinha teria abrigado originalmente a “cozinha suja” e um compartimento usado como moradia dos escravizados domésticos (SILVA, 2003, p. 201).

Os próprios galpões, que ainda hoje abrigam dormitórios para os peões das fazendas, possivelmente acolheram trabalhadores escravizados em seus pequenos quartos e jiraus, com camas improvisadas sobre pelegos de ovelha e acolchoados.

Nas casas urbanas, onde o número de cativos era menor, quartos posicionados junto às cozinhas poderiam eventualmente ser destinados ao seu alojamento. Em Lages, a oralidade atribuía a função de senzala a uma pequena construção de alvenaria, localizada nos fundos da residência da família Alves de Brito, na esquina da Rua Nereu Ramos com a Praça João Ribeiro. Contudo, ambas foram demolidas na década de 1990 para dar lugar ao edifício hoje existente no local.

Nos últimos anos do período escravista, diferentemente de outras cidades, em Lages não se registrou o surgimento de clubes de caráter abolicionista que promovessem ações visando a garantia de direitos e a liberdade dessa população.

A única agremiação que reunia a comunidade negra lageana, cativa e liberta, era a já referida irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que, após a morte de seu principal benfeitor, o padre Antônio Carvalho, encontrava-se, ao final do século XIX, decadente, esvaziada de membros e desprovida de recursos sequer para a manutenção de sua capela, na Rua Correia Pinto, capela essa que, em ruínas, acabou sendo demolida na década de 1930 (Ataide, 1988, p. 65-66). O Centro Cívico Cruz e Souza, organizado e mantido pela negritude lageana, sendo um dos mais antigos clubes para negros entre os que ainda estão em atividade em Santa Catarina, foi fundado em 1918, muitos anos depois da citada Irmandade.

Contudo, apesar da inexistência de um movimento abolicionista mais atuante, foram registradas, sobretudo na década de 1880, iniciativas de alguns senhores, os quais, acompanhando a tendência liberal que crescia em todo o país, principalmente a partir das leis do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), alforria-

vam seus escravizados por conta própria. Contraindo-se à resistência e falta de simpatia dos muitos escravocratas serranos, como denunciou Sebastião Ataíde (Ataíde, 1988, p. 70), o jornal “O Lageano”, apesar da orientação conservadora, noticiava, na sua edição de 14 de julho de 1883:



*ABOLICIONISMO – O Ilm. sr. capitão Luiz José d’Oliveira Ramos, por um escripto por elle assignado com testemunhas, declarou que no dia 16 de julho de 1893 serão restituídos a liberdade os seus oito escravos, unicos, que possui em sua importantissima fazenda denominada <Bananeira> na qual habita com sua exma. familia. Os libertados a esse tempo poderão, os mais velhos, attingir a 34 annos de idade, e são todos fortes robustos e sadios.*

*É de esperar que o exemplo dado por esse distincto Lageano, um dos mais abastados fazendeiros desta comarca, seja imitado por outros em condições iguaes.*

*Louvamos e apreciamos o procedimento humanitario d’esse distincto cavalheiro, e como amigos, dirigimos-lhe um affectuoso abraço. (Jornal “O Lageano”, 14 de julho de 1883):*

E a mesma nota completava:



*A exm<sup>a</sup> sr<sup>a</sup> dona Maria Gertrudes de Moura Ramos, digna esposa do rico fazendeiro o sr. capitão José Antunes Lima, oficiou a junta classificadora de escravos, que havia conferido a liberdade a sua escrava, mulata, de 17 annos de idade, de nome Margarida.*

*Esta virtuosa e respeitavel matrona é irmã do sr. capitão Luiz José de Oliveira Ramos. A caridade é o distinctivo d’esta nobre senhora. (Jornal “O Lageano”, 14 de julho de 1883):*

Houve ainda o chamado “movimento de manumissão”, em que, por determinação legal, cotas de recursos públicos eram destinadas a alforrias nos municípios, tendo Lages figurado em destaque no cenário catarinense, neste quesito, pela libertação de 90 cativos entre os anos de 1875 e 1884 (ATAÍDE, 1988, p. 68-69).

É sabido, porém, que, mesmo com todas as medidas adotadas para a emancipação dos cativos de origem africana, até à abolição, e depois desta, as condições oferecidas aos recém-libertos eram precárias, sem acesso à terra e ao tra-

balho remunerado. Sebastião Ataíde informa que muitas crianças filhas de trabalhadores escravizados, nascidas em Lages após a Lei do Ventre Livre (1871), não eram arroladas pelos senhores nas matrículas (registros), ficando assim, propositalmente “esquecidas” e viveram na condição de cativas, até 1888:



*“A Lei do Ventre Livre, em Lages trouxe muito descontentamento e polêmica (...). Segundo narrações de minha avó Cecília que já possuía dois anos em 1871, as matrículas foram feitas no maior sigilo, quase nada se ouvia. Anos depois e com fiscalização mais rígida por parte dos órgãos judiciais, os fatos se tornaram mais esclarecidos.*

*Com a liberdade do “nasciturno”, a criança tinha o direito de melhores tratos e apreço assim que começasse a prestar serviços e deveria ser remunerada mesmo que fossem poucos vinténs. Na cidade parece ter acontecido, porém nas fazendas somente a roupinha do corpo. Quando houve a abolição, muitos dos “nasciturnos” ainda não tinham conhecido trabalho remunerado (ATAÍDE, 1988, p. 68).*

E conclui, afirmando que mesmo após o término oficial da escravidão no Brasil, praticamente nada havia mudado para os ex-cativos dos Campos de Lages:



*(...) as regalias foram poucas e seus salários, alguns vinténs de cobres, ou animais, como ovelhas e porcos. Sem rendas que pudessem mudar a sua situação social, praticamente, continuou escravo, sem meios de educar a família, e não alcançando sua emancipação (ATAÍDE, 1988, p. 70-71).*



A Abolição da escravidão não representou o fim das desigualdades entre brancos e negros nos campos serranos. Acervo: Autor.



Fazenda São Domingos, Lages/SC. Foto: Autor, 2019.

## Materiais, técnicas e sistemas construtivos: adaptando a tradição

Nessa sociedade de coronéis, moldada pela pecuária e pela escravidão, as feições de origem portuguesa foram predominantes na arquitetura das residências até aproximadamente 1900. Reproduzindo uma realidade luso-brasileira, formas, volumes, plantas, fachadas e telhados repetiram características e tipos encontrados na arquitetura presente na maior parte das regiões do país, até esse período.

Por outro lado, quanto ao emprego de materiais e tecnologias construtivas, as edificações dessa região valeram-se também do que o meio local disponibilizava ou, até mesmo, impunha, em função da dificuldade gerada pelo distanciamento em relação a outras áreas, principalmente do litoral, onde poderiam ser obtidos materiais de uso mais generalizado, como a cal.

No entanto, quando se passa a analisar com maior cuidado as antigas casas de residência serranas, rurais ou urbanas, pode-se afirmar que a assimilação ocorreu no sentido de substituir

ou adaptar, e não de criar algo novo, como que num processo de resistência e perpetuação dos padrões arquitetônicos tradicionais.

A abundância de materiais como as rochas basálticas e areníticas (principalmente o basalto, que se encontra solto nos campos, portanto, de fácil obtenção), ou como a madeira proveniente das matas de araucária (pinheiro brasileiro), resultou em moradias construídas tanto com um como com outro material, obedecendo aos padrões tradicionais correntes até o final século XIX.

## Casas de araucária: “completa expressão do planalto de Santa Catarina”

A madeira de araucária, leve e fácil de ser trabalhada, por isso mesmo largamente utilizada na confecção de forros, soalhos e esquadrias, foi, em Lages, também de uso corrente como divisória interna (tabique), mesmo em casas com paredes externas em alvenaria, e apareceu inclusive nas coberturas, na forma de telhados de tabuinha:



Sede da fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC. Foi propriedade do Cel. Emiliano Ramos, tendo sido construída inteiramente em madeira de araucária, por volta de 1870. Parede dos fundos. Notam-se os beirais do tipo cachorro e os esteios terminados em “nabos”, que sustentam a estrutura. Foto: Autor, 2009.



*Nos campos de cima da serra, a abundância de araucária punha em evidência a sugestão de se aproveitar o material de mais fácil obtenção, a madeira. Por isso, não raro, nas sedes de fazendas da região, até as coberturas eram realizadas com tabuinhas (...)* (CURTIS, 2008, p. 183).

Contudo, a região serrana de Santa Catarina e parte dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, constituem as únicas áreas de ocorrência da tradição construtiva luso-brasileira em que houve residências construídas totalmente em madeira. Tal fato consistiu numa excepcional apropriação deste material aos padrões da arquitetura de origem portuguesa, mediante a substituição da alvenaria por tábuas dispostas verticalmente, vedando a estrutura independente, também em madeira, que, por fim, recebia pintura à base de cal.

Arrematando as paredes, no encontro com os telhados, tiveram lugar como beirais os cachorros e também as cimalthas, recortadas caprichosamente em madeira, o que ainda pode ser observado nas sedes de algumas fazendas,

como na Capão do Posto, na Cajuru II e na São José da Boa Vista, em Lages; na fazenda Lava Tudo, em São Joaquim; e nas sedes das fazendas Caraúno e Nossa Senhora do Socorro, nos municípios gaúchos de Bom Jesus e Vacaria, respectivamente, em área sob influência dos campos lageanos.

Também tiveram lugar beirais mais largos, com cerca de um metro de projeção, e acabamento do tipo guarda-pó, caso da fazenda dos Palmas, em São Joaquim, e da já desaparecida fazenda Bom Retiro, em Campos Novos.

Na fazenda dos Palmas, uma reforma realizada por volta de 1960 resultou na perda da cobertura original, em quatro águas, que foi convertida para duas águas, com sótão, lembrando, atualmente, um chalé.

Na Sede da fazenda do Cedro, situada no município de Urupema, antigo distrito de São Joaquim, aparecia o beiral do tipo guarda-pó, associado a um delicado lambrequim que decorava todo o perímetro da residência. Solução igualmente perdida, após a completa reforma do telhado.

Há uma importante diferenciação entre as estruturas desse tipo de construção com relação às casas em enxaimel, de tradição construtiva

germânica, pois nestas os esteios (pilares) são sustentados por apoios em pedra ou alvenaria de tijolos.

Na casa luso-brasileira, em madeira, os esteios também fazem o papel de fundações, estendendo-se abaixo do nível do assoalho e assentando-se diretamente sobre o solo. As bases dessas peças, denominadas “nabos” ou “burros”, apresentam-se rústicas, sem falquejamento, e antes de serem enterradas eram tratadas a fogo, de forma a aumentar sua resistência à umidade. Verifica-se ainda no conjunto da estrutura a inexistência das peças de contraventamento em posição diagonal, características do enxaimel.

As residências de araucária chamaram a atenção do viajante Avé-Lallemant, que, de passagem por uma fazenda, a caminho de Lages, em 1858, registrou, com admiração:

“““

*Aqui encontrei a completa expressão do planalto de Santa Catarina. A construção interior da casa era genuinamente nacional, de madeira de araucária. Soa-lho, portas, paredes, tecto, mesas, bancos, tudo, asseado e variadamente ornado, feito de tábuas e traves de pinho. A madeira é mais dura e mais amarela-escura do que o pinheiro nórdico e, simplesmente polida, dá impressão excepcionalmente boa, sobretudo quando, antes de ser trabalhada, foi guardada bastante tempo e está bem seca.*



Fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC: detalhe do “nabo” de um dos esteios que sustentam a construção.  
Foto: Autor, 2009.



Sede da Fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC.  
Foto: Autor, 2009.



Sede da fazenda Caraúno, Bom Jesus/RS, c. 1875.  
Foto: Autor, 2016.

*Eis porque a casa do Coronel me pareceu a casa ideal numa serra de araucária, sólida, simples e limpa, com a expressão de uma certa abundância, que de modo algum é perturbada pela ausência de vidraças nas janelas (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 63).*

Os antigos inventários também mencionam essas residências de araucária: Paulino Antônio Alves, falecido em Urussanga (SC) em 1911, deixou aos herdeiros a sua “fazenda Nova”, em Bom Jardim da Serra, na qual havia “uma casa de madeira já velha, mangueiras, lavouras, poteiros, galpão e mais benfeitorias avaliadas em 500\$000 réis” (OLIVEIRA, 2018, p. 85).

A menor durabilidade da madeira quando exposta à ação do tempo, situação que é inclusive informada em inventários como esse de Paulino Antônio Alves, resultou no fato de que restaram poucas dessas casas, tendo sido, na sua maioria, bastante modificadas em reformas ou substituídas por novas construções.

Contrariando a tendência regional de uso da araucária na construção de paredes e telhados, na cidade de Lages o Código de Posturas de 1895, em seu Art. 20, parágrafo 7º, proibia que as casas fossem inteiramente construídas

em madeira, devendo o material restringir-se, externamente, às paredes laterais e posteriores. Ou seja, a fachada frontal das casas, entenda-se, a principal, deveria, obrigatoriamente, ser construída em alvenaria “de tijolos ou pedras”.

Tal determinação sugere uma preocupação muito mais formal e estética, no sentido de categorizar a madeira como material de pouca qualidade e durabilidade em relação à alvenaria, do que com a segurança em relação à ocorrência e propagação de incêndios, por exemplo. Se fosse esse o temor, e havia razões para tal, seria exigido, no mínimo, que todas as paredes externas das habitações fossem em alvenaria, e não apenas aquelas voltadas para a rua, que deveriam, portanto, compor o cenário urbano então considerado ideal.

Até fins do século XIX, quando da difusão dos fogões a lenha, o preparo dos alimentos se dava, em geral, com a suspensão das panelas a partir da estrutura do telhado, em ganchos e trempes metálicas, sobre o fogo aceso no chão ou numa bancada de tijolos.

Em razão dessa exposição às chamas, e com o agravante do clima mais quente, predominante na maior parte do território brasileiro, diferentemente de Portugal continental ou das ilhas, muitas das cozinhas de casas situadas nessas regiões acabaram ficando separadas do restante da habitação, a fim de diminuir o risco de incêndios. Contudo, nos campos serranos do Sul, o frio reaproximou o



Beirais em cachorro, da fazenda Lava Tudo, São Joaquim/SC. Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.



A



B



C

A) Fazenda Cajuru II, Lages/SC. Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008. B) Fazenda dos Palmas, São Joaquim/SC: telhado de duas águas tipo *chalet* substituiu a cobertura original em quatro águas. Foto: Autor, 2015. C) Sede primitiva da fazenda São Sebastião, Lages/SC. Foto da década de 1930. Acervo: Autor.

fogo do convívio doméstico, trazendo consigo, é claro, perigo. Na cidade gaúcha de Vacaria, em 1920, um incêndio, que teria iniciado com faíscas do fogão de uma cozinha, alastrou-se rapidamente pelas casas geminadas, construídas em madeira, na Rua do Vinagre, atual Rua Ramiro Barcelos, destruindo-as totalmente. Já em Curitiba, alguns anos antes, o sucesso do ataque dos fanáticos da Guerra do Contestado, em 1914, deveu-se justamente ao fato de que a maioria das construções era em madeira,

resultando na quase completa destruição da cidade a partir do incêndio de algumas casas.

É preciso lembrar que na tradição construtiva luso-brasileira, o uso da madeira esteve, em geral, restrito às estruturas para construções utilitárias e abrigos provisórios. A moradia ideal, sólida e que simbolizava uma condição econômica estável, deveria ter ao menos as paredes externas em alvenaria.

Talvez isso explique porque a casa que pertenceu ao coronel Juca Antunes, em Lages,



**D)** Fazenda Bom Retiro, Campos Novos/SC. Acervo: Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, Campos Novos. **E)** Sede da fazenda do Cedro, Urupema/SC, no início do século XX. Notar, além das paredes externas em madeira, o telhado feito com tabuinhas de araucária. Acervo: Ronei Arruda.

com construção anterior ao Código de 1895 – sua edificação deve datar de 1850, aproximadamente – tenha a parede com frente para a Rua Benjamin Constant, e a lateral, junto ao portão de acesso ao quintal, construídas em alvenaria de pedra, acompanhando a parte principal da moradia, que é toda em alvenaria. Apenas a parede dos fundos da cozinha, não visível da rua, é estruturada e com fechamento inteiramente em tábuas de pinheiro. As demais cidades serranas de Santa Catarina emancipadas ainda no século XIX – Curitibaanos,

Campos Novos e São Joaquim – talvez pelo fato de serem, à época, povoados muito modestos e mesmo de uma estrutura urbana precária em relação a Lages, não chegaram a ser alvos dessa proibição.

Esse fato, aliado à disponibilidade e baixo custo do material, resultou, nessas cidades, em um grande número de casas, talvez até a maioria delas, construídas inteiramente em madeira, como se observa em fotografias do início do século XX.



Fazenda Nossa Senhora do Socorro, Bom Jardim da Serra/SC, c. 1850. Foto: Autor, 2011.

## Pedra, barro e cal: o emprego da alvenaria

A alvenaria autoportante foi consolidada em Portugal ainda no período romano, tendo sido introduzida em terras brasileiras já nos primeiros anos da colonização, desenvolvendo-se mediante a disponibilidade de pedras ou a partir da construção de olarias para a fabricação de tijolos. Certamente esse fato foi decisivo para a constatação de – em relação a outros processos construtivos –, haver sido essa técnica tradicional a mais utilizada nos Campos de Lages.

Da mesma forma que a abundância de florestas de araucária e as vantagens da madeira estimularam o povoador a utilizar-se deste material para erguer sua moradia, também os inúmeros afloramentos de basalto e arenito garantiram a preservação da tecnologia construtiva ancestral, à semelhança do que ocorreu no litoral catarinense e no vizinho estado do Rio Grande do Sul. Essa situação é diferente da encontrada em regiões como o Planalto de Piratininga (São Paulo), onde a ausência da pedra inviabilizou sua utilização em maior escala, resultando na evolução das técnicas de construção à base de barro, como a taipa de pilão e a taipa de mão, ou pau a pique.

Enquanto em áreas como a Coxilha Rica, é encontrado, em abundância, o basalto, solto por entre os campos, em pedras de diversos tamanhos e formatos, esculpidas pela erosão, em outras áreas, como no sítio em que se implantou a cidade de Lages, junto aos rios Carahá e Caiveiras, ocorre afloramento de arenito botucatu, o que permitiu sua exploração através de pedreiras, dada a facilidade de corte da rocha em blocos e lajes. Ou seja, a pedra esteve sempre à mão, de modo a garantir que a tradição de se levantar paredes sólidas e resistentes – algumas atingindo quase um metro de espessura, como na casa da fazenda São João –, pudesse ser perpetuada, partindo de uma concepção de construção ideal, conceito esse aplicado principalmente às paredes externas.

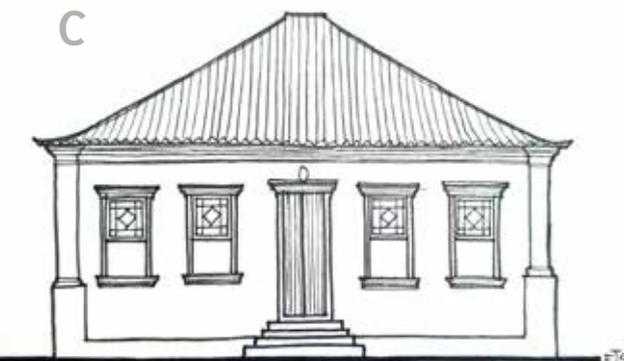
Para erguer as casas sobre estruturas de fundação rasas e contínuas, também em pedra argamassada (baldrames), eram confeccionadas caixas ou fôrmas de madeira ao longo de todo o perímetro projetado da casa. Dentro dessas caixas iam sendo, paulatinamente, encaixadas as pedras, rejuntadas com argamassa à base de barro e cal. Esse processo também era conhecido como “entaipamento” da parede, do que resulta a denominação até hoje atribuída aos muros de



Residência em alvenaria, do final do século XIX, localizada na Rua Manoel Thiago de Castro, Lages/SC. Foto: Autor, 2008.



Casa de alvenaria, do século XIX, na Rua Jorge Lacerda, Lages/SC. Demolida na década de 1980. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Três edificações do século XIX, em alvenaria de pedra e tijolos, já desaparecidas. **A)** Residência e comércio, que existiu na esquina da Rua Coronel Córdova com a Rua João de Castro, Lages/SC. **B)** Casa em que funcionou a intendência de Curitibaanos/SC. **C)** Antiga prefeitura de São Joaquim/SC. *Acervos: Museu Thiago de Castro / Museu Histórico Antônio Granemann de Souza. Desenho: Autor, 2020.*

pedra de junta seca, utilizados no cercamento das mangueiras (currais) e divisas de propriedades nas áreas rurais, as “taipas de pedra”.

Levantada a parede, desmontavam-se as caixas, procedendo-se ao acabamento da alvenaria, o que incluía o preenchimento de falhas com pedras menores, tijolos ou pedaços de telha. Procedia-se, em seguida, à montagem das vergas das aberturas e peitoris das janelas, à instalação das estruturas de telhado e barroejamento, e, por fim, à colocação das esquadrias, assoalho, forro e aplicação de reboco, interna e externamente, também elaborado à base de barro e cal.

Inicialmente, o emprego de tijolos na alvenaria ficou restrito à estruturação das vergas dos vãos e aos peitoris das janelas, uma vez que apresentava facilidades em relação à pedra para a execução desses acabamentos. A julgar pelos exemplares arquitetônicos documentados, deduz-se que sua utilização em toda a extensão das paredes foi difundida somente a partir da segunda metade do século XIX.

Desse período, o inventário de João da Silva Ribeiro Júnior registra “uma casa de tijolos”, na sua fazenda em São Joaquim (Oliveira, 2018, p. 423), ao passo que nos inventários mais antigos, encontrados na pesquisa, quando ocorre menção ao material empregado na construção das casas aparecem referências somente à pedra e à madeira.

A adoção dos tijolos consistiu em mudança que deve ter otimizado consideravelmente a construção, uma vez que dispensava o processo, por certo moroso, e que, além disso,

demandava maior habilidade por parte dos pedreiros na montagem das caixas de madeira e no correto assentamento das pedras em seu interior.

Em Lages, já em 1769 registra-se a instalação de uma olaria de propriedade do fundador Antônio Correia Pinto, nas proximidades do povoado, porém sua principal produção teria sido de telhas para cobrir as primeiras casas que estavam sendo erguidas (Costa, 1982, p. 63). Apesar disso, em 1822, o inventário de Pedro da Silva Ribeiro ainda citava, dentre os seus bens, “umas casinhas nesta Vila, cobertas de capim” (OLIVEIRA, 2018, p. 416).

Na casa do Coronel Juca Antunes, em Lages, registra-se uma solução incomum: o uso de tijolos no fechamento de paredes internas em pau a pique, o que possivelmente resultou de uma antiga reforma em que foram substituídos os primitivos painéis de madeira e barro. Essa solução é incomum porque, na época, as divisórias internas eram, na maioria das situações, construídas em taipa de mão ou tabique.

Nas fazendas, diante da grande distância em relação à cidade e da precariedade das estradas, houve a instalação de olarias nas Sedes, de forma a suprir a necessidade de tijolos e telhas. Prova disso é a existência, nas proximidades de um banhado na fazenda Cajuru, em Lages,



Fazenda São Domingos, Lages/SC: observar uso do tijolo no peitoril e na verga da janela. Acervo: Autor, 2019.



Casarão Juca Antunes, em Lages/SC, antes das obras de restauro. Pode-se ver o emprego dos tijolos na alvenaria. Acervo: Autor, 2018.



Residência da família Mattos, São Joaquim/SC. Construída em alvenaria de tijolos sobre fundação em pedra, tendo, internamente, as paredes revestidas com madeira. Na fotografia antiga, à esquerda (c. 1920), observa-se que os tijolos, originalmente, eram deixados aparentes, sendo, hoje, visíveis apenas nos fundos da residência. Acervo: Museu Histórico Municipal Assis Chateaubriand. Foto: Autor, 2009.

de vestígios do antigo forno da olaria que serviu à produção das telhas utilizadas para cobrir a residência, em 1865.

Embora as telhas tenham sido usadas, também há referência ao recobrimento de casas em alvenaria com tabuinhas de araucária, como informado no inventário de João Antônio Alves, falecido em 1909, que deixou aos herdeiros “uma casa de pedra coberta de tabuinhas”, na sua fazenda das Casinhas (OLIVEIRA, 2018, p. 83).

A cal, ingrediente imprescindível para as pinturas e argamassas de reboco, era trazida do

litoral a pesados custos, em sacos acomodados sobre o lombo de mulas, sugerindo que o apelo de sua utilização, dada a eficiência e durabilidade que conferia à construção, era superior às imensas dificuldades que sua obtenção acarretava. Explica-se assim o porquê da sua escassez e do uso racionado nas argamassas de rejunte, destinando-se basicamente ao acabamento dos rebocos e pintura. Dentre os religiosos franciscanos chegados a Lages no final do século XIX para assumir a paróquia local, estava o frei Pedro Sinzig, que, em suas memórias, registrou:



*(...) foi necessário organizar ou contratar tropas que, em seis dias de viagem no mínimo, e outros seis de volta, iam buscar a cal, em quantidades irrisórias, na costa! Era carga de que nenhum tropeiro gostava, pois obrigava a duplas providências contra a chuva e, assim mesmo, incomodava os animais (Apud PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 93).*

Uma casa em particular chamou a atenção pela singularidade da forma de construção, certamente com o objetivo de conferir conforto térmico no seu interior, sobretudo, durante o inverno rigoroso. Trata-se de antiga residência do tipo morada inteira, do final do século XIX, situada na Rua Manoel Joaquim Pinto (antiga Rua Grande) na cidade de São Joaquim, e que pertenceu à família Mattos.

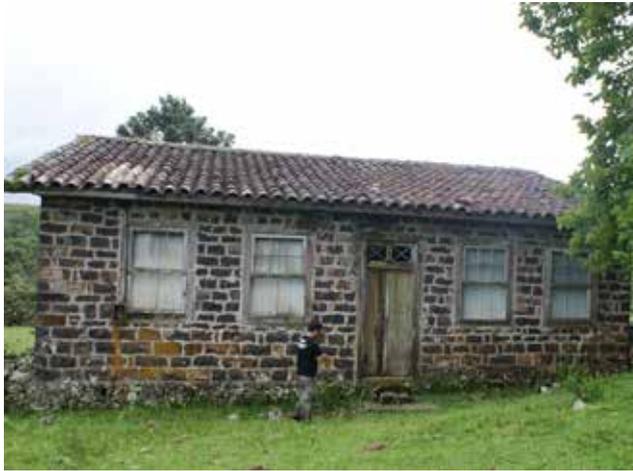
Construída em alvenaria de tijolos maciços com fundações em pedra, internamente esta referida casa apresenta, em todos os ambientes, o revestimento das paredes com tábuas de pinheiro de aproximadamente três centímetros de espessura, respeitando-se espaçamento de cerca de 10 centímetros entre a alvenaria e a madeira.

Embora simples, essa solução oferece larga vantagem sobre as construções levantadas somente em alvenaria ou em madeira quanto à manutenção constante da temperatura interior, em níveis agradáveis para os moradores. Além deste exemplar, desconhece-se qualquer outro que tenha adotado tal solução.

Uma fotografia do início do século XX revelou que, externamente, os tijolos eram deixados aparentes e que o reboco atual, incluindo as pilastras existentes na fachada frontal, foi executado posteriormente. Na parede lateral direita e em parte da fachada posterior a alvenaria de tijolos ainda se encontra aparente.

Ainda a respeito da cidade de São Joaquim cabe referir o emprego de alvenaria de pedra aparelhada e deixada aparente em algumas casas, como registram fotografias antigas e um último exemplar localizado na esquina da Rua Manoel Joaquim Pinto com a Praça Cezário Amarante. Essa construção de fins do século XIX, atualmente bastante descaracterizada, teria, inclusive, abrigado a cadeia do Município.

No município de Bom Jardim da Serra, outrora território joaquinense, encontra-se a fazenda Nossa Senhora do Socorro, uma das mais antigas dos Campos de Lages e que pertenceu



Registra-se a ocorrência de exemplares arquitetônicos erguidos em alvenaria de pedra aparelhada, em algumas situações deixada aparente, como na “casa de pedra”, à esquerda, situada no centro da cidade de São Joaquim/SC, hoje bastante descaracterizada. Já a Sede da fazenda Nossa Senhora do Socorro, em Bom Jardim da Serra/SC, era originalmente rebocada, como se pode observar em parte da fachada lateral direita. *Acervo: Museu Histórico Municipal Assis Chateaubriand. Fotos: Autor, 2009.*

ao açoriano Matheus José de Souza, que acompanhou Correia Pinto na fundação da vila de Lages (Schneider, 2013, p 86). A atual Sede desta fazenda foi construída por volta de 1860 e apresenta notável trabalho de alvenaria de basalto aparelhada, deixada aparente. Contudo, é possível encontrar um pequeno trecho de reboco à base de cal em uma das paredes laterais, o que sugere haver sido a edificação, originalmente, rebocada.

O fato de a composição das argamassas utilizadas nessas construções conter mais

barro do que cal, em função da já mencionada dificuldade de obtenção da cal, associado às superfícies pouco porosas das pedras de basalto encontradas na região serrana, sobretudo no caso em questão, por se tratarem de pedras aparelhadas, em ambiente bastante úmido, pode explicar a pouca aderência e o desprendimento desses revestimentos das paredes ao longo do tempo, resultando no aspecto atual. Vem daí a denominação popular “Casa de Pedra” para a austera sede da fazenda Nossa Senhora do Socorro.

## Ausência do pau a pique e da taipa de pilão

Nos Campos de Lages o emprego do pau a pique e da taipa de pilão parece ter sido pouco usual na construção de paredes externas.

O pau a pique é uma técnica que consiste na montagem de uma estrutura em madeira, à semelhança das casas de araucária, com pilares enterrados no chão – origem da expressão “pau a pique”. Essa estrutura era vedada com tramas de fibra vegetal amarradas ou pregadas (lascas de taquara, palmeira ou sarrafos de madeira), revestidas com barro aplicado manualmente, daí o fato de também ser denominada “taipa de mão”. Ao final, o pau a pique recebia uma fina camada de revestimento de cal, para efeito de acabamento e pintura. Na região serrana esta técnica é vulgarmente denominada de “estruque”, expressão também usada em Laguna, no litoral, e bastante empregada para levantar as paredes internas das residências.

Já a taipa de pilão consistia no apiloamento de uma mistura à base de barro dentro de caixas de madeira com a altura e espessura desejáveis para as paredes, entaipando-se, ou seja, levantando-se a construção.

Assim como a alvenaria de pedra e cal, a taipa e suas variantes também tiveram origem nas construções tradicionais portuguesas, sobretudo nas construções da região do Alentejo



Primitiva casa de pau a pique, em processo de arruinação, Lages/SC. Foto: Peluso Júnior, 1952.



Detalhe de parede em pau a pique, utilizada como divisória interna na sede da fazenda Cajuru, Lages/SC. Foto: Charles Steuck, 2014.



Exemplares de casas de pau a pique, em Lages/SC, todas já demolidas: **A)** Moradia urbana do século XIX. **B)** Casa rural de família menos abastada. **C)** Sede primitiva da fazenda Cruz de Malta, que pertenceu ao fundador de Lages, Antônio Correia Pinto de Macedo. Acervo: Museu Thiago de Castro / Autor.

e nas das áreas do Norte, na divisa com a Espanha, não se podendo descartar possíveis contribuições indígenas (Conceição, 2012, p. 200) e africanas (Weimer, 2004, p. 41) para o seu desenvolvimento e utilização no Brasil. Esta técnica foi utilizada com frequência em Minas Gerais e em São Paulo, particularmente no Planalto de Piratininga, onde foi aperfeiçoada, sendo amplamente difundida durante o período colonial, em função da escassez de pedra e de outros recursos para a construção (Lemos, 1979, p. 39).

No entanto, apesar da intensa relação mantida entre o planalto serrano catarinense e São Paulo, até o século XIX, principalmente por conta do ciclo Tropeiro, e das trocas culturais que essa relação proporcionou entre o Sul e o Centro do país, foram identificados nos Campos de Lages apenas dois exemplares arquitetônicos construídos em pau a pique, e nenhum em taipa de pilão.

A fazenda do Cadete, situada na Coxilha Rica e que pertenceu à família Ramos, foi construída por volta de 1830. Na década de 1930 foi reformada e recebeu um segundo pavimento, assumindo a característica de sobrado, tendo, porém, sido respeitadas as características originais, incluindo a manutenção da técnica do pau a pique. Diante de sua raridade e excepcionalidade, havia sido considerada como de interesse à preservação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, o que levou os proprietários, contrários à ideia, a demolirem a casa em 2019.



Sede da fazenda do Cadete, em Lages/SC, derradeiro exemplar em que se aplicou a técnica do pau a pique na feitura das paredes externas. Demolido em 2019. Fotos: Nery Auler da Silva/ IPHAN-SC, 2008; Andriago Borges, 2019.

Já a casa original da fazenda Cruz de Malta, localizada nas imediações da cidade de Lages, foi erguida por volta de 1770. Essa casa teria pertencido ao fundador de Lages, Antônio Correia Pinto de Macedo, e, provavelmente, tratava-se de obra do mestre-construtor paulista Caetano Saldanha, que acompanhou a comitiva de Correia Pinto, tendo sido o responsável pela construção da primitiva igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (Costa, 1982, p. 46). A demolição dessa Sede e construção da casa atual, do tipo chalé, se deu

em 1912, quando era seu proprietário Victor Alves de Brito. Na região vizinha dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul, a única referência acerca do emprego do pau a pique em paredes externas diz respeito à Sede da fazenda do Matemático, no município de Bom Jesus, datada do século XIX e, igualmente, desaparecida.

Curiosamente, ao norte de Lages, basta atravessar a Serra do Espigão e o rio Negro, atingindo-se os Campos Gerais – área originalmente pertencente a São Paulo –, que é possível



Demolição, em 1984, de um sobrado do século XIX, na Rua Nereu Ramos, Lages/SC. Conjugava alvenaria, no pavimento térreo, e pau a pique na parede frontal do pavimento superior. Acervo: Museu Thiago de Castro.

encontrar, ao longo da antiga Estrada das Tropas, nos municípios paranaenses de Lapa, Palmeira, Castro, Ponta Grossa e Tibagi, dezenas de sedes de fazenda e casas urbanas dos séculos XVIII e XIX, erguidas em taipa de mão e taipa de pilão. A esse respeito, sugere-se consultar as obras *Guia dos bens tombados*, Paraná, de Cyro Corrêa Lyra e Alcídio Mafra de Souza (1994) e *Sesmaria, Velhas Fazendas e Quilombos – Campos de Castro* (CASTRO: Museu do Tropeiro Governo do Paraná, (s/d).

De acordo com Peluso Júnior (1952, p. 60-61), é possível que a durabilidade inferior da madeira em relação à alvenaria, aliada à abundância de pedra e madeira, tenham sido determinantes para a escassez, substituição e desaparecimento

dessas construções nos Campos de Lages, bem como na região de cima da Serra.

O estado precário dessas construções é claramente perceptível em antigas fotografias de Lages (ver cap. 04), nas quais partes da estrutura em madeira, deixadas à mostra com a perda do revestimento, evidencia tratar-se de construções centenárias. Com pé-direito baixo, aberturas em arco abatido e largos beirais de madeira, com o intuito de afastar ao máximo a água da chuva das frágeis paredes de barro, essas casas eram, com certeza, remanescentes das moradias pioneiras erguidas na vila de Correia Pinto, entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX.

## Fachadas, telhados e ornamentação

As fachadas frontais das residências destacam-se segundo um princípio de identidade e hierarquia. São as que apresentam os melhores acabamentos e alguma ornamentação, ainda que singela: aberturas emolduradas, presença de sobrevergas – elemento decorativo que coroa portas e janelas, conferindo-lhes destaque na composição arquitetônica –, pilastras, caixilhos trabalhados e, muitas vezes, cimalha (cornija) em lugar de beira-severa, compondo, com o embasamento da parede e os cunhais, o enquadramento da fachada.

Mais raramente, podiam ocorrer gravações na própria alvenaria ou em cartelas de cantaria afixadas sobre a porta principal, contendo as iniciais do proprietário e a data de construção, caso da fazenda Morrinhos, que pertenceu ao coronel Belisário José de Oliveira Ramos:

“ ”

*A busca de uma ornamentação mais enfática na fachada principal é quase uma redundância. Essa é a primeira a ser avistada, símbolo do ‘status’ do proprietário e dominante na paisagem (PEIXER et al., 2005, p. 21).*



Moradias do século XIX, que apresentam o enquadramento da fachada frontal mediante a utilização de elementos de caráter compositivo/decorativo, como o embasamento sobressalente, as pilastras, cunhais, e beiral: **A)** Fazenda Santa Teresa, Lages/SC. **B)** Casa Mattos, São Joaquim/SC. **C)** Casarão Juca Antunes, Lages/SC. Fotos: Autor, 2009/2020.



A



B



C



D

Inscrições contendo as iniciais de proprietários, símbolos e datas de construção e reforma das sedes de fazendas lageanas: **A)** Fazenda Morrinhos. **B)** Fazenda São Domingos. **C)** Fazenda Igreja. **D)** Fazenda São João. Fotos: Autor, 2009.

Na fazenda São João, logo abaixo da cimalha havia ainda uma faixa decorativa, com elementos geométricos em alto relevo, que, por ocasião de uma reforma do reboco, acabou sendo removida, restando apenas o trecho correspondente ao cunhal, na sua face da fachada lateral esquerda.

Mais raramente podiam ocorrer gravações em alto relevo, no próprio reboco ou em cartelas de cantaria, afixadas sobre a porta principal, contendo as iniciais do proprietário e a data de construção, caso das sedes das fazendas Igreja e Morrinhos, respectivamente.

O coronel Belisário José de Oliveira Ramos, proprietário da fazenda Morrinhos, parece ter sido particularmente cuidadoso com esse deta-

lhe, deixando registradas as suas iniciais “BJOR” tanto na casa da fazenda, datada de 1889, como no gradil do balcão de seu desaparecido sobrado na Rua Direita, atual Rua Nereu Ramos, em Lages, datado de 1883. Em outra fazenda de sua propriedade, a São Domingos, o ano de inauguração, também 1883, não aparece na fachada e sim pintado entre ramos de flores, acima de uma das portas da sala de visitas.

Nas casas de fazenda, a presença de uma calçada pavimentada com pedras em toda a extensão da fachada, às vezes em vários níveis (como na fazenda Limoeiro) também era empregada a fim de valorizar a frente da residência, juntamente com um jardim fronteiro, cercado por taipas de pedra, onde apareciam canteiros

com flores e plantas ornamentais, principalmente roseiras, camélias, siqueiros e butiazeiros.

Outro artifício utilizado no sentido de reforçar a imponência da construção foi arrematar-se a cumeeira do telhado com uma pinha ou pináculo em cantaria, quando da ocorrência de cobertura de quatro águas triangulares que resultava num volume de formato piramidal (telhado tipo pavilhão).

Esse tipo de ornamento era encontrado nas fazendas Santa Teresa, Morrinhos e Igrejinha, mantendo-se apenas na fazenda Santa Teresa, uma vez que as outras duas casas tiveram as coberturas reformadas (página 144). Em Curitibaanos, coroava a edificação da Intendência Municipal (páginas 132 e 203), e na cidade de Lages era visto nos telhados de duas casas já demolidas: uma situada na Rua Correia Pinto (página 223), e outra na esquina da Rua Coronel Córdova com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, moradia do fazendeiro Francisco Borges do Amaral (Carvalho, 1990, p. 256).

Os telhados com estrutura em madeira seguiam os padrões tradicionais portugueses (La Pastina Filho, 2005, p. 12.), caracterizados pela presença do galbo de contrafeito e de telhas capa-e-canal, arrematadas nos ângulos das coberturas de quatro águas com formato de “peito de pomba” – expressão popular decorrente da semelhança deste detalhe com a figura de uma pomba pousada.

Uma solução frequente para as casas urbanas de meio de quadra eram os telhados de duas águas, com o



Calçadas em pedra em frente às sedes das fazendas Limoeiro, Lages (A) e São José, Capão Alto (B). Fotos: Autor, 2009.



Pinhas e pináculos em pedra, usados no coroaamento de telhados de formato piramidal (pavilhão) em Lages/SC: **A)** Casa que pertenceu a Francisco Borges do Amaral, depois armazém de Mário Grant, na esquina das Ruas Cel. Córdova e Marechal Deodoro. **B)** Fazenda Santa Teresa. **C)** Fazenda Morrinhos. **D)** Fazenda Igreja. *Acervo: Museu Thiago de Castro. Fotos: Ruy Luiz Machado / Autor.*

escoamento pluvial para a frente e os fundos, e nos quais a cobertura apresentava peças em madeira, na posição horizontal – as linhas de cumeeira, as terças e os frechais –, peças essas que, sustentadas pelas paredes e oitões, apoiavam os caibros e o ripamento sobre os quais se assentavam as telhas.

As coberturas de quatro águas, mais utilizadas nos edifícios urbanos de esquina e nas Sedes de fazenda, eram constituídas de duas águas trapezoidais (águas-mestras) e duas águas triangulares (tacaniças), formando uma cumeeira e quatro espigões.

O vidro, vindo do litoral e destinado aos caixilhos das janelas de guilhotina e bandeiras

de portas, só apareceu na segunda metade do século XIX, quando, aliás, vulgarizou-se em todo o Brasil. Até então, as janelas das casas eram vedadas com pesadas “folhas”, confeccionadas com tábuas de madeira, as também chamadas “escuras”, ou “postigos”, fixadas nas ombreiras com dobradiças do tipo cachimbo e fechadas por engenhoso sistema de ferrolhos, todos produtos da ferraria artesanal, que também produzia os cravos (pregos rústicos) empregados no reforço das estruturas dos telhados, e os espelhos de fechadura, sempre muito decorativos, como ainda se vê em portas das fazendas Cajuru e São João. Contudo, diante da possível indisponibilidade de artífices que produzissem essas peças



Tipos de beiral: **A)** Beira-seveira diferenciada entre a parte principal da moradia e a cozinha, Casarão Juca Antunes, Lages/SC. **B)** Beira-seveira dupla, em casa de fazenda não identificada (detalhe). **C)** e **D)** Beirais diferenciados nas fachadas frontal (cimalha) e lateral (beira-seveira), nas fazendas Santa Teresa e São João, Lages/SC, respectivamente. **E)** Cimalha em madeira, na fazenda Caraúno, Bom Jesus/RS. **F)** Cachorros, na fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC. Fotos: Autor; Acervo: Biblioteca do Convento Franciscano de Lages/SC. Fotos: Autor; Acervo: Biblioteca do Convento Franciscano de Lages/SC.

de ferragem na região, é muito possível que, assim como o vidro, estas também viessem de fora.

Em Lages e São Joaquim, não raro as vidraças das janelas de residências mais abastadas apresentavam delicados caixilhos ornamentais, compondo losangos de diferentes formatos e tamanhos, resultando em interessante efeito estético. Isso quando não eram a única ornamentação presente nas fachadas austeras. Esse modismo é encontrado em inúmeras moradias oitocentistas de Laguna e região, de onde possivelmente proveio esse uso, juntamente com os próprios vidros. Em Lages ainda ocorre nas Sedes das fazendas Cajuru e Capão do Posto, e em São Joaquim era visto na casa da família Mattos, de onde foi removido das janelas, por ocasião de uma reforma, restando nas bandeiras de algumas portas internas.

Não foram encontradas referências sobre o emprego de rótulas para a vedação dos vãos, ainda que estes elementos tenham sido bastante usuais em todas as regiões brasileiras até à popularização do uso do vidro.

Outro material utilizado apenas mais tardiamente, em meados do século XIX, e geralmente importado, foi o ferro, sendo empregado, sobretudo, nas sacadas dos sobrados, sob a forma de balcões corridos ao longo das fachadas, ou restritos ao



Telhas do século XIX, datadas e assinadas. Retiradas de residências que foram demolidas, em Lages, hoje integram o acervo do Museu Thiago de Castro. A telha de baixo, preservada na fazenda São João, em Lages, apresenta o ano 1800 (ou 1860), indicando, provavelmente, a data de inauguração da construção ou alguma reforma sofrida em seu telhado. Fotos: Charles Steuck, 2014.



Guilhotinas em janelas: **A)** Fazenda dos Palmas, São Joaquim/SC. **B)** Fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC. **C)** Fazenda Santo Cristo, Lages/SC. **D)** Fazenda Lava Tudo, São Joaquim/SC. ·Fotos: Autor.

vão, nos modelos entalado ou de púlpito. Esses balcões exibiam desenhos caprichosos, de seralheria artística, e pequenas pinhas decorativas nos cantos superiores, podendo ainda apresentar suportes, também em ferro, para a colocação de lampiões. Os últimos sobrados com sacadas em ferro, ambos localizados na Rua Nereu Ramos, em Lages, já desapareceram: um deles em 1984, demolido para dar lugar a uma agência bancária, e, no início dos anos 2000, o outro, que pertenceu ao coronel Belisário Ramos.

Seria redundante falar que em uma arquitetura tão austera houve pouco ou nenhum

espaço para a ornamentação interna. Conforme visto, alguns exemplares são de uma singeleza tal que, mesmo tendo pertencido a fazendeiros, donos de terra e gado, não apresentam ornamentos sequer em suas fachadas principais, como seria usual na representação da condição abastada do proprietário.

Nessas moradias, até mesmo o mobiliário era escasso, resumindo-se, na maioria dos casos, a bancos, mesas, catres e baús, sendo igualmente reduzidos os utensílios domésticos (panelas, vasilhas, pilões, moinhos, pratos, talheres, ferramentas, entre outros), como informam inventários dos



A) Vão emoldurado e peitoril almofadado em janela da sala de visitas da fazenda Cajuru, Lages/SC. B) Bandeiras de porta com caixilhos ornamentais na fazenda Morrinhos, Lages/SC, e C) na Casa Mattos, em São Joaquim/SC. Fotos: Charles Steuck / Autor.

séculos XVIII e XIX (DAL BOSCO, 2008; OLIVEIRA, 2018). Um desses inventários é o de Simeana de Liz e Abreu, falecida em Lages em 1865, a qual deixou aos herdeiros, além de terras, gado e escravos, “*uma casa coberta de telhas com mobília e mais benfeitorias*”, sem, no entanto, haverem estas sido detalhadas (OLIVEIRA, 2018, p. 310).

Já o inventário de José Joaquim Velho, datado de 1870, descreve os poucos bens móveis encontrados na sua fazenda das Capivaras, em Bom Jardim da Serra, na qual havia “*casa coberta de tabuinhas em bom estado, com mangueiras, quintal e pátio cercados de taipas de pedras*”. Dentre objetos como uma bandeja pequena, seis colheres de metal branco, uma panela grande de

ferro, machados, foices, esporas e um “*pala de pano, velho*”, aparecem: quatro catres velhos, torcidos de couro, avaliados em 5.000 réis cada; dois bancos grandes, velhos, avaliados em 2.000 réis cada; uma mesa nova, boa, com duas gavetas, avaliada em 7.000 réis; dois baús grandes, cobertos com couro, velhos, avaliados em 2.500 réis cada; e um par de canastras velhas, avaliadas em 2.000 réis (OLIVEIRA, 2018, p. 175).

A narrativa da viagem de Avé-Lallemant em 1858 também registra essa realidade nas moradias urbanas, tendo destacado a má vedação das aberturas e a ausência de equipamentos de aquecimento nas residências, como lareiras, precariedade esta já mencionada:



*Fogões de sala e lareiras não existem em Lajes. Só em quatro casas há cadeiras regulares. A grande maioria delas não possui vidraças nas janelas, mas, em lugar destas, os vãos. De dia ainda passa. Mas logo que ao pôr-do-sol chega a geada, tudo se enroupa em mantos, tudo se fecha e, silenciosa e morta, a vila parece extinta. Por causa do frio, a gente, que nunca pensou num aparelho regular de aquecimento, vai cedo para a cama (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 80).*

Mas houve exceções, a julgar pela quantidade e qualidade da mobília descrita no extenso inventário de João da Silva Ribeiro Júnior, possivelmente um dos homens mais ricos da região de Lages na segunda metade do século XIX. Na Sede de uma de suas fazendas em São Joaquim, juntamente com talheres e baixelas de prata, cuias de mate, paliteiro, esporas, caneta, navalha para barba, máquina de costura e armas, foram listados os seguintes móveis, a seguir transcritos, tal qual consta no referido documento: “doze cadeiras de palhinha; duas cadeiras de braço; uma cadeira de balanço acolchoada; uma mesa na varanda; duas mesinhas inferiores; um armário com porta envidraçada; três armários comuns; um relógio de parede; um banco redondo; um banco comprido; três bancos inferiores; um caixão inferior; três pares de canastras; um par de canastras abauladas, em mau estado; seis catres grandes; um catre pequeno; um catre forrado de tábuas; dois catres em mau estado; um baú de folha; e uma



A



B

**A)** Balcão em ferro, do tipo corrido, que existiu no sobrado do Cel. Belisário Ramos. Lages/SC. **B)** Balcão do tipo púlpito, reutilizado em edificação moderna. Lages/SC. Acervo: FCC / Autor.



A) Sala de visitas da fazenda Nossa Sra. do Socorro, Bom Jardim da Serra/SC. Salas de jantar das fazendas São João (B) e Cajuru (C), Lages/SC. -Fotos: Daniela R. Schneider / Charles Steuck.



B



C

*canastrinha de couro*". Já na sua casa situada na "Rua principal" de São Joaquim, havia "doze cadeiras americanas usadas; uma mesa inferior; uma mesinha com gabinete; um banco comprido; dois catres bons; e três catres forrados de tábuas" (OLIVEIRA, 2018, p. 423).

João da Silva Ribeiro Júnior também possuía uma "casa de pedra assobradada" em Lages, onde ainda era dono da fazenda Pinheirinho, cuja Sede, localizada nas proximidades da cidade, encontra-se de pé até hoje, sendo, possivelmente, o último remanescente arquitetônico do século XVIII no planalto catarinense. Essa fazenda, desde sua origem até recentemente, esteve em mãos da família Ribeiro, e é provável que tenha sido transmitida a João por herança, na década de 1840 (OLIVEIRA, 2018, p. 422).

Na residência urbana, o inventário identifica "uma mobília completa de visenaca (sic) contendo quinze cadeiras; um sofá; dois paradores – provavelmente aparadores –; uma mesa de mola ou morça (sic); uma mobília inferior em mau estado; uma dúzia e meia de cadeiras de pau; um espelho; uma mesa grande de cedro com duas gavetas; um lavatório de madeira com espelho; um catre bom, com guarnições; e cinco catres em mau estado". Na casa da fazenda Pinheirinho, consta "uma mesa grande e outra inferior; duas mesas pequenas; um banco comprido; quatro bancos inferiores, cinco catres; e dois banquinhos pequenos" (OLIVEIRA, 2018, p. 424).



Ferragens de portas e janelas: **A)** Sofisticado sistema de tranca de porta interna, na fazenda Cajuru, Lages/SC. **B)** Tranca de postigo de janela, do tipo ferrolho, na fazenda, Cajuru/SC. **C)** Fechadura de porta com maçaneta, na fazenda Lava Tudo, São Joaquim/SC. **D)** Espelho decorativo de fechadura de porta, na fazenda Cajuru, Lages/SC. Fotos: Charles Steuck / Autor.

Os elementos de caráter decorativo apareciam em algumas residências mais abastadas, ainda que de forma contida: forros do tipo encabeirado que fugiam do usual saia-e-camisa; ornamentos entalhados em forma de flores, estrelas e figuras geométricas, embelezando os cantos e o centro dos tetos das salas; rodapés e rodapés; faixas em madeira a meia altura contornando as paredes das salas; molduras e frisos em madeira para a marcação dos vãos de portas e janelas das salas; padieiras (tábuas) para forração interna dos vãos das portas e janelas, e peitoris com revestimento almofadado em madeira. Pinturas decorativas, do tipo escariola ou

estêncil, apareceram somente com o Ecletismo, no início do século XX, e sempre de gosto ingênuo e simples.

A maior parte das casas de fazenda de Lages relacionadas à tipologia “morada inteira” apresenta um elegante arco em madeira, desprovido de fechamento, sustentado por colunas ou pilares também em madeira, posicionado na conexão do corredor com a sala de jantar, em substituição à porta. Assim, embora não haja uma obstrução física – uma porta –, entre os setores social e íntimo da moradia, a transição entre um e outro é destacada pelo arco. Essa solução é encontrada em construções de outras



A



B



C

Mobiliário: **A)** catre, e **B)** cabide, fazenda Sta. Bárbara dos Alhos, Bom Jardim da Serra/SC. **C)** Canastra, fazenda Cajuru, Lages. *Fotos: C. Steuck / Autor.*



A



B



C

**A)** Forro saia-e-camisa simples e **B)** Forro encabeirado, residência urbana, Lages. **C)** Forro ornamentado, fazenda Santa Teresa, Lages. *Fotos: Autor.*



A



B



C

**A)** Florão ornamental para forro, Museu Thiago de Castro, Lages/SC. **B e C)** Bandeira de porta, e arco, fazenda São José, Capão Alto. *Fotos: Autor.*



Arcos que marcam a passagem do corredor para a sala de jantar nas sedes das fazendas: **A)** Santa Teresa, **B)** Cajuru, e **C)** Morrinhos. Lages/SC. Fotos: Charles Steuck / Autor.

regiões, ocorrendo em Sedes de fazendas cafeeiras do Sudeste e em algumas charqueadas da região de Pelotas, no Rio Grande do Sul (caso da Estância da Gruta). Sua presença é recorrente ainda em fazendas e casas urbanas dos Campos Gerais do Paraná, especialmente em moradias abastadas, do século XIX, na cidade da Lapa, nas quais também aparecem os pináculos em pedra coroando as cumeeiras dos

telhados de formato piramidal. Os elementos decorativos mencionados são, portanto, muito simples, e demonstram uma tentativa acanhada por parte de construtores e proprietários em conferir alguma imponência arquitetônica a moradias que foram essencialmente funcionais, ainda que muitas delas tenham pertencido a famílias de condições privilegiadas, tanto econômica quanto socialmente.

03

A CASA DA  
FAZENDA



Fazenda Santa Teresa, Lages/SC.

Foto: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.

## Implantação do conjunto edificado

**N**os Campos de Lages, a casa de fazenda surgiu antes da casa urbana, tendo sido a fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres posterior ao aparecimento dos primeiros estabelecimentos rurais, situados ao longo do Caminho Viamão-Sorocaba.

A implantação da Sede da fazenda serrana obedeceu, principalmente, a duas necessidades: à estratégico-defensiva e à hierárquica. A primeira delas revela-se nas características presentes na maioria das estâncias e fazendas pastoris do Sul do Brasil, em razão dos longos conflitos pela delimitação de fronteiras e revoluções aí ocorridos. A segunda, a hierárquica, é observada nas Sedes, enquanto casa senhorial e núcleo organizador da propriedade.

Assim, obedecendo, simultaneamente, a essas duas condicionantes, as Sedes, costumeiramente, situaram-se em sítios elevados, geralmente no alto de coxilhas (colinas), não só para destacar sua posição senhorial, mas, principalmente, a fim de que fosse possível abranger, visualmente, todas as áreas do entorno da moradia, e, assim, controlar o que se passava ao redor, a grande distância, como se pode observar nas fazendas São João, Santa Teresa e Capão do Posto, em Lages, Santa Catarina.

Podem também residir aí – além da necessidade estratégica relacionada à (in)segurança das fronteiras e à instabilidade política da região, traços de uma ancestralidade portuguesa, notadamente, das casas rurais da região do Alentejo, os “montes alentejanos”. Estas habitações consistem num conjunto formado pela casa do



proprietário e pelas construções utilitárias de apoio à atividade agrícola, caracterizado pela implantação em sítios elevados de onde se des-cortinam todos os ângulos da vasta propriedade, modo de ocupação fundiária típico do Alentejo.

Não se pode esquecer que boa parte das antigas residências rurais abastadas, não apenas no Sul, mas em todo o Brasil, ocupou, preferencialmente, os terrenos elevados, assumindo um sentido simbólico de dominação sobre a área ao seu redor, afirmando o poder e a autoridade do dono das terras. Assim, é oportuna a comparação de Joaquim Cardoso entre a implantação das propriedades rurais do tipo monte alentejano e a das casas de fazenda brasileiras tradicionais:

“““

*É o tipo de construção adaptada às grandes propriedades rurais, onde se pratica a cultura extensiva e onde se emprega grande número de trabalhadores; é formação social bastante semelhante à dos núcleos rurais brasileiros que, com raras exceções, sempre foram (engenhos ou fazendas) vastos latifúndios. Engenhos e fazendas onde a vida se fechava numa limitação de espaço geográ-*



Sede da fazenda Santa Teresa, Lages/SC, estrategicamente posicionada no ponto mais elevado do terreno. Foto: Autor, 2009.



Sede da fazenda Limoeiro, Lages/SC, implantada no fundo de um vale e protegida por coxilhas. Foto: Autor, 2009.



A residência é sempre o centro do conjunto edificado da Sede, como ocorre nas fazendas Limoeiro (à esquerda) e São João, Lages/SC. Fotos: Ricardo Almeida/IPIAN-SC, 2006.

*fico que as distâncias e a precariedade dos meios de transporte imperiosamente exigiam. (...) Quero crer que muitas velhas fazendas brasileiras, como outras que de outros tipos portugueses logicamente derivaram, muita coisa também ainda conserva dos 'montes' alentejanos (CARDOSO, 1975, p. 09).*

À medida que se aproximava o final do século XIX, estando definidas as questões de fronteira e em função de uma maior estabilidade política e social, o que, por consequência, proporcionou a sensação de maior segurança, a

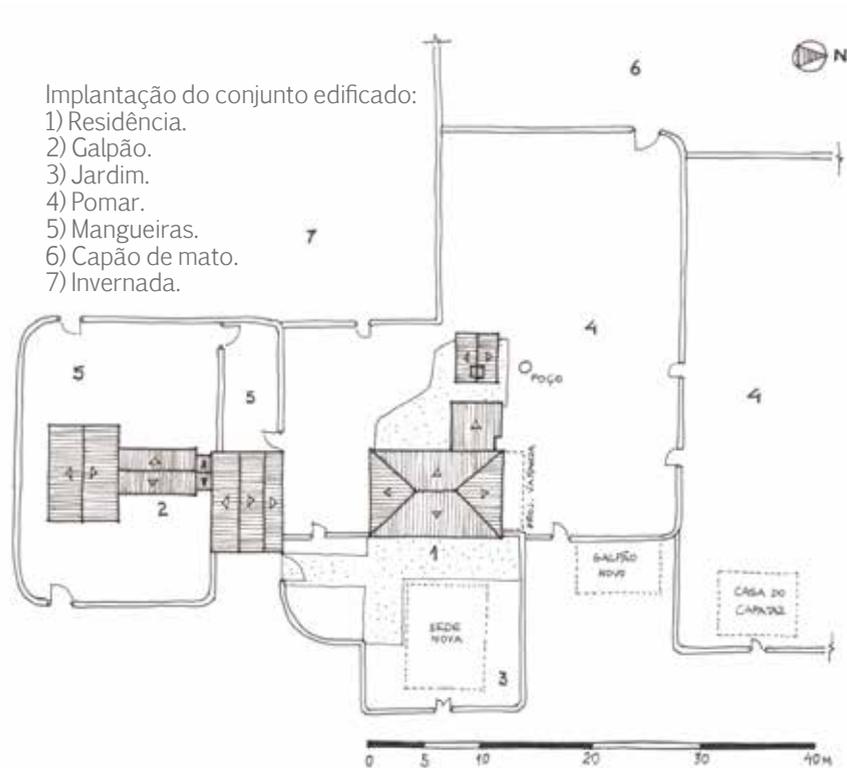
preocupação defensiva, presente nos primeiros anos de ocupação do território, deixou de ser fundamental para a escolha do local de construção da Sede da propriedade.

Datam desse período as fazendas implantadas de forma menos exposta, à meia encosta de terrenos acidentados, entre estas as fazendas Cajuru e São Domingos, em Lages (SC), ou no fundo de pequenos vales, cercadas por morros, tais como as fazendas Morrinhos e Limoeiro, também em Lages. Contudo, apesar de não estarem no alto de colinas, mantêm as vistas privilegiadas de toda a área circunvizinha.



Sede da fazenda Capão do Posto, Capão Alto/SC. Foto/Desenho: Autor, 2009.

Elemento sempre presente quando uma Sede de fazenda era implantada foi o capão de mato, nome dado ao bosque nativo formado por araucárias e outras árvores de médio e grande porte, localizado nos fundos da residência, como a proteger sua retaguarda, e com o importante papel de amenizar a incidência do frio e do vento durante o inverno. Mais do que isso, o capão de mato abrigava as nascentes que garantiam o indispensável fornecimento de água para o abastecimento da propriedade.

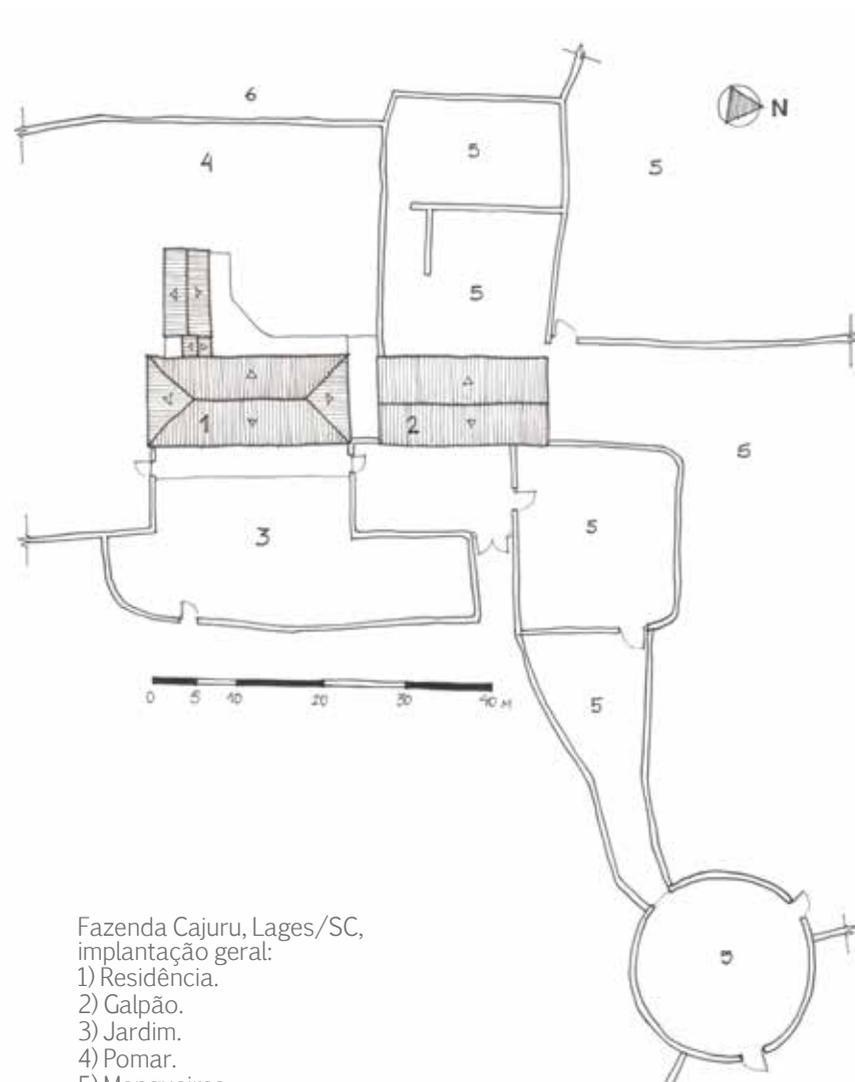


Verifica-se ainda a ocorrência de árvores exóticas de grande porte como carvalhos, noqueiras e plátanos, plantados em frente à residência para lhe marcar o acesso, mesmo quando vista de longa distância, e também, nos seus arredores, a existência de algum riacho que era utilizado pelas escravas e criadas da casa para lavar roupa, riacho esse geralmente localizado próximo às áreas de serviço da moradia.

A casa de fazenda é o centro de um conjunto arquitetônico, composto por programa de

necessidades diversificado, que abrange diversos espaços: o jardim fronteiro ou lateral à casa; a horta, produzindo legumes, hortaliças, chás e temperos; o pomar, com seus pés de figo, pêssigo, laranja, limão, maçã, ameixa, marmelo e parreiras de uvas; o terreiro onde são criados porcos, galinhas e perus; as roças situadas nas imediações da moradia para o fornecimento de gêneros alimentícios como milho, feijão, abóboras e batatas; o galpão, construção essencial à atividade pastoril, implantado numa das laterais ou atrás da moradia; e as mangueiras (currais), de dimensões e formatos diversos, igualmente fundamentais à lida com o gado e suas atividades específicas – recolhimento e aparte dos animais, marcação e castração, doma de cavalos, entre outras atividades.

Outrora, as dificuldades de acesso e as grandes distâncias que impunham o isolamento a essas propriedades obrigavam a uma maior autossuficiência, condição que explica a presença desses vários espaços de produção que gravitam no entorno da residência. Em 1858, quando de sua passagem pela fazenda de Juca Coelho, na localidade de Índios, no município de Lages, Avé-Lallemant registrou:



Fazenda Cajuru, Lages/SC,  
implantação geral:

- 1) Residência.
- 2) Galpão.
- 3) Jardim.
- 4) Pomar.
- 5) Mangueiras.
- 6) Capão de mato.

Desenho: Autor, 2015.



Sede da Fazenda São João, Lages/SC, em registro de 1906. Notar, à direita, o galpão primitivo em alvenaria de pedra, coberto por telhado de quatro águas. Acervo: Jonas Malinverni.

## “ ”

*Todas as coisas materiais são produzidas na própria estância. O gado pasta em multidão nos campos; as vacas de leite são conservadas perto da casa. Não faltam carne de vaca, leite e queijo, embora às vezes escasseie a manteiga e se evite o incômodo de fabricá-la. Há abundância de porcos. (...) Faz-se da carne uma linguiça grosseira, gostosa, que se conserva por muito tempo.*

*Ademais, a estância ferveilha de galinhas e perus, que são comidos diariamente. Por outro lado, não há gansos nem patos.*

*Entre os vegetais, em Índios se cultivam,*

*abundantemente, o milho, o feijão e a batata; entretanto medra menos a mandioca. Formam ainda alimento especial os pinhões das araucárias (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 89 e 90).*

A interligação entre esses elementos que compõem o conjunto edificado da Sede da fazenda é obtida pelos muros erguidos em pedra de junta seca, ou, na região serrana, taipas de pedra, destinados ao cercamento dos diferentes espaços livres que compõem o complexo da Sede (jardins, hortas, terreiro, roças e mangueiras), bem como à demarcação das invernadas de criação de animais, estradas e delimitação das propriedades, conforme se observará mais adiante.

## Configuração da casa da fazenda: dois tipos

O programa de necessidades que definiu as formas de distribuição interna e a configuração das plantas das casas de fazenda serranas fundamenta-se num esquema que é encontrado em todas as moradias estudadas: na parte anterior encontram-se o acesso principal e os espaços de receber e de uso social, como salas de visita e quartos de hóspedes, enquanto no centro e na parte posterior têm lugar os ambientes de uso íntimo e destinados ao serviço doméstico, como os dormitórios da família, sala de jantar, cozinha e despensa.

Esse programa é recorrente na arquitetura luso-brasileira, rural e urbana, sendo que a variação maior fica por conta das dimensões e quantidade de cômodos, o que geralmente estava relacionado ao poder aquisitivo do proprietário, havendo pouca variação quanto ao arranjo dos espaços internos.

Basicamente, são dois tipos, ambos térreos, com planta de formato retangular ou quadrangular e obedecendo ao programa apresentado, aparecem entre as construções analisadas: em um deles o acesso entre os diferentes

cômodos se dá através de uma sala central, à qual a maior parte dos demais ambientes está conectada; e, no outro, o acesso é feito diretamente por um corredor que interliga a parte anterior e posterior da moradia, estruturando-a.

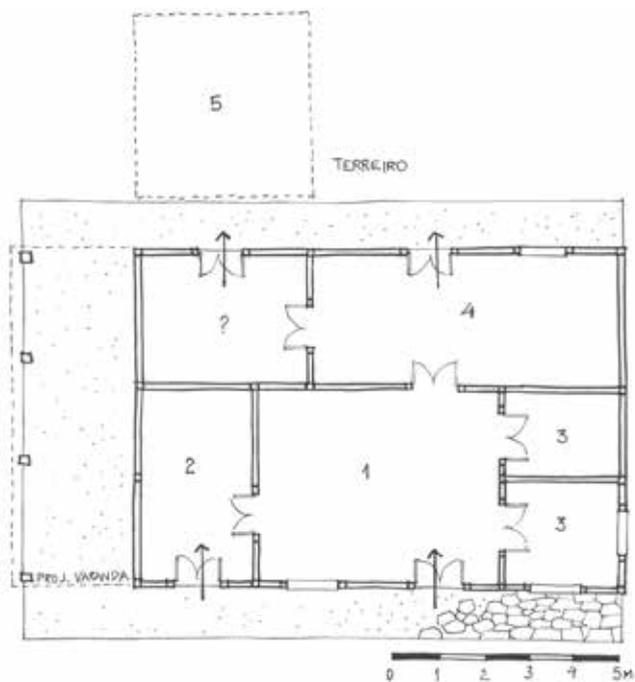
O primeiro tipo ocorre tanto nas edificações mais antigas, entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX, como em exemplares mais tardios, do final do século XIX. São, em geral, moradias de dimensões menores, com a fachada frontal apresentando, na maioria dos casos, quatro vãos, sendo, portanto, assimétrica.

Essa assimetria pode indicar uma menor preocupação formal com a composição da fachada, que, desta forma, assume um aspecto marcadamente vernacular, reforçado pela frequente ausência de cunhais, cimalha ou qualquer outro ornamento.

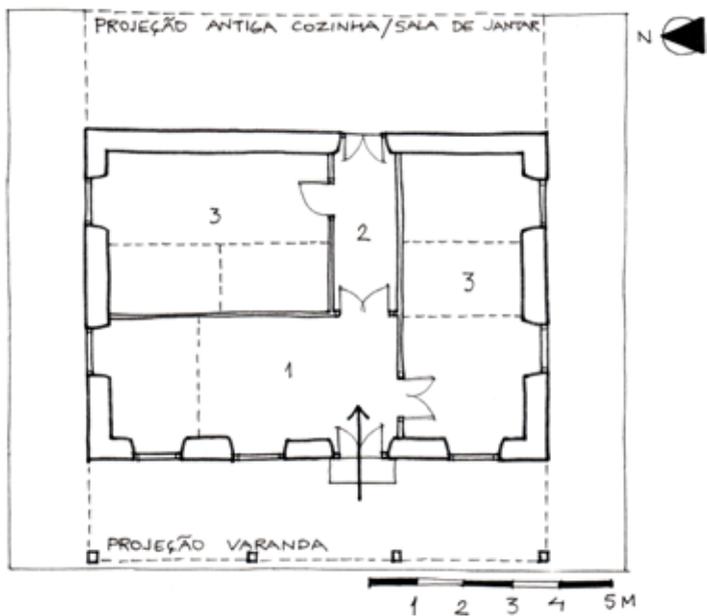
Esse aspecto sugere justamente tratar-se de edificação mais primitiva, erguida num momento em que os recursos para a construção ainda eram escassos, ou em que o fazendeiro ainda não tinha condições de possuir moradia mais abastada.



Casa primitiva da fazenda Cruz de Malta, Lages, construída por Antônio Correia Pinto de Macedo (c. 1770), demolida em 1912. Reconstituição aproximada da planta baixa: 1) Sala de visitas. 2) Quarto de hóspedes. 3) Dormitório. 4) Sala de jantar. 5) Cozinha. Acervo: Museu Thiago de Castro. Desenho: Autor, 2020.



Casa da fazenda Pinheirinho, Lages/SC, final do século XVIII. **Planta baixa:** 1) Sala de visitas. 2) Circulação. 3) Dormitório. Foto/Desenho: Autor, 2009.





Sede da fazenda São Domingos, Lages/SC (1883).

**Planta baixa:**

- 1) Sala de visitas.
- 2) Circulação.
- 3) Sala de jantar.
- 4) Dormitório.
- 5) Depósito.

Desenho/Foto: Autor, 2015.

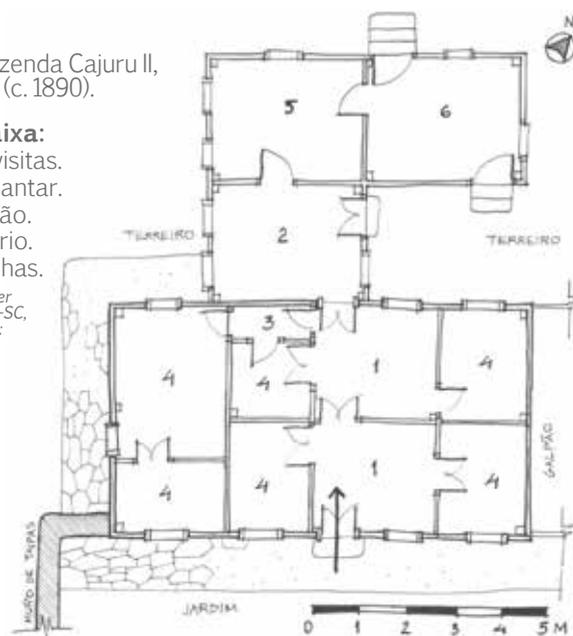


Casa da fazenda Cajuru II, Lages/SC. (c. 1890).

**Planta baixa:**

- 1) Sala de visitas.
- 2) Sala de jantar.
- 3) Circulação.
- 4) Dormitório.
- 5/6) Cozinhas.

Foto: Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008; Desenho: Autor, 2015.



A Sede da fazenda do Pinheirinho, bastante semelhante à casa primitiva da fazenda Cruz de Malta (ambas do século XVIII), e a Sede da fazenda São Domingos (1883), exemplificam esse tipo de construção. Apresentam dimensões modestas, o que é evidente no tamanho dos cômodos internos, além de pé-direito baixo, em torno de 2,5 metros.

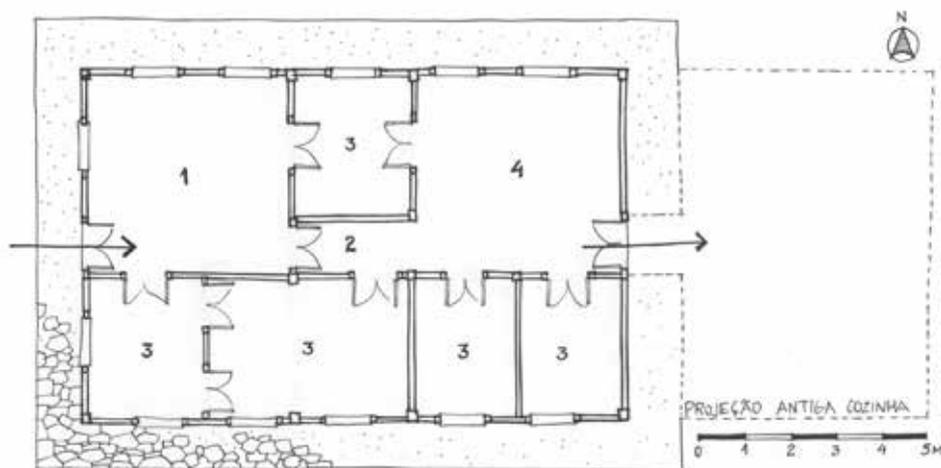
Dos quatro vãos da fachada frontal, os dois mais ao centro destinam-se à porta de entrada e à janela da sala de visitas, enquanto os demais, um em cada extremidade, destinam-se às janelas de dormitórios frontais, acessados diretamente pela sala, dos quais ao menos um era reservado aos hóspedes. A partir dessa sala, chega-se a um pequeno ambiente de circulação, espécie de vestíbulo, que dá acesso, de um e de outro lado, aos dormitórios, além de fazer a transição para a sala de jantar, disposta ao longo da parte posterior da casa, junto à cozinha.

A respeito da localização da sala de jantar nos fundos dessas moradias, convém lembrar que, popularmente, este espaço destinado às refeições era chamado de “varanda”, uma vez que teria evoluído de uma área coberta, que se abria para o quintal, e que acabou sendo incorporado à construção principal, a exemplo

das casas tropeiras e roceiras paulistas (LUCCAS, 1997, p.130). A Sede da fazenda do Cadete, embora apresentasse dimensões maiores, também estava relacionada a esse primeiro tipo de planta. Apesar da composição assimétrica dos vãos da fachada frontal, compreendida pela sequência de duas janelas, uma porta e três janelas, os esteios aparentes, dispostos a cada dois vãos e constituindo três módulos, não só denunciavam a estrutura de pau a pique como indicavam, no módulo central da fachada, a posição da sala de visitas, com sua porta e janela.

Nos módulos com duas janelas, dispostos em cada uma das extremidades da fachada, localizavam-se os dormitórios com acesso pela sala, a partir da qual se chegava também aos demais cômodos, posicionados na parte posterior da moradia. Na ampliação ocorrida na década de 1930 foi instalada na sala uma escada, em madeira, para acesso aos dormitórios do pavimento superior.

A posição centralizada da sala nesse tipo de planta sugere uma filiação às casas rurais paulistas que se relacionam justamente com o ciclo tropeiro (casa tropeira), as quais teriam evoluído das primitivas casas bandeiristas (Lucas, 1997, p. 92-94).



Sede da fazenda Lava Tudo, São Joaquim/SC (c. 1880). **Planta baixa:** 1) Sala de visitas. 2) Circulação. 3) Dormitório. 4) Sala de jantar. *Desenho/Foto: Autor, 2020.*

Sede primitiva da fazenda São José da Boa Vista, Lages/SC, final do século XIX. Conta com a particularidade de ter um estábulo associado à moradia.

**Planta baixa:**

- 1) Sala de visitas.
- 2) Sala de jantar.
- 3) Dormitório.
- 4) Circulação.
- 5) Cozinha.
- 6) Cozinha suja/forno.
- 7) Estábulo.

Fotos: Autor, 2009.

Desenho: Autor, 2015.



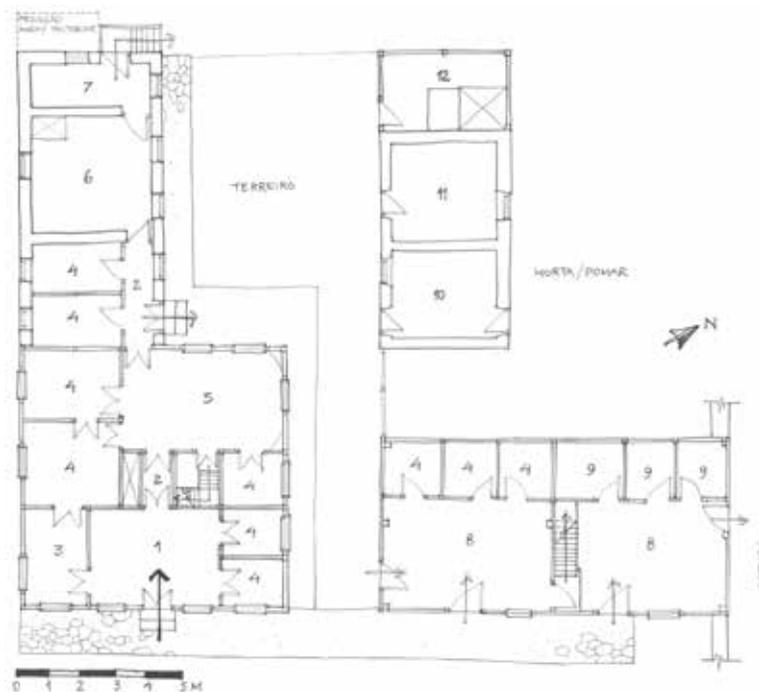


Casa da fazenda Caraúno, Bom Jesus/RS (c. 1875), cuja planta apresenta uma sala centralizada, característica da arquitetura tropeira.

**Planta baixa:**

- 1) Sala de visitas.
- 2) Circulação.
- 3) Sala.
- 4) dormitório.
- 5) Sala de jantar.
- 6) Cozinha.
- 7) Depósito.
- 8) Galpão.
- 9) estábulo.
- 10) Cozinha suja.
- 11) Fábrica de queijo/charque.
- 12) Forno.

Fotos: Autor, 2009.  
Desenho: Autor, 2015.



Sua disseminação pelas regiões Sudeste e Sul se deu na medida em que avançavam as frentes de ocupação pelos caminhos de tropas, a partir de São Paulo, no século XVIII, sendo que a região de Lages está diretamente ligada a esse contexto.

O segundo tipo é caracterizado pela presença marcante de um extenso corredor que liga o exterior, na fachada frontal, à sala de jantar, nos fundos. Funcionando como um eixo de simetria, em torno deste corredor eram organizados todos os espaços da moradia, havendo, em cada uma das suas laterais, praticamente os mesmos ambientes rebatidos: salas, dormitórios, alcovas, e ambientes de serviço, devidamente distribuídos.

Na frente, estavam posicionadas as salas e alguns dormitórios, no centro, as alcovas – nomes dados aos pequenos quartos desprovidos de janelas, característicos das residências luso-brasileiras construídas até o século XIX –, e, atrás, ficavam os ambientes de serviço. Esse corredor aparece na maioria das residências brasileiras do século XIX, e, mesmo nas mais modestas moradias urbanas de porta e janela, representava ganho considerável para a melhor estruturação da casa e setorização de seus diferentes espaços, de uso social e íntimo.



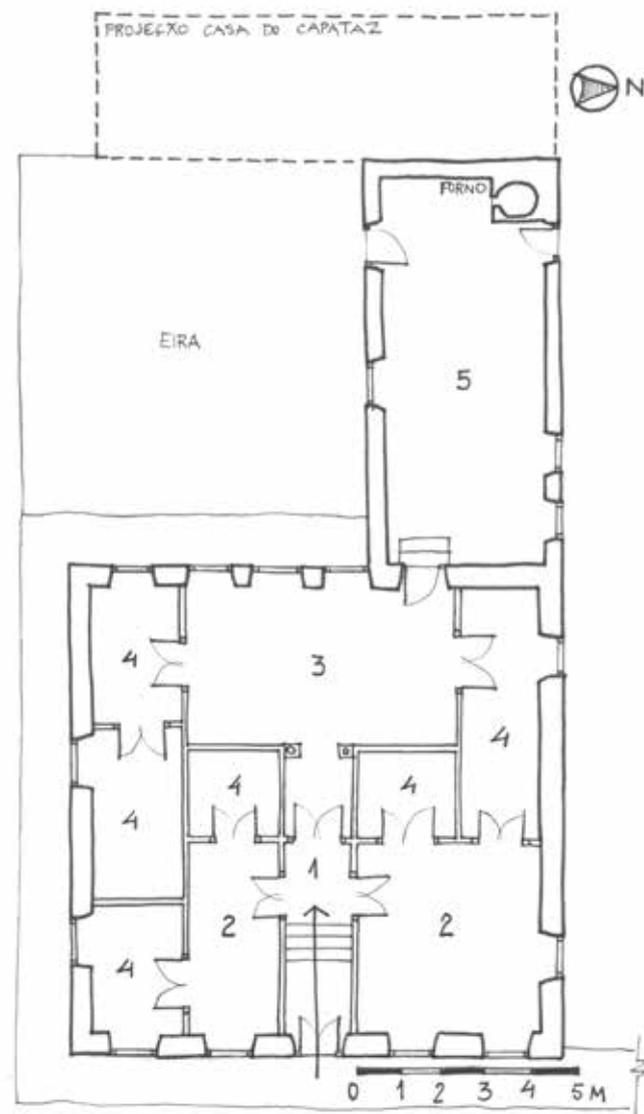
Sede da fazenda do Cadete, Lages/SC (c. 1830), demolida em 2019. Na fachada frontal da estrutura de pau a pique, o módulo central evidenciava a posição da sala de visitas, centralizada na planta. Fotos: Andriago Borges, 2019.



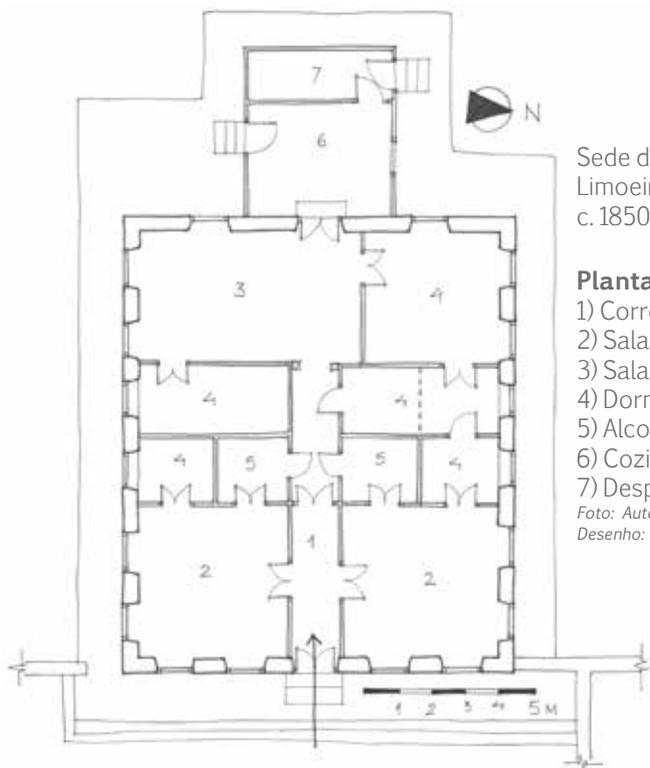
A planta que resulta desse agenciamento foi largamente utilizada no meio urbano, em função de facilitar a ocupação dos lotes estreitos e compridos, o que implicava na quantidade de aberturas voltadas para a rua:



*As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores (REIS FILHO, 1973, p. 24).*



Sede da fazenda Morrinhos, Lages/SC, 1889, pertenceu ao cel. Belisário José de Oliveira Ramos, irmão de Vidal Ramos Júnior. **Planta baixa:** 1) Corredor. 2) Sala de visitas. 3) Sala de jantar. 4) Dormitório. 5) Cozinha. Foto: Diretoria de Patrimônio Cultural/FCC. Desenho: Autor, 2009.



Sede da fazenda  
Limoeiro, Lages/SC,  
c. 1850.

**Planta baixa:**

- 1) Corredor.
- 2) Sala de visitas.
- 3) Sala de jantar.
- 4) Dormitório.
- 5) Alcova.
- 6) Cozinha.
- 7) Despensa.

Foto: Autor, 2009.  
Desenho: Autor, 2015.



Sede da fazenda Santa  
Teresa, Lages/SC,  
c. 1880. Pertenceu ao  
ex-governador catarinense  
Vidal Ramos Júnior:

**Planta baixa:**

- 1) Corredor.
- 2) Sala de visitas.
- 3) Sala de jantar.
- 4) Dormitório.
- 5) Cozinha.

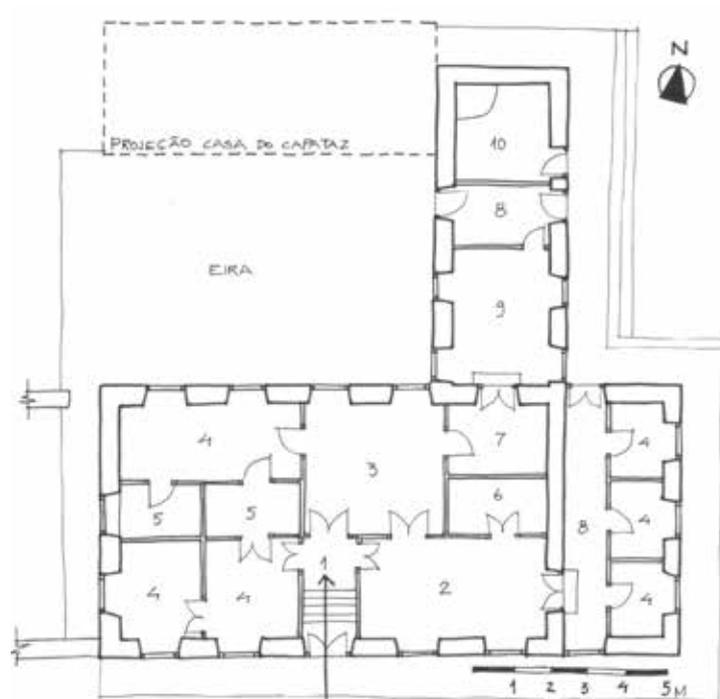
Foto: Autor, 2009.  
Desenho: Autor, 2015.



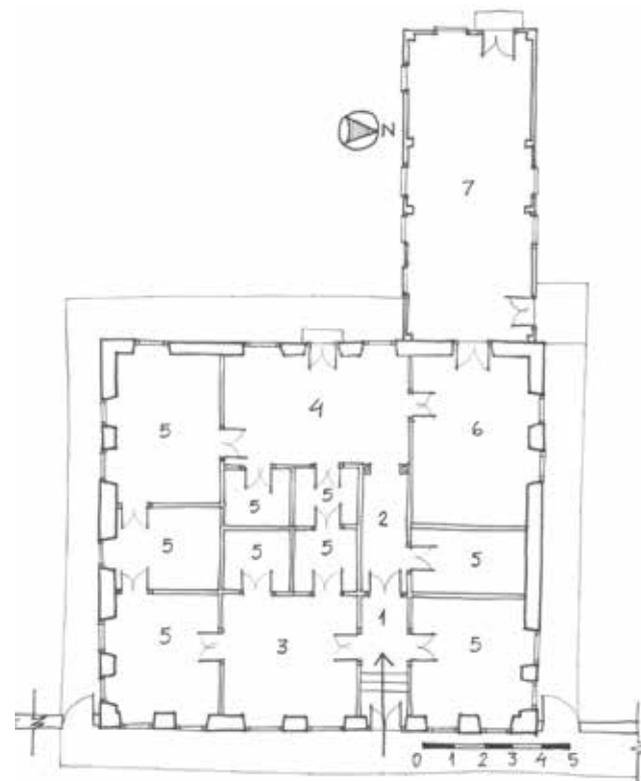
Sede da fazenda São João, Lages/SC, c. 1800: vistas das fachadas frontal e lateral esquerda. Fotos: Ruy Luiz Machado, 2020.



Sede da fazenda São José, Capão Alto/SC, c. 1870. Pertenceu ao coronel Juca Antunes. Fotos: Autor, 2010.



Sede da fazenda São João, Lages. **Planta baixa:** 1) Corredor. 2) Sala de visitas. 3) Sala de jantar. 4) Dormitório. 5) Alcovã. 6) Capela. 7) Despensa. 8) Circulação. 9) Cozinha. 10) Forno. *Desenho: Autor, 2015.*



Sede da fazenda São José, Capão Alto. **Planta baixa:** 1 e 2) Corredor. 3) Sala de visitas. 4) Sala de jantar. 5) Dormitório. 6) Cozinha. 7) Cozinha suja. *Desenho: Autor, 2015.*

Como na fazenda a restrição de tamanho do lote não existia, as construções, dependendo dos recursos financeiros do fazendeiro, tendiam a se configurar como “morada inteira”, ou seja, fachada frontal apresentando uma porta central e duas janelas de cada lado – caso das fazendas São João, Santa Teresa, Morrinhos e Limoeiro.

No entanto, existem exemplares maiores também concebidos dessa forma, como a fazenda

Capão do Posto, que apresenta, de cada lado da porta frontal, três janelas, e a fazenda São José, na qual, de um lado da porta há duas janelas e de outro, quatro, ficando a fachada principal assimétrica.

Na cidade de Lages, a antiga residência situada na esquina das Ruas Coronel Córdova com Benjamin Constant, construída por volta de 1850, exemplifica a planta caracteristicamente urbana



Sede da fazenda Santa Bárbara dos Alhos, Bom Jardim da Serra/SC, construída na segunda metade do século XIX. Embora as fachadas estejam descaracterizadas, a planta baixa original encontra-se preservada. No piso da sala de jantar (3), o recorte corresponde ao local que ficava sob a mesa e onde se colocavam carvões em brasa para aquecimento ambiente.

**Planta baixa:**

- 1) Corredor.
- 2) Sala de visitas.
- 3) Sala de jantar.
- 4) Alcova.
- 5) Dormitório.
- 6) Cozinha.

Foto/Desenho: Autor, 2010.



de “morada inteira” que acabou disseminada no meio rural. Seu proprietário foi o Coronel José Antunes Lima, o “Juca Antunes”, cuja fazenda, São José, conforme visto, apresenta o mesmo esquema da casa da cidade, com a diferença de ter área construída maior.

Importante inovação difundida entre as residências do século XIX e geralmente associada à “morada inteira” foi o porão alto. Consistia em apoiar os assoalhos sobre porões mais ou menos elevados, sendo o desnível em relação ao exterior vencido por meio de uma pequena escada posi-

cionada após a porta de entrada, conduzindo ao corredor central da habitação. Ao longo de todo o nível inferior das paredes abriam-se óculos ou gateiras de ventilação, solução simples e de grande importância para assegurar a salubridade do madeiramento dos barrotes e assoalhos.

Além de minimizar os problemas com umidade, o porão alto proporcionava à residência uma feição mais imponente, conferindo-lhe aspecto mais nobre, como se nota nas fazendas São João, Santa Teresa, Morrinhos e São José.

## Algumas variantes

Além dos tipos apresentados, é possível encontrar algumas variações decorrentes ou associadas a estes, como a casa de sobrado e a casa com quarto independente, com acesso externo, destinado a hóspedes.

Os sobrados tiveram ocorrência relativamente rara no meio rural, o que pode ser explicado pelo fato de haver área completamente livre para a construção, diferentemente das vilas e cidades, onde em muitos casos as limitações de disponibilidade e tamanho dos terrenos impunham a necessidade do maior aproveitamento possível do lote, o que era obtido com construções de mais de um pavimento.

Em toda a região estudada registra-se a ocorrência de apenas três fazendas de sobrado, das quais a do Cadete, em Lages, consistiu numa ampliação posterior ao recorte temporal estudado. Restaram as fazendas Guarda-Mor, também em Lages, demolida na década de 1970, e a da Estrela, que embora se localize no município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, como já mencionado, foi incluída no presente trabalho não apenas por estar situada na área sob influência dos Cam-



Casa, já demolida, da fazenda Guarda-Mor, na Coxilha Rica, Lages/SC. Era originária do século XVIII. Foto do início do século XX. Notem-se as semelhanças entre esta construção e as casas apresentadas nas imagens seguintes. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Residência que pertenceu à família Ramalho é, hoje, o Museu Etnográfico Casa dos Açores. Foi construída no início do século XIX, na antiga vila de São Miguel, município de Biguaçu/SC. Foto: Autor, 2014.



Residências portuguesas e luso-brasileiras que apresentam semelhança tipológica com as casas-sedes das fazendas Guarda-Mor, Lages/SC, e Estrela, Vacaria/RS: **A)** Casa saloia, em Aldeia da Mata, Portugal. **B)** Casa saloia em Cascais, Portugal. **C)** Fazenda do Juncal, Jaguarão/RS. **D)** Charqueada do Barão de Butuí, Pelotas/RS. **E)** Fazenda Santa Maria, Capão do Leão/RS. **F)** Estância da Graça, Pelotas/RS. *Desenhos: Autor, 2020.*

pos de Lages, mas por sua associação histórica e tipológica à fazenda Guarda-Mor.

Quanto a esta fazenda recém mencionada, ela foi construída junto ao Caminho Viamão-Sorocaba, provavelmente na segunda metade do século XVIII, e embora não se tenha certeza sobre seu primeiro proprietário, afirma-se haver sido adquirida por Laureano José de Ramos, do segundo capitão-mor de Lages, o paulista Bento do Amaral Gurgel Annes, no início do século XIX (COSTA, 1982, p. 1.567).

Analisando-se esta edificação a partir de fotografia do início do século XX – a qual ilustra a obra “*O Continente das Lagens*”, de Licurgo Costa (1982, p. 1.572) –, o aspecto geral, atarracado, desta edificação, com o predomínio de cheios sobre vazios, indicava tratar-se de moradia bastante antiga e formalmente muito próxima da arquitetura tradicional portuguesa. Mostrava uma extensa e pesada fachada do tipo “morada inteira”, consistindo os vãos (com vergas em arco abatido) numa porta centralizada, ladeada por pares de janelas. Sua singularidade residia no fato de apresentar, à esquerda da fachada, uma parte assobradada, com telhado de quatro águas, onde apareciam duas janelas em balcão. O restante da edificação, a parte térrea,

era coberta por telhado de duas águas, sendo os beirais em beira-seveira. Em relação à planta baixa da casa da fazenda Guarda-Mor, não restaram informações.

Essa composição de volumes e telhados remete às casas torreadas medievais, que foram comuns em Portugal, na Espanha e na Itália até o século XVI, e que no caso português, conforme Azevedo (1988), teriam influenciado diretamente um tipo de casa rural, a casa torreada saloia, muito encontrada na região de Lisboa e com ocorrências também no arquipélago dos Açores.

Uma das prováveis origens da palavra “salóio” é *çahrói*, adjetivo árabe que significa “habitante do campo”, relativo aos primitivos habitantes da Estremadura, e que, extensivo às moradias rurais típicas desta região, foi, posteriormente, romanizado como *çahroío*, evoluindo para *çaroio*, depois para *çaloio* e o atual *salóio* (David Lopes, *Apud* FERNANDES; JANEIRO. 1991, p. 22).

A Sede da fazenda Estrela, em Vacaria (RS), foi erguida na primeira metade do século XIX e pertenceu a Fidélis José Ramos, filho de Laureano José de Ramos. Consiste num sobrado que se eleva sobre a parte central da construção, em elegante composição volumétrica ressaltada pela inclinação dos telhados.

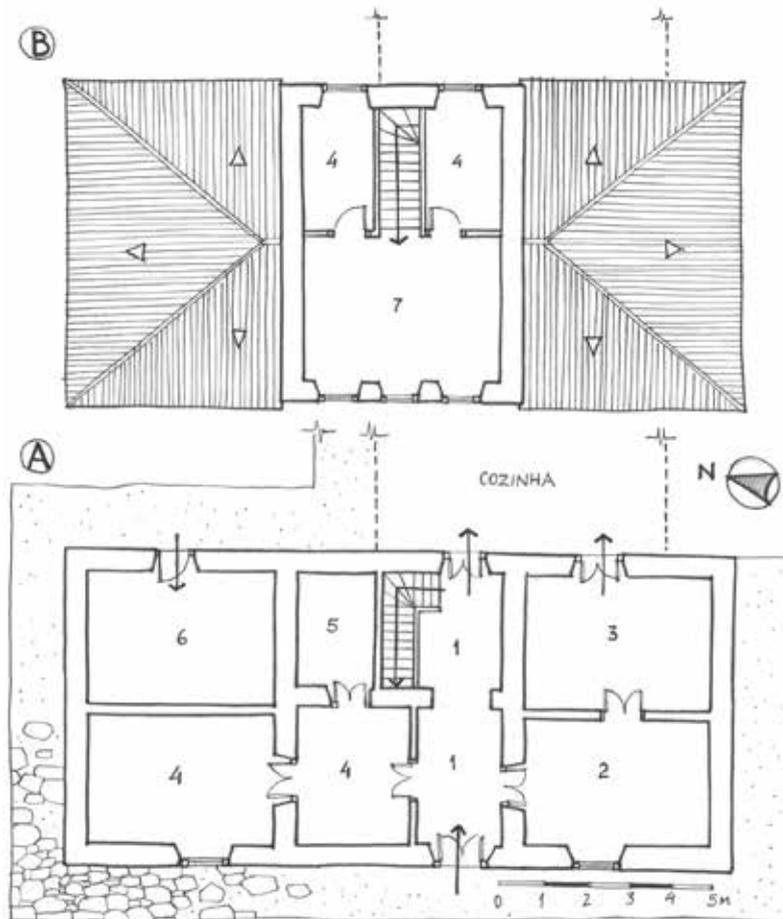
No entanto, mesmo relacionando-se claramente, em termos volumétricos, à antiga casa da fazenda Guarda-Mor, de Lages – até porque seu primeiro proprietário era filho do dono desta fazenda –, a casa da fazenda Estrela remete, pela situação de simetria, a um tipo de moradia rural abastada, de gosto classicizante, encontrado com frequência em engenhos de cana de açúcar, no Nordeste, bem como em fazendas de café paulistas e fluminenses, ou, ainda, em charqueadas da região de Bagé, São Gabriel e Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Contudo, não se percebe uma maior preocupação com a configuração das aberturas na fachada frontal, no sentido usual de se obter equilíbrio, proporcionalidade e simetria, posto que as três janelas do andar superior não correspondem às três janelas e uma porta dispostas no extenso andar térreo.

De certa forma, o “peso” do predomínio de cheios sobre vazios no térreo não dialoga com o ritmo bem dosado de cheios e vazios no pavimento superior, conferindo à edificação um aspecto vernacular e primitivo, em contraponto à composição volumétrica de aparente pretensão erudita – reforçada pela presença de uma planta baixa do tipo “morada inteira”.

Registra-se ainda, na fazenda Estrela (RS), como em outras fazendas já mencionadas, a presença de um pequeno quarto isolado do restante da habitação, com acesso externo independente, nos fundos, junto ao galpão e à cozinha, possivelmente destinado aos viajantes que necessitassem pernoitar na propriedade.

Tanto a Sede da fazenda Guarda-Mor como a da Estrela aproximam-se em particular de outros três exemplares arquitetônicos, pela semelhança na composição volumétrica e de fachada: a antiga residência da família Ramalho, outrora Sede de opulenta propriedade situada na vila de São Miguel, município de Biguaçu, próximo a Florianópolis, (Souza, 1992, p. 3), a Sede da fazenda do Juncal, em Jaguarão, na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai (Gutierrez *et al.*, In Maestri. 2009, p. 184), e a Sede da estância Santa Maria, em Capão do Leão/RS (Luccas, 1997, p. 87). A sede da charqueada do Barão de Butuí, em Pelotas/RS, apresenta, igualmente, grande semelhança com essa tipologia residencial. Datas da primeira metade do século XIX, estas edificações remetem igualmente às casas portuguesas saloias, com seu aspecto altivo e que sugere, pela presença do volume assobradado em forma de torre, um papel defensivo.



Sede da fazenda Estrela, Vacaria/RS, construída por volta de 1830. Historicamente, está relacionada à fazenda Guarda-Mor, em Lages/SC.

#### Planta baixa:

**A) Térreo e B) Andar superior**

- 1) Corredor.
- 2) Sala de visitas.
- 3) Sala de jantar.
- 4) Dormitório.
- 5) Alcova.
- 6) Quarto de hóspedes.
- 7) Sala de costura.

Fotos/Desenho: Autor, 2010.



A Sede da fazenda Cajuru, em Lages, pode ser relacionada à morada inteira, pela presença do extenso corredor que liga a fachada frontal à sala de jantar, nos fundos. Porém, apresenta dimensões muito maiores em relação às demais residências estudadas, o que resulta no maior número de espaços internos, principalmente no de alcovas (sete ao todo), e no arranjo diferenciado destes espaços em uma planta de composição assimétrica. Sua excepcionalidade, no entanto, reside no fato de comportar um grande quarto para hóspedes, complementado por uma alcova auxiliar. Posicionado à direita da fachada frontal e próximo ao galpão, esse quarto tem acesso independente pelo exterior, e ligação interna com a sala de visitas.

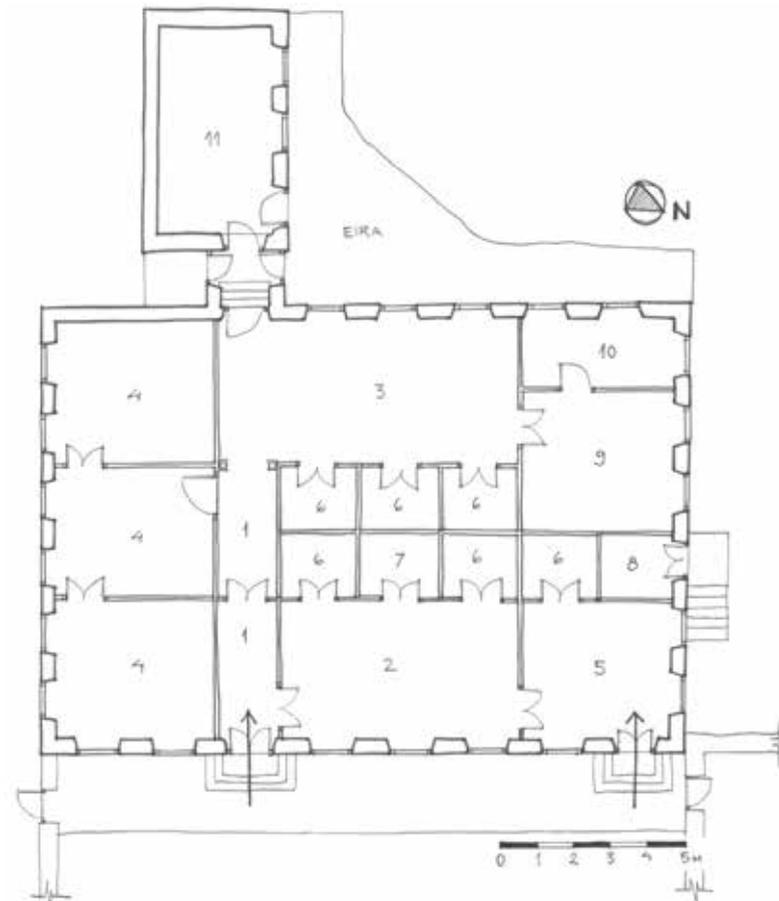
A presença desse cômodo com acesso externo, caso único entre as fazendas lageanas, pode indicar uma efetiva contribuição da arquitetura paulista, especialmente de Sorocaba, durante o ciclo tropeiro. Tal solução aparece com frequência no Planalto de Piratininga, a exemplo da casa da fazenda Passa-Três, do Brigadeiro Tobias, em Sorocaba, e que, conforme estudos de Carlos Lemos (1999, p. 78), representa importante referencial da arquitetura tropeira paulista. Cabe referir ainda que, diferentemente de



Fazenda Cajuru, Lages/SC, 1865: A porta à direita da fachada frontal dava acesso ao quarto de hóspedes. Fotos: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006. Charles Steuck, 2014.



Vista das fachadas lateral esquerda e posterior da fazenda Cajuru, Lages/SC. Fotos: Autor, 2009.



Fazenda Cajuru, Lages/SC.

**Planta baixa:**

1) Corredor. 2) Sala de visitas. 3) Sala de jantar. 4) Dormitório. 5) Quarto de hóspedes. 6) Alcova. 7) Capela. 8) Depósito. 9) Cozinha. 10) Despensa; 11) Cozinha suja (fogo de chão).

Desenho: Autor, 2015.



A



B



C

A) Sala de visitas, da fazenda Cajuru, Lages/SC, e B) a alcova central, ocupada pela capela. C) Oratório, na sala de visitas da fazenda do Cedro, Urupema/SC. Fotos: Charles Steuck / Autor, 2014/2015.

outras regiões do Brasil, nas fazendas de Lages não existiram capelas externas ou anexas à residência, ocupando construção específica para essa finalidade. Apareciam, sim, oratórios móveis e capelas instaladas internamente, numa das alcovas junto à sala de visitas, como se vê na fazenda Cajuru. Nesses recintos, despojados de esmero artístico, eram carinhosamente abrigadas e veneradas as imagens dos santos de devoção da família, por vezes invocados como orago das fazendas, o que se pode dizer que ocorreu, por exemplo, nas fazendas São João, São José, Santa Teresa, Nossa Senhora do Socorro, entre outras. Aliás, a ausência de luxo e maior refinamento

interno nas casas de fazenda é constatada também pela já referida simplicidade do mobiliário luso-brasileiro, o que foi uma constante em boa parte do Brasil até meados do século XIX. Em capítulo anterior se fez menção a inventários desse período, os quais comprovam o despojamento das residências, cujos móveis resumiam-se a mesas rústicas para o preparo e realização das refeições, bancos, canastras (baús revestidos com couro para a guarda de roupas, cobertores e utensílios diversos), e os catres, camas com estrutura em madeira e lastro confeccionado com tiras de couro pregadas à armação, onde se assentavam colchões encheidos com palha.

Na pesquisa, as exceções se referem a João da Silva Ribeiro Júnior e sua mulher Ismênia Batista de Souza, donos de numerosa mobília descrita no inventário de João, já citado (Oliveira, 2018, p. 422-424), e também a Manuel Joaquim, cuja fazenda foi visitada, em 1858, por Avé-Lallemant:



*Achei-me em casa do velho senhor Manuel Joaquim. Mais amavelmente não poderia ser recebido do que em sua bonita e aprazível casa de araucária, na qual o luxo da vida já se elevava a uma mobília cor de nogueira e a móveis finos. No melhor quarto da limpa habitação já havia, para mim, uma aseada cama de hóspedes (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 65).*

Boa parte dos móveis antigos ainda existentes nas fazendas estudadas data do início do século XX, quando passaram a atuar na região serrana, marceneiros e artífices, de procedência alemã e italiana, principalmente. Esses profissionais introduziram uma mobília de gosto europeu, destacando-se peças torneadas e entalhadas, como cômodas, camas, guarda-roupas, louceiros e conjuntos de sala de visitas.

## Cozinhas

A cozinha, por sua função essencial para o funcionamento da habitação, é um dos principais elementos para a caracterização de tipos na arquitetura doméstica de origem portuguesa (Lemos, 1978, p. 31), ainda que hierarquicamente ocupe espaço secundário na casa, por se constituir em local não considerado nobre, destinado aos serviços domésticos, merecendo aqui, portanto, uma abordagem específica.

Embora na casa luso-brasileira, em função das questões climáticas, a presença do forno e da chaminé ancestral não se tenha mantido, adotando-se outras soluções mais adequadas aos trópicos, continuou o local destinado ao preparo de alimentos a desempenhar papel de destaque na moradia, ainda que, plasticamente, segundo um critério hierárquico de configuração dos espaços e volumes construídos, fosse o mais austero e funcional possível. Essa a razão pela qual, tanto nas residências rurais ou urbanas, quanto nas mais ou nas menos abastadas, lhe era reservada sempre a parte posterior, nos fundos da edificação, de onde, a partir de calçadas pavimentadas com pedras, eram alcançados os terreiros e quintais, destinados aos galinheiros,



Fazenda São João, Lages/SC. A cozinha segue o padrão usual do século XIX, posicionada na parte posterior da moradia (planta tradicional em "L"), complementada pela casa do capataz, resultando em uma implantação em "U". Fotos: Autor, 2009 / Ruy Luiz Machado, 2020.

chiqueiros, hortas e pomares. Primitivamente, as cozinhas foram concebidas em separado da moradia, com o intuito de prevenir incêndios, conforme já explanado, uma vez que o fogo se encontrava exposto, facilitando a ocorrência de incêndios.

No século XIX, a partir da utilização de fogões feitos com chapas metálicas, instaladas sobre bancadas de alvenaria, tornando mais seguro o manuseio do fogo, as cozinhas foram incorporadas à configuração da casa de duas formas: paralelamente, ou perpendicularmente. Na forma de incorporação paralela a cozinha é uma continuação da água posterior do telhado,

ficando, conseqüentemente, com pé direito inferior em relação ao restante da residência, à semelhança do que ocorre em grande parte das construções rurais luso-brasileiras do litoral catarinense. Nessa região, uma possível influência açoriana, já que a colonização predominante foi a de contingentes populacionais oriundos do Arquipélago dos Açores, durante o século XVIII, teria resultado nessa solução. Já na forma de incorporação perpendicular a cozinha passa a ocupar um volume distinto e menor, coberto por telhado de uma, duas ou três águas, compondo, com o volume principal, uma planta em "L".



A



B



C



D



E



F



G



H



I

Cozinhas de fazendas serranas do século XIX: **A)** Cajuru, Lages. **B)** Barreiro, Urupema. **C)** São José da Boa Vista, Lages. **D)** Morrinhos, Lages. **E)** Palmas, São Joaquim. **F)** Limoeiro, Lages. **G)** Santa Teresa, Lages. **H)** Estrela, Vacaria/RS. **I)** Caraúno, Bom Jesus/RS. Fotos: Autor, 2009 / Ruy Luiz Machado, 2020.



As duas cozinhas da fazenda Capão do Posto: uma, à esquerda, anexa à parte posterior da moradia, e, separada desta, a outra, configurando o espaço do “fogo de chão”. Fotos: Autor, 2009.

Esse segundo arranjo foi o mais empregado, conforme se deduz pela observação das construções remanescentes e da iconografia antiga, certamente por liberar parte da fachada dos fundos e permitir a abertura de vãos, de modo a favorecer a ventilação e a iluminação naturais, melhorando assim a salubridade do interior da habitação.

A frequente utilização deste tipo de implantação das cozinhas ocorreu proporcionalmente, nas cidades e no meio rural, sendo provável que nas fazendas tenha se dado por influência das construções urbanas. Nestas consistia em

solução particularmente inteligente diante das limitações impostas pela falta de afastamentos laterais entre as casas, o que não permitia a existência de aberturas para a ventilação. Sua difusão entre as casas de fazenda, parece ter ocorrido da mesma forma em que aconteceu a opção por plantas baixas do tipo morada inteira, igualmente uma solução de origem urbana, conforme anteriormente mencionado.

Há ainda uma terceira situação, pouco comum, em que a cozinha foi completamente inserida no corpo da residência, caso das fazendas Cajuru (1865) e São José (c. 1870), porém é

possível que essa completa incorporação ao corpo da moradia tenha se dado posteriormente, em contexto moderno. Presume-se que assim tenha ocorrido porque, na casa da fazenda Cajuru há, junto à sala de jantar, uma construção anexa, implantada perpendicularmente à edificação principal e destinada ao “fogo de chão” ou “cozinha suja”, havendo indícios de que, originalmente, esse espaço tenha abrigado a cozinha principal, transferida para o local onde passou a situar-se após reforma realizada em 1941, conforme datas existentes na fachada principal.

O mesmo modo de incorporação ocorreu, em época recente, na fazenda São José, na qual o anexo da antiga cozinha, que configurava a planta em “L”, acabou destinado a outras dependências de serviço, dentre elas a “cozinha suja”, transferindo-se a cozinha principal para o corpo da moradia, junto à sala de jantar.

O uso primitivo de um espaço separado do restante da casa e com função similar à da cozinha, – espaço esse em que o fogo, conhecido como “fogo de chão”, é mantido no próprio piso de terra – foi, portanto, preservado nas “cozinhas de fora” ou “cozinhas sujas” (Silva, 2003, p. 225), usualmente assim chamadas na região serrana.

À semelhança das cozinhas ancestrais, também nessas cozinhas colocava-se uma tremepe sobre as chamas, ou fixavam-se no teto ganchos para o suporte das panelas, que, assim, ficavam suspensas diretamente sobre o fogo durante o preparo de alimentos ou no processo de beneficiamento de



A) Fogão em alvenaria e chapa metálica, usado até o início do século XX. B) Fogão a lenha, moderno. Fotos: Charles Steuck / Autor, 2014/2015.



Fornos, nas cozinhas das fazendas, em Lages: **A)** São José da Boa Vistas. **B)** Morrinhos. **C)** Pilão, na fazenda São João. Fotos: Autor, 2009.

determinadas partes de animais recém-abatidos, tais como o toucinho, cujo derretimento produz banha e torresmo. Esse mesmo modo de cozinhar também era utilizado para o preparo de embutidos, feitos a partir de alguns cortes de carne ou de determinadas vísceras, ou, ainda, para o preparo de doces, como os de marmelo, pêssago, figo, abóbora entre outros.

Essa cozinha poderia, eventualmente, apresentar subdivisão de espaços destinados à fabricação de queijo, charque e local do forno,

como constatado na fazenda Caraúno, em Bom Jesus (RS), ou esses espaços se apresentavam contínuos à cozinha propriamente dita, caso das fazendas São João, em Lages, e Estrela, em Vacaria (RS).

Esses recintos destinados às “cozinhas sujas” são, em geral, de pequenas dimensões, erguidos em alvenaria de pedra sem reboco ou em madeira, geralmente cobertos por telhado de duas águas, sempre desprovidos de forro, a fim de permitir a saída da fumaça pela cobertura, e

pavimentados com pedras irregulares ou terra batida (por vezes reforçada com esterco bovino), o que evidencia sua rusticidade e o tipo de função a que se prestam.

A “cozinha suja” da fazenda Capão do Posto, em Lages, construída em separado, mantendo certo afastamento da cozinha principal (anexa à residência), apresenta interessante solução para a ventilação: o alteamento da parte central da cobertura de duas águas, de forma a lembrar uma água furtada ou claraboia, a fim de facilitar a eliminação da fumaça produzida internamente.

Outra solução aparece na “cozinha suja” da fazenda Cajuru, a qual é ligada ao corpo da residência por um passadiço, originalmente erguido em alvenaria de pedra, com portas nas laterais dando para o terreiro e coberto por telhado de duas águas, visando maior conforto para a realização dos serviços domésticos, especialmente em dias chuvosos.

Na fazenda do Barreiro, no município de Painel, a “cozinha suja” atual, em alvenaria de pedra aparente e telhado de duas águas, teria abrigado originalmente a casa de moradia da propriedade, tendo a cozinha primitiva – erguida à parte –, já desaparecido, conforme relato do proprietário, Sr. Laélio Bianchini. Por ocasião da

construção da Sede atual, em 1900, disposta na frente da edificação anterior, a antiga moradia acabou se tornando a cozinha da casa nova. Situação semelhante ocorreu na fazenda da Ronda, em Bom Jesus, com a diferença de que, neste caso, a Sede primitiva, transformada em cozinha, está disposta na lateral esquerda da nova residência, construída em 1886.



Queijeira e gamela, na cozinha da fazenda São João, Lages/SC. Foto: Charles Steuck, 2014.



Galpões, à esquerda na fazenda Limoeiro, e, à direita, na fazenda Morrinhos. Lages/SC. Fotos: Autor, 2009.

## Construções utilitárias e de apoio à produção: galpões

Dentre as várias construções utilitárias situadas no entorno da casa de fazenda, o galpão é a que abarca o maior número de funções, desempenhando papel fundamental no apoio à atividade pastoril, sendo, por isso mesmo, ligado diretamente às mangueiras, também chamadas currais.

Em geral os galpões apresentam dimensões generosas, por vezes com área construída superior à da própria residência. Destinam-se tanto a estábulo para os cavalos e abrigo para as vacas de leite, quanto para a guarda e manutenção dos artigos de montaria e, muitas vezes, servem até

mesmo como dormitório para os peões, sendo para estes o principal espaço de convivência e trabalho.

Em função disso, o galpão é um espaço de uso quase que exclusivamente masculino, tendo um local semelhante ao do fogo de chão, porém não necessariamente destinado ao preparo de alimentos e sim ao convívio social dos trabalhadores homens, que, antes e após as lidas de campo, reúnem-se ao redor do fogo para conversar e tomar o habitual mate, ou chimarrão. A partir da análise de fotografias antigas e



Galpão na fazenda Caraúno, Bom Jesus/RS, tendo a fachada alinhada com a frente da residência. (Planta baixa na página 166). Fotos: Autor, 2008.

das construções remanescentes, nota-se que, no início do século XX, as novas influências arquitetônicas que incidiram sobre as casas-sede, alterando suas feições originalmente luso-brasileiras, também se fizeram sentir, em parte, nos galpões. Essas influências não ocorreram necessariamente em termos estéticos, uma vez que estes são construções essencialmente utilitárias e, portanto, muito singelas, mas em termos de dimensões e materiais empregados.

A fim de acompanhar os avanços e melhorias introduzidas para a qualificação dos rebanhos e das técnicas de pecuária, os galpões primitivos, de área reduzida e muitas vezes erguidos

a partir da própria estrutura dos muros de taipa das mangueiras, foram substituídos por construções maiores, ou complexos formados por mais de um galpão, com funções especializadas. Em alguns casos foram adotadas soluções construtivas europeias que buscavam o melhoramento dos serviços e da produtividade da fazenda. Já no que se refere à produtividade pode-se mencionar, como exemplo, a substituição do gado crioulo por animais de origem inglesa e alemã.

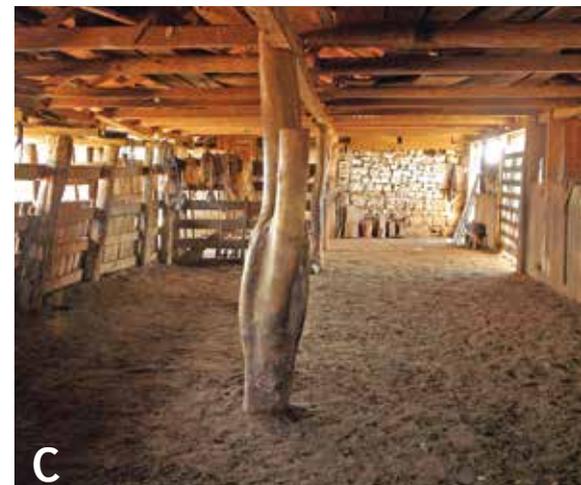
Quanto às construções, a alvenaria de pedra sem reboco foi praticamente abandonada em favor da madeira, que deixou de ser serrada manualmente passando a ser beneficiada de ma-



A



B



C

A) Ordenha, galpão da fazenda do Cedro, Urupema/SC. Galpões das fazendas B) Santa Teresa e C) Tijolo, Lages/SC. Fotos: Autor, 2009.

neira padronizada e em grande quantidade nas primeiras serrarias que se instalaram na região.

Em relação às coberturas, as telhas metálicas, de zinco, e as cerâmicas francesas mostraram-se muito mais práticas e duráveis que as tabuinhas de araucária ou que as pesadas telhas capa-e-canal. Já o aumento da inclinação permitiu o aproveitamento do desvão do telhado como sótão, servindo como dormitório e depósito, em lugar dos antigos “jiraus”, estrados de madeira construídos a meia altura e que foram muito utilizados nos galpões, inclusive para o alojamento de trabalhadores cativos.

O conjunto edificado da Sede da fazenda é complementado por uma série de pequenas construções igualmente muito rústicas, em madeira, destinadas às mais variadas atividades domésticas e implantadas em torno da moradia e do galpão: galinheiros; chiqueiros; abrigos para o poço de água e para o tanque de lavar; e as latrinas, que, ao longo do século XX, em função de sua precariedade, foram sendo substituídas por instalações sanitárias modernas, localizadas no interior das residências, em banheiros confortáveis, equipados com água encanada.



Tanques, abrigados e sem abrigo, nas fazendas: **A)** São João, **B)** Cajuru, **C)** Palmas, e **D)** Santa Teresa. Fotos: Autor, 2009.

## Corredores, muros e mangueiras de “taipa de pedra”

Os muros erguidos, manualmente, em alvenaria de pedra de junta seca, técnica conhecida na região como “taipa de pedra” ou simplesmente “taipa”, consistem em elemento marcante na paisagem dos Campos de Lages, sendo também os vestígios materiais mais importantes dos antigos caminhos de tropas no Planalto serrano catarinense.

A origem dessa técnica deve remontar às construções murárias primitivas de Portugal (Casella, 2003), e que também são marcantes na paisagem do arquipélago dos Açores (ArquitECTura Popular dos Açores, 1999), de onde vieram muitos dos povoadores da região. A abundância de afloramentos de rocha basáltica, que se espalham pelos campos na forma de pedras soltas, foi, por certo, sugestiva para a sua ampla utilização.

Para a construção dos muros, emprega-se uma seção de desenho trapezoidal, cuja altura é proporcional às larguras da base, que é maior, e do topo, onde é menor, com o objetivo de garantir a estabilidade da estrutura. A medida da largura do topo geralmente é metade ou cerca de um terço da medida da largura da base, variando conforme a altura do muro. A expressão “emprega-se” foi utilizada no presente, no início deste parágrafo, porque a



Acima, muro em pedra de junta seca, Ilha Terceira, Açores, Portugal. Em baixo, muro em “taipa de pedra”, fazenda São João, Lages/SC. Notar a forte semelhança entre as estruturas. Fotos: Autor, 2008/2009.



construção de divisas e currais em taipa de pedra é uma técnica ainda em uso na região serrana, apesar de há muitas décadas o uso do arame farpado ter sido generalizado, pela facilidade de instalação e baixo custo.

É comum, inclusive, reforçar o fechamento feito com muros de alvenaria instalando moirões de madeira que sustentam arames farpados correndo sobre as taipas, estratégia essa que acaba tendo custo mais baixo que a manutenção das pedras. Afinal, hoje não existem mais peões cativos que se sujeitem, gratuitamente, a tão árduo trabalho. Por tratar-se de tarefa difícil, mas também habilidosa, cujo conhecimento geralmente é familiar, e transmitido ao longo de gerações de “taipeiros”, o preço, cobrado por metro linear, atinge valores elevados, o que torna o uso do arame farpado mais vantajoso.

Como a construção de taipas de pedra cabia aos escravos das fazendas, ainda hoje é frequente encontrar-se taapeiros negros e mulatos, os quais herdaram dos antepassados cativos essa profissão.

Ainda falando das taipas de pedra, destacam-se, pela grande extensão, os muros que foram empregados para a delimitação das estradas, visando facilitar a condução das tropas

de gado. Popularmente denominados de “corredores de taipas”, esses caminhos murados beiram a monumentalidade ao atingirem, em alguns trechos, dezenas de quilômetros lineares. Foram construídos à custa dos fazendeiros locais e tropeiros, e utilizando mão de obra escravizada (Curtis, 2008, p. 173).

Os corredores de taipas surgem no estado do Rio Grande do Sul, na região dos Campos de Cima da Serra. No município de Bom Jesus, serviam de ligação entre as fazendas e o antigo Caminho de Viamão, além de conectarem esta importante via tropeira aos caminhos que provinham do litoral, a Leste (Serra da Rocinha, passando por São José dos Ausentes), e das Missões, a Oeste (Caminho Novo da Vacaria), antes da travessia do rio Pelotas, na divisa com Santa Catarina.

Chegando ao estado catarinense, o caminho principal e seus ramais compõem, desde o Passo de Santa Vitória, um complexo viário murado que, ora contínuo, ora alternado, atinge, seguramente, mais de uma centena de quilômetros lineares, estendendo-se para o Norte, ultrapassando o perímetro da cidade de Lages e atingindo o atual município de Correia Pinto, rumo a Curitiba (Herberts, 2009).



A



B



C



D

**A)** Taieiro reparando muro, na fazenda da Rata, São Francisco de Paula/RS. **B)** Corredor murado, de acesso às mangueiras, na fazenda Santa Teresa, Lages/SC. **C)** Acabamento superior de muro de mangueira, na fazenda dos Palmas, São Joaquim/SC. **D)** Mangueiras na fazenda São João, Lages/SC, notando-se a seção de desenho trapezoidal da estrutura. *Fotos: Autor.*

De Curtis, ao abordar a herança material deixada pela economia do gado no Sul, informa:

““““

*Mais do que igualmente notáveis, em Santa Catarina, são os quilométricos “corredores” de taipa, com cerca de 12m de largura e 1,2m de altura, que mantinham embretado o gado conduzido pelos tropeiros e, ao que tudo indica, funcionavam também como calha coletora de pequenos contingentes de animais que se incorporavam às tropas quando adquiridos nas fazendas do percurso. Sua presença física remanesce em vários trechos do planalto de Lages, com alargamentos estrategicamente espaçados para, quando necessário, atender às funções de mangueiras, onde se realizavam o descanso, o aparte e o tratamento dos animais (CURTIS, 2008, p. 171 e 172).*

Na região da Coxilha Rica, no município de Lages, encontra-se um dos mais bem preservados corredores de taipas, o qual consistia em um ramal do Caminho de Viamão, com cerca de cinco quilômetros de extensão no seu primeiro trecho, que tem início na altura da fazenda do Cipó,



Monumentais “corredores de taipas” na Coxilha Rica, Lages/SC: caminhos murados, utilizados pelos tropeiros para conduzir os animais. Fotos: Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006; Autor, 2010.



**A**

**A)** Taipa delimitando áreas de pastagem na fazenda Santa Teresa, Lages/SC. **B)** Abertura para drenagem em mangueira na fazenda São João, Lages/SC. **C)** Mangueirão de formato circular na fazenda Cajuru, Lages/SC. *Fotos: Autor, 2009; Ricardo Almeida/IPHAN-SC, 2006.*

**B****C**

próximo à localidade do Bodegão, e dirige-se ao norte, atravessando o vale do rio Penteadado, chegando a um sítio elevado para acessar as sedes das fazendas Aleixo, São Luiz e Bela Vista, fundadas nos séculos XVIII e XIX. Da fazenda Bela Vista parte um segundo trecho, igualmente murado e com aproximadamente quatro quilômetros, que ruma para o Noroeste, paralelamente à estrada atual que vai para a localidade da Vigia, até atingir o Passo do rio Pelotinhas.

No trecho inicial, no ponto de travessia do rio Penteadado, verifica-se um alargamento do corredor, por centenas de metros, entre ambos os lados, junto às margens, voltando, após o ponto de travessia, à sua largura original. Essa foi uma medida adotada com o intuito de facilitar a passagem dos animais, principalmente nos momentos em que o curso d'água estivesse mais cheio e com maior correnteza, com o objetivo de garantir que as tropas chegassem ao outro lado sem saírem do leito do caminho. Dentre os inúmeros Passos de rios já identificados em Santa Catarina, esse é o único em que se encontra tal solução.

Esse antigo caminho tropeiro, localizado em meio a uma área de campos nativos, nunca foi ocupado por estrada de rodagem, o que assegura-



“Tranqueira”, tipo de porteira feita com varas encaixadas em moirão, junto às taipas. Fazenda São Domingos, Lages/SC. Fotos: Autor, 2009.

rou sua conservação, uma vez que, em situação diferente, boa parte dos muros acaba ruindo em razão das obras frequentes de terraplenagem e drenagem para manutenção da rodovia.

Além dos corredores e divisas de propriedade, as taipas de pedra também eram utilizadas na delimitação das invernadas de criação do gado, na confecção das mangueiras (currais) destinadas ao manejo do rebanho e para cercar os cemitérios rurais, local de sepultamento do fazendeiro, sua família e empregados (CASTRO; HERBERTS, 2011).

Ao atravessarem terrenos baixos, esses muros apresentam drenos, necessários para dar vazão a pequenos córregos e, em se tratando

de corredores, para evitar o acúmulo de água da chuva no leito do caminho.

Outro artifício de grande utilidade é o “subidor”, pedra saliente na lateral do muro, que serve como degrau para facilitar a subida ou descida de um e de outro lado. Ocorre com frequência nas taipas das mangueiras, que, por serem altas, algumas ultrapassando os dois metros, são, assim, mais facilmente transpostas durante o manejo do rebanho.

Em Lages destacam-se, pela extensão e tamanho das taipas, os mangueirões das fazendas Limoeiro, São João e Santa Teresa, nas quais há currais de formato retangular, apresentando

diversos tamanhos, e o conjunto da fazenda Cajuru, em que aparece uma rara mangueira de formato circular, com quase trinta metros de diâmetro, que facilita a condução dos animais a partir de uma internada, murada, mais próxima da Sede, para uma sequência de currais menores que levam ao galpão, junto à residência.

Para o fechamento das aberturas de acesso aos muros, diante da inexistência de porteiros modernas, construídas com tábuas e fixadas em palanques por meio de dobradiças metálicas –, utilizavam-se, naquela época, as “tranqueiras”. Em cada uma das extremidades do vão, junto à taipa, eram instalados esteios de madeira, com, aproximadamente, a altura do muro, os quais recebiam uma sequência de vários furos de formato circular, de cima a baixo. Esses furos eram

destinados à passagem de varas de madeira entre um e outro esteio, cortadas com comprimento um pouco maior que a extensão do vão, para que fossem facilmente movidas, sempre que necessário abrir ou fechar a passagem.

Quando não havia no sítio abundância de pedras para a construção de taipas, caso das regiões de Campos Novos e Curitibanos, as mangueiras da fazenda eram cercadas com pinheiros lascados, no formato de pranchas rústicas, fixadas em palanques, resultando num tipo de cerca denominado “varejão”. No entanto, em consequência da exposição da madeira – sem maiores cuidados –, à ação do tempo, o que resulta em pouca durabilidade e demanda constantes reparos, esse tipo de cercamento não é mais utilizado nos dias atuais.

---

Curral, com cerca “varejão”, na fazenda Pitanga, Palmas/PR, c. 1920. Essas cercas também foram utilizadas nas fazendas de Campos Novos e Curitibanos/SC, quando da escassez de pedras para a construção das mangueiras. *Acervo: Autor.*





Mangueira de taipas na Fazenda São João, Lages/SC. Foto: Charles Steuck, 2014.

04

CASAS  
URBANAS



Casarão Juca Antunes, Lages/SC.  
*Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.*

## CASAS URBANAS

**N**as cidades brasileiras dos séculos XVIII e XIX, estabeleceu-se uma relação praticamente indissociável entre a casa e o lote. Assim, a análise e compreensão dos aspectos arquitetônicos deve apoiar-se também no estudo dos aspectos urbanísticos, especialmente em relação ao traçado das Ruas e à configuração dos lotes e quadras (morfologia urbana).

Conforme Reis Filho (1973), a arquitetura residencial urbana baseava-se num tipo de lote muito bem definido, em geral estreito e comprido, o que resultou em núcleos urbanos uniformes, sendo as residências levantadas junto ao alinhamento das vias públicas e tendo as paredes laterais apoiadas umas às outras, nos limites dos terrenos, isso quando não compartilhavam as mesmas paredes.

Sobre a concepção de cidade pesava, assim como para a arquitetura, a tradição urbanística portuguesa, imposta, ou melhor, formalizada, pela legislação. Daí a necessidade de, para os estudos das casas urbanas de Lages, considerar-se – antes dos aspectos tipológicos e demais características construtivas –, dois condicionantes. O primeiro deles diz respeito à evolução do traçado urbano, no período compreendido entre o assentamento do núcleo inicial na segunda metade do século XVIII e a expansão ocorrida até o final do século XIX. O segundo refere-se à legislação, com destaque para as Posturas, que exerceram papel determinante no processo de conformação dos espaços edificados, urbanos e arquitetônicos.

Em relação aos três mais antigos distritos lageanos, Campos Novos, Curitibanos e São Joaquim, emancipados antes de 1900 e





Na foto à esquerda, São Joaquim/SC, por volta de 1930. A “Rua Grande”, bastante larga e reta, e que corresponde às atuais Ruas Manoel Joaquim Pinto e Major Jacinto Goulart, resulta dos esforços da Comissão responsável pela implantação do núcleo urbano original, na década de 1870. *Acervo: Autor/Museu Histórico Municipal Assis Chateaubriand.*

cujas áreas urbanas foram constituídas na segunda metade do século XIX, o número reduzido de informações impossibilitou uma análise mais profunda a respeito de sua formação urbana. O único fato praticamente certo é que a origem desses povoados está diretamente ligada aos Caminhos de Tropas, utilizados pelos condutores de gado em sua passagem pela região, inclusive dando origem à Rua “dos Tropeiros”, em Curitiba, conforme abordado em capítulo anterior.

De qualquer forma, ainda que não tenham sido povoações projetadas a partir de planos previamente elaborados, como ocorreu com Lages, nesses Distritos a Praça central, onde se

localizou a igreja Matriz, também foi o núcleo da malha ortogonal em xadrez, formada por ruas bastante largas. A racionalidade de tal traçado indica ter havido, por parte das autoridades locais e dos proprietários, um maior cuidado nesses assentamentos.

Em pesquisa recente, a genealogista Ismênia Ribeiro Schneider informa que os trabalhos de arruamento da área central da cidade de São Joaquim foram de responsabilidade do fazendeiro Joaquim da Silva Mattos, o qual, juntamente com outros proprietários de terras da região, integrou, no início da década de 1870, a Comissão responsável pela implantação da

Sede da freguesia, emancipada de Lages em 1886 (SCHNEIDER, 2013, p. 32, 47 e 50).

O fazendeiro Mattos teria sido o responsável pelo ordenamento urbanístico da área do centro da cidade de São Joaquim, incluindo a demarcação da Praça central, hoje Praça João Ribeiro, e do terreno para a construção da primitiva igreja matriz, inaugurada em 1873, e, ainda, pela abertura da “Rua Grande”, que, atualmente, compreende as Ruas Manoel Joaquim Pinto e Major Jacinto Goulart.

A grande oferta de espaço nas localidades interioranas favoreceu a divisão das quadras em lotes maiores, o que levou a um menor adensamento, com muitas casas providas de afastamentos laterais (diferentemente de Lages), mas, preferencialmente, mantendo o alinhamento das fachadas com a rua.

O fato é que não foram encontradas Posturas municipais específicas para o regramento urbano ou a respeito da construção civil nesses locais, no período estudado, e mesmo anteriormente à sua emancipação, quando ainda eram freguesias de Lages, inexistem Posturas que tratassem especificamente desses temas com enfoque local.

Se, por um lado, houve, ainda que informal-

mente, a preocupação com a regularidade urbana no tocante à aparência dos edifícios, o distanciamento da Sede do município e a precariedade de recursos levaram a um possível afrouxamento de regras, de modo que as construções ficaram unicamente sob a responsabilidade e ao gosto dos proprietários. Essa maior liberdade explica ter havido, nas três citadas povoações – Campos Novos, Curitibanos e São Joaquim –, o predomínio de casas erguidas inteiramente em madeira, incluindo as fachadas, alternativa que em Lages foi expressamente proibida pelas Posturas.



Curitibanos/SC, 1914. À esquerda, residência luso-brasileira, em madeira, e, ao fundo, casa que abrigava a Intendência, ambas destruídas em um ataque durante a Guerra do Contestado. Acervo: Museu Thiago de Castro.

## Origem e evolução do traçado urbano de Lages

A cidade de Lages foi concebida e implantada, estrategicamente, junto ao Caminho Viamão-Sorocaba, visando apoiar o comércio de tropas, fortalecer a presença lusa no interior do Sul do Brasil e facilitar a administração desse território pela coroa portuguesa.

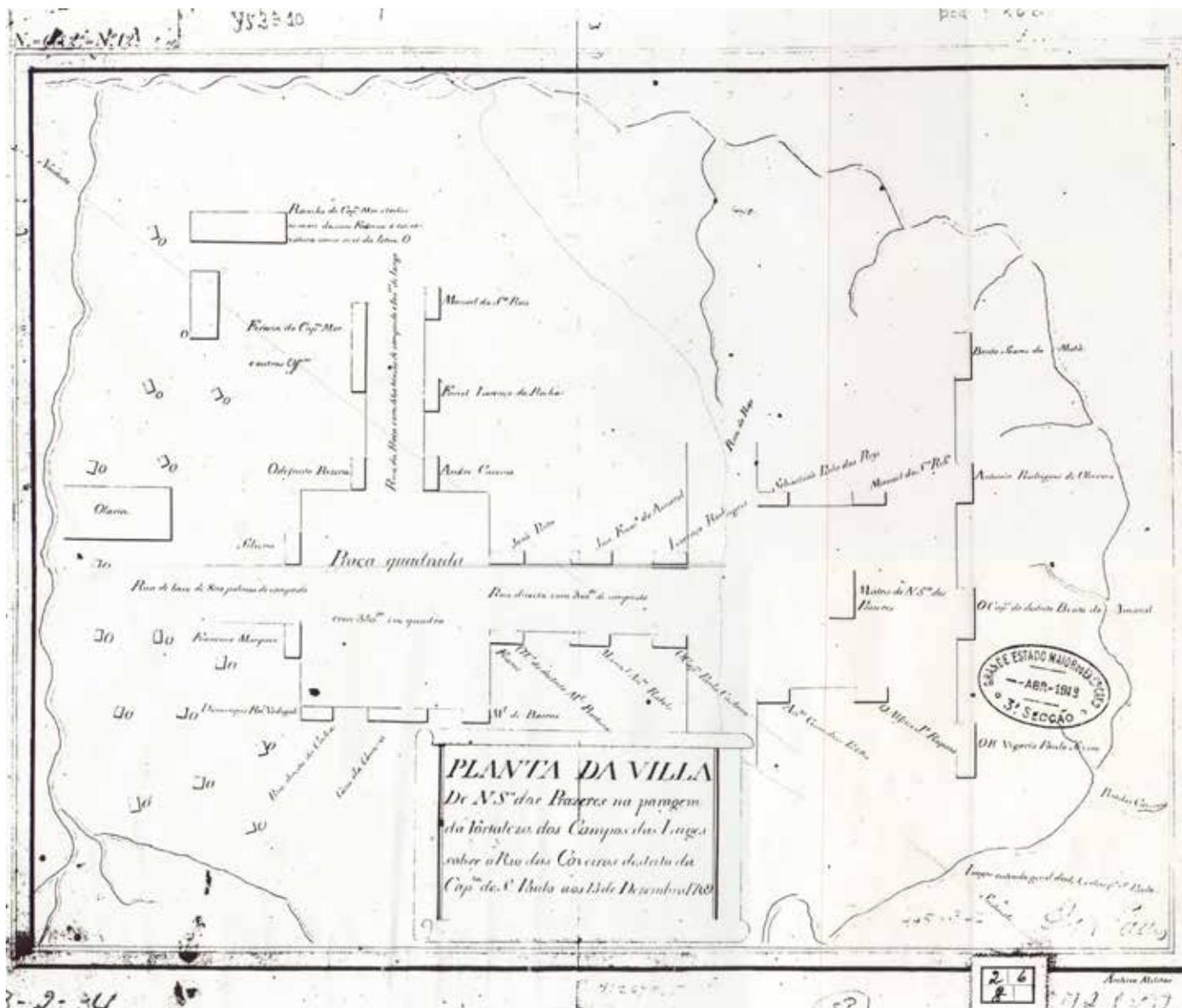
A origem e o desenvolvimento da malha urbana que hoje constitui o casco histórico de Lages fundamentam-se em planta claramente inspirada nos planos ortogonais de povoações ibero-americanas, do período colonial. Seu traçado só não foi completamente regular porque, em razão das dificuldades impostas pela geografia do sítio, foi mais conveniente aos povoadores a adaptação do que a rígida implantação do modelo ideal.

Reis Filho aborda essa possibilidade de adaptação como uma característica recorrente nas fundações ou reformulações de planos urbanos no Brasil português, sobretudo a partir do século XVII, diferenciando-se das povoações de origem espanhola, que, sem fugir à regra, eram rigorosamente estabelecidas segundo os planos de traçado ortogonal (REIS FILHO, 2000).

Evidência disso é a planta datada de 15 de dezembro de 1769, intitulada *Planta da Villa De NS<sup>a</sup> dos Prazeres na paragem da Fortaleza dos Campos das Lages sobre o Rio das Caveiras destrito da Capi<sup>a</sup> de S. Paulo*. Esta é a representação gráfica mais antiga que se conhece de Lages, sendo que 1769 corresponde ao ano em que o povoado teria sido estabelecido em definitivo no sítio atual, três anos após a primeira tentativa, frustrada, de fundação na chapada do Cajuru.

No desenho aparece uma angulação de 90° entre as duas ruas principais, bastante largas, as atuais Rua Correia Pinto, então denominada “da Praça”, e Rua Nereu Ramos, apresentada em dois segmentos: a “Rua Direita”, correspondendo ao trecho entre a “Praça quadrada”, atual Praça João Costa, onde se encontrava a “Caza da Camera (Casa da Câmara), e o largo da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje Praça João Ribeiro; e a “Rua de Baxo” (de baixo), descendo da “Praça Quadrada” em direção ao rio Carahá.

Segundo Licurgo Costa, em função do segmento inferior da Rua Nereu Ramos chamar-se “Rua de Baxo”, a “Rua Direita”, compreendendo



"Planta da Villa de N. S.ª dos Prazeres na paragem da Fortaleza dos Campos das Lages sobre o Rio das Caveiras destrito da Cap<sup>o</sup> de S. Paulo aos 15 de Dezembro de 1769". Acervo: Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.



As duas primeiras Ruas de Lages/SC. **A)** “Rua Direita”, atual Nereu Ramos, em fotografia de 1886, durante procissão da Irmandade de Nossa Sra. do Rosário dos Negros, e **B)** Rua da Praça”, atual Correia Pinto, cerca de 1900, vendo-se ao fundo a Casa de Câmara e Cadeia. Notar que a “Rua Direita” ainda apresentava a calha central para escoamento das águas pluviais, solução usual nas cidades brasileiras até o século XIX e, posteriormente, substituída pelas sarjetas, quando da construção dos passeios junto às edificações. *Acervo: Museu Thiago de Castro.*



o segmento superior, era também denominada como “Rua de Sima” (de cima) ou “de Sima da Palha” (COSTA, 1982, p. 1625).

A antiga planta – em que foram indicadas as casas dos primeiros moradores, com seus respectivos nomes – deve ter tido muito mais a função de orientar a malha viária de forma regular, segundo um princípio de racionalidade, inclusive conciliando-a com as imperfeições impostas pelo terreno, do que estabelecer um padrão imutável (Santos, 2008, p. 47). Como exemplo dessa dificuldade em manter o padrão estabelecido, percebe-se que a angulação entre as Ruas Correia Pinto e Nereu Ramos, junto à Praça João Costa, ultrapassou os 90° que aparecem no desenho, por certo com o intuito de permitir um melhor assentamento do leito de ambas as ruas em função de alguns obstáculos da topografia, conforme será visto mais adiante. A referida planta também apresenta a largura dessas ruas em 100 palmos (sendo 01 palmo igual a 22cm), ou seja, 22 metros, enquanto a largura média atual fica entre 16 e 17 metros, o que pode ser considerado um importante avanço para a época, em que as vias urbanas ainda eram, em geral, estreitas.

Por outro lado, esse plano de 1769 atesta a ocorrência de um aspecto de suma importância



Vista da cidade de Lages/SC. A mais antiga de que se tem conhecimento. Autor: E. N. Pires, 1866. Acervo: Museu Thiago de Castro.

na configuração do traçado urbano original de Lages: a criação das duas praças, destinadas a abrigar, cada uma, em separado, os dois mais importantes prédios públicos da vila. Na praça que ocupou o ponto mais elevado do sítio, a atual Praça João Ribeiro, foi implantada a igreja Matriz, enquanto a praça situada mais abaixo, a “Praça quadrada”, hoje João Costa, recebeu a Casa de Câmara e Cadeia, fazendo-se a ligação entre ambas pela “Rua Direita”, hoje Nereu Ramos.

Essa característica é proveniente das cidades medievais europeias, com prováveis raízes no urbanismo romano (Teixeira; Valla, 1999), e,

curiosamente, já se encontrava em desuso no século XVIII (Reis Filho, 2000). A expressão “Rua Direita” não fazia exatamente referência a ruas de traçado regular – contrapondo-se às demais vias que caracterizavam as povoações da Idade Média, geralmente estreitas e sinuosas – mas, sim, referia-se àquelas que possibilitavam uma ligação mais “direta” ou “direita” entre os dois largos que abrigavam os edifícios da igreja Matriz e Casa de Câmara e Cadeia (COSTA, 1982, p. 1625).

Em Santa Catarina, além de Lages, tal arranjo ocorreu apenas em Laguna, fundada quase cem anos antes (1676), e onde, além das duas

praças, igualmente ligadas pela Rua Direita – atual Rua Raulino Horn –, estão conservados, até hoje, os seus antigos edifícios, respectivamente o da Igreja Matriz e o da Casa de Câmara e Cadeia. Nas outras duas vilas fundadas no período colonial, São Francisco do Sul e Desterro (Florianoópolis), prevaleceu a solução baseada

no modelo espanhol da *Plaza Mayor*, a grande Praça central, renascentista, de desenho regular, em forma de quadrado ou retângulo, a qual não apenas definia ortogonalmente o traçado urbano, como recebia os principais edifícios públicos, dentre eles, obrigatoriamente, a igreja paroquial e o *Cabildo*, palavra de origem espanhola que designa a Sede do poder municipal, equivalente às Casas de Câmara e Cadeia.

Empregado principalmente nas colônias espanholas da América, esse padrão, baseado na Praça central, foi, por influência castelhana, adotado por Portugal, após o término da unificação ibérica (1640), sendo

largamente empregado nas povoações fundadas no Sul do Brasil, a partir da retomada da expansão colonial portuguesa na região (RHODEN, 2017).

Reportando-nos novamente à planta de 1769 como um modelo que foi adaptado aos condicionantes do terreno, houve dois vetores para o crescimento urbano após o ato inaugural: na porção mais elevada da colina sobre o rio Carahá: voltada para o norte, a já referida igreja Matriz e seu largo fronteiro, e, a nordeste desta, ao final da “Rua da Praça”, a residência do fundador Antônio Correia Pinto de Macedo (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 38).

A Rua Direita foi assentada sobre o declive mais uniforme em direção ao Carahá, a partir da Praça da Matriz, na direção sul-norte, enquanto a Rua da Praça correu ao longo do espigão que desce suavemente a nordeste, saindo da Praça quadrada rumo à curva que o rio faz quando inflete para circundar a colina.

A existência das nascentes do “tanque velho” – que, atualmente, formam o lago do Parque Jonas Ramos –, a leste da Rua Direita, acabou desempenhando papel ambíguo no desenvolvimento do povoado. Se por um lado consistiu em elemento fundamental para a fixação dos moradores, assegurando o fornecimento de água, por outro resultava numa extensa área de banhados



que inviabilizava o crescimento urbano para leste. Em decorrência dessa situação, embora na planta de 1769 tenha se registrado o início de uma via de acesso à fonte, denominada “Rua do Poço”, atual Frei Rogério, seu prosseguimento para além do terreno pantanoso só ocorreu no início do século XX, mediante as primeiras obras de aterro e esgotamento, que, por fim, viabilizaram uma ocupação efetiva.

As moradias que eram erguidas, pelo que se deduz dos poucos relatos textuais – sendo desconhecidos registros iconográficos desse período, com exceção da já referida planta –, eram, em sua maioria, modestas construções, dispostas uniformemente, contíguas umas às outras, em lotes estreitos e compridos. Há que se destacar a preocupação de Correia Pinto, quando do assentamento da vila, em providenciar, dentre os membros de sua comitiva, não só a presença do mestre-construtor Caetano Saldanha, sabidamente encarregado da construção da primitiva igreja matriz, mas também a instalação de uma olaria para a confecção de telhas e tijolos para as casas, de modo a assegurar-lhes melhor feitura (COSTA, 1982, p.60 - 63). Tanto essa olaria como uma ferraria estão representadas na planta de 1769.

A concentração de interesses econômicos nas fazendas e a conseqüente relevância do meio rural, desde a fundação da vila, haviam decretado a estagnação do crescimento urbano de Lages, conforme já comentado. Essa condição foi seguramente agravada pelos reflexos da Revolução Farroupilha (1835-1845) na Serra Catarinense, região diretamente influenciada pelo conflito iniciado no vizinho estado do Rio Grande do Sul e que envolvia justamente os interesses das elites pastoris locais.

O médico europeu Avé-Lallemant, que permaneceu em Lages durante alguns dias no inverno de 1858, registrou, nas memórias de sua viagem, a má impressão que teve do aspecto urbano, chamando-lhe a atenção a precariedade e falta de recursos em que se encontrava a vila:



Lages/SC: Praça do Mercado – hoje Vidal Ramos Sênior –, em dia de feira, tomada por tropeiros com seus animais e carroças. À direita, o edifício do antigo Mercado Municipal. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Vista de Lages/SC, em 1902: A cidade já apresenta tímido progresso em relação ao panorama de 1866. Acervo: Museu Thiago de Castro.

## “ ”

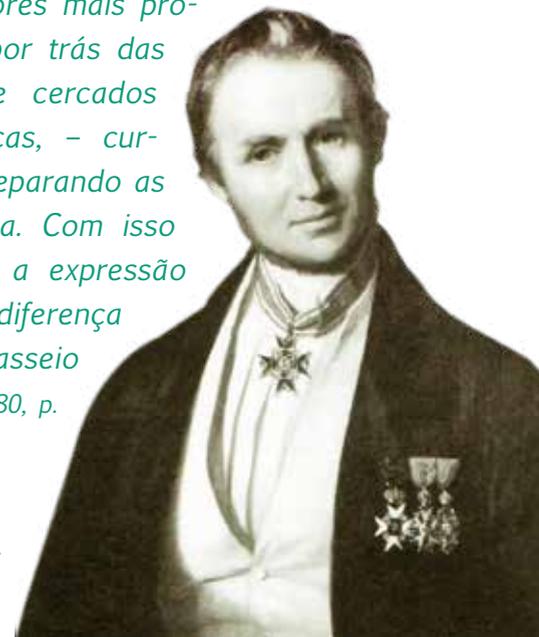
– *Mais c'est un trou, Monsieur!* – exclamou o meu 'spahi' quando avistamos o lugar. E na verdade tive de refletir para reconhecer a aldeia que estava diante de nós como a vila de Lajes. (...) Mas o meu 'spahi' vira bem. Lajes é um pequeno ninho muito triste.

(...) *A Rua Direita de Lajes!* Decerto se deve convir que é uma vila, que tem Ruas, duas ou três, até bastante largas e regulares. Mas falta-lhes, na maioria, boa aparência. Quase todas as moradas são térreas, geralmente faltam vidraças nas janelas, o que dá aparência erma. Creio que não vivem 500 habitantes no ninho, na vila, cujo território municipal perfaz centenas de léguas quadradas, com 8 a 9 mil habitantes.

(...) *Por mais que se olhe a vila, nada há que ver, mesmo a coisa mais insignificante. Está sendo edificada uma nova igreja muito pequena e tão mal construída que ameaça*

*desmoronar-se com uma dúzia de escoras que tem aos lados e que, no lugar, são chamadas, por brincadeira, os doze apóstolos.*

(...) *Os arredores próximos da cidade têm o colorido do fim do outono e por isso mesmo parecem ermos e apagados. A alguma distância se elevam colinas, serras e matas, mas não se descobrem casas, nem região com o colorido de terra lavradia. O que não é floresta, é pastagem; não se vê a mancha de uma cultura mesmo nos arredores mais próximos da vila. Notam-se por trás das casas lugares geralmente cercados irregularmente com estacas, – currais ou pequenas hortas separando as casas da pastagem aberta. Com isso ganha a pequena cidade a expressão da maior negligência e indiferença de seus habitantes pelo asseio e limpeza* (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 68, 69, 70 e 71).



Robert Avé-Lallemant em retrato de 1851. Fonte: Lübecker Museums für Kunst und Kulturgeschichte, Lübeck, Alemanha.

Justamente por essa época foi que passou a ocorrer algum desenvolvimento, após o início de uma fase de prosperidade que culminou com a elevação de Lages a cidade, em 1860.

O arruamento pôde, enfim, ultrapassar os limites do povoado colonial, voltando-se para oeste, paralelamente à Rua Direita, em área de terrenos mais secos e regulares. Estendeu-se também colina abaixo até às proximidades do rio Carahá, na direção norte, originando, no largo em que ocorriam as cavalhadas (Costa, 1982, p. 1.627), a “Praça do Mercado”, em referência ao estabelecimento aí inaugurado pela municipalidade, em 1878, praça essa hoje denominada Vidal Ramos Sênior, na qual funciona, atualmente, o terminal urbano desta cidade.

Surgiram primeiramente a Rua Nova, ou do Lajeado, hoje Coronel Córdova, seguida da Rua da Boa Vista, atual Hercílio Luz. O nome “Lajeado” devia-se ao fato de essa rua ter ocupado o leito de pequeno riacho que vertia da colina em direção ao rio Carahá.

A expansão urbana, ocorrendo dessa forma, permitiu a projeção ortogonal do traçado, conforme havia sido idealizado quando da fundação da antiga Vila de Lages (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 64).



**A)** Vista da Praça da Matriz, atual João Ribeiro, notando-se, à esquerda, a segunda igreja da cidade, inacabada, e, à direita, o recém inaugurado edifício da Intendência, atual Prefeitura, 1906.

**B)** Rua Direita, hoje Nereu Ramos, em 1904. Em meio ao casario, algumas edificações bastante antigas, possivelmente remanescentes do período colonial. *Acervo: Museu Thiago de Castro.*





Por volta de 1850 a malha viária da cidade de Lages/SC começou a expandir-se para Oeste, originando, dentre outras, as Ruas: **A)** “da Lomba”, atual João de Castro, e **B)** “Nova da Cadeia”, atual Marechal Deodoro. *Acervo: Museu Thiago de Castro.*



O largo formado na base da colina em que se assentou a cidade acabou por concentrar não só os comerciantes já estabelecidos na Rua Direita como os agricultores que vinham à cidade vender a produção, servindo também como ponto de parada para os tropeiros em viagem pela região, os quais, ao passarem por Lages, contornando o núcleo urbano, cruzavam o rio Carahá nessas imediações.

Esse fato rendeu à via que se estendeu pelos descampados, a oeste da Praça do Mercado, o nome de Rua das Tropas. Mais tarde, com a configuração desta face da praça, formando uma quadra, parte dela transformou-se na Rua Otacílio Costa, e outra parte, na Rua Manoel Thiago de Castro.

Também a essa época, a primitiva Rua da Praça (atual Rua Correia Pinto), passou a denominar-se da Cadeia, em referência ao prédio público erguido ao fundo, no respectivo largo. Esse nome perdurou até aproximadamente 1870. Após esse período, foi rebatizada como Rua do Rosário, aludindo à construção da capela da Irmandade dos Negros, na esquina com a atual Rua Coronel Fausto de Souza.

Para trás do vértice da colina, ao fundo da igreja Matriz, foi aberta a Rua das Parelhas,

atual Lauro Müller, ao passo que os caminhos que partiam da Praça da Matriz e da Praça da Casa de Câmara e Cadeia para oeste originaram, respectivamente, as Ruas da Igreja ou da Matriz, hoje Benjamin Constant, a da Lomba, atual João de Castro, e a Nova da Cadeia, atual Marechal Deodoro, uma vez que a outra via com esse nome passara a ser chamada “Rua do Rosário”. A propósito, na planta de 1769 é indicada uma “Rua Direita da Cadeia” (cadeia), justamente ao lado da Câmara municipal, onde foi então aberta a Rua Nova da Cadeia.

Dos três caminhos que se formaram entre a antiga Rua do Rosário e a Praça do Mercado, dois caminhos deram origem às atuais Ruas Coronel Fausto de Souza e Caetano Vieira da Costa. Seriam elas, em 1868, as Ruas “do Tobias” e “do Açogue”, referidas por Licurgo Costa (1982, p. 1627). O fato é que um terceiro caminho, correspondendo a um prolongamento da atual Rua Aristiliano Ramos, descia, a partir da Rua Correia Pinto, por entre os quintais das casas e terminava quase na esquina das Ruas Nereu Ramos e Quintino Bocaiúva. Posteriormente esse terceiro caminho foi fechado e desapareceu na primeira metade do século XX. Na direção nordeste abriu-se a “Rua do Tanque Velho”, hoje Coronel



Primitiva capela da Santa Cruz, com seu largo fronteiro e a cacimba do Tanque Novo, uma fonte de água que, aproximadamente a partir de 1850, passou a abastecer a cidade de Lages/SC. Desenho de Marino Corsetti Malinverni. Acervo: Fundação Cultural de Lages.

Emiliano Ramos, que, implantada paralelamente à já mencionada antiga Rua do Rosário – atual Rua Correia Pinto –, entre esta e o Tanque, tentava se impor ao banhado aí existente, forçando a ocupação urbana também a leste do núcleo original.

O abastecimento de água foi ampliado com a construção de uma cacimba na nascente que havia a oeste, oposta ao tanque velho, e que, em razão disso, foi chamada de Tanque Novo, nome que passou a designar também a rua que lhe

dava acesso, atual Rua Carlos Jofre do Amaral, a partir da Rua da Boa Vista.

Nas imediações do Tanque Novo, na confluência com o acesso de quem vinha do Sudoeste à cidade, foi construída outra capela, a da Santa Cruz. Para “costurar” a ligação entre a fonte de água, a capela e o caminho existente, teve origem uma praça de formato irregular, a Praça da Santa Cruz, designando-se por esse nome também o caminho que mais tarde veio a se tornar a avenida Marechal Floriano.

Nas últimas décadas do século XIX, registraram-se alguns progressos substanciais, como a transferência do cemitério primitivo, no alto da Rua do Lajeado, para fora do perímetro urbano, no local em que ainda hoje se encontra em funcionamento.

Promoveu-se a inauguração da iluminação pública por lâmpões, colocação de placas indicativas dos nomes das ruas, execução de passeios em frente às casas e de uma calha pavimentada com pedras no centro da Rua do Lajeado, ao longo de toda sua extensão, para facilitar o escoamento do pequeno córrego que aí vertia, trazendo transtornos à população (PELUSO JÚNIOR, 1952, p. 66). Constatou-se ainda um aumento considerável e o refinamento da

construção civil em geral, aparecendo em maior número os sobrados e as residências de porão alto, que acabaram impondo-se sobre as casas térreas, como moradia ideal.

A iconografia da cidade entre 1870 e 1900 mostra que o traçado urbano havia atingido feição aproximada à de um tabuleiro de xadrez, com ruas e praças assentadas ortogonalmente, formando ângulos de 90° nas esquinas sempre que possível. Estava consolidada, enfim, a área que hoje se entende como o casco histórico central de Lages.

Dois documentos desse período são especialmente importantes nesse sentido: a “*Planta da cidade de Lages levantada por Paulo Schwarzer, Feitor, nos mezes de Setembro e Outubro de 1896*”, e um desenho aquarelado que mostra um panorama geral de Lages. Esse desenho é assinado por A. H. Costa e datado de 14 de fevereiro de 1896.

Esta planta, além de indicar os edifícios públicos, apresenta as principais ruas, com os nomes colocados após a instauração do regime republicano no país homenageando autoridades locais e estaduais – Praça do Tenente Coronel Vidal Ramos (atual Vidal Ramos Sênior), Rua do Tenente Coronel Córdova (hoje Coronel Córdova),



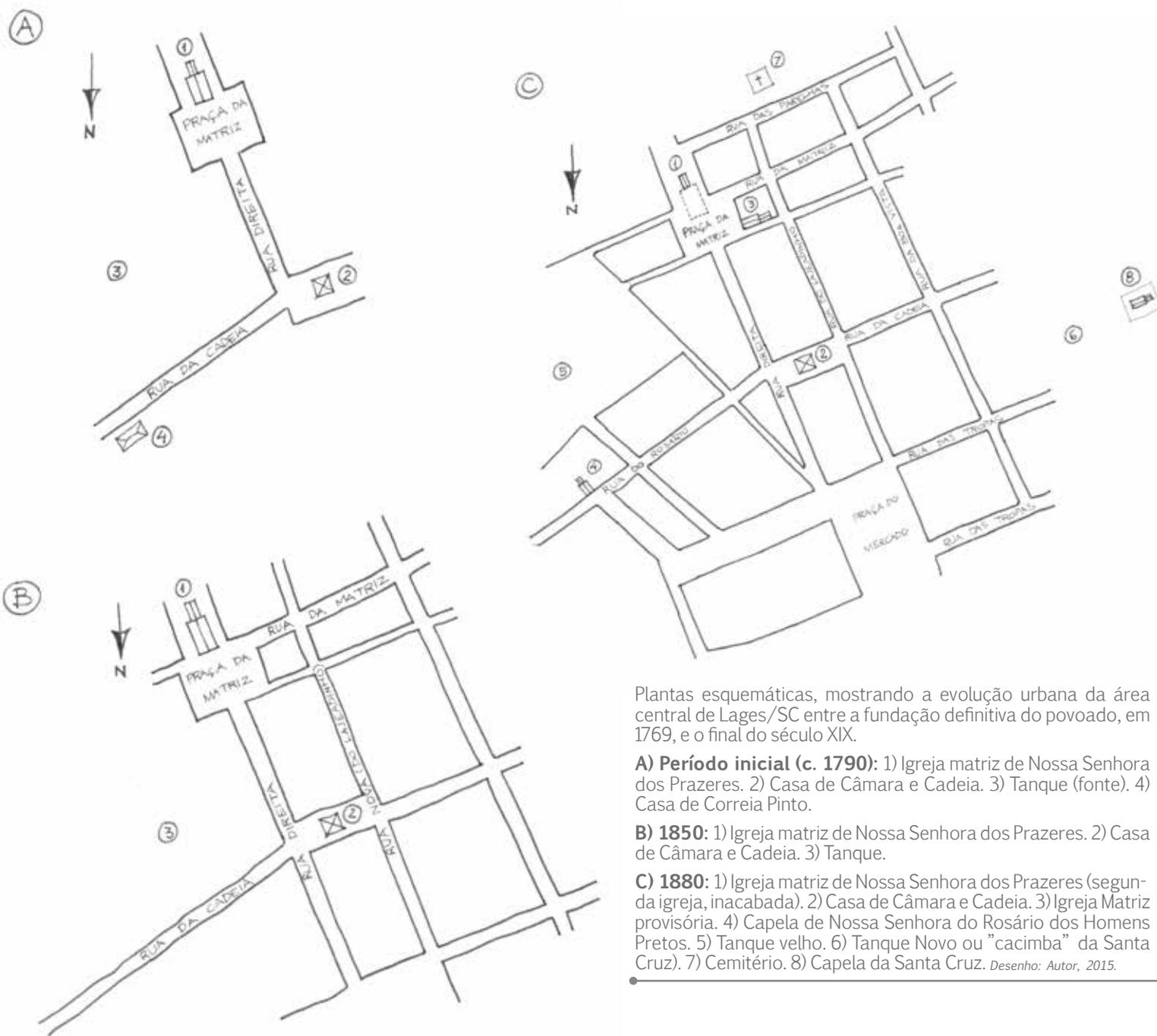


Vista de Lages/SC, em 1896. Aquarela de A. H. Costa. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Rua Rangel Pestana (atual Hercílio Luz) e Rua Raulino Horn (atual Governador Jorge Lacerda). Também foram homenageados os próceres republicanos: Rua Benjamin Constant, Rua Quintino Bocaiúva e Rua Marechal Deodoro (incluindo o trecho que corresponde à Rua Correia Pinto), nomes que ainda permanecem. Já a antiga Rua Direita tornou-se, como se vê na referida planta, “Rua 15 de Novembro”, em comemoração à data magna da República, designação que posteriormente foi substituída para homenagear Nereu

Ramos (Presidente Nereu Ramos), considerado o mais ilustre político lageano.

Ainda no final do Império, em 1883, a Rua do Rosário passou a se chamar “Presidente José Paranaguá”, em alusão à visita feita a Lages pelo presidente da província (cargo atualmente equivalente ao de governador do Estado). Alterada para “Marechal Deodoro” em 1889, foi rebatizada em 1907 com o nome que permanece até hoje, homenageando o fundador Correia Pinto (COSTA, 1982, p. 1.625 - 1.627).



Plantas esquemáticas, mostrando a evolução urbana da área central de Lages/SC entre a fundação definitiva do povoado, em 1769, e o final do século XIX.

**A) Período inicial (c. 1790):** 1) Igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. 2) Casa de Câmara e Cadeia. 3) Tanque (fonte). 4) Casa de Correia Pinto.

**B) 1850:** 1) Igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. 2) Casa de Câmara e Cadeia. 3) Tanque.

**C) 1880:** 1) Igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres (segunda igreja, inacabada). 2) Casa de Câmara e Cadeia. 3) Igreja Matriz provisória. 4) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. 5) Tanque velho. 6) Tanque Novo ou "cacimba" da Santa Cruz. 7) Cemitério. 8) Capela da Santa Cruz. *Desenho: Autor, 2015.*

## As Posturas e a regulamentação do modo de construir no meio urbano

Tanto quanto a tradição e os condicionantes socioeconômicos, a legislação teve papel determinante para a afirmação de uma identidade arquitetônica comum às moradias das vilas e cidades brasileiras até o século XIX. É possível mesmo afirmar-se que acabou por formalizar o modo tradicional de construir, o qual se convencionou chamar de luso-brasileiro, por ter sua origem na experiência portuguesa, modo esse que, ao ser introduzido no Brasil, foi adaptado às diversas realidades deste território continental.

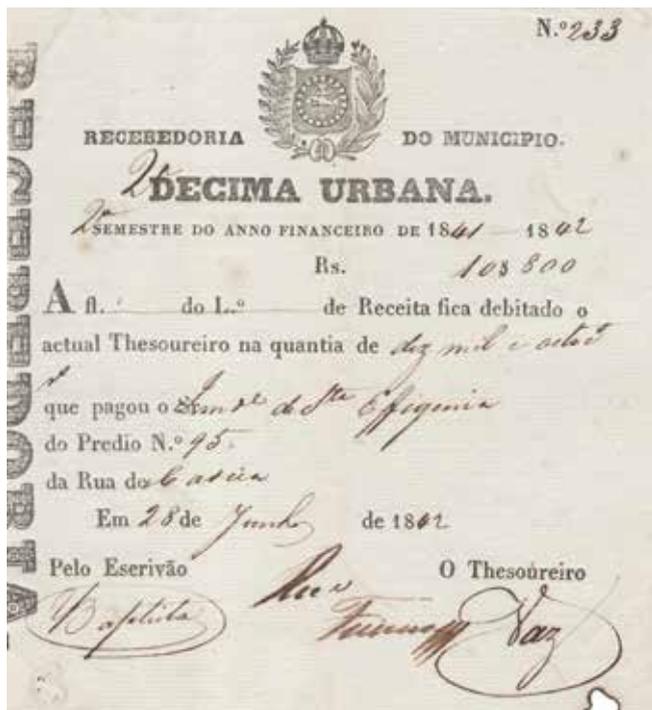
Essa legislação compreendia os Códigos de Posturas Municipais, conjunto de leis pensado pelas autoridades locais para a organização de todas as questões relacionadas ao cotidiano das cidades, abrangendo desde a regulamentação da atividade comercial e de prestação de serviços até a observância de normas de higiene, costumes, conduta dos trabalhadores escravizados e, obviamente, arruamentos e construção das casas. De igual modo, estabeleciam a cobrança de taxas, a emissão de alvarás e as penalidades para os

casos de descumprimento das leis, incluindo a previsão da aplicação de multas e a prisão para os casos de maior gravidade.

As Posturas Municipais remontam às Ordenações Régias, destinadas às cidades portuguesas, a partir do século XV, período que assistiu a um grande desenvolvimento urbano, o que exigiu a elaboração de um aparato legal que pudesse reger e assegurar a ordem nesses núcleos de vida coletiva (LIMA, 2001, p. 35).

O primeiro conjunto de leis dessa natureza consistiu nas Ordenações Afonsinas, emitidas em 1446, sendo considerado o primeiro Código de Leis europeu depois das codificações do Império Romano, tendo sido as responsáveis pela introdução do sistema de vereança como forma de representação indireta do povo nos governos municipais, em substituição aos “homens bons” das antigas Assembleias.

As Ordenações Afonsinas foram sucedidas pelas Ordenações Manuelinas (século XVI) e pelas Filipinas (século XVII), que consistiram em



Recibo de pagamento de “Decima Urbana”, imposto cobrado sobre os imóveis urbanos, equivalente ao atual IPTU. Município não identificado, 1842. *Acervo: Autor.*

atualizações e complementações necessárias para acompanhar as mudanças transcorridas na sociedade portuguesa após os descobrimentos e a fundação das colônias (LIMA, 2001, p. 53).

No Brasil, embora haja registro da emissão de Códigos de Posturas desde o século XVIII (LIMA, 2001, p. 36), a maioria das vilas e cidades parece ter se pautado nas Ordenações Régias para regulamentar os modos e o fazer urbano no período colonial.

Visando dar boa forma à recém-fundada vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, em 1768 o governador de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, claramente apoiado pelas Ordenações Régias, repassou ao capitão-mor Antônio Correia Pinto instruções para a implantação das ruas e dos primeiros edifícios, de modo que fossem condizentes com a condição oficial de povoação, conforme se pode ver na citação a seguir:

“ ”

*Porquanto tenho encarregado ao Cap.mor Reg.te Ant.o Cor.a Pinto forme hua V.a no Certão das Lagens na paragem onde achar melhor Comodid.e; e hé preciso dar norma certa p.a a formatura da referida V.a ordeno qêsta seja formada em quadras de sessenta, ou oitenta varas cada hua, e dahy p.a cima, e qas Ruas sejam de sessenta palmos de largura, mandando formar as prim.ras cazas nos ângulos das quadras, de modo q fiquem os quintaes p.a dentro a intestar huns com os outros. S. Paulo a 6 de Agosto de 1768 (Apud COSTA, 1982, p. 57).*

Na sequência dessa citação, pode-se observar como continuaram as ordens a respeito da construção de casas na vila:



*Porquanto tenho mandado formar hua povoação no Certão das Lagens, front.a desta Cap. P.a Cumprim.to de repetidas ordens de S. Mag. E q̄D.sge q̄manda juntar os Povos todos em Povoações Civis q̄tenhão de sesenta vesinhos p.a cima: Ordeno q̄todos os moradores dod.o Certão facção cazas na refrida V.a, cuja paragem lhes demará o Cap.m mor reg.te dod.o Certão Ant.o Cor.a Pinto aq.m tenho dado a forma da sua planta, subpena de q̄aquele, q̄assim o não fizer ser expulso de taes paragens e ser obrigado a morar em p.te povoada, e em q̄tenha de sesenta vesinhos para cima (Apud COSTA, 1982, p. 59).*

Embora não se tenha maiores informações sobre a planta citada por Dom Luiz Antônio de Souza, a planta datada de 1769, analisada no capítulo anterior, e dirigida a Correia Pinto pelo governo da Capitania, mostra exatamente como deveriam ficar o arruamento e as edificações no

centro urbano da nova Vila. É possível observar-se que, apesar de as condições físicas do sítio nem sempre haverem permitido a implantação perfeitamente regular e homogênea do plano projetado, este, com as adequações necessárias, foi de fato implantado, como se pode constatar observando-se o traçado da área central da cidade de Lages, seu núcleo original, conforme já abordado.

A proliferação de Posturas ocorreu após a Independência, quando passaram a surgir sistematicamente em todas as províncias e municípios, mediante a aplicação da Lei de 1º de outubro de 1828, que estabeleceu o “Regimento das Camaras Municipaes” (Brasil. 1828). A partir daí as Posturas foram sendo constantemente melhoradas e atualizadas, ao longo do século XIX, à medida que as situações do cotidiano exigiam a atenção das leis sobre os novos aspectos.

Nos diferentes locais em que esses Códigos foram utilizados, percebe-se neles a pouca variabilidade de conteúdo, sendo muito provável que fossem copiados uns dos outros, ou reproduzidos de modelos fornecidos pelas Assembleias Provinciais, responsáveis pela publicação das leis também em âmbito municipal. Analisando as Posturas das cidades paulistas do século XIX, Roberto Pastana Teixeira Lima faz a seguinte observação:



*A semelhança entre os artigos dos códigos de Posturas das cidades do interior paulista nos faz pensar em duas hipóteses. Uma delas, certamente a menos provável, é a de que as câmaras municipais tenham trocado correspondências ou mesmo visitas. Entretanto, é muito mais lógico pensarmos que tinham um ponto de referência comum: a Assembléia Provincial que os aprovava segundo um modelo pré-estabelecido (LIMA, 2001, p. 39-40).*

Em Santa Catarina, a Lei nº 19, de 13 de maio de 1835 (Santa Catharina, 1835, p. 19-20), determinou que a Câmara da Cidade do Desterro fornecesse às demais câmaras municipais cópias de suas Posturas em vigor, com o objetivo de serem adotadas como modelo, justamente por se tratar da capital da província, como que a dar o exemplo. Porém, os municípios tinham autonomia para escolher as Posturas que lhes conviessem, inclusive modificando-as ou criando as suas próprias, conforme as diferentes necessidades de cada local. Essa determinação, junto com a autonomia concedida às autoridades municipais, explica tanto a recorrência de

certas Posturas em alguns municípios, como o fato de outras apresentarem conteúdo específico, restritas, portanto, a um determinado município.

O que se percebe ao longo do século XIX é a evolução das Posturas, que, inicialmente, continham poucos artigos, bastante objetivos, os quais, no transcorrer do desenvolvimento das localidades, multiplicaram-se, tornando-se cada vez mais detalhados. As Posturas referentes à construção civil, sobretudo para o tratamento das fachadas, exemplificam esse processo, revelando a preocupação que havia em, gradualmente, melhorar o aspecto físico da povoação, com edificações mais homogêneas e aseadas, conforme uma concepção de cidade e de moradia ideal, que se tornava viável com o progresso econômico do lugar.

Mediante a imposição das Posturas, tornou-se possível a concretização desse espaço urbano ideal, pois, a partir de então, o indivíduo que possuísse um terreno e nele quisesse construir, teria de se submeter aos ditames da Lei e às exigências da autoridade pública local, que, assim, co-atuava na conformação dos edifícios, criando-se um vínculo indissociável entre cidade e arquitetura:



*Todas as normas explícitas nas Posturas, que regulamentam e valorizam a fachada, trazem no seu bojo, o aspecto pré-estabelecido para a rua e, conseqüentemente, para a cidade. A fachada torna-se, portanto, um lugar de junção, legal, entre arquitetura e urbanismo, um lugar que é o limite da intervenção do poder público sobre a propriedade privada; onde o proprietário, para elaborar sua fachada, deve respeitar, primeiro, o projeto da cidade (LIMA, 2001, p. 45).*

O primeiro Código de Posturas de Lages foi instituído em 1836, por meio da Lei no 51, de 17 de junho (Santa Catharina, 1836: p. 99-105). Contudo, nos 37 Artigos dessa Lei não há uma única referência sobre o ordenamento das edificações, nessa Vila. No entanto, há que se observar que, diferentemente do que se constatou nas Posturas aprovadas no mesmo ano, no litoral norte de Santa Catarina, o Código de Posturas de São Francisco do Sul, também aprovado pela mesma Lei no 51 acima referida, diferenciou-se das Posturas dessa Vila por apresentar, dentre 23 Artigos, um que determina diretrizes para a construção de edifícios:



*Artigo 10º As Propriedades, que dõra em diante se edificarem na Villa, serão alinhadas pelo Arruador da Camara; e terão desesseis palmos de pé direito, sob pena de seis mil reis de condemnação. Os proprietarios são obrigados a construir nas ditas propriedades canos sufficientes para esgoto das agoas, ficando sujeitos, os que o não fizerem, a pagar os prejuízos que dahi resultarem (Lei nº 51, de 17/06/1836, p. 95-99).*

A redação do código de Lages tratou, dentre outros assuntos, da normatização de sepultamentos, higiene, comércio, comportamento de escravos, manutenção de estradas, pontes e fontes públicas, trânsito de carroças e animais dentro da vila, controle sobre jogos de azar e carreiras de cavalo, manutenção da moral e dos bons costumes, como, por exemplo, a curiosa proibição do uso de cavalos de montaria em domingos e Dias Santos.

Isso pode indicar uma possível indiferença das autoridades locais em relação ao que, nesse primeiro momento, poderia ser considerado não tão relevante para uma vila ainda muito pequena

e precária, distante dos centros maiores e que, exatamente nesse período, sofreu diretamente a estagnação econômica e a incerteza política provocadas pela Revolução Farroupilha. Ademais, para prejuízo do desenvolvimento urbano, as atenções, e conseqüentemente os investimentos mais substanciais, eram voltados para as fazendas, foco principal do interesse dessa sociedade eminentemente rural e cuja economia girava em torno da atividade pastoril.

Quanto à Revolução, promovida pelos republicanos da vizinha província do Rio Grande do Sul, esta encontrou terreno fértil entre os lageanos. Boa parte dos fazendeiros e líderes políticos da vila de Lages simpatizava com os ideais Farroupilhas, o que pode ser explicado pela existência de fortes laços de parentesco e pelo tipo de sociedade e economia locais, bastante semelhantes à realidade sul-rio-grandense, além, é claro, da influência da proximidade geográfica. Pode-se dizer ainda que havia, no Planalto Catarinense, um descontentamento com o governo da Província, que, igualmente indicado pela Corte, no Rio de Janeiro, parecia menosprezar a região serrana, não lhe dando a devida importância e atenção. Assim, além das relações familiares, ideológicas e econômicas,



Lages/SC: Rua Correia Pinto, antiga “do Rosário”, nos primeiros anos do século XX. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casas na Rua Correia Pinto, em Lages, na década de 1920. Anterior às Posturas de 1862, uma das casas da foto apresenta proporções modestas quando comparada com as construções vizinhas, erguidas depois. Acervo: Museu Thiago de Castro.

esse descontentamento transformou-se em mais um fator que aproximou lageanos e sul-rio-grandenses (COSTA, 1982, p. 253-274).

O segundo Código de Posturas, aprovado pela Lei nº 213, de 05/05/1845, já apresentava, embora timidamente, algumas observações para a construção civil e o asseio geral da vila, impondo aos proprietários, dentre outras determinações, a proibição de criar porcos nos quintais. Também era proibido manter edifícios arruinados, havendo a obrigatoriedade de cercar terrenos baldios e calçar a frente de suas casas:



*Artigo 7º Ninguém poderá criar porcos nos quintaes, áreas, ou lojas das cazas, nem conserval-os néllas por mais de oito dias, nem deixal-os vagar pelas ruas; (...).*

*Artigo 8º-Ninguém poderá trazer soltos, dentro da Villa, cães, cabras e carneiros, sob pena de 4\$000 reis de multa. (...).*

*(...)*

*Artigo 18º Toda a pessoa que possuir terrenos dentro da Villa, e nélles, da publicação desta á seis mezes, não levantar cerca será multado em 3\$000 reis; e o dobro quan-*

*do no fim de outros seis ainda o não tenha feito, e assim por diante.*

*Artigo 23º Todo o proprietario que, da publicação desta a seis mezes, não tiver calçado seis palmos em frente de suas cazas, dentro da Villa, será multado pela primeira vez em 1\$000 e nas demais em 2\$000 reis.*

*(...)*

*Artigo 28º Todo o proprietario que tiver dentro da Villa prédios urbanos arruinados, sem serem espequeados, ou escorados de maneira que não possam prejudicar os vizinhos, ou os viandantes; será multado em 4\$000 reis, e obrigado a fazer o espequeamento (Lei nº 213, 1845, p. 144-151).*

No contexto geral da província de Santa Catarina, percebe-se que, gradualmente, ao longo do século XIX, nas Posturas relativas à normatização das construções houve aumento não só na quantidade de artigos, mas, principalmente, no seu detalhamento quanto a medidas padronizadas para os edifícios. Nos primeiros códigos, de 1836, só se fazia menção ao tamanho ideal de pé-direito (altura), medida essa que era maior nas cidades principais, situadas no litoral, como em Desterro e Laguna,

onde deveria ter em torno de 4 metros, e em São Francisco do Sul, em torno de 3,50 metros. No entanto, conforme visto, esta metragem variava de acordo com a localidade, ou, como ocorreu, por exemplo, em Lages, nem sequer era mencionada em algumas Posturas. Posteriormente, os Códigos publicados já detalhavam inclusive as dimensões necessárias para portas, janelas e cimalthas (Santa Catharina, 1836 a 1874).

A partir de 1839, em praticamente todos os Códigos, figurou a Postura que exigia, de quem pretendesse construir, a observação ao arruamento, ou, no caso deste ainda não haver sido delimitado, aguardar que o “arruador” o fizesse, para só então iniciar a obra. O traçado urbano, devidamente definido pelos fiscais da Câmara Municipal, é que determinou, portanto, o alinhamento dos edifícios, seguindo-se as normas referentes à altura das fachadas (Santa Catharina, 1839, p. 250-256).

Esse maior rigor pouco a pouco forçou a renovação dos edifícios e o embelezamento dos povoados, pois, nessa época, já deveria ser precário o estado de conservação de muitas das moradias remanescentes dos primeiros anos da vila, a julgar pelo Artigo 28º do Código de Posturas de Lages, de 1845:



*Todo o proprietário que tiver dentro da Villa prédios urbanos arruinados, sem serem espedeados, ou escorados de maneira que não possam prejudicar os vizinhos, ou os viandantes; será multado em 4\$000 reis, e obrigado a fazer o espedeamento”. (Santa Catharina, 1845)*



A Rua Direita, atual Nereu Ramos, já apresentando as sarjetas e os passeios junto às edificações, c. 1900. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Outra curiosa Postura de Lages sugere o estado ruinoso de algumas casas, cujas paredes sofriam com o impacto de animais que, estando soltos, à noite, dentro do perímetro urbano, as utilizavam para nelas se coçarem:



*Artigo Unico. Ficção d'ora em diante prohibidos andarem animaes pertencentes aos fazendeiros da visinhança desta Villa, vagando de noite pelas ruas da mesma, e que costumão estragar as paredes das casas; e o respectivo fiscal, assim os encontrando, ou tendo noticia, os mandará recolher a uma mangueira, ficando seus donos sujeitos pela primeira vez á multa de 4\$000 reis por cada um, e no dobro nas reincidencias; alem de re-faserem o damno causado aos proprietarios: e não sendo os animaes resgatados dentro de 48 horas, serão arrematados em hasta publica, entregando-se a seus donos o liquido producto, depois de abatidas a multa, e custas da arrematação (Santa Catharina, 1851, p. 206).*

Além disso, certas moradias eram iniciadas e, em seguida, abandonadas, ficando resumi-

das às paredes frontais. Essa situação ocorreu porque, conforme já comentado anteriormente, durante as primeiras décadas da vila deve ter persistido, por muito tempo, o descaso, por parte de alguns proprietários de terrenos, provavelmente fazendeiros, que não tinham maior interesse em investir seus recursos em obras na área urbana.

No entanto, diante da obrigação imposta pelas autoridades locais, e, inclusive, expressa nas Posturas, a respeito dos terrenos, que, se não edificados, deveriam ser, ao menos, cercados (Artigo 18º do Código de Posturas de 1845), muitos proprietários erguiam apenas a fachada, sendo o restante do lote fechado por tábuas ou estacas, conforme observado por Avé-Lallemant, em 1858 (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 71).

Assim, sem o apoio das paredes laterais e expostas às intempéries, tais fachadas podiam ficar instáveis e ruir com facilidade, ainda mais se empurradas por algum boi ou cavalo errante que, na calada da noite, buscava alívio para suas coceiras, como antes já mencionado. Essa situação pode explicar também a motivação do antes mencionado Artigo 28º do Código de Posturas, de 1845, ao exigir o “espequeamento” (escoramento) de prédios urbanos arruinados.

O problema parece ter persistido ao longo de todo o século XIX, conforme noticiou, em 20 de janeiro de 1895, um irônico artigo publicado no jornal “*Gazeta de Lages*”:



*É verdadeiramente contristador o aspecto da Cidade de Lages, onde se vêem grandes partes de ruas ocupadas por frontispício de casas edificadas há muitos anos sem as paredes lateraes, que testemunham eloquentemente a disposição e boa vontade d’este povo hospitaleiro, para colaborar no progresso de seu torrão natal e dar ao centro d’esta grandiosa região uma sede digna de si e do futuroso Estado de que faz parte (Apud COSTA, 1982, p. 800).*

Em 1862, na sequência da elevação de Lages a cidade (1860), foi editado um novo Código de Posturas (Lei nº 520) que visava justamente a um melhoramento geral da povoação, de modo a deixá-la condizente com seu novo *status* urbano e igualá-la às demais cidades catarinenses quanto ao aspecto e qualidade das edificações. Em pouco mais de vinte Artigos, reunidos no Capítulo X – Ruas, Estradas, Caminhos e Fontes –,

foram reiteradas as recomendações das Posturas anteriores quanto ao calçamento em frente às casas, à necessidade de licença da Câmara para o início das obras, e ao escoramento de prédios já em ruínas, dentre outros. Contudo, a grande novidade é que, pela primeira vez, passaram a constar, na legislação de Lages, Posturas tratando direta e detalhadamente da padronização dos edifícios, em termos de dimensionamento e acabamento das fachadas:



*Artigo 92. Nenhum predio será edificado sem ter pelo menos quatorze palmos de pé direito, contados da soleira ao frechal, e sendo sobrado, do pavimento até o frechal do telhado no ultimo, não sendo comprehendidos nestas dimensões: 1° Os predios edificados fora das povoações e suas visinhanças, não sujeitos ao arruamento: 2° Os edificados, que, em razão do seu uso, demandarem maior altura, como sejam Templos, Theatros &. São visinhanças das povoações os terrenos em distancia de cincoenta braças nas circumferencias dos arraiaes, sujeitos ao arruamento. Todos os prédios terão simalhas;*

*as portas das frentes onze palmos de altura pelo menos, e cinco e meio de largura: as janellas terão sete e cinco nos dous sentidos, e os membros tres pelo menos inclusive os portaes. As janellas dos sobrados, suas vergas, e membros, corresponderão em tudo ás das lojas. Todas as vergas serão collocadas ao nível e na distancia de tres a quatro palmos abaixo do telhado inclusive a simalha e as mesmas vergas. Exceptuão se as portas e janellas dos edificios apontados nos paragrafos 1º e 2º deste artigo. Todo aquelle que infringir estas disposições, será multado em 10\$000 reis, e obrigado á demolição da obra (Santa Catharina, 1862, p. 16-37).*

Percebe-se que esse texto é praticamente idêntico ao das Posturas semelhantes, aprovadas nas décadas de 1840 e 1850 para as cidades de Desterro, Laguna e São Francisco do Sul, o que reforça ainda mais ter havido um modelo para a sua elaboração. Da publicação do Código de 1862 até à proclamação da República, foi encontrada apenas mais uma Postura para Lages, datada de 1872, com Artigos relacionados à construção civil, tratando do “branqueamento” (pintura com cal) das fachadas das casas:



*Artigo 1º. Os individuos que possuirem qualquer morada de casa, dentro d’esta cidade, ou de seus arrabaldes, até um quarto de legua, são obrigados a branquear a frente de suas casas, de dous em dous annos. Os contraventores pagarão a multa de dous mil réis e quatro mil réis no caso de reincidência (Santa Catharina, 1872, p. 13 e 14).*

Mesmo após o término do regime monárquico, as Posturas de 1862 continuaram sendo aplicadas, como se percebe no dimensionamento das fachadas das construções erguidas neste intervalo. Embora poucos desses edifícios tenham chegado aos dias atuais, as fotografias do final do século XIX e do início do século XX permitem a leitura dos diferentes períodos em que os prédios foram edificados principalmente pela comparação das alturas de suas fachadas geminadas e tamanho das aberturas, nos conjuntos arquitetônicos.

Nesse período nota-se, em meio a residências de proporções harmônicas e elegantes, com janelas e portas de tamanho padronizado, seguramente edificadas após 1862, a permanência de

alguns exemplares arquitetônicos seguramente erguidos nos primeiros anos da vila, com pé-direito muito baixo e aberturas pequenas, por certo remanescentes das casas que, em 1851, conforme já dito, ameaçavam ruir quando, durante a noite, o gado errante se coçava nas frágeis paredes de madeira e barro.

Ao se averiguar as medidas do casarão Juca Antunes, cuja construção é de cerca de 1850, percebe-se que são superiores àquelas expressas no Artigo 92 do Código de 1862, pois, enquanto o pé-direito do casarão é de 3,5 m e as suas janelas medem, em média, 1,36 m de largura por 1,95 m de altura, na Postura as medidas ficaram definidas em 3,08 m para pé-direito e 1,10 m de largura por 1,54 m de altura para as janelas (considerando como referência a medida de 01 palmo = 22 cm). Essas medidas demonstram, assim, que as Posturas não chegaram a impor um padrão, mas atuaram no sentido de aperfeiçoá-lo, melhorá-lo e conferir-lhe um aspecto legal.

Finalmente, a aprovação do Código de Posturas de 1895, que foi empregado até, aproximadamente, a década de 1940, com algumas poucas atualizações nos primeiros anos de 1900, encerrou o ciclo de regulamentações do espaço urbano e das construções, oriundo da época



Casa de Fernando Athaide, à Rua Aristiliano Ramos. Apesar de construída no início do século XX, ainda apresentava beirais em telha na fachada posterior e na cozinha, conforme exigido pelas Posturas de 1895 (Artigo 32). Acervo: Fundação Catarinense de Cultura / Fotos: Autor, 2005.



Casa localizada na Rua Nereu Ramos, Lages/SC. Em 1916 – data inserida na fachada –, sofreu reforma que eliminou as características luso-brasileiras, conforme se pode observar no desenho e na foto da página 211. Modernizada segundo o Eclétismo, recebeu a platibanda, em conformidade com a Postura de 1903. Foto: Autor, 2008. Desenho: Autor, 2015.

colonial. Desse Código em diante, buscou-se afastar definitivamente, da cidade, a imagem de pequena vila de feições portuguesas, por certo associada à precariedade e atraso econômico, estabelecendo-se, o discurso do progresso e da modernidade, inclusive por meio da adoção de políticas higienistas, que, aliás, marcaram a transição do regime monárquico para o republicano em todo o Brasil.

O Código de Posturas de 1895, em seu Capítulo II, que trata, especificamente da “regularidade” dos edifícios, manteve algumas normas dos Códigos anteriores, entre elas, em seu Artigo 20, as relacionadas às alturas e larguras de vãos e paredes, Como novidade, determinou, em seu Artigo 25, a necessidade de colocação de calhas para evitar o escoamento das águas dos telhados sobre a rua, além de proibir, em seu artigo 30, a construção ou reconstrução de trapeiras e águas furtadas, elementos outrora frequentes

nas coberturas luso-brasileiras. Curiosamente, era exigida, no Artigo 32, a manutenção dos beirais de telha – beira e ante-beira – ao menos nas frentes das casas. Como importante inovação, esse referido Código diferenciou o dimensionamento entre as casas situadas no perímetro urbano (Artigo 20) e as situadas nas demais povoações do município (Artigo 21), apresentando as medidas de referência já dentro dos padrões modernos, em metros e centímetros, substituindo os palmos e braças, a saber, 01 palmo = 22 cm ou 08 polegadas; 01 braça = 10 palmos ou 2,2 metros; 01 quadra = 132 metros.

No entanto, a exigência de adição das platibandas no lugar dos beirais, elemento que marcou a transição da arquitetura de tradição luso-brasileira para os modelos neoclássicos e ecléticos entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, só ocorreu alguns anos depois, com a publicação da Lei nº 104, de 09 de julho de 1903.

## Casas térreas, de porão alto, e sobrados

Conforme visto, as Posturas Municipais desempenharam, ao longo do século XIX, importante papel para o desenvolvimento da construção, à medida que eram sucessivamente reformuladas, cada vez com um nível maior de exigência sobre o dimensionamento e qualidade das obras. Disciplinando e formalizando a arquitetura tradicional, forçaram, entre as primeiras décadas do século XIX e o raiar do século XX, um substancial melhoramento das habitações, especialmente quanto ao aumento de pé-direito, tamanho de portas e janelas, salubridade e conforto.

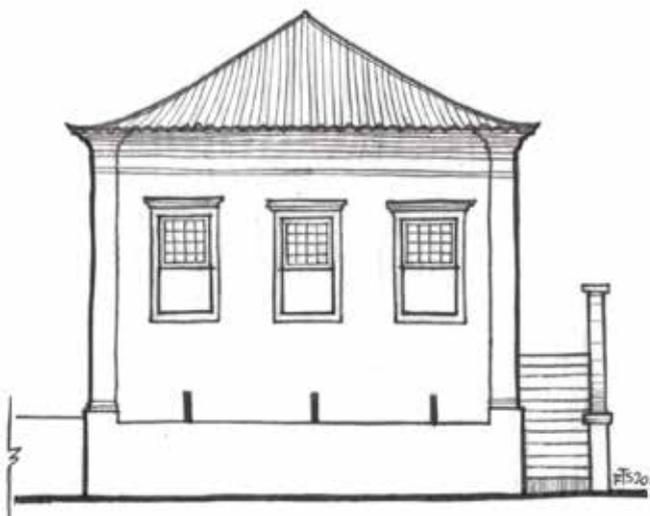
Convertendo-se em metros as medidas antigas indicadas nas Posturas, percebe-se que, entre os Códigos de 1862 e 1895, a altura exigida para o pé-direito das moradias subiu de 3,08m para 4m, enquanto o dimensionamento das portas passou de 2,42m de altura por 1,21m de largura para 3m de altura por 1,30m de largura. O mesmo aconteceu com as janelas, que aumentaram de 1,54m de altura por 1,10m de largura para 2m de altura por 1,30m de largura.



Conjunto de moradas inteiras que ocupava a face oeste da Praça Vidal Ramos Sênior, Lages/SC, c. 1920. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casas na Rua Coronel Córdova, Lages/SC, c. 1920. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casa de chácara e porão alto que existiu na Rua Lauro Müller, Lages/SC, próximo à Delegacia de Polícia. Já bastante descaracterizada, foi demolida em 2005. Foto e desenho: Autor, 2005/2020.



Comparando as casas mais primitivas, de fins do século XVIII e início do século XIX, muito baixas, com poucas e pequenas aberturas, com as moradas de vãos esbeltos e fachadas elegantes, erguidas principalmente a partir do Código de Posturas de 1862, nota-se quão importantes foram essas leis para o melhoramento das habitações e da cidade de uma maneira geral. Aliás, essa foi, possivelmente, a principal justificativa de sua aplicação e verdadeiro ideal perseguido pelas Câmaras Municipais.

Atendo-se às questões arquitetônicas, comparando fachadas, plantas e técnicas construtivas, pouco ou nada diferenciava as moradias urbanas das rurais, tendo as Posturas Municipais apenas legalizado, na vila ou na cidade, o que a tradição já havia concebido como forma de construir.

No meio urbano, as testadas das edificações ficavam alinhadas e eram definidas pelas ruas, seguindo a tradição urbanística portuguesa. Também as casas de chácara, implantadas isoladamente em grandes terrenos nas cercanias urbanas, e cuja construção, presume-se, não estaria necessariamente sujeita às mesmas leis de alinhamento da área urbana –, dificilmente se encontravam recuadas em relação aos caminhos



Residências do século XIX, com portão lateral em alvenaria, Lages/SC. À esquerda, na esquina das Ruas Nereu Ramos e Correia Pinto, e, à direita, na esquina da Rua Cel. Córdova com a Praça Vidal Ramos Sênior. Acervo: Museu Thiago de Castro. Desenho: Autor, 2020.

que lhes davam acesso, como se vê na planta de Lages, elaborada por Paulo Schwarzer em 1896. Nessa planta, pelo menos três dessas residências são identificadas (“Cha – ca – ras”), na continuação da Rua da Igreja, na direção nordeste, no trecho que atualmente compreende a Rua Vidal Ramos Júnior.

Em antigas vistas panorâmicas da cidade é possível observar algumas chácaras, à distância, em meio a árvores e descampados, por trás da atual Rua Correia Pinto. A principal dessas chácaras ficou conhecida como “chácara da Maria do Padre”, por ter pertencido ao Padre Antônio Luiz Esteves de Carvalho e à sua concubina, Maria da Conceição Moritz (Carvalho, 1990, p. 260).

Também havia casas de chácara no final da Rua das Parelhas (atual Lauro Müller), na qual o último exemplar, já bastante descaracterizado, foi demolido no início dos anos 2000.

No centro da vila, as edificações, justapostas lateralmente, variavam em tamanho, especialmente em largura. As unidades menores ficavam atreladas a lotes cuja largura, em geral, não excedia a pouco mais de três metros, e neles eram construídas as casinhas de porta e janela, que eram alugadas à população pobre. As unidades maiores – os sobrados e casas térreas cujos os proprietários eram fazendeiros abastados – eram edificadas em lotes com largura de dez ou doze metros.

Afastamentos laterais eram raros, mas eventualmente apareciam nas ruas periféricas, menos adensadas, até porque a concentração urbana, presente em outros núcleos, não foi uma realidade local. Nesses casos, as residências poderiam apresentar janelas nos cômodos situados no meio da casa ou mesmo ter posicionada a porta de entrada num dos lados, ficando a fachada frontal reservada apenas para janelas.

Em situações como essa, apareciam elegantes portões em alvenaria, construídos junto à fachada, para o acesso principal ou para as áreas de serviço, e cujos frontões eram ladeados por pinhas ou por pináculos. Fotografias antigas revelam sua ocorrência em casas da Rua Correia Pinto e numa grande residência, demolida na década de 1920, e que ocupava boa parte da esquina da Rua Coronel Córdova com a Praça Vidal Ramos Sênior.

Quanto à configuração dos espaços que constituíam as moradias urbanas, fossem térreas, sobrados ou de porão alto, obedecia, via de regra, ao mesmo programa encontrado nas casas rurais, em que os cômodos de uso social ficavam, preferencialmente, junto à frente, reservando-se os do meio às funções de dormitórios, de uso restrito aos moradores, sendo os

cômodos dos fundos das casas destinados aos locais de trabalho doméstico. Essa setorização resultava em plantas de formato retangular ou se aproximando do quadrado, sendo as cozinhas acrescidas aos fundos das casas. Nos meios de quadra eram construídas as casas com telhados formados por duas águas, e as com três ou quatro águas localizavam-se nas esquinas (VAUTIER, 1975, p. 62).

As casas térreas menores apresentavam-se, em geral, sob a forma tradicionalmente conhecida como “meia-morada” (fachada com uma porta e duas janelas), ocorrendo ainda algumas “moradinhas” de “porta-e-janela”, tipo de unidade mínima de habitação, em lotes geminados, com pouco mais de três metros de largura, a exemplo do conjunto edificado encontrado na Rua Hercílio Luz, em Lages. Já as casas maiores, chamadas de “morada-inteira”, apresentavam na fachada uma porta, havendo, em cada um dos seus lados, ao menos duas ou três janelas.

Nas habitações construídas na segunda metade do século XVIII e início do XIX, o acesso ao interior acontecia diretamente pela sala da frente, com os ambientes conectando-se, da mesma forma, uns com os outros, como no tipo mais primitivo de casa de fazenda, antes analisado.



Conjunto de moradinhas da primeira metade do século XIX. Rua Cel. Serafim de Moura, Lages/SC. Acervo: Walter Hoeschl Neto.



Casa térrea, no padrão morada inteira, c. 1830. Esquina das Ruas Correia Pinto e Caetano Viera da Costa, Lages/SC. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Casa térrea, no padrão meia-morada, c. 1840. Localizava-se ao lado do Casarão Juca Antunes, Lages/SC. Acervo: Walter Hoeschl Neto.



Casa térrea. Praça Vidal Ramos Sênior, Lages/SC, c. 1850. Acervo: Walter Hoeschl Neto.



Meia-morada e moradinha geminadas, datadas da segunda metade do século XIX. Rua Cel. Córdova, Lages/SC. Acervo: Walter Hoeschl Neto.

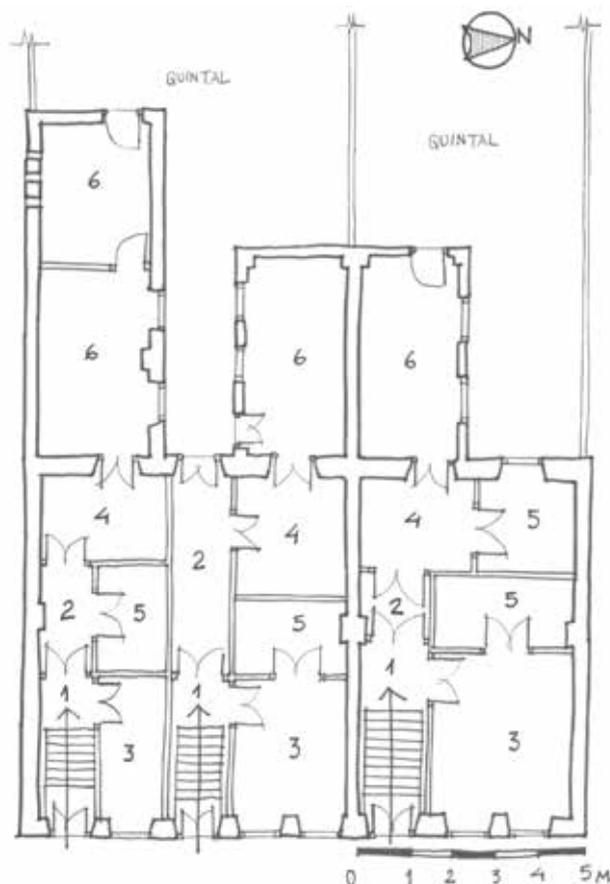
Posteriormente, ao longo do século XIX, ocorreu a substituição dos vãos em arco abatido, das aberturas, por vergas retas, sendo a inovação mais notável o surgimento de um extenso corredor, conforme já mencionado, que, iniciando na porta de entrada, estendia-se até à parte posterior da moradia, garantindo maior privacidade aos moradores. Em torno desse corredor passaram a ser organizados os demais espaços. Manteve-se, porém, a lógica de setorização que reservava a parte da frente para as áreas de

convívio social, tais como salas e, eventualmente, dormitórios com janelas.

No restante da edificação, destinado às áreas de convívio íntimo, o centro era reservado para as alcovas, como eram chamados os quartos de dormir, sem janelas, e a parte de trás para a sala de jantar e dependências de serviço, como também já informado. Ao fundo do lote localizava-se o quintal, com suas hortas, árvores frutíferas e abrigos para animais domésticos.

A residência do tipo “morada-inteira”, situada na esquina das atuais Ruas Coronel Córdova e Benjamin Constant, construída por volta de 1850 e que pertenceu ao coronel José Antunes Lima, o “Juca Antunes”, exemplifica esse tipo de configuração, apesar de sucessivas reformas haverem deixado apenas vestígios da compartimentação original dos espaços internos. Ainda assim, resistiu às modernizações da cidade e é atualmente um dos últimos remanescentes de arquitetura luso-brasileira no perímetro urbano de Lages. É tombada como Patrimônio Cultural de Santa Catarina.

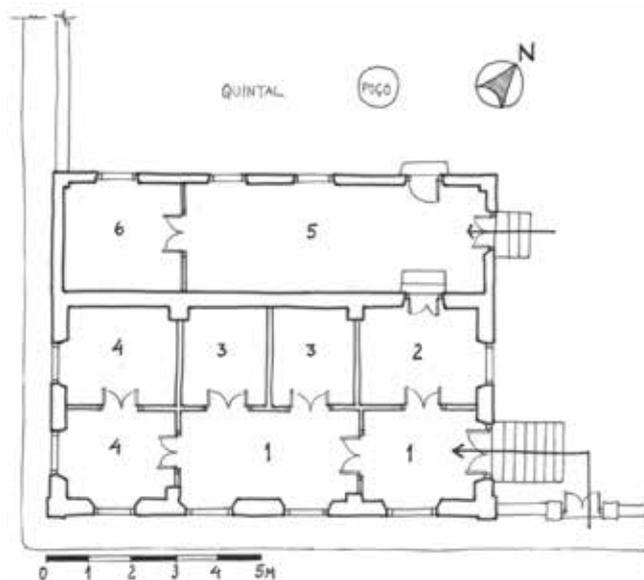
Casa semelhante existiu na esquina das atuais Ruas Coronel Córdova e João de Castro, tendo sido demolida, na década de 1940, para a construção da Agência de Correios e Telégrafos.



Conjunto de residências, do século XIX, compreendendo uma moradinha e duas meias-moradas, posteriormente reformadas ao gosto *Art déco*, e recentemente demolidas. Rua Hercílio Luz, em Lages/SC. **Planta baixa:** 1 e 2) Corredor. 3) Sala de visitas. 4) Sala de jantar. 5) Dormitório. 6) Cozinha. *Desenhos: Autor, 2015 / Foto: Autor, 2008.*

Além dessa, havia duas moradias com as mesmas características, nas esquinas da, hoje, Rua Nereu Ramos com a Praça João Ribeiro, e que pertenceram à família Alves de Brito e à família Branco. Essas moradias também já foram demolidas. Duas outras casas do tipo morada inteira

ainda estão de pé: uma, de propriedade da família Ramos, localizada na face leste da Praça João Ribeiro, e na qual funciona o restaurante *Butkaio*, e outra, situada na Rua Hercílio Luz, de propriedade da família Vieira. Sobre a repetição sistemática desse programa, Reis Filho relata:



Casa térrea do início do século XIX. Rua Manoel Thiago de Castro, Lages/SC. Encontra-se bastante descaracterizada. Reconstituição da planta baixa: 1) Sala de visitas. 2) Circulação. 3) Alcova. 4) Dormitório. 5) Cozinha/sala de jantar. 6) Depósito. Desenho: Autor, 2015. Acervo: Fundação Cultural de Lages.

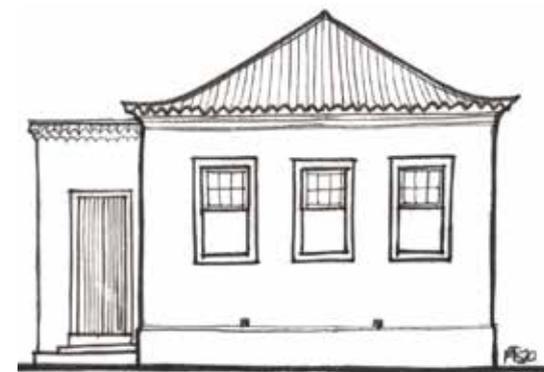
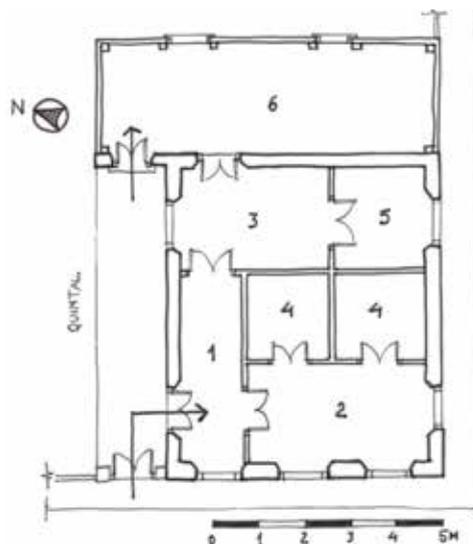


Casa térrea do início do século XIX. Rua Manoel Thiago de Castro, Lages/SC. Encontra-se bastante descaracterizada. Reconstituição da planta baixa:

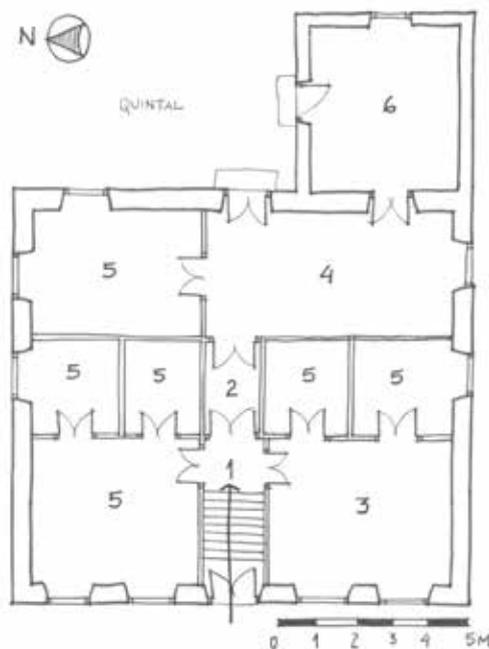
- 1) Sala de visitas.
- 2) Circulação.
- 3) Cozinha/sala de jantar.
- 4) Dormitório.

Desenho: Autor, 2008.  
Acervo: Museu Thiago de Castro.





Casa do século XIX, com acesso lateral, situada na esquina da Praça Siqueira Campos com a Rua Carlos Jofre do Amaral, Lages/SC. Encontra-se bastante descaracterizada. Reconstituição da planta baixa: 1) Corredor. 2) Sala de visitas. 3) Sala de jantar. 4 e 5) Dormitórios. 6) Cozinha. *Desenhos: Autor, 2015. Foto: Autor, 2008.*



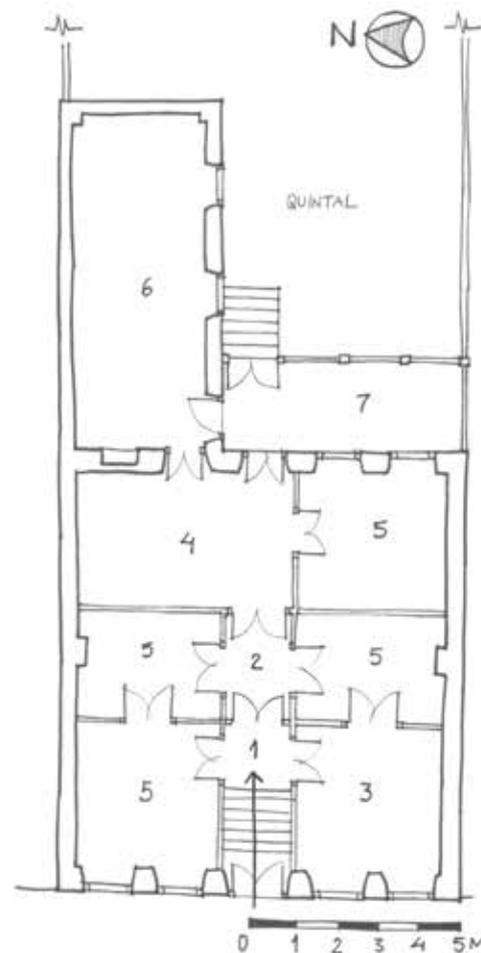
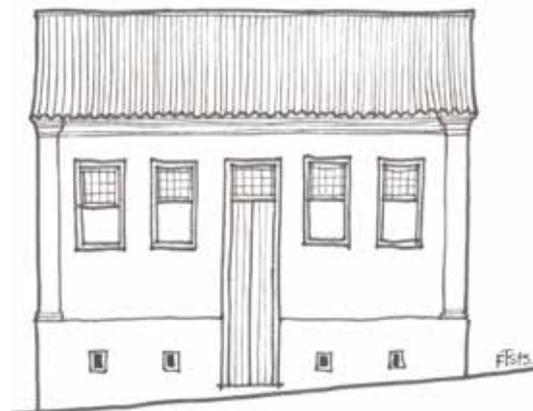
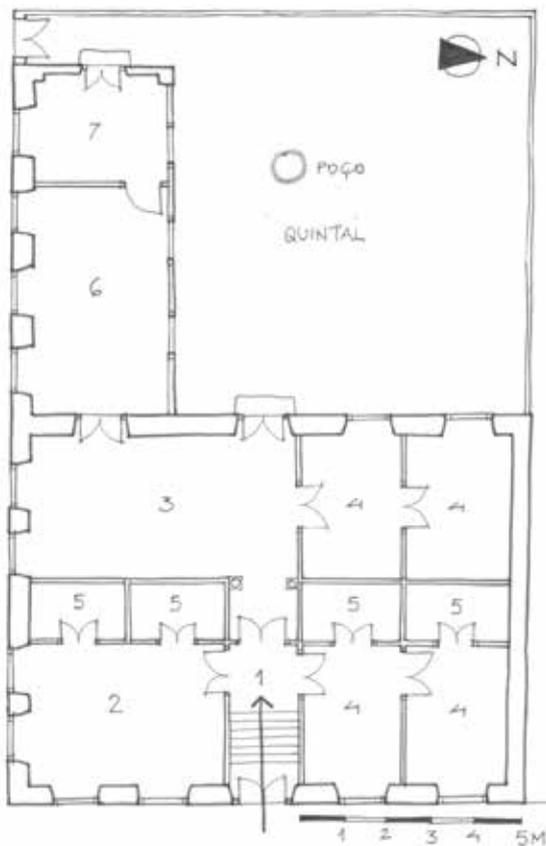
Casa no padrão morada inteira e porão alto, situada à Rua Hercílio Luz, Lages/SC. Segunda metade do século XIX. A frente foi reformulada, adotando platibanda *Art déco*. **Planta baixa:** 1 e 2) Corredor. 3) Sala de visitas. 4) Sala de jantar. 5) Dormitório. 6) Cozinha. *Desenho: Autor, 2015. Foto: Autor, 2008.*



Casarão Juca Antunes, Lages/SC (c. 1850) em fotografia da década de 1940. Exemplifica a morada inteira com planta em “L” e presença de porão alto. Reconstituição aproximada da planta baixa:

- 1) Corredor.
- 2) Sala de visitas.
- 3) Sala de jantar.
- 4) Dormitório.
- 5) Alcova.
- 6) Cozinha.
- 7) Despensa.

Desenho: Autor, 2015.  
Acervo: Museu Thiago de Castro.

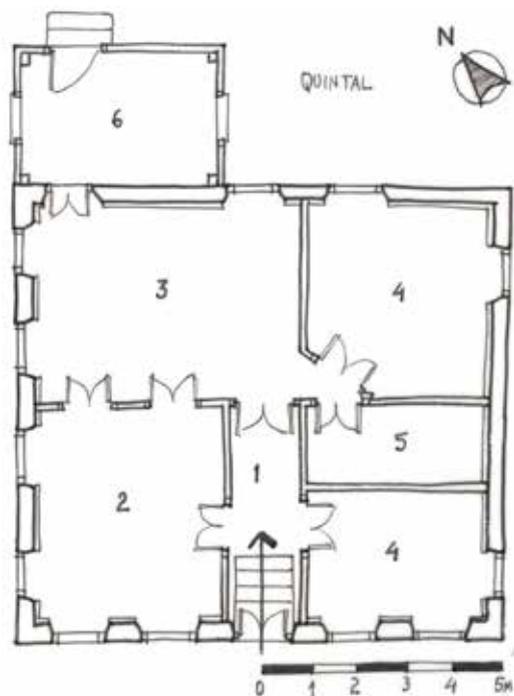


Residência do século XIX, no padrão morada inteira e porão alto, à Praça João Ribeiro, Lages/SC. Posteriormente recebeu platibanda e teve a fachada reformada.

#### Planta baixa:

- 1 e 2) Corredor.
- 3) Sala de visitas.
- 4) Sala de jantar.
- 5) Dormitório.
- 6) Cozinha.
- 7) Varanda.

Desenhos: Autor, 2015.



Casa da família Mattos, à Rua Manoel Joaquim Pinto, São Joaquim/SC, construída no final do século XIX. Reconstituição da planta baixa no padrão moradia inteira, com porão alto: 1) Corredor. 2) Sala de visitas. 3) Sala de jantar. 4 e 5) Dormitórios. 6) Cozinha. *Desenho: Autor, 2020. Foto: Autor, 2008.*



Reconstituição de parte do casario luso-brasileiro, na Rua Manoel Joaquim Pinto, em São Joaquim/SC. À esquerda, a casa da família Mattos. *Desenho: Autor, 2020.*



Casa situada na esquina da Rua Nereu Ramos com a Praça João Ribeiro, Lages/SC. Foi demolida na década de 1980. Apresentava padrão morada inteira e planta em “L”, tendo sido uma das maiores residências urbanas de Lages no século XIX. As duas janelas à direita da fachada voltada para a Praça correspondiam à cozinha. *Acervo: Fundação Cultural de Lages.*



## “““

*As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural, situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. A circulação realizava-se sobretudo em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, nos exemplos maiores (REIS FILHO, 1973, p. 24).*

A cozinha, nos primórdios, era construída em separado da moradia, certamente com o intuito de prevenir incêndios, já que o fogo ficava exposto, facilitando a ocorrência de sinistros. No século XIX, a partir da utilização de fogões constituídos por chapas de aço, ficando o fogo abrigado, passaram a ser incorporadas ao volume principal da casa, de duas formas: paralelamente, compreendendo uma continuação da água posterior do telhado, ou perpendi-



Vestígios da antiga cozinha da moradinha que existiu à Rua Hercílio Luz, Lages/SC (página 237). As três aberturas de formato triangular, na parede voltada para o lote vizinho, auxiliavam na eliminação da fumaça, proveniente do preparo dos alimentos. *Fotos: Autor, 2008.*

cularmente, cobertas por telhado de uma, duas ou três águas e compondo uma planta em “L”, conforme já informado. Essa segunda solução, a julgar pela sua recorrência, foi a mais empregada nas residências luso-brasileiras, certamente por liberar parte da fachada dos fundos e permitir a abertura de vãos, melhorando assim a salubridade do interior da habitação.

Também foi no século XIX que surgiram as casas de porão alto, importante inovação que consistia em subir o nível do piso sobre porões mais ou menos elevados, em geral não habitá-

veis, sendo o desnível em relação à rua vencido por meio de uma pequena escada, posicionada após a porta de entrada, conduzindo ao corredor central da habitação. Eram abertos óculos ou gateiras maiores que permitiam a ventilação do porão, minimizando, assim, a alta incidência de umidade proveniente do solo e que comprometia a conservação do madeiramento dos barrotes e assoalhos, tornando as casas térreas bastante insalubres. Além disso, com o significativo aumento da altura da fachada, conferia-se às casas, ainda que modestas, uma maior imponência.



Meia morada do século XIX, com porão alto, à Rua Nereu Ramos, Lages/SC. Já desaparecida. Acervo: Museu Thiago de Castro.

Os sobrados, edifícios com dois ou mais pavimentos, e cujos andares térreos costumavam estar ocupados por atividades comerciais, eram moradias usualmente destinadas às elites. Em Lages, porém, onde não foram muito numerosos – cerca de apenas dez –, encontravam-se, em sua maioria, utilizados exclusivamente para a habitação, já que a aristocracia local podia dar-se o luxo de construir amplas residências de dois pavimentos, sem a necessidade de destinar o andar térreo a outras funções, fosse para si mesma ou para alugar. Não foram encontradas referências a respeito de sobrados com um número maior de pavimentos.

Exemplo disso foi o sobrado que pertenceu ao coronel Belisário Ramos, na Rua Nereu Ramos, em Lages, demolido no início dos anos 2000.

Nele havia numerosos cômodos, estruturados em torno de uma circulação central, destinados somente ao convívio social e íntimo dos moradores, sendo que a cozinha era separada do volume principal da edificação, ocupando um anexo térreo na lateral esquerda do lote. As portas do andar superior, a exemplo de outros sobrados da cidade, eram interligadas externamente por uma sacada, um balcão corrido, com delicado gradil metálico, contendo as iniciais do proprietário, “BJOR”, e o ano da construção, 1883.

Existiram ainda sobrados desprovidos de sacadas e outros com balcões entalados ou de púlpito, dos quais um último exemplar, localizado na Rua Nereu Ramos, foi demolido na década de 1980.

Sobre a ocorrência, em Lages, de camarinhos ou trapeiras, que possibilitavam um melhor aproveitamento do desvão das coberturas com cômodos destinados a dormitórios ou depósitos, a única referência encontrada diz respeito a uma casa térrea, demolida na década de 1950, e que se localizava na Rua Coronel Córdova. Essa casa pertenceu ao marceneiro francês Constant Leclerc, que, na segunda metade do século XIX, produzia e comercializava móveis destinados às moradias lageanas (Carvalho, 1990, p. 256).



Sobrado à Rua Nereu Ramos, Lages/SC. Demolido em 1984.  
Foto da década de 1950. Foto: Tibor Jablonsky/IBGE.



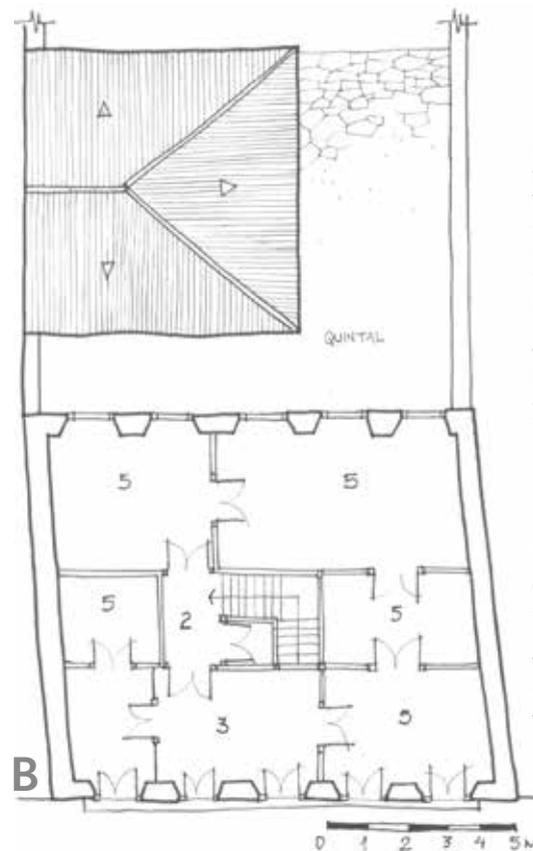
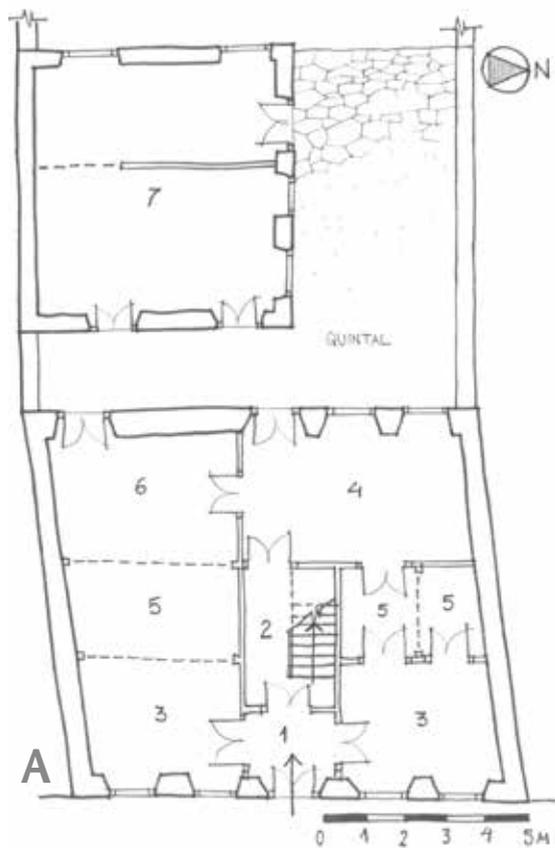
Sobrado do coronel Belisário Ramos, à Rua Nereu Ramos, Lages/SC.  
Demolido no início dos anos 2000. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.



Sobrado de uso comercial e residencial, que se localizava  
na esquina da Praça João Costa com a Rua Nereu Ramos,  
Lages/SC. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Sobrado, conjugando comércio, no andar térreo, e moradia no  
andar superior. Praça João Ribeiro, Lages/SC. Pertenceu ao por-  
tuguês Joaquim Areal. Acervo: Museu Thiago de Castro.



Sobrado do Coronel Belisário Ramos, de uso exclusivamente residencial. Na parte dos fundos, junto ao quintal, a cozinha ocupava um volume independente do corpo principal da moradia.

**Planta baixa:**

**A:** Térreo

**B:** Andar superior

1) Hall.

2) Corredor.

3) Sala de visitas.

4) Sala de jantar.

5) Dormitório.

6) Copa.

7) Cozinha.

*Acervo: Fundação Catarinense de Cultura. Desenho: Autor, 2015 (com base no levantamento do arquiteto Robson A. Almeida).*

## Moradias e armazéns: atividade comercial associada à residência

Com relação ao uso comercial dos edifícios, quando de sua ocorrência, esteve sempre associado à moradia, independentemente de ser uma casa térrea ou sobrado. No caso destes últimos, a solução usual de destinar o andar inferior à atividade comercial, embora recorrente, não foi comum em Lages, conforme já referido. Nas casas térreas, armazéns, lojas e oficinas ocupavam os cômodos, voltados para a rua.

Em meio ao isolamento dos campos lageanos, nos armazéns de secos e molhados, lojas de ferragens, e armarinhos diversos, era possível encontrar uma infinidade de produtos, desde gêneros alimentícios até artigos manufaturados, quase sempre importados, entre estes, de tecidos finos a sapatos parisienses, trazidos no lombo de mulas desde os portos de Desterro, Laguna ou Porto Alegre (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 86).

Em Lages, os poucos sobrados com uso comercial instalado no térreo concentravam-se na Rua Direita, atual Nereu Ramos, que ainda hoje mantém a vocação para essa atividade, reu-



Comércio (à direita), associado à residência no padrão meia-morada (à esquerda), em casa do século XIX, que se localizava na Praça Vidal Ramos Sênior, Lages/SC. Acervo: Walter Hoeschl Neto.



Casa térrea do século XIX, na Rua Correia Pinto/Lages/SC. Sua metade esquerda era utilizada como comércio, ficando a moradia restrita à outra metade (moradinha). Acervo: Museu Thiago de Castro.



À esquerda, antigo armazém situado na esquina das Ruas Correia Pinto e Nereu Ramos, Lages/SC, e na qual o cunhal foi eliminado em atendimento à Postura de 1895. Acervo: Jonas Malinverni.

nindo boa parte dos estabelecimentos varejistas da cidade. A exceção era o sobrado do português Joaquim Areal, em cujo andar térreo funcionou a farmácia Esperança, localizado no início da Rua da Igreja, atual Benjamin Constant, ao lado do terreno onde, em 1901, foi inaugurado o edifício da prefeitura municipal (CARVALHO, 1990, p. 257).

Nenhum desses sobrados chegou aos dias atuais, e recentemente foi demolida a última edificação térrea do século XIX que conjugava



Casa comercial de Nicolao Granato, situada na esquina da Rua Coronel Córdova com Manoel Thiago de Castro, Lages/SC. Valendo-se das Posturas de 1895, foi feita a abertura de uma porta entre as duas fachadas. Acervo: Museu Thiago de Castro.

moradia e comércio: a antiga sapataria de Martinho Nerbass, situada na esquina da Rua das Tropas, hoje Quintino Bocaiúva, com a Praça do Mercado, atual Praça Vidal Ramos Sênior.

No final do século XIX, algumas casas de negócio implantadas em esquina valeram-se do artigo 31 do Código de Posturas de 1895 para, no lugar do cunhal, chanfrar o ângulo das paredes, havendo inclusive situações em que aí se abriu outra porta, conferindo maior desta-



“Bazar Lageano”, popularmente conhecido como Palacete Gamborgi, situado na esquina da Rua Hercílio Luz com a Rua Marechal Deodoro, em Lages/SC, por volta de 1910. *Acervo: Museu Thiago de Castro.*

que à construção e valorizando-a no contexto do conjunto edificado (Lages, 1895). Fotos antigas revelam essa solução num armazém que se localizava na esquina das atuais Ruas Correia Pinto e Nereu Ramos, e em outro situado na esquina da atual Rua Coronel Córdova com a Praça Vidal Ramos Sênior, tendo este contado com a porta no ângulo das duas fachadas.

Essa solução passou, mais tarde, a ser utilizada para a instalação de vitrines, modismo



Cartão postal do início do século XX, com propaganda da residência e comércio de João José Theodoro da Costa, na Praça João Costa, Lages/SC. *Acervo: Jonas Malinverni.*

bastante difundido ao longo de toda a primeira metade do século XX em edifícios de estilo eclético e *Art déco*, e que em Lages teve por expoente o “Bazar Lageano”.

Este famoso estabelecimento comercial e residencial, da família Gamborgi, está situado na esquina das Ruas Hercílio Luz com Marechal Deodoro, sendo, ainda hoje, conhecido como “Palacete Gamborgi”, tombado, em 2001, como Patrimônio Cultural de Santa Catarina.



Em cima, casa do início do século XX, à Rua Nereu Ramos, Lages/SC. Fachada frontal decorada ao gosto eclético e com platibanda. Em baixo, casa, ainda existente, da mesma época, e localizada na Rua Aristiliano Ramos, também em Lages, reproduziu as feições luso-brasileiras. Acervo: Museu Thiago de Castro/Fundação Catarinense de Cultura.



## Novos tempos no raiar do século XX

A abolição do regime escravista, em 1888, e, em seguida, a instauração da República, em 1889, foram os pontos altos de um movimento de reformas e modernização da sociedade brasileira, em curso desde meados do século XIX.

Na arquitetura, essas inovações representaram, sobretudo, o gradual abandono das formas de construir e habitar, herdadas de modelos coloniais portugueses e empregadas ao longo de praticamente todo o período imperial. Nessa nova época buscou-se, antes de tudo, a salubridade e o refinamento da edificação para o melhoramento geral da moradia. Esse movimento surgiu, em parte, como decorrência da aplicação de legislação específica, por meio das Posturas Municipais, e do desenvolvimento das políticas higienistas em todo o país.

Particularmente no caso de Lages, a decadência do ciclo das tropas de mulas no contexto dos estados do Sul e do Sudeste brasileiro e a consolidação de uma economia regional fundamentada nas fazendas de criação de gado bovino de corte levaram ao surgimento de uma aristocracia pastoril que, espelhada nos centros maiores, buscou, ainda que timidamente,

segundo o seu ritmo provinciano, incorporar essas mudanças ao cotidiano.

Inicialmente, as mudanças ficaram restritas à renovação das fachadas luso-brasileiras, mediante a introdução de ornamentos neoclássicos e platibandas, que, na virada para o século XX, cederam espaço à estética do Eclétismo, caracterizada pela combinação ou justaposição de ornamentos arquitetônicos das mais diversas correntes e linguagens artísticas.

Cabe observar que a adoção desses novos estilos chegou a Lages mais vagarosa e tardiamente em relação a outras localidades, talvez em função do distanciamento das cidades litorâneas, de onde irradiavam as inovações.

Como exemplo, ainda que consistam em exemplares rurais, pode-se referir as sedes das fazendas Igrejinha e Barreiro, construídas em 1896 e 1900, respectivamente, no auge do movimento eclético. Apesar disso, ambas se apresentam tais quais as casas datadas das primeiras décadas do século XIX, ou seja, com telhado de quatro águas (atualmente modificado para duas águas), ausência de platibandas, fachadas frontais emolduradas por cunhais e cimalkas sem qualquer tipo de ornamento, beirais do tipo beira-seveira nas fachadas laterais e



Casas lageanas representando a transição da arquitetura luso-brasileira para o eclétismo. Em cima, residência, à Rua Correia Pinto, demolida em 2006. Em baixo, moradia que pertenceu ao governador Vidal Ramos Júnior, na esquina da Rua que leva seu nome com a Rua Aristiliano Ramos, e que foi demolida por volta de 1990. *Acervo: Fundação Catarinense de Cultura.*





**A)** Intendência Municipal de Lages, atual prefeitura. **B)** Clube 1º de Julho, na Rua Correia Pinto, Lages. **C)** Grupo Escolar Vidal Ramos, Lages/SC. Acervo: Autor.

posteriores (removidos com a reforma das coberturas), vãos de vergas retas e janelas em guilhotina, com caixilhos retangulares.

Três prédios urbanos em particular marcaram a renovação da arquitetura lageana no raiar do século XX: o da Intendência Municipal, o da Sede do Clube 1º de Julho, e o do Grupo Escolar “Vidal Ramos”.

O primeiro deles, inaugurado em 1º de janeiro de 1902 e localizado na Praça João Ribeiro, foi o imponente edifício da Intendência Municipal, atual Prefeitura (Costa, 1980, p. 800). Concebido dentro do que havia de melhor em termos de suntuosidade e refinamento artístico, teve as fachadas revestidas com ornamentação de gosto clássico, em cantaria de arenito, sendo encimadas por um frontão posicionado sobre a porta principal, platibandas com baalústres e ânforas, esculpidas, igualmente, em arenito.

Porém, a maior importância deste edifício reside no aspecto simbólico do deslocamento do poder político local, da Praça João Costa – que desde o estabelecimento do povoado, em 1769, abrigava a Casa de Câmara e Cadeia, demolida em 1904 –, para junto do poder religioso, em terreno ao lado das ruínas da segunda inacabada igreja matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, no qual foi edificada a Catedral Diocesana, inaugurada em 1922.

É possível que o projeto do edifício da Intendência, de Lages, cuja autoria não se pôde identificar, tenha influenciado, anos mais tarde (1919), o projeto do edifício



A



B



C

Ecletismo nos Campos de Lages/SC. Casas: **A)** na Praça João Ribeiro, e **B)** na Rua Correia Pinto. **C)** Residência do tipo chalé, à Rua Juvenal Matos, São Joaquim/SC. Acervo: Fundação Catarinense de Cultura. Fotos: Autor, 2009.

da Intendência do antigo distrito de Campos Novos, emancipado em 1881. A grande semelhança entre esses dois prédios, no tamanho e na composição das fachadas, é um forte indício dessa influência, com a diferença de que em Campos Novos não se empregou o trabalho de cantaria.

O segundo edifício que exemplifica essa renovação arquitetônica, já demolido, foi a sede do clube 1º de Julho, também em Lages, no qual, por muitos anos, a elite local se reuniu, em grandes eventos, festas e bailes. Com sua fachada vistosa, decorada com elementos clássicos esculpidos em arenito, frontão curvilíneo e grandes janelas em arco pleno, este edifício rompia a escala das modestas casas luso-brasileiras da Rua Correia Pinto.

Por fim, na antiga Praça Padre Antônio, vazio urbano formado entre as atuais Ruas Vidal Ramos e Frei Rogério, o governo estadual, sob o comando do lageano Vidal Ramos Júnior, empreendeu a construção do Grupo Escolar “Vidal Ramos”. O prédio, de arquitetura neoclássica, inaugurado em 1912, à época a maior escola pública de Santa Catarina, foi tombado como Patrimônio Cultural, em âmbito estadual, no ano de 1984. Recentemente, após a desativação da Escola, foi restaurado e passou a abrigar um Centro Cultural.

Por volta de 1950, o surgimento dos primeiros edifícios de apartamentos, salas de cinema e galerias comerciais inaugurava o processo de adensamento urbano e verticalização



A



B



C

Abandono da tradição luso-brasileira e adoção da tipologia do chalé na construção das casas de fazenda, no início do século XX: **A)** Fazenda Bela Vista, Lages/SC. **B)** Fazenda Tijolo, Lages. **C)** Fazenda Cruz de Malta, Lages. Fotos: Autor, 2009/Andrigo Borges, 2019.

da arquitetura local, patrocinado pela indústria madeireira, a nova riqueza da região. Ao mesmo tempo, Lages continuou a ter velhas fachadas oitocentistas, simplesmente maquiadas ao gosto *Art déco* ou moderno, a exemplo do conjunto das casas oitocentistas do tipo meia-morada e porta-e-janela, na Rua Hercílio Luz, as quais foram, recentemente, demolidas.

À medida que se avançou no século XX, a oferta de novos materiais e tecnologias acelerou a mudança, rompendo-se definitivamente com o padrão tradicional das construções. Surgiram, nessa época, as casas em madeira, com tábuas beneficiadas em serrarias, com encaixes e dimensões padronizados, e foram introduzidas telhas

cerâmicas do tipo francesa ou metálicas, de folhas de zinco, em substituição às telhas capa-e-canal. Também o uso dos tijolos vulgarizou-se com a instalação de novas olarias, ao mesmo tempo em que o cimento, o ferro e o vidro passaram a ser facilmente encontrados no comércio local.

A tipologia arquitetônica do chalé, com cobertura de duas águas ornamentada por lambrequins e aproveitamento de sótão, foi amplamente difundida, inclusive no meio rural, para a reforma ou substituição de casas antigas – sedes das fazendas Nossa Senhora de Lourdes, Santa Cecília, Cruz de Malta, Tijolino, Bela Vista, São José da Boa Vista e Pai João, em Lages, todas construídas entre 1900 e 1930.



D



E



F

D) Fazenda Santa Cecília, Capão Alto/SC. E) Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, Capão Alto/SC. F) Fazenda São José da Boa Vista, Lages/SC. Fotos: Autor, 2009; Nery Auler da Silva/IPHAN-SC, 2008.

Também nos galpões foi abandonada a rusticidade original, passando-se a adotar soluções construtivas que acompanhassem o avanço das técnicas de pecuária e as melhorias para qualificação dos rebanhos, as quais ocorreram principalmente por meio da introdução de raças bovinas europeias. Essas novas técnicas foram difundidas em Lages a partir da instalação do posto zootécnico, pelo governo estadual, na década de 1910.

Nesse processo de modernização da fazenda pastoril, os galpões tornaram-se espaços mais amplos, com subdivisões e instalação de equipamentos necessários aos tratamentos veterinários, ocorrendo a proliferação das coberturas de duas águas bastante inclinadas, com

aparente inspiração germânica, revestidas por telhas cerâmicas francesas ou folhas de zinco.

Outro fator que seguramente contribuiu para a afirmação dessas inovações foi o aumento considerável, em Lages e nos municípios vizinhos, da população de descendentes de imigrantes, principalmente alemães e italianos vindos de antigas colônias do Rio Grande do Sul e do Sul de Santa Catarina.

Atraídos pelas favoráveis perspectivas econômicas da região serrana, em que, além da pecuária, despontou a exploração da madeira, muitos desses novos moradores se dedicaram à construção civil, deixando sua contribuição no campo da arquitetura catarinense.

# 05

## PALAVRAS FINAIS DO AUTOR



Fazenda Santa Teresa, Lages/SC.

*Foto: Ruy Luiz Machado, 2020.*



As pesquisas e, principalmente, as saídas de campo para levantamento e estudo das construções remanescentes possibilitaram a constatação de importantes aspectos, que relacionam a arquitetura produzida na região do Planalto Catarinense nos séculos XVIII e XIX à atividade tropeira e pastoril. As antigas residências, concebidas segundo a tradição luso-brasileira, materializaram, no conjunto de elementos construídos, os modos de vida de uma sociedade patriarcal, apoiada no latifúndio e no escravismo.

O Tropeirismo, que em meio às disputas ibéricas integrou cultural e economicamente regiões longínquas, extrapolando as fronteiras da América do Sul, foi, sem dúvida, um dos mais importantes ciclos econômicos do Ocidente e relaciona-se diretamente à origem histórica dos Campos de Lages.

Desde a passagem do Caminho Viamão-Sorocaba, seguida da fundação estratégica, às suas margens, da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, pelas autoridades coloniais, as tropeadas de mulas, bois e cavalos apontaram para a vocação das extensas pastagens naturais – a pecuária extensiva – e acabaram por moldar a sociedade, marcadamente rural, que nelas se desenvolveu e assim se conserva, até hoje.

Ainda na primeira metade do século XVIII, os caminhos de tropas colocaram definitivamente o Planalto Serrano nos mapas, ligando uma extensa área, até então isolada, aos principais centros populacionais do território brasileiro e platino, assegurando não apenas o acesso e a circulação de pessoas, como também alavancando o desenvolvimento econômico dessa região e o de inúmeras outras.

Há de se destacar no povoamento da Serra Catarinense a contribuição de diversos grupos, como os contingentes populacionais de origem açoriana, provenientes, principalmente, do litoral de Santa Catarina, além dos sul-rio-grandenses, dos portugueses e dos paulistas, usualmente referidos na historiografia (Costa, Piazza e Cabral, autores citados). A consulta às pesquisas genealógicas realizadas por Luiz Antônio Alves e Sebastião Fonseca de Oliveira, cujas fontes consistiram nos arquivos paroquiais e cartoriais, dentre outros, revelaram a heterogeneidade das origens da população do Planalto.

Já a inexistência de senzalas, ou de seus vestígios, nos conjuntos edificadas das antigas fazendas não indicou a ausência ou redução de cativos de origem africana em Lages, como se poderia supor. Pelo contrário, os inventários, sobretudo os do século XIX, listam, por vezes, dezenas de trabalhadores escravizados figurando entre os bens dos fazendeiros, enquanto as Posturas Municipais reiteradamente atentavam para a conduta desses cativos, no meio urbano.

Também os relatos detalhados do viajante Avé-Lallemant, em 1858, as memórias familiares de Sebastião Ataíde e a presença viva dos afro-descendentes na gente lageana – manifestada

na cor de sua pele, na cultura popular e na mão de obra habilidosa dos taipeiros ainda em atividade –, demonstram ter havido uma participação efetiva do negro na formação populacional da sociedade local.

Enquanto paulistas e portugueses desbravaram os sertões do interior catarinense com vistas ao seu progresso material nos campos serranos, dando origem a uma classe dominante de fazendeiros e coronéis, os africanos aí se estabeleceram de forma involuntária, trazidos à força por seus senhores. Contudo, o papel que desempenharam foi essencial para a viabilidade do latifúndio pastoril e da sociedade que aqui se moldou. Desde as tarefas domésticas, passando pela construção civil até a lida árdua das tropeadas e do manejo do rebanho, o emprego dos trabalhadores escravizados constituiu-se em prática indispensável para o funcionamento de toda uma estrutura social, reproduzindo, na região de Lages, a infeliz realidade que no mesmo período se deu em praticamente todo o território brasileiro, até 1888.

Somando-se a esses condicionantes o peso da tradição arquitetônica, introduzida no território pelo colonizador português, o espaço construído foi agenciado e as residências con-

cebidas segundo estas características, tanto no meio urbano como nas fazendas.

Disso resultou a simplicidade, a ausência de luxo e a funcionalidade das moradias; o mobiliário escasso; a inexistência de capelas particulares; a quase nenhuma ornamentação, mesmo quando se tratava da casa de um proprietário de grandes extensões de terra e de numeroso gado. Raros foram os adornos desenhados no reboco das fachadas. O despojamento que, em geral, caracterizou o povoador português e seus descendentes no período colonial encontrou lugar apropriado no Planalto Catarinense, distante dos grandes centros e moldado pela pecuária. Embora a pecuária tenha possibilitado o surgimento de grandes fortunas, a região praticamente nunca assistiu a exageros e superfluidades que em outros locais afloraram na arquitetura das classes abastadas.

A imponência arquitetônica necessária para a representação material do senhorio foi obtida de modo mais sutil na relação com a paisagem, a partir da implantação da Sede da fazenda na porção mais elevada do terreno, dominando o cenário em volta. Além disso, restava o usual emoldramento da fachada principal com cunhais e beirais em cimalha (quando não



As casas **A**) Sede da fazenda Pinheirinho, e **B**) Casarão Juca Antunes, representam a continuidade da tradição arquitetônica luso-brasileira nos Campos de Lages/SC. Já a casa **C**) Sede da fazenda Capão do Posto, erguida em madeira de araucária, exemplifica a adaptação aos condicionantes locais. *Fotos: Autor.*

em beira-seveira), e o calçamento com pedras junto à parede, elementos de caráter muito mais funcional do que estético.

Especificamente quanto aos materiais e sistemas construtivos empregados, e considerando-se as edificações remanescentes, houve, de maneira geral, a manutenção da alvenaria de pedra, barro, cal e tijolos, ao modo das demais regiões brasileiras sob influência portuguesa.

Porém, a maior contribuição dos levantamentos realizados foi, neste aspecto, registrar a originalidade da substituição da alvenaria pela madeira de araucária, o que resultou em moradias encontradas somente nos campos de altitude do Sul do Brasil, onde essa árvore ocorria em abundância. Repetindo a afirmação de Robert Avé-Lallemant, a “*completa expressão do planalto de Santa Catarina*” ou a solução construtiva “genuinamente nacional” (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

Sedes de fazenda habilmente construídas, sendo algumas grandes residências – como a da fazenda Capão do Posto –, com estrutura, fechamento em tábuas e até telhas feitas de pinheiro brasileiro, demonstram a capacidade que os povoadores lusos e seus descendentes tiveram em, mantendo a concepção da moradia tradicional, recriá-la mediante o emprego da madeira. Em

outras regiões brasileiras e mesmo em Portugal, esse material restringia-se à estrutura do telhado e aos acabamentos, tais como forros, assoalhos e esquadrias, sendo comumente associado a um conceito de precariedade e improviso.

Foi igualmente relevante a constatação de que as técnicas da taipa de pilão e do pau a pique, recorrentes em outras regiões, inclusive histórica e geograficamente relacionadas ao Planalto Catarinense, como os Campos Gerais do Paraná, tiveram ocorrência rara e desapareceram por completo, com a recente demolição da sede da fazenda do Cadete, em Lages. Essa ocorrência escassa contraria o que defendera Carlos Lemos, ao afirmar ter havido na arquitetura do período colonial, durante o ciclo tropeiro, trocas relevantes entre São Paulo e o Sul do Brasil, especialmente com relação ao uso da taipa (LEMOS, 1979, p. 58).

Reforça esse indicativo o trabalho de Nery Auler da Silva (2003), que estudou a arquitetura das antigas fazendas sul-rio-grandenses estabelecidas ao longo do Caminho Novo da Vacaria, desde a região das Missões. Auler demonstrou que das quatorze construções identificadas, apenas em uma delas aparece a taipa do tipo pau a pique, a qual, nessa construção, foi utilizada em paredes internas, o que, aliás, ocorreu

largamente. As demais residências analisadas neste estudo foram construídas em alvenaria de pedra e tijolos. Esse dado levou o pesquisador a concluir que a taipa de pilão, muito utilizada em São Paulo, não teve influência no Planalto Médio gaúcho, tampouco alcançou a área da fronteira, conforme havia sugerido Carlos Lemos.

Já a análise das plantas de duas casas de fazenda, a da Cajuru, em Lages, e a da Estrela, em Vacaria/RS – relacionada à fazenda Guarda-Mor, na região da Coxilha Rica –, sugere ser provável que os quartos de hóspedes com acesso externo independente, em ambas as sedes, e o pátio avarandado situado nos fundos da moradia, na fazenda Estrela, sejam contribuições da arquitetura paulista. Da mesma forma, as plantas com sala centralizada e acesso direto, desprovidas de corredor, parecem igualmente indícios da influência das casas rurais tropeiras, disseminadas pelos paulistas no Sul do país ao longo dos séculos XVIII e XIX, conforme já apontado nos estudos de Luís Henrique Haas Luccas (LUCCAS, 1997).

Se com relação às fazendas a abordagem ateuve-se principalmente às casas ainda existentes e que, em número razoável, possibilitaram as comparações necessárias, no tocante à arquitetura urbana o reduzido número de remanes-

centes foi, em parte, compensado pelo acesso à legislação catarinense do século XIX, na qual foram encontrados os Códigos de Posturas do município de Lages, publicados no período.

Transcrevendo-se os artigos relacionados à construção e confrontando-os com a legislação similar de outros municípios, na mesma época, pôde-se perceber sua evolução entre os primeiros anos após a Independência e a instauração da República, conforme analisado, respectivamente, nos Códigos de 1836 e no de 1895.

Enquanto nas Posturas da fase monárquica ficou evidente seu papel na afirmação de uma arquitetura e de um cenário urbano idealizado, em parte, pela predominância de uma tradição cultural luso-brasileira (alinhamento, padronização dos edifícios e dimensionamento das aberturas e fachadas das casas), o Código de 1895 já demonstra uma maior exigência com a modernização e o embelezamento das moradias, canalização das águas pluviais e adoção de medidas higienistas. Era o esforço da administração pública em banir definitivamente da cidade a imagem arcaica de vila colonial que ainda predominava no raiar do século XX, conforme demonstram as fotografias antigas que ilustram o presente trabalho.

No entanto, é interessante observar que, mesmo com a chegada da modernidade e a introdução de novos materiais e tecnologias, chegados mais tardiamente a Lages, certamente em função de seu distanciamento dos centros maiores, de onde partiam as inovações, algumas soluções arquitetônicas vernaculares continuaram acontecendo. Nessa época a construção civil ficava, na sua maioria, a cargo dos mestres pedreiros e dos carpinteiros vindos do século XIX, ou seja, profissionais habilitados pela prática da construção dentro dos padrões tradicionais, o que certamente impôs resistência e dificultou uma modernização mais rápida da arquitetura local.

Isso explica haverem sido encontradas moradias urbanas oitocentistas em que apenas a fachada frontal foi renovada, com a adição de ornamentos, platibandas e vãos maiores, ou casas de fazenda construídas por volta de 1900, no auge do Eclétismo, nas quais foram reproduzidos os telhados luso-brasileiros com quatro águas, galbos de contrafeito, beiras-seveiras e telhas capa-e-canal. Exemplos dessas construções são as sedes das fazendas Barreiro e Igreja.

O fato é que o rompimento definitivo com os modelos construtivos antigos ocorreu a partir

da década de 1930, com a chegada da arquitetura *Art déco*, do concreto armado e da indústria de beneficiamento da madeira. A disponibilidade desses novos materiais de construção possibilitou o processo de adensamento e verticalização da cidade, e, no interior, repercutiu na modernização das sedes das fazendas.

Para a continuidade desse trabalho, uma possibilidade seria ampliar a abordagem para além dos aspectos formal e tecnológico, aprofundando as questões relativas ao cotidiano, aos usos e costumes, às relações sociais e econômicas envolvidas no contexto da habitação, e, ainda, em relação ao aspecto patrimonial desses bens arquitetônicos.

Material de pesquisa haverá, deduzindo-se pelas inúmeras fontes documentais e pela provável existência de exemplares remanescentes ainda não mapeados, em municípios como São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Campo Belo, Painel, Campos Novos e Curitiba. A análise dessas construções, com o apoio de fontes documentais como jornais, inventários, anotações de autoridades, dentre outros, terá a oferecer novas e múltiplas visões sobre os Campos de Lages em seus dois primeiros séculos de colonização e povoamento.



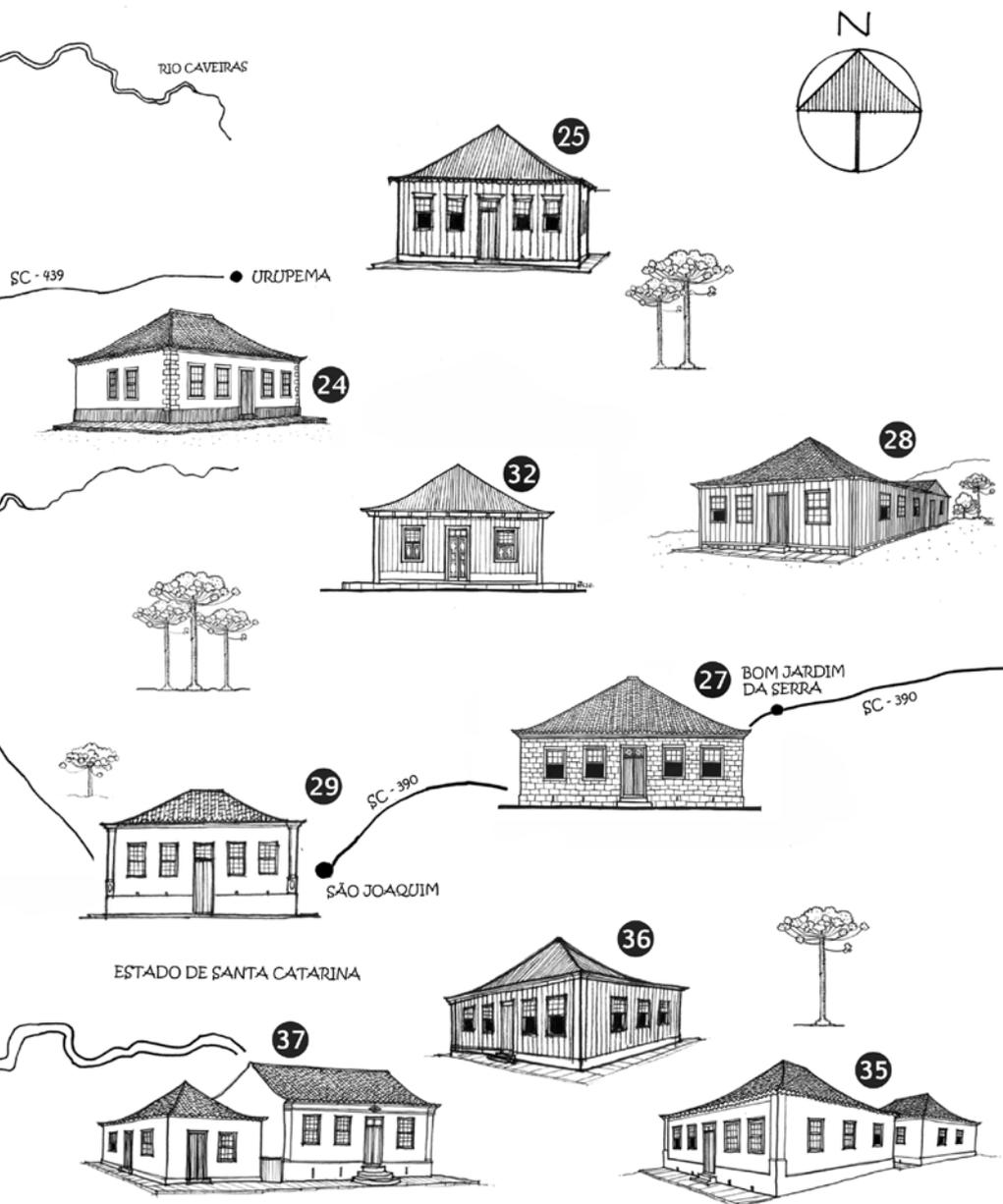
**A)** Casa da fazenda Cascaes, São Francisco de Paula/RS, 1870. **B)** Casa rural que pertenceu ao Cel. José Inácio, Palhoça/SC, 1857. **C)** Casa da fazenda dos Correias, Tubarão/SC, 1883. *Fotos/Acervo: Altair Medeiros / Autor, 2019 / Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti, Tubarão.*

Também é possível trabalhar na investigação da casa de fazenda serrana com relação às construções congêneres das demais regiões do ciclo pastoril do Rio Grande do Sul ou do Paraná, nos séculos XVIII e XIX. Ou ainda, mantendo-se o recorte geográfico no estado catarinense, o estudo comparativo entre a habitação nos Campos de Lages e a casa rural no litoral catarinense. Embora as construções contemporâneas desse período, nessas duas regiões, tenham apresentado a mesma matriz de tradição portuguesa, tendo havido, aliás, trocas culturais relevantes entre o Planalto e o Litoral de Santa Catarina, essas edificações materializaram, respectivamente, situações socioeconômicas distintas: o latifúndio

opondo-se à pequena propriedade; a pecuária extensiva, apoiada pelo trabalho escravizado, em contraponto ao predomínio da agricultura familiar de subsistência.

Também a área do Patrimônio Cultural poderá beneficiar-se, especialmente para a instauração de políticas públicas voltadas à necessária identificação, reconhecimento, restauro e preservação das edificações históricas, dentre outros bens culturais a elas relacionados, como as paisagens, as expressões e os modos de fazer tradicionais, que compreendem o Patrimônio Imaterial – gastronomia, religiosidade, artesanato entre outros aspectos culturais –, que, igualmente, merecem ser protegidos.





Mapa esquemático (S/E) mostrando a localização aproximada das principais edificações abordadas, incluindo aquelas já desaparecidas, que puderam ser analisadas a partir da pesquisa iconográfica. Além das casas localizadas no estado de Santa Catarina, o mapa apresenta algumas construções localizadas na área limítrofe do estado do Rio Grande do Sul, as quais estão relacionadas, histórica e arquitetonicamente, às primeiras:

#### Estado de Santa Catarina

- 1) Casa do Coronel Juca Antunes, Lages (c. 1850)
- 2) Fazenda Pinheirinho, Lages (final do séc. XVIII)
- 3) Fazenda Cruz de Malta, Lages (c. 1770/demolida em 1912)
- 4) Fazenda Cruz de Malta, Lages (atual, construída em 1912)
- 5) Fazenda Cajuru I, Lages (1865)
- 6) Fazenda Cajuru II, Lages (c. 1900)
- 7) Fazenda São Sebastião, Lages (século XIX/demolida c. 1950)
- 8) Fazenda Igrejinha, Lages (1896)
- 9) Fazenda do Tijolo, Lages (c. 1915)
- 10) Fazenda São João, Lages (c. 1800)
- 11) Fazenda dos Morrinhos, Lages (1889)
- 12) Fazenda Santa Teresa, Lages (c. 1880)
- 13) Fazenda São José da Boa Vista, Lages (primitiva, c. 1880)
- 14) Fazenda São José da Boa Vista, Lages (segunda sede, c. 1920)
- 15) Fazenda Limoeiro, Lages (c. 1850)
- 16) Fazenda Bela Vista, Lages (c. 1910)
- 17) Fazenda São Domingos, Lages (1883)
- 18) Fazenda do Cadete, Lages (c. 1830)
- 19) Fazenda Guarda-Mor, Lages (c. 1780/demolida séc. XX)
- 20) Fazenda Santa Cecília, Capão Alto (1900)
- 21) Fazenda São José, Capão Alto (c. 1870)
- 22) Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, Capão Alto (c. 1910)
- 23) Fazenda Capão do Posto, Capão Alto (c. 1860)
- 24) Fazenda do Barreiro, Urupema (c. 1900)
- 25) Fazenda do Cedro, Urupema (início do século XX)
- 26) Fazenda Antonina ou dos Palmas, São Joaquim (c. 1880)
- 27) Fazenda Nossa Sra. do Socorro, Bom Jardim da Serra (c. 1860)
- 28) Fazenda Sta. Bárbara dos Alhos, Bom Jardim da Serra (c. 1880)
- 29) Casa da família Mattos, São Joaquim (final do século XIX)
- 30) Fazenda Bom Retiro, Campos Novos (c. 1860/demolida séc. XX)
- 31) Fazenda Santo Cristo, Lages (final do século XIX)
- 32) Fazenda Lava Tudo, São Joaquim (c. 1880)
- 33) Antiga Intendência de Curitibaanos (c. 1900)
- 34) Fazenda Batalha, Capão Alto (c. 1900)

#### Estado do Rio Grande do Sul

- 35) Fazenda Caraúno, Bom Jesus (primitiva, c. 1850)
- 36) Fazenda Caraúno, Bom Jesus (c. 1875)
- 37) Fazenda da Ronda, Bom Jesus (1886)
- 38) Fazenda Nossa Sra. do Socorro, Vacaria (início do século XIX)
- 39) Fazenda Estrela, Vacaria (c. 1830).
- 40) Fazenda Branca, Vacaria (c. 1870)

# GLOSSÁRIO & REFERÊNCIAS



Fazenda Cajuru, Lages/SC.  
*Foto: Charles Steuck, 2014.*



- **Água-furtada:** Recorte de seção da água do telhado para instalação de volume edificado, provido de janela para a iluminação e ventilação do sótão, diferindo-se da camarinha por possuir cobertura de uma única água com inclinação inferior à do telhado principal.
- **Alcova:** Dormitório de pequenas dimensões e desprovido de janelas, característico das residências luso-brasileiras construídas até o século XIX.
- **Art déco:** Termo de origem francesa, (abreviação de *arts décoratifs*), refere-se a um estilo decorativo que se afirmou nas artes plásticas, nas artes aplicadas e na arquitetura ocidental, sofrendo influência do Cubismo e do Cinema, entre as décadas de 1920 e 1940. Situando-se entre o decorativismo do estilo *Art-Nouveau*, ao qual se opunha, por sua estética de linhas sinuosas e inspiração naturalista, e o racionalismo Modernista (o qual em parte preconizou), o padrão decorativo *Art déco* caracterizou-se pelas linhas estilizadas, formas geométricas e *design* abstrato.
- **Bangalô:** Expressão de origem indiana. Designou um tipo de casa moderna que se popularizou a partir dos Estados Unidos da América, no

início do século XX, influenciando fortemente a arquitetura residencial contemporânea em todo o Ocidente. Essas construções caracterizam-se por apresentarem, em geral, um ou dois pavimentos e grandes dimensões, sendo implantadas em lotes amplos, não alinhadas à rua, contando com varandas e jardim.

- **Beira-seveira:** Consiste numa corruptela de “beira-sobre-beira”, técnica tradicional corrente na arquitetura luso-brasileira, que se caracteriza por sobrepor uma ou mais fiadas de telhas, preenchidas com argamassa, ao longo da parte superior das fachadas de uma edificação, a fim de se obter a projeção necessária para os beirais dos telhados.
- **Cachorro:** Peça geralmente confeccionada em madeira que, encaixada no frechal, em balanço, projeta-se externamente para além do alinhamento das paredes, servindo de sustentação ao beiral do telhado.
- **Camarinha:** Pequeno cômodo, geralmente utilizado como dormitório, funcionando como uma extensão da área do sótão e identificado externamente pela presença de uma trapeira –

abertura que permite a iluminação e ventilação dos ambientes existentes sob o desvão (camari-nhas), assumindo a forma de um volume edificado, sobressalente ao telhado e coberto por duas ou três águas.

- **Canastra:** Baú revestido com couro, largamente utilizado pelos antigos tropeiros nas viagens, por proteger da água da chuva os objetos transportados.

- **Catre:** Cama primitiva, com estrutura em madeira, tendo como lastro tiras de couro pregadas ou amarradas, sobre as quais se acomodam colchões confeccionados em lã e palha, ou onde simplesmente são colocados pelegos de ovelha.

- **Chalé:** Expressão originada do francês *chalet*. Designava as habitações rurais da região dos Alpes, caracterizadas pelos telhados de duas águas e empena frontal. A partir do Romantismo, no século XIX, os chalés popularizaram-se por toda a Europa como tipo de arquitetura residencial, inclusive em áreas urbanas, chegando ao Brasil antes de 1900, juntamente com o Ecletismo.

- **Cimalha:** Também chamada de cornija, con-

siste em moldura saliente que remata a parte superior da fachada de um edifício, servindo de beiral ao telhado e impedindo que as águas escorram pela parede.

- **Cunhal:** Nome que se dá ao canto externo formado pelo encontro de duas paredes da construção, podendo ser ressaltado pela presença de pilastra em massa, madeira ou cantaria.

- **Ecletismo:** Também definido por Historicismo, consistiu numa tendência arquitetônica fundada na exploração e conciliação da estética de diversos estilos artísticos antigos, o que, em geral, resultava no emprego abundante de ornamentação, especialmente nas fachadas dos edifícios. Foi empregado, sobretudo, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

- **Encabeirado:** Forro ou soalho, guarnecido/emoldurado por cabeiras, que consistem em tábuas que servem para criar uma moldura de acabamento para as demais tábuas.

- **Escariola:** Massa de sobre-revestimento, aplicada com finalidade decorativa em paredes ou colunas já rebocadas, composta de areia fina e

lavada, cal em pasta, pó de pedra e pigmentos coloridos, sendo muito utilizada em barras nas áreas de circulação das edificações.

- **Escuras:** Também chamadas postigos, consistem em folhas confeccionadas com tábuas de madeira, fixadas com dobradiças nas ombreiras das janelas, para a sua vedação.

- **Estêncil:** Técnica empregada para realizar desenhos e pinturas decorativas sobre a superfície das paredes, aplicando-se a tinta através de recortes em folhas de papel, com o desenho ou formato desejado.

- **Estuque:** Massa à base de cal, gesso, areia, cimento e água. É usada no revestimento de paredes e forros, mediante aplicação sobre estrutura composta por painéis em tela metálica ou ripado de madeira. Em algumas regiões, como no Planalto catarinense, o estuque designava, popularmente, as estruturas de pau a pique ou taipa de mão.

- **Galbo de contrafeito:** Perfil resultante da introdução do contrafeito, o qual consiste numa peça em madeira, componente da estrutura da

cobertura e característica das construções tradicionais portuguesas, cuja finalidade é suavizar o ângulo formado pelos caibros do telhado.

- **Jirau:** Armação ou estrado de madeira construído a meia altura, utilizado, geralmente nos galpões, como cama, depósito de utensílios domésticos, secador de frutas. Quando pendurado a certa altura, sobre o fogão, é utilizado como defumador de alimentos.

- **Lambrequins:** Enfeites rendilhados, recortados em madeira, utilizados como arremates das extremidades das beiradas dos chalés, tendo se popularizado entre as construções brasileiras a partir do final do século XIX.

- **Padieira:** Peça usualmente em madeira (tábua) que assenta sobre as ombreiras de portas e janelas, acima da verga, para acabamento da parte superior do vão. Também chamada pavieira ou lintel.

- **Pilastra:** Pilar fundido à parede, pouco saliente e não necessariamente estrutural, podendo ter apenas função decorativa na composição da fachada do edifício.

● **Platibanda:** Mureta construída na parte mais alta das paredes externas, por vezes servindo de base para a fixação de estátuas, pinhas, ânforas, balaustradas e outros elementos decorativos, protegendo os telhados e evitando que a água da chuva escorra junto à construção. Tornou-se usual no Brasil a partir do início do século XIX, por influência da arquitetura Neoclássica, sendo largamente empregada no Ecletismo.

● **Rótula:** Painel de ripas de madeira, de malha pouco aberta, utilizada para guarnecer portas e janelas de forma a impedir internamente a luz e o calor excessivos, permitindo, ao mesmo tempo, a ventilação do ambiente e a não exposição dos moradores a partir do exterior da habitação. Originária da arquitetura árabe, também é chamada de muxarabi, gelosia e urupema.

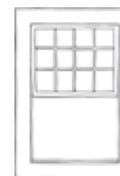
● **Saia-e-camisa:** Também conhecido como “saia-e-blusa”, é o tipo de forro em madeira no qual as tábuas são presas sobrepostas umas às outras, formando reentrâncias e saliências.

● **Sobreverga:** Elemento decorativo, na forma de friso, faixa, frontão ou dossel. Quando posicionado logo acima das vergas de portas e ja-

nelas, nas fachadas, este elemento lhes confere destaque na composição arquitetônica.

● **Tabique:** Divisória ou parede de madeira, construída com tábuas posicionadas verticalmente.

● **Taipa:** Técnica construtiva para a construção de muros e paredes, à base de terra ou argila. Apresenta duas variantes principais: a “taipa de pilão”, obtida mediante o apiloamento de mistura à base de barro, dentro de formas de madeira com a altura e espessura desejáveis para a parede, e a “taipa de mão”, ou pau a pique, que consiste na montagem de painéis confeccionados com ripados de madeira, preenchidos manualmente com mistura à base de barro. Na região serrana, a expressão “taipa” passou a designar, popularmente, os muros de alvenaria de pedra de junta seca, não argamassada, ou taipas de pedra, utilizadas principalmente na construção dos currais e na delimitação dos caminhos e propriedades rurais.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Antônio. **Os fundadores de São Francisco de Paula**. Caxias do Sul: Edição do Autor, 2007.

\_\_\_\_\_. **O povo serrano**: tema de palestras. Porto Alegre: EST, 2002.

**ARQUITECTURA Popular em Portugal**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004, 4a edição.

**ARQUITECTURA Popular dos Açores**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.

ATAÍDE, Sebastião. **O negro no planalto lageano**. Lages: Prefeitura Municipal de Lages, 1988.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUPS, 1980.

AZEVEDO, Carlos. **Solares Portugueses**. Lisboa: Horizonte, 1988.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. **O tropeirismo na formação do Sul**. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). História do Rio Grande do Sul: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm). Acessado em 12 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 601. 18 de setembro de 1850**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acessado em 28 de abril de 2015.

BROOS, Hans. **Construções antigas de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2002.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CALDAS, João Vieira. **A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII**. Porto: FAUP Publicações, 1999.

CARDOSO, Joaquim. **Um tipo de Casa Rural do Distrito Federal**. In: "Arquitetura Civil II (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)". São Paulo: FAU USP e MEC-IPHAN, 1975.

CARVALHO, Saulo Varella de. **A tragédia do Caveiras**: O assassinato de Ernesto Canozzi e Olintho Pinto Centeno por Domingos Brocato. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

CASELLA, Gabriella. **Gramáticas de pedra**: Levantamento de tipologias de construção murária. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

CASTRO, Elisiana Trilha; HERBERTS, Ana Lucia. **Cemitérios do caminho**: O patrimônio funerário ao longo do caminho das tropas nos campos de Lages. Blumenau: Nova Letra, 2011.

CONCEIÇÃO, Milton Luz da. **La arquitectura absorbida en la isla de Santa Catarina, Brasil.** *In:* Apuntes (Pontificia Universidad Javeriana), 2012. V. 25, p. 200-209.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens:** sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: FCC, 1982. 04 volumes.

CURTIS, J. N. B. **Arquitetura e economia do gado na Região Sul.** *In:* BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira. *Arquitetura na formação do Brasil.* Brasília: UNESCO/IPHAN, 2008.

Cyro Corrêa Lyra e Alcídio Mafra de Souza. **Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos – Campos de Castro.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

DAL BOSCO, Setembrino. **Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul [1780/1889]:** capatazes, peões e cativos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008.

DUARTE, Manoel. **No planalto:** (Epizódios e paisagens sobre o Nordeste Riograndense). Porto Alegre: Globo, 1930.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes. **Arquitetura vernácula da região saloia:** enquadramento na Área Atlântica. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1991.

FERNANDES, José Manuel. **Cidades e casas da Macaronésia.** Porto: FAUP Publicações, 1996.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. **Tropeiros de mula:** a ocupação do espaço, a dilatação das fronteiras. Pas-

so Fundo: Gráfica Editora Berthier, 2004.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** *In:* SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil.* RJ: Nova Aguilar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e mucambos.** *In:* SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos Anos de História do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2000.

GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga. **Arquitetura tradicional portuguesa.** 5ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

GUTIERREZ, Ester J. B. *et al.* **Estâncias fortificadas.** *In:* MAESTRI, Mário (org.). *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil.* Passo Fundo: UPF, 2009.

HERBERTS, Ana Lúcia. **Arqueologia do caminho das tropas:** estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

JORNAL “O Lageano”, edição de 14 de julho de 1883. [s/n] Lages. Santa Catarina.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. **Arquitetura urbana de Passo Fundo: 1865-1965.** Passo Fundo: Berthier, 2007.

LA PASTINA FILHO, José. **Conservação de telhados**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

LAGES. Santa Catarina. **Coleções das leis do município de Lages promulgadas no Ano de 1895**. Lei nº 6 de 9 de julho de 1895. Blumenau: Typ. de H. Baugarten, 1895.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina**. Lei nº 104, de 09 de julho de 1903.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina**. Lei municipal complementar nº 22, de 21 de setembro de 1995.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cozinhas, etc.** Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, Agílio R. de. **Vultos da História Lageana**. Florianópolis: FCC; Lages: Museu Thiago de Castro, 1994.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos portugueses e arquitetura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2001.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e Fazendas**: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul. 1997. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 1997.

LYRA, Cyro Corrêa; SOUZA, Alcídio Mafra. **Guia dos bens tombados, Paraná**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

MACEDO, Riopardense de. **Arquitetura luso-brasileira**. 1987. *In*: WEIMER, Günter (org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo**: A arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001.

\_\_\_\_\_. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MESTRE, Vítor. **Arquitetura Popular da Madeira**. Lisboa: Argumentum, 2002.

MOREIRA, Sandro César. **Caminho das tropas – Passo do Rio dos Cachorros ao Passo do Rio Negro**. *In*: ALMEIDA, Ricardo; LOCKS, Geraldo Augusto; MOREIRA, Sandro César; SARTORI, Sergio; VARELA, Iáscara Almeida. **Caminho das Tropas**: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: UNIPLAC, 2006.

MOUTINHO, Mário. **A arquitetura Popular Portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1979.

**MUSEU do Tropeiro/Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo** – Governo do Paraná, Castro, PR. [s.n /s.d].

OLIVEIRA, José Fernandes. **Rainha do Planalto**. Editora São Miguel, 1959.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. **Memórias das fazendas serranas**: história e genealogia. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, 2018.

\_\_\_\_\_. **Aurorescer das sesmarias serranas**: história e genealogia. Porto Alegre: EST, 1996.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. UNIPLAC, 2002.

PEIXER, Zilma Isabel; SARTORI, Sergio; VARELA, Iáscara Almeida; TEIXEIRA, Luiz Eduardo; ISHIDA, Américo; MIRANDA, S. L.; BORNHAUSEN, O. R. Fazendas da Coxilha Rica, Lages/SC – estudo de arquitetura. *In: Levantamento do Patrimônio Ambiental e Socioeconômico do Caminho das Tropas* (relatório de pesquisa), Lages (SC), 2005.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Lajes, a Rainha da Serra. *In: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952 – vol. III.

PERIN.E.B. **Prados e Campinas**. Arqueologia, Paleoambiente e Fitogeografia do Arroio Cará. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

PIAZZA, Walter Fernando. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu/UNISUL, 1999.

\_\_\_\_\_. **A epopéia açórico-madeirense** (1747-1756). Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992.

\_\_\_\_\_. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

PINTO, Lourdes Noronha. **Antigas fazendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Fundação Moinho Santista, 1989.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba**: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1755-1888). São Paulo: Pro Editores, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. *In: BOEIRA, Nelson (Coord.); GOLIN, Tau (Coord.). História do Rio Grande do Sul*: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pini, 2000.

\_\_\_\_\_. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

RIBEIRO, Enedino Batista. **São Joaquim – notícia estatístico-descritiva**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.

RHODEN. Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul**: origens e evolução. 2ª ed. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

SANTA CATARINA. **Colecção das Leis da Província de Santa Catarina**. Lei nº 19 de 13 de maio de 1835, p. 19 a 20.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1836**. Lei nº 51 de 17 de junho de 1836, p. 99-105.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1839**. Lei nº 126 de 2 de maio de 1839, p. 250-256.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1845**. Lei nº 213 de 05 de maio de 1845, p. 144-151.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1851**. Lei nº 325 de 3 de Maio de 1851, p. 206.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1855**. Leis nº 386 e nº 388, de 1855.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina, 1836.** Lei nº 500 de 25 de Maio de 1860.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1862:** Lei nº 520 de 2 de Maio de 1862, p. 16-37.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina no ano de 1872.** Lei nº 665 de 20 de abril de 1872, p. 13 e 14.

\_\_\_\_\_. **Colecção de Leis da Província de Santa Catharina. 1836 a 1874.** Desterro: [s.n /s.d].

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980.**

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. Os Códigos de Posturas e a regulamentação da construção nas vilas e cidades da Província de Santa Catarina, século XIX. *In: 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, Anais do 3º CIHCLB* [recurso eletrônico]. Salvador: Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração da UFBA, 2019, p. 2114-2128.

\_\_\_\_\_. A Casa Rural Luso-Brasileira em Santa Catarina: materiais e técnicas construtivas. *In: Livro de actas - 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira.* Porto: FAUP, 2016, v. 2, p. 1019-1030.

\_\_\_\_\_. **A Casa do Planalto Catarinense:** Arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX. Lages: Super Nova, 2015.

\_\_\_\_\_. A casa do planalto: arquitetura luso-brasileira nos Campos de Lages, séculos 18 e 19. *In: Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira.* Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013

\_\_\_\_\_. Arquitetura luso-brasileira em Lages: subsídios para o seu estudo. *In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). Bom Jesus e o desenvolvimento do tropeirismo nos caminhos do Cone Sul.* Porto Alegre: CORAG, 2012, v. 1, p. 449-456.

\_\_\_\_\_. Fazenda serrana: arquitetura pastoril nos Campos de Lages e Cima da Serra, séculos 18 e 19. *In: MAESTRI, Mário (org.). Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil.* Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010, v. II, p. 147-180.

\_\_\_\_\_. **Restauração da Antiga Residência do Coronel Juca Antunes, Lages.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL. Palhoça: 2005.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2008.

SCHNEIDER, Ismênia Ribeiro. **O Voo das Curucacas:** Estudo Genealógico de Famílias Serranas de Santa Catarina. Florianópolis: Letra Editorial, 2013.

**SESMARIAS, VELHAS FAZENDAS E QUILOMBOS.** Campos de Castro. [s.n /s.d]. Castro. Museu do Tropeiro. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Governo do Paraná.

SILVA, Nery Luiz Auler da (Coord.). **Programa: Caminhos e Parques em Santa Catarina** – Introdução de Dossiê de tombamento emergencial do Caminho das Tropas na Região de Coxilha Rica (Lages/SC). Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 11ª Superintendência Regional IPHAN/SC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Velhas fazendas sulinas:** no caminho das tropas no Planalto Médio – Século XIX. Passo Fundo: Edição do Autor, 2003.

SOUZA, Alcídio Maфра de. **Guia dos bens tombados, Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina,** séculos XVIII e XIX. Florianópolis: IOESC, 1981.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português:** séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil. Lisboa: Horizonte, 1999.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras – Estudo da Construção Residencial Urbana. *In: Arquitetura Civil II* (Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

VAUTIER, L. L. Casas de Residência no Brasil. *In: Arquitetura Civil I* (Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São Paulo: FAU-USP e MEC-IPHAN, 1975.

VEIGA, Eliane Veras da. Mitos e Realidades das Arquiteturas Açoriana e Colonial Catarinense. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina,* 3ª Fase, nº 20, p. 85-132, 2001.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

\_\_\_\_\_. **A arquitetura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

## • ACERVOS •

- Acervo Fotográfico de Adhemar Pinotti, Vacaria/RS.
- Acervo Fotográfico de Altair Medeiros, São Francisco de Paula/RS.
- Acervo Fotográfico do Autor, Florianópolis/SC.
- Acervo Fotográfico da Fundação Cultural de Lages/SC.
- Acervo Fotográfico de Jonas Malinverni, Lages/SC.
- Acervo Fotográfico de Victor Alves de Brito Filho, Lages/SC.
- Acervo Fotográfico de Walter Hoeschl Neto, Lages/SC.
- Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura – FCC, Florianópolis/SC.
- Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina – IPHAN-SC, Florianópolis/SC.
- Arquivo Histórico do Exército - AHEx, Rio de Janeiro.
- Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp, Campos Novos/SC.
- Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Lisboa, Portugal.
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Arquivo Público e Histórico Amadio Vettoretti, Tubarão/SC.
- Biblioteca do Convento Franciscano de Lages/SC.
- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPSC, Florianópolis/SC.
- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, Florianópolis/SC.
- Museu e Arquivo Histórico Municipal de Bom Jesus/RS.
- Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, Curitiba/SC.
- Museu Histórico Municipal Assis Chateaubriand, São Joaquim/SC.
- Museu Histórico Municipal de Vacaria/RS.
- Museu Thiago de Castro, Lages/SC.



Casario na Rua Direita, atual Rua Nereu Ramos, Lages/SC,  
c. 1900 (Parte B). *Desenho: Autor.*



Patrocínio



**CTG** Brasil

Produção



Realização

SECRETARIA ESPECIAL DA  
CULTURA

MINISTÉRIO DO  
TURISMO



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL